

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

RICARDO MEDEIROS PIMENTA

**MEMÓRIA E LEGITIMIDADE NO MUNDO SINDICAL: USOS POLÍTICOS
DO PASSADO NO CIRCUITO BRASIL E FRANÇA (1970 - 2010).**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito a obtenção do título de doutor em Memória Social.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (PPGSA/IFCS/UFRJ);

Coorientador: Prof^a. Dr^a. Icléia Thiesen (PPGMS/UNIRIO).

Rio de Janeiro, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

RICARDO MEDEIROS PIMENTA

**MEMÓRIA E LEGITIMIDADE NO MUNDO SINDICAL: USOS POLÍTICOS
DO PASSADO NO CIRCUITO BRASIL E FRANÇA (1970 - 2010).**

Aprovada em: 09/03/2010

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (Orientador)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);

Profª. Drª. Icléia Thiesen (co-orientadora)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO);

Prof. Drª. Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus

Universidade Federal Fluminense (UFF);

Profª. Drª. Elina Pessanha

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);

Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV);

Prof. Dr. Flávio Limoncic

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

SUPLENTES :

Prof. Dr. Yves Cohen

Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)

Prof. Drª Anita Correia Lima de Almeida

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

P644 Pimenta, Ricardo Medeiros.
Memória e legitimidade no mundo sindical: usos políticos do passado no circuito Brasil e França (1970-2010) / Ricardo Medeiros Pimenta, 2010. 262f.

Orientador: Marco Aurélio Santana.

Coorientador: Icléia Thiesen.

Dissertação (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

1. Sindicalismo – História. 2. Sindicatos – Brasil – 1970-2010. 3. Sindicatos – França – 1970-2010. 4. Identidade social. 5. Memória coletiva. 6. Memória – Aspectos sociais. I. Santana, Marco Aurélio. II. Thiesen, Icléia. III. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003-). Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. IV. Título.

CDD – 331.8809

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer a todos que sempre estiveram comigo até o último e dramático, segundo de confecção desta tese. De início, meus sinceros agradecimentos aos meus orientadores: Prof. Dr. Marco Aurélio Santana e Prof^a Dr.^a Icléia Thiesen, a qual rendo um especial e extremo carinho por tudo que me ensinou e aconselhou. Ambos são dois mestres primorosos em minha caminhada; e hoje sei que são grandes parceiros de lutas margeadas por grandes vitórias. Agradeço também à CAPES pela bolsa disponibilizada durante todo o meu doutorado e, inclusive, durante meu estágio doutoral no exterior ocorrido entre os anos de 2007 a 2008 na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) onde fiz grandes amigos e conheci exemplos de professores como Yves Cohen (um dos mais profissionais, atenciosos e dedicados historiadores que conheci), Afrânio Garcia, Michel Pialoux, Marie-Claude Muñoz, assim como, Jean-Pierre Faguer e todos os membros do CRBC, além de Marie-Claire Lavabre (da Sciences Po), Michèle Baussant e Bogumil Jewsiewicki. Conjuntamente agradeço aos entrevistados Amri Mohamed e os integrantes da ATRIS, a Denis Jacquot pela sua paciência e pela sabedoria, além de Aurélie Mazet do IHS/CGT, Donat Decisier (CGT), Pascal Clerc e Annie Kuhnunch (ambos da CFDT) em me receber com extremo carinho e profissionalismo em seus arquivos. Este período foi decisivo para meu amadurecimento profissional e pessoal. Uma experiência que jamais pode ser apagada.

No Brasil, deixo um agradecimento especial ao Osvaldo Bargas que sempre foi tão receptivo e interessado em minha pesquisa, acreditando nela. A todos que me auxiliaram durante minha ida ao arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (Lulinha, Isawa, Banana da TVT e Dinéia) e ao Antonio Marques, do CEDOC da CUT onde tive grandes informações e substancial ajuda.

Agradeço aos amigos: Mariane Lira, Fran, Jacqueline Sinhoretto e João, Gustavo Cruz, Lucas Melgaço, Carol Vimieiro, Gustavo Alonso, Marta Ciocari, Valter Lucio, e tantos outros. Mas em especial destaco a grande amizade e força dada por Danilo Melo, grande irmão que achei em Paris. Esta amizade precisou ser feita tão longe, quando estávamos lado a lado no mesmo programa sem nos encontrarmos.

No entanto, nada disso seria real, tangível, se minha família não estivesse me apoiando. Por isso digo que sou eternamente grato à minha amada mãe, Aracy Medeiros Pimenta, que lutou muito na vida e sei que esta conquista é uma conquista dela também. À minha *belle-mère* Tania Dutra por ter sempre, de maneira positiva e com muita fé, me apoiado além do que ela é a responsável por tudo que é mais importante na minha vida: sua filha, Janaína com a qual tenho o orgulho e a sorte de estar casado.

Janaína merece toda uma tese para agradecê-la. Mas as linhas são poucas. Por isso — minha linda — deixo claro minha admiração, meu amor e meu compromisso de ser tudo o que você sempre foi e é para mim: um exemplo de dedicação, amor e amizade

inquebrantável. Se não fosse você eu jamais teria conseguido este “milagre” de terminar a tese no tempo necessário. Te amo muito Jana.

Contudo a família ainda é grande. Ou melhor, ficou maior. Minha irmã Sandra, Afonso, Juliana e tantas outras pessoas... A todos dedico cada linha dessa “suada” tese. Por fim, quero agradecer aos que não estão mais aqui em matéria, mas deixaram comigo muitos “pilares” para minha vida. Agradeço ao meu pai, Nelson Pimenta, que através de sua falta me fez valorizar cada segundo que vivi com ele, e em seus atos inspirei-me em ser ou agir como ele quando em vida. Um companheiro e amigo que sei que ainda está comigo nos atos, nas emoções e em consciência.

RESUMO:

O objetivo desta tese de doutorado é analisar os usos políticos do passado através dos casos vividos pelas instituições sindicais brasileiras e francesas. Nesse sentido, podemos dizer que alguns sindicatos vêm utilizando a memória social como uma ferramenta útil para construir uma identidade coletiva operária, intencionando lutar contra a fragmentação resultante do impacto da reestruturação industrial dos anos 1980 e 1990. Na França, traremos à tona dois casos ligados a uma política de memória erigida desde os anos 1980 com o Instituto de História Social da CGT e os departamentos de Arquivo da CFDT. Suas disputas para tornarem-se porta-vozes de sua própria história. Desenvolvendo-se com os anos através das tecnologias da informação, internet e diálogos com o campo acadêmico. Falamos todos de um desafio em busca de legitimidade e memória que envolve estes atores sociais.

No caso do Brasil, começamos através da experiência vivida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro). Estes dois projetos possuem conexões com a política da CUT e seus militantes. A mesma CUT que foi apoiada por recursos da CFDT, dos quais possibilitaram com que militantes brasileiros e franceses pudessem aprender uns com os outros, construindo novas experiências e uma memória coletiva. Atualmente, estes projetos vêm construindo outras memórias que apesar de serem marcadas pela sua institucionalização, não deixam de ser coletivas e/ou enquadradas pelos sindicatos que se utilizam de novos tipos de comunicação e de mídias eletrônicas.

Palavras-chave: Memória, Sindicato, Brasil, França, Identidade

ABSTRACT:

The aim of this Phd thesis is to analyze the politics uses of past through Trade Union's institutions at Brazilian and French's cases. In this sense, we can say that trade unions are using social memory as a tool to build up workers' collective identities, in an attempt to fight the fragmentation resulting from the impact of the industrial restructuring of the 1980s and 1990s. In France, we will draw upon two ongoing memory politics in the early 1980s with CGT's Social History Institute and CFDT's archives departments. Their struggle to become speakers of they own history will increase with the years helped by information technologies, internet and dialogue with academic fields. It is all about legitimacy and memory challenge by the involved social actors.

In Brazil's case, it begins with the experience lived by ABC Metal Workers Union (SMABC) and the Workers Union of Brazilian state oil company: Petrobras (Sindipetro). Both projects are connected with CUT politics and their militants. The same CUT that was build with CFDT resources in with Brazilian and French militants could learn with each other's experiences and collective memories. Now a day, those projects are building up other memories, which in spite of being institution-based are also collective, framed by the unions through the use of new types of communication and electronic media.

KEY-WORDS: Memory, Trade Union, Brazil, France, Identity.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1	21
O espólio do sindicalismo em tempos de crise: o enfraquecimento sindical como fenômeno transnacional.	
1.1 No despertar da redemocratização, o surgimento de uma classe trabalhadora à deriva	29
1.2 A experiência francesa dos anos 1980: desencantamento e dúvidas para um futuro recente	42
1.3 A questão sindical no contexto global: ressignificações para uma análise transnacional	54
CAPÍTULO 2	62
Novos olhares para a historiografia e a busca por legitimidade: o surgimento do privado e da memória como novos campos da história.	
2.1 Crise de paradigmas de uma história em pecado: a crise da história e seus novos desdobramentos	65
2.2 Novos personagens e novas memórias na sociedade francesa contemporânea	72
CAPÍTULO 3	84
Confederações Sindicais em disputa pelo passado: a institucionalização da memória e as políticas de arquivo em território francês.	
3.1 O surgimento do <i>Institut d'Histoire Sociale</i> CGT e a contribuição para o debate da história	87
3.2 A implantação da visão arquivística na CFDT e sua busca pela posse de sua própria memória	108
3.3 Disputa pelo espaço de memória: estratégias em meio a velhas e novas ferramentas.....	114

CAPÍTULO 4	141
Personagens da esquerda brasileira em luta por suas memórias: o papel da informação, da comunicação e do arquivo na política sindical em desenvolvimento.	
4.1 Os anos oitenta: memórias ameaçadas em meio às impossibilidades e sacrifícios.....	144
4.2 Uma visão transnacional à mostra: compreendendo a rede de solidariedade entre CUT e CFDT	151
4.3 Um projeto de memória e documentação no espaço sindical brasileiro: o resguardo de uma identidade construída à duras penas	170
CAPÍTULO 5	194
Arquivos digitais: entre discursos, imagens e legitimidade pública	
5.1 O arquivo eletrônico: novo espaço de memória ou esquecimento?.....	199
5.2 Espaço museal virtual: memórias em suspensão	205
CONCLUSÃO.....	226
ANEXOS.....	230
Anexo A.....	231
Anexo B	232
Anexo C	236
Anexo D.....	239
REFERÊNCIAS.....	243

Esta tese de doutorado realizada durante o período de 2006 a 2009 é fruto de um extenso período de amadurecimento pessoal e de crescimento acadêmico realizado na linha de pesquisa de Memória e Espaço do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Sua realização contou ainda com um período de estágio realizado no *Centre des Recherches sur Le Brésil Contemporain* (CRBC) da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em Paris.

O presente objeto dessa pesquisa foi deflagrado em 2006, como germe de uma crescente e silenciosa inquietação a respeito do campo de estudos sobre a memória, mais especificamente relacionada aos estudos sobre o mundo do trabalho.

De fato, até aí não haveria motivos claros para o despertar de tal idéia, uma vez que diversos trabalhos acerca do Mundo do Trabalho já haviam sido realizados, incluindo aqueles cuja abordagem da memória social é o foco. Mesmo assim, esperávamos compreender a partir desta tese como e por que o aspecto nostálgico do passado se mostrava demasiadamente forte *grosso modo* no tocante às experiências de antigos trabalhadores brasileiros através de suas falas, uma vez que a memória não deveria suscitar apenas este aspecto. Mas como isto seria feito?

Inicialmente, já tendo nos debruçado sobre o campo através da dissertação sobre trabalhadores têxteis no Rio de Janeiro (PIMENTA, 2006), recentemente defendida neste mesmo Programa, parecia claro que a contribuição pleiteada para esta tese seria a de provar que a memória — no tocante à classe trabalhadora e seus demais atores sociais — também poderia ser um instrumento, uma práxis de mobilização e de construção coletiva no século atual a despeito dos inúmeros desafios vividos por estes mesmos sujeitos históricos - os trabalhadores. Ainda assim algo não parecia seguro. A viabilidade da pesquisa ou mesmo a possibilidade da saturação do campo de entrevistados chamava a atenção.

Sabíamos que a memória não poderia ser encarada, portanto, apenas como instrumento de flagelo, de ressentimento ou de trauma. Seria uma simplificação atribuímos aos agentes sociais e às suas respectivas historicidades a caracterização de nostálgicos, arrependidos ou excluídos. A memória deveria ser compreendida em sua plenitude de realizações. Deveríamos poder compreender como ela agiria tanto para expressar lamento ou nostalgia, quanto para

evidenciar a ação social, a resistência e, portanto, as lutas e disputas de espaços e identidades. Ou seja, a rememoração e o uso da experiência passada podem tornar-se o meio pelo qual grupos, indivíduos ou instituições se mobilizam no presente. Foi a partir desta pressuposição suscitada ao longo desta investigação que traçamos o objetivo geral desta pesquisa: de analisar algumas das diferentes e instigantes práticas e projetos de memória realizados no âmbito do Mundo do Trabalho — a princípio — nos últimos vinte anos.

O espaço onde se encontravam estes projetos e outras ações se materializava em grande parte dentro do *kosmos* sindical, mas com uma singularidade, vale dizer, em seu espaço virtual, ou seja, eletrônico. Assim, nesse ínterim, este estudo colocaria o foco nos usos da memória realizados por alguns sindicatos brasileiros que tinham criado no espaço da *world wide web* suas páginas eletrônicas, cuja memória era o mote central.

O sindicato escolhido, justamente devido às características de sua página eletrônica referente à memória dos trabalhadores, foi o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, através do projeto *ABC de Luta*. O que não era esperado, no entanto, era que aquela experiência nos levasse prontamente à outra, inesperada.

A partir dali, se tornava necessário compreender igualmente o projeto *Memória dos Trabalhadores da Petrobrás*; realizado nos mesmos moldes do ABC pelo Sindicato dos Petroleiros de Campinas, estado de São Paulo, hoje Sindipetro Unificado de São Paulo.

Logo que procuramos abordar o campo de pesquisa duas providências imprescindíveis se faziam necessárias: o acesso aos arquivos que teriam dado origem aos sites da internet e o estabelecimento de uma rede de contatos com pessoas (sindicalistas ou profissionais não militantes) que tivessem atuado na realização daqueles projetos.

Esta segunda necessidade se viabilizaria através do recurso metodológico da História Oral onde buscaríamos coletar depoimentos daqueles que haviam participado da criação ou trabalho nos projetos de memória selecionados.

Sabíamos que a rede por trás de dois projetos extensos como estes supracitados não seria fácil de ser revelada e menos ainda de nos acolher. Afinal, muitos ainda se encontravam atuantes no meio sindical e militante de maneira que, o encontro com alguns personagens podia ser prejudicado devido à sua intensa agenda de militância. Ainda assim buscamos estabelecer os contatos necessários com os dois sindicatos e os responsáveis pelos respectivos projetos de memória.

São os entrevistados no campo brasileiro, os seguintes personagens no quadro de entrevistados abaixo:

Nome	Cargo	Data da entrevista
BARGAS, Osvaldo Martines	Ex-dirigente sindical do ABC, militante da JOC, ex-secretário geral de relações internacionais da CUT nacional e (à época da primeira entrevista) Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego (MTE).	<ul style="list-style-type: none"> • 01 de junho de 2006 • 27 de julho de 2009
BEZERRA “BANANA”, Josimar Alves.	Produtor de vídeo da TV dos Trabalhadores (TVT).	29 de janeiro de 2009
CARRARA, Antonio	Ex-sindicalista da Sindipetro. (entrevista realizada por Miriam Collares, gentilmente cedida pela própria).	25 de setembro de 2008
COLLARES, Miriam	Historiadora responsável pelo arquivo do Projeto Memória dos Trabalhadores Petrobrás	04 de maio de 2006
CRUZ “LULINHA”, Luis Soares da	Sindicalista e coordenador do Movimento de Alfabetização do SMABC em São Bernardo do Campo	09 de maio de 2006
HOLANDA, Orismar	Dirigente sindical do SINDIPETRO do Ceará. Também é coordenador do projeto memória em seu Sindipetro regional	05 de outubro de 2006
ISAWA, Tsukassa	Ex-diretor do SMABC e atuante na coordenação do projeto ABC de Luta.	28 de janeiro de 2009
SANTOS, Ruth Maria	Antiga funcionária do arquivo do Centro de Documentação e Memória Memória Lucindo Bueno da Silva (CDeM) na transição da primeira fase para a segunda fase do ABC de Luta	26 de janeiro de 2009
SANCHES, Itamar	Dirigente sindical do SINDIPETRO Unificado de São Paulo, antigo Sindipetro de Campinas e integrante da FUP. É também coordenador do projeto memória em seu Sindipetro	13 de setembro de 2006

Tornou-se cada vez mais instigante buscar como e com quais parâmetros eles haviam pensado sobre a memória e seus usos. Apontando, assim, para a constatação de que a memória enquanto fenômeno social tanto responderia às mudanças encontradas no espaço social e em suas diversas experiências, como poderia também influir sobre os grupos e demais espaços sociais através dos seus diferentes usos, não diretamente controlados ou pensados pelos trabalhadores, mas mantido e ratificado pelas instituições sindicais nas quais estes projetos eram realizados.

Ou seja, a construção de discursos, fossem eles imagéticos, narrativos ou de quaisquer outros formatos, pelos sindicatos e sua utilização por meio dos meios midiáticos apontavam para um processo de construção e disseminação de um conhecimento partilhado, de uma memória dita coletiva, de imagens relacionadas ao papel histórico e político desempenhado na sociedade. Sem qualquer tipo de pessimismo, sabemos que *a priori* tal enquadramento da memória, no sentido conceituado por Michael Pollack (1989), não poderia abarcar toda a realidade desses atores sociais e de suas experiências. E, portanto, estaríamos falando de uma memória mais institucional e não somente daquela memória coletiva (HALBWACHS, 2004).

Estava aí um claro processo de proteção a uma identidade política (CHEBEL, 1998: 146-150) condizente com a própria condição histórica da qual desejavam aproximar-se. Esta manutenção da identidade através do uso político da memória não apenas serviria como meio de coesão dos próprios trabalhadores — que na realidade atual têm uma identidade bem mais multifacetada do que há trinta anos —, como proveria às instituições sindicais um reconhecimento no espaço público e, portanto, da sociedade civil democrática.

Não havia dúvidas da existência de algo a ser explicitado e discutido, algo que se mesclava intensamente com o que havia impulsionado inicialmente esta pesquisa. Compreender o uso da memória social em planos diferentes que apenas a velha idéia de nostalgia e ressentimento tornou-se o nosso desafio. Esta necessidade trouxe às páginas deste trabalho algo também inesperado até certo ponto: a experiência francesa relativa ao uso da memória e à instituição sindical contemporânea. Esta análise, portanto, seria inserida na tese, em conjunto com a experiência vivida no Brasil nos últimos vinte, trinta anos. Tratava-se, portanto, de atuar nesta tese através de uma perspectiva transnacional. Vale ressaltar que não se trata de uma análise comparativa, mas de um aporte exploratório na busca dos aspectos mais gerais da experiência dos trabalhadores.

Sob esta ótica, pudemos compreender que o fenômeno do capitalismo nada mais é que um evento transnacional (RIBEIRO, 2000). O episódio da crise do mundo do trabalho, do qual

falaremos no primeiro capítulo, é um fenômeno ocorrido em ambos os países cuja produção industrial foi efetivamente forte durante o século XX. A diferença estava, no entanto, no momento em que os efeitos da crise chegariam a cada local. Da mesma maneira, algumas singularidades também seriam notáveis tendo em vista a cultura, a qualidade de vida, a política interna e a própria historicidade desses países diferentes. Mesmo assim, cedo ou tarde tanto os países centrais quanto os periféricos acabariam por vivenciar alguns desafios bastante similares.

Nesse sentido, por à mesa duas realidades distintas não se configurava de maneira nenhuma como uma tentativa de análise comparativa, mas sim de se compreender como era possível em espaços e tempos distintos haver ações e desejos tão similares em ambos os casos. Um fenômeno de circulação, algo de transnacional presente na busca pela memória produzida pelos trabalhadores, militantes e sindicalistas.

Outro fator de interesse central é a questão da identidade. Em todos os casos aqui explorados, seja na França ou no Brasil, não podemos negar que há um forte elemento relacionado às ações desses grupos e seus sindicatos com a proposta da afirmação e, portanto, do reconhecimento da identidade coletiva. Este fenômeno também traz a reboque o fato de haver uma herança simbólica, ainda que mais e mais rarefeita, na qual um operário ou um militante é também reconhecido como tal, mesmo em outro país. Nos casos da França e do Brasil isso é ainda mais forte. Motivos que serão mais adequadamente expostos nos capítulos III e IV.

Enfim, postas as primeiras coordenadas, nos parece que o objeto desta pesquisa já começa a se esboçar. Trata-se de uma análise acerca dos usos e dos controles da memória, realizados no âmbito da instituição sindical representativa dos trabalhadores — tanto no Brasil como na França — e herdeira de suas respectivas trajetórias históricas. Sendo assim, o que se busca com esta tese é compreender como e porque as questões sobre a memória relacionadas às instituições sindicais atuais — representativas de uma coletividade muitas vezes ameaçada nos últimos quarenta anos, considerando ambos os casos vividos no circuito Brasil/França —, vêm crescendo e se multiplicando através de seus discursos e de seus meios de comunicação, onde lembranças tornam-se valores, ou melhor, um patrimônio de dimensões a ser por vezes preservadas, reconstruídas, moldadas ou até mesmo apropriadas.

Inicialmente o objeto de pesquisa se limitava, então, ao projeto *ABC de Luta* (inaugurado em 2001) e ao projeto de *Memória dos Trabalhadores da Petrobrás* (iniciado entre os anos de 2002 e 2003). Não muito depois o campo de pesquisa tratou de apresentar seus novos integrantes. A partir daí, uma rede se delinearía rapidamente, revelando algo maior que uma

simples mobilização por um projeto de valorização da imagem do trabalhador da Petrobrás junto à própria empresa e à sociedade civil. Outras atividades realizadas na região do ABC Paulista, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e na própria Central Única dos Trabalhadores (CUT), já no final dos anos 1980 e durante a toda década de 1990 apontavam para um complexo aparelho institucional em ampla formação. Percebíamos com isso que era necessário compreender o porquê da existência, da criação e da permanência desses projetos de valorização da memória, uma vez que na instituição sindical — de uma maneira geral — a memória costuma acabar na poeira de estantes mal erguidas nos cantos de salas improvisadas. É lógico que a idéia inicial desta pesquisa foi, de fato, ampliada, ao propormos um questionamento acerca de uma demanda comum entre diferentes tempos e espaços: a institucionalização da memória e seu uso político no mundo sindical tendo como estudo de casos algumas experiências no Brasil e na França. Quanto à experiência francesa o quadro abaixo também aponta seus entrevistados durante o período de estágio doutoral realizado em Paris:

Nome	Cargo	Data da entrevista
CHARTAIN, Bernard	Marido de Julia CHARTAIN e ex-operário da fábrica Renault de <i>Boulogne Billancourt</i>	26 de maio de 2008
CHARTAIN, Julia	Esposa de Bernard CHARTAIN, ex-operário da fábrica Renault de <i>Boulogne Billancourt</i>	26 de maio de 2008
DECISIER, Donat	Secretário Geral da CGT francesa; responsável pelo IHS da CGT.	23 de junho de 2008
JACQUOT, Denis	Ex-secretário Geral da CFDT; responsável pelo departamento internacional da CFDT. Realizou missões na África, Brasil, entre outros países.	<ul style="list-style-type: none"> • 07 de junho de 2008 • 21 de julho de 2008
MOHAMED, Amri	ex-operário da unidade <i>Île Seguin</i> da Renault de <i>Boulogne Billancourt</i> e, quando do momento da entrevista, presidente da ATRIS	16 de junho de 2008
PIALOUX, Michel	pesquisador do EHESS e <i>Maître de Conférences</i> , <i>retraité do Centre de Sociologie Européenne</i> (CSE/EHESS).	14 de maio de 2008

Esta mudança de foco, vale lembrar, tem como origem a experiência vivida durante o final do ano de 2007 e pouco mais da metade do ano de 2008, naquele mesmo país, junto ao *Centre des Recherches sur Le Brésil Contemporain* (CRBC), durante a realização de parte do doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), como bolsista da CAPES. Na EHESS, assim como em outras instituições como a *Université Paris X* em Nanterre ou a *Sciences Politiques de Paris* (Sciences Po), realizamos seminários e outras atividades acadêmicas, assim como mantivemos contato com instituições sindicais francesas como a *Confédération Générale du Travail* (CGT) e a *Confédération Française Démocratique du Travail* (CFDT) que, durante a pesquisa de campo, enriqueceram em muitos aspectos, devido ao aprofundamento das questões conceituais referentes à memória e à história desenvolvida no âmbito do mundo do trabalho e de suas instituições, permitindo um novo olhar para o que era até então objeto de pesquisa no Brasil. Tornava-se, assim, evidente que algumas questões do caso brasileiro acerca da memória e dos grupos sociais a ela ligados se encontravam em ressonância com a experiência francesa.

Foi a partir deste processo que se tornou imperativo levantar questões (ligando-as à idéia de memória institucional e coletiva) concernentes à identidade, ao poder e à busca de legitimidade. Tais pontos de inflexão trazem a reboque uma série de novas possibilidades de abordagens teórico-metodológicas não exclusivas da análise histórica, presentes em discussões atuais oriundas das ciências sociais, bem como da ciência da informação. Este olhar busca construir ou contribuir para o conhecimento historiográfico e/ou sociológico, enriquecendo-o a partir de uma abordagem interdisciplinar; buscando contribuir para o preenchimento de algumas das lacunas ainda existentes nos estudos sobre a memória social.

Lacunas que buscamos preencher-las ao passo que realizamos em ambos os países entrevistas com homens e mulheres responsáveis pela execução, expectadores ou idealizadores desses “projetos de memória”. Militantes, sindicalistas, trabalhadores e demais agentes que puderam contribuir com sua narrativa sobre os projetos de memória e de arquivos relacionados à classe trabalhadora e à experiência das suas respectivas instituições. Afinal, este trabalho de pesquisa se fundamentou para além da extensa busca por documentos, periódicos entre outras fontes, na abordagem metodológica do uso da história oral como seu eixo central. Dessa maneira procurando realizar entrevistas temáticas e compreender criticamente não apenas os objetivos desses projetos de memória como também o que os movia e quais eram as expectativas do grupo em relação aos mesmos. Ou seja, sabia-se que o uso das entrevistas se justifica por entendermos que a viabilidade deste trabalho de pesquisa pedia pelo diálogo com

algo mais do que as fontes textuais, iconográficas e as recentes fontes eletrônicas — já que abordamos, inclusive, como o sindicato vem se utilizando da *internet* para a produção e divulgação da memória através do espaço virtual —, “produtos” desses grupos sociais.

O que buscamos aqui é compreender como a classe trabalhadora do século XXI e suas respectivas instituições sindicais vêm se utilizando dessa ligação com o passado, através da gestão de uma memória tida como representativa do grupo, e como parte de um processo de conscientização, de maneira a atuar no presente contra a dita “diáspora da classe trabalhadora contemporânea” deflagrada a partir da crise do mundo do trabalho e dos reflexos que ainda se propagam quanto à chegada da era entendida por muitos como: pós-modernidade.

A classe trabalhadora, os sindicatos, suas experiências e seus discursos são alguns dos eixos nos quais buscamos compreender o delineamento de uma política de arquivo e de memória realizada, portanto, ao longo das últimas quase quatro décadas. Em uma paisagem social e política na qual há a necessidade — e mesmo o dever — de se discutir os papéis da memória ali empreendidos.

Afinal onde há a ameaça do esquecimento, há também a presença do “desejo pela memória”. Se pudéssemos exercitar uma explicação de maneira simples, é como se o próprio ato de lembrar ou esquecer fossem dois extremos de um trajeto onde um pêndulo se movimenta intermitentemente. O tempo, o espaço, e as condições desse pêndulo logicamente influem em sua mobilidade, leveza e trajeto. Esse pêndulo não perde seu movimento permanente e seletivo do passado, constituindo o próprio jogo de forças da memória social.

Entre as mudanças e términos de modelos, práticas, lugares e personagens nos últimos anos, o discurso da memória vem se alargando como se pudesse preencher o vazio deixado neste trajeto. Este ímpeto de tudo salvaguardar, no entanto, vem causando algumas falsas seguranças de que a memória é passível de ser captada em sua integralidade. Afinal, é esperado que, enquanto campo de disputa, a memória seja permanentemente concorrida pelos seus personagens. A idéia de que esta ou aquela memória possui uma maior autenticidade, ou que revela de maneira mais justa o passado vivido é intrínseca à natureza dos grupos sociais existentes que buscam sobrepor-se a outros e procuram se legitimar junto ao espaço público.

Este dado não é novo. Mesmo Halbwachs em 1925 já havia apontado que a memória está diretamente relacionada aos quadros sociais ao qual o indivíduo está ligado (1994). Esta idéia marcou a entrada da discussão sociológica nos estudos sobre a memória. Era através de uma herança *durkheimniana* que se compreendia (de maneira estruturalista) que a memória, assim

como a história — duas ferramentas de construção da experiência vivida no passado — deveria ser vista sempre enquanto uma produção característica do tempo presente. Tempo devedor das heranças e das permanências existentes na *durée*. Conforme assinalado por Sarlo, em sua leitura do bergsonismo,

[...] a lembrança precisa do presente porque, como assinalou Deleuze a respeito de Bergson, o tempo *próprio* da lembrança é o presente: isto é, o único tempo *apropriado* para lembrar [...]. (SARLO, 2007: 10).

No campo dos estudos da memória, diversas análises que tratam de grupos sociais inseridos no cenário de mudanças ao longo do tempo versam, igualmente, acerca do trabalho e de tantas outras questões que o tangenciam. Tanto assim é que, nas últimas décadas, o crescimento dos estudos sobre a classe trabalhadora, militantes, sindicatos e demais atores políticos e sociais — outrora foram identificados como os esquecidos da história — obteve das pesquisas sobre memória uma grande parcela de contribuição.

No cenário internacional há os estudos de Xavier Vigna (2007) sobre o movimento de maio de 68 na França — amplamente apoiado pelas classes trabalhadoras —, ou os do sociólogo Michel Verret sobre o espaço operário, sua cultura e seus desafios mais recentes (1995) e mesmo sobre a atuação dos militantes no esforço de preservação do discurso político ideológico sindical Frances (1996) e de uma memória coletiva por eles trabalhada e preservada.

A lista é grande, pois muitos outros trabalhos de pesquisa têm o campo da memória como referência. O trabalho célebre de Stéphane Beaud e Michel Pialoux (2004) sobre a condição operária dos trabalhadores da Peugeot francesa traz à tona diversos olhares sobre a condição mesma do trabalho, de suas mudanças e da própria transformação no seio da classe operária. Ademais, trazem também um olhar a respeito das famílias, da escolaridade e do perfil do novo e do velho operariado. Através de um extenso trabalho etnográfico a discussão acerca da memória é fortemente identificável no corpo da pesquisa.

A imanência da memória como tema fundamental nessas pesquisas não é aleatória. A influência de Halbwachs encontra-se presente nos dois estudos acima apontados. Basta lembrarmos que o trabalho que precedeu suas duas obras mais conhecidas, “Os Quadros Sociais da Memória” e posteriormente “A Memória Coletiva” — obra póstuma —, foi

fundamentalmente sua tese de doutorado sobre “A classe operária e seus níveis de vida” em 1912 (HALBWACHS, 2007), cuja análise fina acerca do consumo econômico e, principalmente, simbólico da classe em questão trouxe ao foco a idéia do desejo de consumo desses grupos e, por conseguinte, a necessidade de pensar posteriormente as representações sociais ali implicadas, bem como o que lhes conferia sua identidade coletiva.

No caso brasileiro, há um crescente interesse sobre o tema memória e trabalho. Obras como a de José Sergio Leite Lopes inauguraram uma nova abordagem de se pensar as classes operárias e os trabalhadores. “O vapor do Diabo” (1986) e “A tecelagem dos conflitos de classe” (1988) são duas referências não apenas no campo da antropologia, como em todo o cenário das ciências humanas, no tocante à discussão sobre a condição operária, sua identidade e seu passado através do suporte da memória.

Há ainda outros desdobramentos dos quais a questão das representações políticas e sindicais se tornam muito mais presentes. É o caso das pesquisas de Fontes (2008) sobre o trabalho e os imigrantes nordestinos em São Paulo; de Fortes (2004) sobre os trabalhadores porto-alegrenses da Era Vargas ou (2008) sobre a memória de militantes do Partido dos Trabalhadores; ou ainda de Santana (1998) sobre a ruptura do Partido Comunista com a crise do velho sindicalismo nas décadas de sessenta e setenta; e de historiadores adeptos do uso da História Oral — cuja lista é longa, mas podemos citar entre alguns desses pesquisadores importantes nomes como Verena Alberti, Antonio Montenegro, Ângela de Castro Gomes, Ana Maria Mauad, Marieta de Moraes Ferreira ou Icléia Thiesen — como suporte à abordagem do campo através de entrevistas como meio de conhecer a visão e o discurso dos atores sociais diretamente implicados nos fenômenos históricos e sociais vividos.

A tendência de se trabalhar com a memória vem sendo, portanto, geometricamente crescente nas pesquisas de mestrado e doutorado no país. A preocupação em se discuti-la vem apontando para um novo campo de estudos que, através das abordagens crescentes interdisciplinares, tem se mostrado cada vez maior no âmbito acadêmico e no espaço de atuação de associações e grupos sociais organizados.

Dessa maneira, tendo apresentado algumas coordenadas que pretendemos seguir, ou pelo menos respeitar, é momento de realizar uma breve elucidação sobre como esta tese está estruturada.

O primeiro capítulo trata de uma análise pautada em grande parte na revisão bibliográfica sobre o tema da crise do capitalismo e do mundo do trabalho em contexto mundial. Decerto,

priorizamos discutir situações e casos que nos remetam à experiência francesa paralelamente à experiência brasileira. Nesse momento a idéia é mostrar que não só a classe trabalhadora não havia morrido como sua atuação continua permanentemente em transformação, buscando adaptar-se às realidades de um novo mundo entre novas gerações.

O segundo capítulo busca estabelecer um panorama do cenário francês, mas até em certa medida mundial, quanto aos movimentos de 1968, seus desdobramentos políticos, sociais e, concomitantemente, historiográficos. Afinal é neste momento da passagem entre os anos sessenta e os oitenta que muito da disciplina da História será discutido e novas contribuições teórico-metodológicas inglesas, alemãs, italianas e norte-americanas trarão um impulso à própria historiografia francesa e, conseqüentemente, mundial. Esse capítulo é importante para compreendermos como surgem os aspectos valorativos e acadêmicos da memória enquanto parte importante e contribuinte de peso às lacunas da história do pós-guerra, combatida pela nova geração de estudantes e intelectuais.

O terceiro capítulo mostrará de maneira mais concreta o desdobramento desse contexto histórico único na França. Valorizamos o uso de fontes orais (através do uso da História Oral), textuais, iconográficas e eletrônicas. Neste leque de suportes utilizados, alguns temas que percebemos importantes foram abordados, como o surgimento de uma legislação específica sobre os arquivos privados; a crescente fundação de diferentes centros, institutos e demais arquivos que têm como objetivo não apenas contribuir com a história em andamento, como preservar uma memória até então pouco partilhada.

Os casos aqui mostrados serão: o da fundação do Instituto de História Social da CGT e seu Centro Confederal de Arquivos, além do Departamento Confederal e Interfederal de Arquivos da CFDT. Outros exemplos são tangenciados, mas o foco se concentra nessas duas Confederações Sindicais. Além disso, a assimilação e uso das novas tecnologias são também abordados, pois a partir destas experiências lançamos um olhar sobre esta questão do uso do espaço virtual e das novas mídias, aproximando a memória da comunicação sindical.

O quarto capítulo aborda a experiência brasileira, talvez a mais rica, pois ela deu sentido a todo este percurso até aqui. Buscamos, igualmente, discutir o elemento relacionado ao uso das novas tecnologias, mas não se limitando somente a isso. Procuramos compreender e expor neste capítulo o processo de gradual interesse pela memória que, ao longo da segunda metade da década de oitenta e durante os anos noventa crescia lentamente, porém sistematicamente.

Nesse processo o interesse pela memória não somente fez parte de pauta do 4º Congresso Nacional da CUT, em 1991, como passou a atuar em formações sindicais, parcerias com universidades e pesquisadores simpatizantes das esquerdas brasileiras, seminários e encontros nacionais com a temática da memória e da preservação documental. Durante este período surgem os arquivos institucionais do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e da CUT nacional. Estes arquivos e suas respectivas tecnologias utilizadas fazem parte do quinto capítulo onde buscamos perceber o que havia sido nosso ponto de questionamento no início dessa jornada: o impacto das novas tecnologias para a questão da memória e o processo de criação das páginas eletrônicas e de uma memória pautada nessa imagem política e institucional que é exposta para toda a sociedade civil.

Assim como no capítulo anterior, o último (quinto) valoriza o uso das entrevistas realizadas durante as idas ao campo de pesquisa. Possui, ainda, uma gama de fontes documentais, iconográficas e de natureza eletrônica.

Em seguida há a conclusão onde buscamos concatenar as diferentes exposições aqui apresentadas de maneira a contribuir para um pensamento mais crítico e de apoio à valorização da memória em nossa sociedade contemporânea, cada vez mais carente de informações.

Capítulo I – O espólio do sindicalismo em tempos de crise: o enfraquecimento sindical como fenômeno transnacional

Ao lançarmos as luzes necessárias para discutirmos a fundo as práticas referentes à memória no âmbito sindical é preciso, contudo, localizarmos historicamente suas particularidades que compõem o cenário de nossos questionamentos. Acreditamos que parte do desejo pela memória possa ligar-se à forte crise coletiva vivida nas décadas recentes e, sendo desta forma, esta primeira parte da tese tem como objetivo central abordar os desdobramentos da crise do mundo do trabalho e sua circulação na identidade operária, tendo como campos de atuação as experiências vividas no Brasil e, lançando em outro momento um segundo olhar para algumas de suas similaridades, no caso francês.

Estes olhares cruzados não apenas apresentarão uma pluralidade maior à temática como mostrarão — apesar de suas distintas particularidades — uma experiência transnacional no sentido da crise do trabalho, do desvanecimento sindical e da crise de identidade vivida em ambos os casos.

Assim, este capítulo se inicia com a intenção de identificarmos o “pano de fundo” no qual o cenário sindical contemporâneo experimentou duros tempos de crise, paralelamente às mudanças ocorridas no próprio mundo do trabalho. Diferentemente do conjunto de práticas e fenômenos sócio-econômicos que edificaram o mundo da produção de bens, da indústria e conseqüentemente do trabalho ao longo do século XIX — e boa parte do próprio século XX — o mundo atual testemunhou uma grande e ampla mudança no tocante às realizações humanas e às suas relações no âmbito global acerca de pouco mais de quarenta anos.

Realizações diversas que exemplificam a riqueza encontrada nas páginas de uma história recente como: os tempos difíceis das “cortinas de ferro” tão presentes no cenário internacional da “Guerra-fria” e seu conseqüente fim em 1989, trazendo a reboque toda uma parcela de mundo até então em exceção; a corrida tecnológica e informacional dos países centrais e o fenômeno global da *internet*, relativizando as fronteiras e espaços políticos, econômicos e sociais; os regimes ditatoriais tão presentes na América Latina, por exemplo, (além de tantas outras regiões do mundo) e seu difícil desmonte, possibilitando a inserção de novos e poderosos países emergentes no cenário global como é o caso do Brasil hoje; a profunda

transformação dos meios de produção que se adequava ao passo que os modelos econômicos se tornavam muito mais especulativos que factuais.

Estes poucos exemplos nos servem para compreender, pelo menos em parte, como o mundo do final de século XX presenciou um conjunto de mudanças tão intensas. E como o cenário referente ao mundo do trabalho se portaria durante todo este processo. Sendo assim, não é difícil conceber a idéia de que os diversos acontecimentos ocorridos no contexto global ao longo desta segunda metade do século XX produziram efeitos colaterais em diversos campos da atuação social, econômica e política humana. No que nos interessa por agora, fica clara a máxima de que assim como o mundo do trabalho mudou seus personagens também mudariam acompanhando seus reflexos.

Cabe lembrar-se de antemão que quando falamos de crise estamos levando em consideração o processo de mudança rapidamente ocorrido no espaço do mundo do trabalho ligado à produção industrial, assim como seu sindicalismo, que nos últimos trinta anos aproximadamente encontrou muitos de seus paradigmas esvaziados em concomitância com o próprio modelo econômico e industrial o qual se reinventava com o advento das novas tecnologias.

Não obstante, é lógico que à sombra deste conjunto de mudanças, diversos outros tipos de trabalho e prestação de serviços surgiram dando uma heterogeneidade muito mais profunda ao que se conhecia como classe trabalhadora¹. Ainda assim, o fato é que a dita “crise” do sindicalismo — quando levada a cabo das discussões nos espaços acadêmicos de pesquisa — deve ser compreendida como um fenômeno que prioritariamente foi mais forte para os sindicatos do setor industrial.

Houve, sem dúvida, o surgimento de novos meios de trabalho nos últimos anos que não viveram a mesma tensão que os metalúrgicos, os têxteis, e tantos outros setores cuja classe trabalhadora havia se formado ao longo do século XX. Novos trabalhos, novas práticas e novos meios de representação e atuação podem nos colocar no meio de uma discussão extensa e difícil onde se questiona atualmente se a crise do mundo do trabalho, ou do sindicalismo em termos mais gerais foi tudo o que pensávamos ser.

Sendo assim, não é difícil cairmos na armadilha de fazermos *tabula rasa* ao abordarmos o mundo do trabalho e suas mudanças nos últimos anos. Ainda assim, tendo sinalizado a

¹ A própria concepção do que é, hoje, classe trabalhadora parece ter se relativizado amplamente. Para maiores discussões sobre seu conceito e suas respectivas “mutações” ver Antunes (2003) e (2005).

existência de tal querela, podemos deixar claro que priorizamos nesta tese lançar nosso olhar ao espaço social que compulsoriamente precisou passar pelas mudanças ocorridas e se viu, portanto, desprovido dos valores, discursos e práticas que haviam construído ao longo daquela que foi sua experiência histórica (Cf. THOMPSON, 1987).

Em seu ápice, portanto, o que se conveniu chamar de “crise do mundo do trabalho”, seguidamente daquela do sindicalismo brasileiro vivida na década de 1990, gerou notadamente um sentimento de insegurança em seu interior para os trabalhadores e demais militantes que até hoje ainda se mostra um tanto nebuloso.

No plano global, parte deste “mal-estar” foi combatido nos países centrais desde o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. No entanto, os anos seguintes ainda foram de dura e persistente dificuldade para o cenário sindical. Estas características se tornaram marca de uma década cuja palavra “pós” — do pós-industrial, pós-modernidade, pós-estruturalismo — afetou diversos meios não somente de produção como de reflexão acerca da sociedade e de sua história.

Vivemos momentos de desconfiança quanto à imagem do proletariado enquanto “sujeito de transformação social” (SANTOS, 2006: 128); ou da anunciada “morte do socialismo” (TOURAINÉ, 1988); e até mesmo do “fim da História” (FUKUYAMA, 1992) como uma coroação do modelo liberal capitalista e da “vitória” sobre o socialismo e demais regimes. Para Foster e Wood,

Não é de espantar, por conseguinte, que na década de 1990 — uma era de triunfalismo capitalista — a direita tenha, mais uma vez, proclamado “o fim da história”: o triunfo eterno das instituições capitalistas em todo o mundo e o fim da luta de classe, juntamente com o “fim da ideologia”. [...] Os pós-modernistas afirmam também que houve um fim, que vivemos em um mundo que é [...] pós-histórico, um eterno depois. (FOSTER & WOOD, 1999: 196).

Do campo das idéias ao das práticas e saberes artesanais, as instituições nas quais a sociedade industrial foi balizada se encontraram em uma dada “inércia” onde no ruir dessas últimas décadas a classe trabalhadora se encontrava no meio de um campo caótico e fragmentado cujas suas formas e “encaixes” (BRAGA, 2003: 103) se desfaziam rapidamente. Este foi, portanto, nitidamente um cenário de crise. Cujo fim de alguns discursos, símbolos e valores se

traduziam mais qualitativamente como um “estranhamento” relacionado às mudanças e demais transformações vividas. E não por um “fenecimento” generalizado do mundo do trabalho.

O fato é que, tais postulados mexeram profundamente com estes símbolos e discursos solidamente estabelecidos, pois em meio a tantos questionamentos, é notório que estas últimas décadas marcariam as Ciências Sociais e a História por seu período de grandes e profundas mudanças, onde em seu bojo se nutriam imensas “falências” ideológicas, políticas e produtivas. Houve não somente uma atomização como uma relativização intensa no domínio dos discursos — insuflados por um suposto fim de ideologias como o socialismo, comunismo, entre outros — deixando as grandes metanarrativas, erigidas pelas disciplinas sócio-históricas, no terreno da “incredulidade” (Cf. LYOTARD, 1979: 7).

No campo empírico refletia-se naquelas sociedades capitalistas certo contrabalanço entre o esvaziamento daqueles discursos e o avanço tecnológico mundial — diretamente associado às realizações no campo industrial — onde a *práxis* desenvolvida pelo/no trabalho gradativamente se obscurecia.

Assim, sua participação no processo de constituição de uma identidade do trabalhador tornava-se mais e mais “opaca” uma vez que este também se individualizava e se inseria de forma mais pluridimensional na sociedade como um todo (GORZ, 2003: 104); banalizando a relação com o trabalho contratual, moldando sua identidade às diferentes formas e jogos de relação que não unicamente de trabalho a qual passaria a ter sua ligação ao indivíduo “com horário marcado”, pois não mais estaria este sujeito social unicamente reconhecido no seu *habitus* de trabalho, mas sim em demais jogos de forças e articulações exteriores a ele. Tal situação insuflou no imaginário de grande parte dos trabalhadores egressos do século XX a espera pelo “machado” (SENNETT, 2005: 58) que os extirparia de seu mundo em vias de extinção. O que se quer dizer que a própria nova cultura que se formava trazia consigo um novo conjunto de configurações e representações dos modos de produção, de trabalho e suas relações as quais se tornariam estranhas ao operariado cujas experiências estariam mais calcadas no capitalismo da primeira metade do século XX.

Na França, os anos oitenta vieram acompanhados do enfraquecimento das centrais sindicais, com destaque para as conhecidas CGT e CFDT. Inicialmente elas estiveram confiantes de sua maior participação junto ao recém instaurado governo de François Mitterrand em 1981, tendo em vista o alargamento do canal de diálogo com o Estado; canal este que demandaria na

mesma medida uma relação fortemente *astreinte*² com o mesmo (MOURIAUX, 2004: 79). Ou seja, à medida que a interlocução com o Estado se mantinha, as Centrais se “endividavam” politicamente com os planos de governo e demais reformas que se programavam; uma espécie de dívida se formava principalmente após a criação das leis *Auroux*³ que, ao contrário do que se esperava, não impediu o vertiginoso enfraquecimento sindical ocorrido a partir de 1984.

Vivia-se nos primeiros anos da década de oitenta, na França, uma intensa mudança dos parâmetros econômicos que geriam o mercado de produção de bens; afetando drasticamente o cenário sindical francês e deixando desacreditado um governo esquerdista.

Juntamente com uma transformação endógena dos espaços de produção e de seu próprio processo de flexibilização do trabalho; além do “enxugamento” de muitos setores e empresas onde a informatização culminou em um moderno processo de “caça às bruxas” contra o então arcaico modo de produção tão profundamente reproduzido ao longo de mais de três quartos do século XX. Um “desmonte” da classe operária (Cf. BEAUD & PIALOUX, 2006), responsável pelo seu enfraquecimento gradual e pela incerteza vivida nas próprias instituições sindicais que cada vez mais se encontravam de mão atadas; ocasionando uma espécie de insegurança no que estaria por vir.

O medo de perder seu emprego [...], a consciência de estar preso em um futuro pouco promissor [...] os operários perderam uma grande parte de seus antigos meios de resistência coletiva [...]. A gestão do pesado legado taylorista não é mais feita, ao longo dos anos 1980, sem importantes contradições. [...] as inovações organizacionais postas em lugar nos anos 1980 sobre um fundo de medo, uso e envelhecimento dos OS [operários especializados] minaram parcialmente as bases do “contra-poder” operário, colocando em “curto-circuito” as possibilidades de ação [...]. (BEAUD & PIALOUX, 2006: 76-77).⁴

O “curto-circuito” apontado por Beaud e Pialoux também estaria presente, e facilmente identificado, no crescente problema da exclusão de populações de imigrantes, sejam internos (como no caso do Brasil encontramos a figura do nordestino nas grandes metrópoles como

² Do latim *astringere*, de *ad* e *stringere*, apertar, compelir, pressionar. Originária do Direito Francês *astreinte* e a vernácula *estringente*. *Astreinte* é a multa diária imposta por condenação judicial na “obrigação de fazer” ou na “obrigação de não fazer”, a fim de constranger o vencido a cumprir a sentença.

³ Sobre as leis *Auroux* foram implementadas na França no ano de 1984 e seus reflexos nos sindicatos, ver (RODHES, 1987: 71).

⁴ Entre colchetes, grifo meu.

Rio de Janeiro e São Paulo) ou externos (onde ainda no Brasil podemos apontar o trabalho precário de imigrantes bolivianos, ou africanos e ainda na França o problema recorrente dos imigrantes do território do Magrebe); do aumento dos índices de violência em regiões de periferia e o alargamento do horizonte dos índices de desemprego. Estes apontamentos iniciais são apenas alguns dos exemplos da profunda transformação ocorrida nesses últimos anos e que, conseqüentemente, não poderia deixar de afetar os atores sociais que ali haviam se formado, conhecido e lutado.

No Brasil, após essa mesma década — desta vez matizada através de dinâmicas diferentes — onde vitórias expressivas no âmbito da luta sindical e proletária, principalmente ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT), tomaram forma e ampla projeção; os anos seguintes à abertura política foram marcados por uma espécie de “refluxo” a todos os avanços executados anteriormente.

A partir do fim do regime em 1985, da nova constituição aprovada em 1988, e das eleições de 1989, o Brasil ratificava um passo importante para fora do regime militar, o qual gradualmente se abateu pelas conseqüências desastrosas de um “milagre econômico” insustentável em longo prazo e que, por trás dos índices de crescimento, insuflava uma dívida externa sem precedentes. Neste mesmo íterim, a crescente mobilização e organização de “novos blocos” (SANTANA, 2001: 215) dentro dos espaços sindicais marcava a atuação dos precursores do, então, chamado “novo sindicalismo” e de seu braço político: o Partido dos Trabalhadores (PT).

Estes dois exemplos, do Brasil e França, dão forma ao que tentamos mostrar como parte da realidade contundente de uma parcela majoritária do cenário sindical global vivida por anos. Onde identificamos a queda de sua pujança a partir do final da década de setenta, se estendendo pelas duas décadas posteriores (CARDOSO, 2003)⁵ ao passo que uma nova política econômica se disseminava pelo mundo ocidental não respeitando fronteiras.

O processo de reestruturação produtiva pelo qual passou a indústria automobilística global, nos últimos anos, implicou mudanças no mundo fabril e nas relações de trabalho. No Brasil, por exemplo, os operários do ABC paulista (onde se concentrava a indústria automobilística), por meio do sindicato dos metalúrgicos e das comissões

⁵ Assim como Cardoso (2003), ressalta sua afirmação, balizado em Boyer (1990), Visser (1993), Western (1997) ou Martins Rodrigues (1999), concordamos que a queda do sindicato ocidental no cenário global se dá após os “Trinta Gloriosos”; se alongando pelos anos oitenta e noventa (esta década já no então conhecido terceiro mundo, hoje países periféricos).

de fábrica, desdobraram-se para resistir às novas práticas que trouxeram desemprego e precarização das relações de trabalho, e puseram em risco um conjunto de relações políticas acumuladas nos embates de classe do período fordista. A PSA Peugeot Citroën chegou ao país na fase seguinte, pós-reestruturação, mas na França, ao contrário, viveu todo esse processo anterior. (RAMALHO & SANTANA, 2006a: 116)

De fato, o conjunto de *práxis* políticas e econômicas características do neoliberalismo, tardiamente instalado no Brasil somente no início dos anos 1990, de certa maneira explica o porquê da luta dos trabalhadores brasileiros no decorrer dos anos 1960, 1970 e 1980 não ser, historicamente falando, a mesma dos mineiros britânicos, ou dos operários metalúrgicos da Peugeot e da Renault, dos mesmos anos 1980 na França. Ou ainda, dos montadores da Ford e GM nos Estados Unidos.

Sendo assim, a despeito do ocorrido no contexto global, poderíamos sim concordar com a afirmação de que os anos 1980 foram “os anos de ouro para o movimento dos trabalhadores no Brasil” (BRAGA & BURAWOY, 2009: 226). Afinal, foi nesta década que, mesmo com os combates ásperos contra a ditadura, o “novo” sindicalismo brasileiro se desenvolvia institucionalmente e politicamente; além de ganhar cada vez mais adeptos no cenário operário brasileiro.

Poderíamos também afirmar que em paralelo à crise vivida nos países centrais, a industrialização brasileira e seu respectivo desenvolvimento — assim como de outros países considerados àquela época como de segundo ou terceiro mundo — esteve até muito tardiamente ligada ao poder regulador do Estado que se endividava através de uma política econômica incipiente; não atendendo amplamente às necessidades do país e de sua população. Este fator parece ter contribuído para postergar os efeitos mais duros, antes experimentados pela classe trabalhadora internacional dos países centrais.

A combinação de soluções espaciais, tecnológicas/organizacionais e financeiras enfraqueceu seriamente — e “pelas costas” — os trabalhadores nos anos 1970 [nos países centrais] [...] No entanto, a maioria dos movimentos trabalhistas do Segundo e do Terceiro Mundo [países periféricos], que tiveram uma força impressionante nos anos 1970 e 1980, estava em crise na década de 1990. (SILVER, 2005: 159-160).

O operariado no Brasil lidava em um momento singular com um desafio precocemente já partilhado em diferentes países. Ainda assim, o sentimento de crise vivido pela classe trabalhadora nos parece ter sido significativamente similar. Pois, independente do lugar, do espaço, e do tempo, o que se vivia no mundo capitalista ocidental era da ordem de uma crise não simplesmente econômica, mas sim de um modelo de sociedade industrial construída ainda no século XIX (Cf. DUBET, TOURAINE & WIEVIORKA, 1997: 174).

Foi por esta maneira que as mudanças no campo da produção fabril, dando lugar às indústrias de alta tecnologia, ocorridas nos anos de 1970 e de 1980 acarretaram na edificação de novos espaços de trabalho e, por conseguinte, de luta e resistência. Entretanto, era preciso adaptar-se às mudanças. Fato que não foi relativamente fácil, trazendo com isso o enfraquecimento progressivo do sindicato e de sua ação na sociedade, pois seu lugar estratégico enquanto representantes sofria um “esvaziamento”; as instituições ligadas umbilicalmente às classes trabalhadoras também se enfraqueciam ao passo que com a globalização *lato sensu* o “mundo industrial deixava de ser o epicentro das lutas” (DUBET, TOURAINE & WIEVIORKA, 1997: 175) e questões essenciais à sociedade. Juntamente com essa despolarização, “a esquerda mergulhou numa crise grave”, diz Hobsbawn (2009: 97).

Esta proposta não tarda a encontrar alguns ecos, independentemente da cena onde se apontam tais rastros de crise no campo do sindicalismo e da esquerda que se esvaziavam ao passo que se elevava a individualização nos espaços sociais. Em demais pesquisas na área da sociologia ou da história

O primeiro período, cobrindo *grosso modo* os anos de 1860 à 1960, constituíram um terreno natural de desenvolvimento do sindicalismo. O segundo período, caracterizado por uma expansão da dimensão comunitária das identidades sociais anteriores, provocada pela transformação dos sistemas de organização, da elevação do nível de vida e extensão salarial [...] engendraram uma modificação da relação dos indivíduos com o fato sindical. (ROSANVALLON, 1999: 48).

Em Antunes (2003), também o período compreendido entre o final dos anos 60 e início dos 70 apresentam uma vaga de transição, levando o sindicalismo e o próprio trabalhador às portas da crise vivida nos anos seguintes:

Nas últimas décadas, particularmente depois de meados dos anos 70, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica [...] A classe trabalhadora *fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se* ainda mais. [...] o desafio maior da *classe-que-vive-do-trabalho*, nesta virada do século XX para o XXI, é soldar os laços de *pertencimento de classe existentes* entre os diversos segmentos que compõem o mundo do trabalho [...]. (ANTUNES, 2003: 187-191)

O que pretendemos, portanto, abordar nas próximas páginas se remete à idéia outrora anunciada de que independentemente das singularidades históricas e sociológicas existentes, o fenômeno da crise do trabalho, juntamente com a da identidade sindical, esteve presente vezes mais vezes menos em toda topografia da sociedade capitalista ocidental deste último século.

Discutir mais a fundo o contexto histórico da fase da redemocratização na passagem dos anos 1980 para 1990, no caso brasileiro; e identificar mais amplamente o cenário político social francês na passagem dos anos 1970 para os anos 1980. São estes os casos que ambos apontam para os efeitos da crise do trabalho já, então, deflagrada e irreversível ao mundo que diminuía suas fronteiras e estabelecia através de um paradigma econômico partilhado, uma malha cada vez mais densa e dinâmica entre realidades sociais, políticas e econômicas ligadas ao modo de produção capitalista contemporâneo.

Dessa maneira, apontaremos para uma possível idéia de “circulação”, no nível das experiências, da crise vivida pelo sindicalismo e pelo mundo do trabalho em ambos os espaços sindicais (Brasil e França), cujas identidades estiveram em xeque e encontram na relação com o passado, para além de sua instrumentalização, mais que um desejo de memória.

a. No despertar da redemocratização, o surgimento de uma classe trabalhadora à deriva

Se os anos 1980 foram o campo de solidificação daquele sindicalismo surgido no ABCD paulista já em meados dos anos setenta, a década posterior traria consigo um novo arcabouço político e econômico capaz de deixar o modelo sindical, até então fortalecido pelas vitórias conquistadas, em colapso.

Foi, portanto, a partir da queda do regime ditatorial que a classe trabalhadora brasileira passava a “acertar o relógio” com as demais incertezas vividas por outros sindicatos ao redor do globo, e que já lutavam contra processos de privatizações, “enxugamentos” e demais

mudanças que se tornariam mais e mais presentes na realidade brasileira. A transformação do espaço fabril se deu, portanto, em três dimensões. Interna, externa e subjetiva. Quanto ao espaço interno, ele foi reformulado através da robotização, da informatização e pela desintegração vertical (HARVEY, 2004: 257) cuja intenção era reverter o processo fordista e keynesiano através de uma implementação de uma produção indireta, através de subcontratações, terceirizações e do sistema *just in time* que reduzia os estoques e conseqüentemente os custos da produção.

Nos espaços sindicais e militantes o freqüente empenho em se expressar junto à classe, referindo-se aos acontecimentos daquele momento, produziu uma vasta documentação entre boletins, jornais, panfletos, charges, fotos e cartazes. Abaixo, uma das famosas charges do jornal *Tribuna Metalúrgica* — criado em 1971, atua até hoje como um periódico do sindicato dos metalúrgicos do ABC⁶ — apontam para a ameaça próxima da robotização nas fábricas e, nesse sentido, através da linguagem iconográfica o desafio que os trabalhadores teriam pela frente.

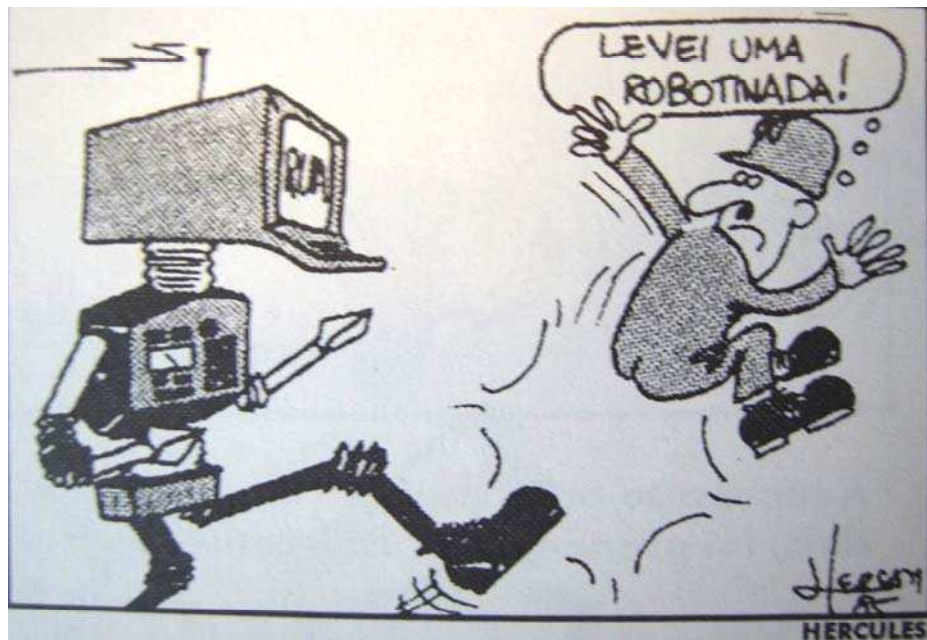


Figura 1: *Tribuna Metalúrgica*, 1985. (*Tribuna Metalúrgica: 20 anos de história ilustrada*, 1998).

⁶ Onde houver SmABC, leia-se Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista .

Após o período de transição, considerando este o mandato do Presidente José Sarney — após a morte de Tancredo Neves, cuja eleição ainda foi realizada dentro do sistema militar —, o Brasil recente chegava à década de 1990 marcado pelo plano cruzado, pela moratória de 1987, pela hiperinflação e pela forte alta da dívida externa; tornando cada vez mais clara a emergência de uma nova política econômica de maneira inevitável, colocando em xeque toda a crescente mobilização sindical realizada no exercício de greves e demais lutas ao longo da década anterior.

O sindicalismo brasileiro, ainda fortalecido pelo período de lutas, enfrentamentos e vitórias recentemente vividas compôs cada vez mais profundamente os quadros políticos e partidários do que seria a recente esquerda brasileira⁷. Naquele momento, não somente o PT, mas outros personagens também ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) solidificavam seu trabalho de verticalização e horizontalização das suas instituições, compreendendo que as lutas futuras seriam travadas não apenas no chão de fábrica, mas sim nas instâncias democráticas que se mostravam em formação.

[...] O 3º Concut propõe que, juntamente com outras entidades populares, devemos pressionar os partidos de oposição à esquerda do governo no sentido de encontrar um denominador comum, tanto em nível programático quanto no de ação prática imediata [...] A partir de 1988, o grande desafio da CUT é construir-se enquanto direção das lutas do conjunto da classe. Para que isso ocorra, é preciso avançar na sua consolidação orgânica em nível nacional [...] a CUT deverá trabalhar pela derrota dos parlamentares ligados aos patrões e pela eleição de candidatos que, por suas posições e prática política, estejam ligados aos trabalhadores e se comprometam com a plataforma da CUT.⁸

Ainda assim, o problema econômico no qual o país se afundava cada vez mais, traria um difícil problema para o terreno sindical brasileiro independente de quão fundo suas instituições e demais órgãos representativos estivessem se estruturando na sociedade civil.

⁷ Para mais esclarecimentos sobre a esquerda brasileira e sua “nova” formação a partir dos anos setenta, ver Santana (2001).

⁸ Resoluções do 3º Congresso Nacional da CUT (07 a 11 de setembro de 1988), Belo Horizonte – MG. **Arquivo do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC/CUT)**. São Paulo, SP.

Ao se desvencilhar das “pedras” encontradas em sua rota de lutas, o sindicalismo pós-ditadura não esperava por um “refluxo” no que tangia suas atividades, sucessos e expectativas tão rapidamente; poucos anos após aquele congresso.

Apesar do forte investimento realizado pela esquerda através de seus organismos como a CUT, o PT, além de sindicatos fortemente representativos no cenário nacional, como era o caso dos metalúrgicos do ABCD paulista — uma espécie de “marco zero” do sindicalismo presente — nos planos políticos regionais e nacionais; a derrota do candidato operário⁹ nas primeiras eleições diretas e democráticas desde 64 marcava apenas o começo de um conjunto de numerosas incertezas. Afinal, a população ainda elegeu, em 1989, um representante da direita como seu presidente.

Tão logo desse por iniciado o próximo mandato presidencial, com Fernando Collor de Mello (1990-1992), o mesmo cenário sindical — que quase havia vencido as disputas presidenciais de 1989 com Lula — passava a perder forças entre a crescente deformação do cenário econômico brasileiro e o campo político de atuação sindical. Cujas hegemonias passavam a ser ameaçadas a partir de 1991 com a criação de outra central. A Força Sindical; que se formava no vácuo da desaceleração combativa direta da CUT cujo espaço diminuía palmo a palmo através das derrotas sofridas ao longo da primeira metade dos anos noventa (ver CARDOSO, 2003: 44-46).

Não nos é estranho, entretanto, que o momento de transição, na década de noventa, para o regime democrático mostrou-se com uma pungente necessidade de crescimento econômico, pois mesmo à vista de diferentes grupos políticos, partidários e sociais, a questão referente à reorganização econômica e social, como Dedecca (2003: 110) assinala, era uníssona. Mais uma vez as charges do Jornal Tribuna Metalúrgica, do SmABC, demarcam de forma bem humorada e “ácida” o momento histórico vivido pelos trabalhadores àquela época ao criticarem o governo Collor e sua “aderência” a uma modernidade que se confrontava com o cenário sindical atual:

⁹ Luis Inácio Lula da Silva foi candidato derrotado nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998 pelo Partido dos Trabalhadores (PT).



Figura 2: O governo Collor, Tribuna Metalúrgica, 1991. (Tribuna Metalúrgica: 20 anos de história ilustrada, 1998).

Com a eleição de Fernando Collor de Mello, o Brasil dava seu primeiro passo para a abertura do mercado nacional às importações. Com este passo, a desestatização da economia cortava o canal de comunicação e de barganha até então construído entre a classe trabalhadora e seus sindicatos com o governo. As relações de trabalho deveriam agora ser estabelecidas e reguladas no espaço privado tendo como atores o sindicato e as empresas.

O que ocorreu de fato é que a “máquina” estatal — lembremos — “pesada” e lenta não escolheu tutelar o fluxo de mudanças que apontavam no horizonte do sistema capitalista ocidental da segunda metade do século XX.

Ela foi redirecionada obedecendo às demandas de uma “nova ordem” cada vez mais disseminada globalmente. Ordem esta que desde o início dos anos oitenta havia já deixado suas marcas na população operária de países como a Grã-Bretanha de Margareth Thatcher¹⁰, os Estados Unidos da América de Ronald Reagan, ou a França de François Mitterrand¹¹. Em

¹⁰ Margareth Thatcher foi primeira ministra do Reino Unido no período entre 1979 e 1990. Seu governo marcou drasticamente o combate à inflação, adotando uma política econômica neoliberal; implementou a política de privatizações em empresas estatais e limitou ao máximo as greves. O cenário sindical britânico sofreu grandes derrotas no período.

¹¹ François Mitterrand foi o primeiro e único, até hoje, presidente socialista da República Francesa em 1981. Logo em 1983, suas reformas colocaram-no em xeque com algumas representações dos trabalhadores,

ambos exemplos, ocorridos durante os anos 1980, podemos sinalizar seus respectivos períodos como de instauração do modelo neoliberal, marcado pela privatização, pelo enfraquecimento dos sindicatos junto ao Estado e às políticas econômicas adotadas, a baixa nas taxas de sindicalização e a alta do índice de desemprego.

Nesse cenário já conhecido do exterior, as relações de trabalho brasileiras aterrissaram sem quaisquer anúncios ou preparações. Houve, portanto, um câmbio funcional. Ato cuja “decisão autoritária e a ação do Estado dão lugar ao Estado de negociação, que prepara os palcos e as negociações e dirige o espetáculo” (BECK, 1997: 54).

Ou seja, gradualmente em favor da política econômica neoliberal, o papel do Estado nas relações entre trabalhadores e empresas tendia a diminuir como agente regulador e delimitador das práticas e contratos estabelecidos. Essa prática visava incentivar a entrada de empresas, multinacionais e demais indústrias no mercado brasileiro aquecendo-o.

Nesse contexto, o início dos anos 1990 também foi, portanto, o início de um movimento do Estado brasileiro em direção — ainda que incipiente — ao que Beck chama de “política reflexiva”, ou seja, “desaparecimento do político” (Idem, 1997: 55). Esquadrinhava-se, assim, o palco de mudanças que marcariam o “Mundo do Trabalho” no Brasil.

Nos anos seguintes, até o *impeachment* de Collor em 1992, juntamente com os governos de Itamar Franco (1992-1995) e principalmente de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o paradigma neoliberal “entalhava” a duros golpes as práticas, modelos e discursos que compunham o cenário de estranhamento, debilidade e desafios, no qual a classe trabalhadora era alocada. Ali ela se descobria mais e mais ameaçada juntamente com o, até então “vitorioso” e contestatório, novo sindicalismo — nascido no ABC paulista — frente à crescente “despolitização da economia” (CARDOSO, 2003).

Por esses argumentos é que colocamos que tal cenário de mudanças, ademais, levou a antiga geração de trabalhadores a uma espécie de “xeque-mate” no que concernia ao conjunto de práticas defendidas e conquistadas ao longo de suas trajetórias.

Em meio às transformações geradas no cerne da abertura econômica, mesmo após o episódio do *Impeachment* o cenário apenas se agravou. O grande endividamento externo atrelado à inflação continuaria a ditar as regras pelos anos seguintes. No caso brasileiro os anos 1990 mostrariam claramente alguns dos seus efeitos sentidos de maneira não muito diferente da

principalmente com a ala comunista que, já em 1984, saía do governo. Ao longo dos anos seguintes foi perdendo paulatinamente o apoio social onde se culminou em 1993 com a saída dos socialistas, se colocando finalmente na oposição.

vivida em países europeus, por exemplo. Com a entrada do vice-presidente, Itamar Franco, ao poder o quadro econômico brasileiro continuava grave. Os índices de inflação mostravam-se maiores do que na década anterior e em menos de cinco anos os mesmos índices parecia haver mais que dobrado em relação à média de toda a década de 1980.

Para os trabalhadores e militantes que atravessaram esse período, sua própria concepção de trabalho e de conhecimento técnico, além da prática militante, se embrenhavam em uma dúvida latente sobre o espaço social que agora ele ocupava. Sua identidade constituída pelo trabalho, pela trajetória de lutas e pelo espaço fabril deveria ser reavaliada.

Encerrava-se neste processo seu conjunto de estratégias, de mobilização e enfrentamento, utilizado satisfatoriamente na década de oitenta; não mais adequadas ao tênue equilíbrio entre as políticas econômicas externas e internas, e à manutenção dos empregos nas indústrias.

Os anos noventa testemunharam não apenas um afastamento da regulação estatal — e dessa maneira uma diminuição latente da possibilidade de demandas, reivindicações e demais enfrentamentos realizados pela classe trabalhadora e seus sindicatos — enfraquecendo a estabilidade do trabalhador junto aos órgãos reguladores, tanto públicos quanto os ligados à empresa privada, e sua combatividade nos setores industriais em expansão. Testemunharam também a falta de demanda que o mercado exigia juntamente com o desenvolvimento tecnológico, espacial e mercadológico uma crescente “extinção” de ofícios nos últimos dez anos. Profissões como as de telefonista, ferroviários, tecelões, ferreiros, motorneiros e alfaiates, por exemplo, diminuíram suas atuações profundamente e em alguns casos foram completamente apagadas do espaço de trabalho gerando no vácuo do desaparecimento dessas funções, mais desemprego e exclusão.

O desemprego crescente nos anos noventa foram uma tônica daquele período de enfraquecimento sindical frente ao governo que, parafraseando os mestres e pais da democracia no ocidente, impunha a uma sociedade comprometida pelas mazelas de anos de regime de exceção uma prática totalitária financeira e especulativa; dissolvendo diversas estruturas frágeis que haviam sido arduamente conquistadas em um Brasil onde o trabalho precário e escravo¹² ainda eram uma realidade contundente e muito visível. Entre planos econômicos, arrochos salariais entre outras truques/mágicas de um governo excludente, o desemprego apenas aumentara durante meados da década de noventa. Um marco para a

¹² Sobre o trabalho escravo no Brasil contemporâneo, ver Figueira (2004).

estabilização da economia brasileira e, ao mesmo tempo, para o acúmulo do desemprego em nível nacional foi o plano Real.



Figura 3: Charge sobre as demissões no Plano Real, 1997. (Tribuna Metalúrgica: 20 anos de história ilustrada, 1998).

Foi naquele âmbito que, no campo econômico, uma dita “solução financeira” (SILVER, 2005: 159), — já conhecida dos países centrais desde o final dos anos setenta — se tornava cada vez mais hegemônica nos países periféricos na passagem dos anos 1980 aos 1990. No caso da América Latina, e mais especificamente do Brasil, foi ainda no decênio de oitenta que o Estado brasileiro se libertou do regime ditatorial buscando, por conseguinte, fortalecer o diálogo com o mercado externo através de uma política econômica desta vez condizente com a ordem internacional da desestatização da economia. Algo que atingiria seu ápice com o governo Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003).

Um Estado recém saído de um regime de exceção; atrelado às pesadas chagas de uma recessão feroz e uma inflação descontrolada, precisava buscar em pouco tempo os meios para subtrair ao máximo as diferenças excludentes que se cristalizaram ao longo dos anos difíceis. Tais condições apontavam para o “desafio” que era se libertar do ranço de toda uma estrutura política, econômica e social autoritária que perdurou ao longo de quase três décadas.

Ainda assim, para além das muitas mudanças ocasionadas no período, no entanto, é necessário compreendermos que elas não se realizaram “da noite para o dia”. Uma memória

dura e impertinente se fazia presente não apenas na cabeça do trabalhador e do militante; era também inevitavelmente atual no que tangia às instituições implicadas. Ainda nos anos noventa resquícios do antigo sistema podiam ser vistos, principalmente, em empresas estatais. A Petrobrás, estatal do setor do petróleo brasileiro, é um bom exemplo disso:

[...] nos anos oitenta [1980] e nos anos noventa [1990] um comportamento de **ditadura** no corpo gerencial da Petrobrás era muito visível, né? As gerências de um modo geral. Elas se comportavam com atitudes; não permanentemente mas, vez por outra você identificava em determinadas gerências comportamento e ações ditatoriais muito fortes. Suspensão de empregados... *alijamentos* [sic] de, de... Ascensão dentro da empresa... E não só na gerência; também no corpo de supervisão [...]. (HOLANDA, 2006: 05 out.).

Em meio ao “turbilhão” econômico que se expandia nessa mesma década e o indesejável estreitamento da via de suas reivindicações, o movimento sindical parece ter convivido com o “pior de dois mundos”. Por um lado, as “ruínas” burocráticas e gerenciais do período ditatorial; e por outro, uma “invasão bárbara” do modelo neoliberal no mercado brasileiro trazendo a reboque a “liquefação” de estruturas moldadas — até então conhecidas — pelos próprios trabalhadores.

O fato é que a própria militância e demais atividades ligadas ao sindicato brasileiro estiveram desacreditadas junto à opinião pública que se inflamava através do que era reproduzido pelos meios de comunicação e pelo governo. O caso da greve dos petroleiros de 1995 aponta para dois momentos de interesse: (1) a força de mobilização dos sindicatos ligados à FUP no esforço de paralisação de quase um mês, causando grandes conseqüências no cenário nacional; (2) a derrota seguida do forte empenho em se tentar ridicularizar o movimento, encampado pelo governo — de Fernando Henrique Cardoso — e pelos meios de comunicação aliados ao pensamento de direita.

Na edição do jornal Folha de São Paulo, após o episódio da greve dos petroleiros, um empresário do setor de gás expõe sua elucidação sobre o caso, colocando trabalhadores à parte da população que através dos meios de comunicação de massa passavam a se contrapor cada vez mais ao movimento:

A realidade é que o coordenador da FUP, em seu ataque às distribuidoras, se parece cada vez mais com o protagonista de “Terra em transe”, de Glauber Rocha. Desesperado ele lança mão, em dado momento, de uma metralhadora e sai disparando contra tudo e contra todos. Não é este o melhor caminho para a autocrítica de um movimento que fracassou, fundamentalmente por falta de apoio da população.¹³

Nesse sentido, enquanto a histórica greve tinha seu fim, a credibilidade dos petroleiros também se esvanecia ao longo da década de noventa onde os constantes acordos, disputas e negociações frente à política econômica neoliberal brasileira de privatizações em franca expansão não mais obtinham resultado. Essa condição se apresenta de maneira marcante para os militantes que participaram ou se identificavam com o ocorrido.

A gente passou por um processo de mudança produtiva muito forte, no final dos anos 80 e nos anos 90 como um todo [...] a gente viu principalmente foi redução de pessoal próprio, teve terceirização, precarização de manutenção, um monte de coisa, que no fim a empresa colheu frutos de tudo isso e do trabalho como um todo, né? Que eles pegaram o modelo da globalização e tudo mais que tava acontecendo; enxugamento, privatização e tudo mais que aconteceu e reduziram a empresa como se reduzissem os bancos. Foi tudo na mesma época. Eu até falava isso, e falo ainda: você enxugar um banco, o que acontece? [...] antes tinha dez caixas, agora tem dois; a fila aumenta, o cliente reclama e tudo mais; mas no fim ele vai no caixa eletrônico [...] Agora, numa refinaria, num processo de petróleo, quando você tem pouca gente, o que acontece? Acontecem os grandes acidentes ambientais, acontece mortes, acontece, foi tudo o que aconteceu na Petrobrás, medias históricas de dois falecimentos por mês [...] pressão do trabalhador, perda de direitos; representação sindical que foi sufocada, na época do governo Fernando Henrique, greve, greves longas... E sem perspectiva de negociação, sem resultado [...] (SANCHES, 2006: 15 set.).

Naqueles anos de incertezas o que marcava a trajetória de todos os militantes envolvidos naquele cenário era os episódios de extrema dureza — em alguns exemplos somente comparados aos anos difíceis, passados há cerca de dez anos — com que o governo escolhia lidar com os trabalhadores e suas representações. Foi naquela mesma greve dos petroleiros

¹³ ZAHARAN, Ueze. “A FUP em transe”. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**. Dinheiro, opinião econômica. 27 de junho de 1995. Arquivo on-line INFOENER (Sistema de informações energéticas) – USP/IEE.

que, com incrível aceitação de parte majoritária da população, o exército chegara a invadir unidades da Petrobrás em São Paulo e Paraná, podendo se estender também ao Rio de Janeiro, com o intuito de arrefecer o movimento reivindicatório dos grevistas.

Por determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Exército ocupou ontem quatro refinarias de petróleo, três em São Paulo e uma no Paraná. [...] “O pessoal diz que está difícil suportar a pressão psicológica, pois a direção está ameaçando demitir quem sair de lá”, afirmou Antonio Carrara, diretor do sindicato.¹⁴

As reminiscências do episódio, hoje são parte da história sindical dos petroleiros e de demais setores que se identificaram com o ocorrido em 1995. De fato, este episódio retrata o epicentro das mudanças ocorridas que convulsionaram o cenário brasileiro sindical dos anos noventa.

Em 95 [1995] teve aquela **grande** greve, e depois a gente não assinou o acordo. A gente voltou a assinar o acordo com a empresa só em 97 [1997]. e aí a gente fechou [...] pressionados e tudo mais a respeito de uma perspectiva de perda de direitos; e foi o que aconteceu. Todo mundo que tava até lá, tinha os direitos mantidos; mas quem entrasse a partir daquela data não tinha mais. E aí... Se criou um muro. [...] todo mundo que entrou depois de 97 [1997] entrou com vários direitos rebaixados (SANCHES, 2006: 15 set.).

As mudanças ocorriam paritariamente no campo da justiça, do legislativo e do executivo. O trabalhador foi fortemente “relativizado”, assim como seus direitos. Nesse escopo a mudança estrutural dos postos de trabalho, atrelada à entrada de um novo perfil de trabalhador nas indústrias gerou um grande estranhamento na totalidade da classe trabalhadora brasileira. Nos parece, portanto, que o problema da mudança dos parâmetros econômicos e sócio-políticos no terreno do capitalismo na sociedade ocidental, sobretudo foi um problema de desencaixe. Impossibilidade de adequação do conhecimento operário, da prática de suas relações sociais e políticas, à gama de mudanças velozmente encampadas no mundo do trabalho.

¹⁴ “Exército ocupa refinarias de madrugada.” **JORNAL DO BRASIL**. 25 de maio de 1995. Arquivo on-line INFOENER (Sistema de informações energéticas) – USP/IEE.

Estas coordenadas, em parte como eixos da própria modernização das relações de trabalho e de sua práxis contemporânea e esquizofrênica, fazem jus à cena descrita por Gorz em seu livro “Metamorfoses do Trabalho”, quando do “esgarçamento” da cultura do trabalho:

A cultura do trabalho, fragmentada em mil estilhaços de saber especializado, vê-se assim isolada da cultura do cotidiano [...]. Descentrados de si mesmos pelo caráter unidimensional de suas tarefas e de seus saberes, violentados em sua existência corporal, devem viver em um ambiente em vias de dispersão e de fragmentação contínuas, entregues à agressão megatecnológica. (GORZ, 2003: 94).

Lembremos que Thompson já havia dito que a classe e sua consciência se formariam embasadas em um fenômeno histórico comum e pelo conjunto de experiências partilhadas por um determinado grupo; reconhecendo em si suas necessidades (THOMPSON, 1982). Tais experiências, no entanto, parecem não terem sido repassadas; seja através da prática possível no espaço coletivo, seja pela impossibilidade de transmissão das mesmas no tempo histórico.

Essas mudanças acompanhadas das debilidades surgidas na cena sindical, da década de 1990 no Brasil, foram regularmente percebidas e postas em discussão na esfera pública de significativo número de jornais e demais meios de comunicação, principalmente os que historicamente possuíam uma trajetória alinhada muitas vezes à direita do campo político brasileiro:

O principal impacto social desse processo é o aumento do desemprego formal, inclusive porque prioritários hoje são os investimentos em novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra (capital intensivo) [...] A força de trabalho tende a ser cada vez mais qualificada, competitiva, individualizada e autônoma, o que acaba minando e enfraquecendo - e muito - o poder dos sindicatos. A fragmentação de empresas e a formação de complexas redes informais de fornecedores constituem uma característica desses novos tempos.¹⁵

A justificativa “limpa” dos novos tempos infelizmente não apagava a crua realidade em expansão. A atomização do espaço de produção industrial seguiu-se à debilidade dos

¹⁵ NETO, Miranda. Qual o futuro? In: **Jornal O Globo** de 20 de janeiro de 1997. Primeiro caderno, pág. 6.

trabalhadores e seus sindicatos em atuarem conjuntamente em bloco e de manter seu poder de negociação, conquistado nos anos anteriores à duras penas. Este enfraquecimento afetou não apenas a indústria, mas todo o seu entorno que se tornava gradativamente mais fraco como as vilas operárias, os comércios e demais mecanismos de desenvolvimento das economias locais. A desintegração de parte do mundo do trabalho levou consigo muito mais que se esperava.

Se outrora Bachelet havia comparado a fábrica e seu espaço periférico como “um espaço magnético, marcado por pontos de atração e linhas de força” (BACHELET, 1998: 6), a experiência dos anos que se seguiram, principalmente após 1994, mostraram que as “polaridades” dos campos de força até então conhecidos pelos trabalhadores haviam sido alteradas profundamente.

O deslocamento geográfico para locais mais baratos e de melhores condições de “controle”, juntamente com a desconfiguração do espaço interno da linha de produção para atender novas tecnologias franqueadas pela automação, acabaram por criar uma “fratura” no operariado brasileiro durante o início dos anos 1990, e de alargá-la ao longo daquela mesma década; deixando refluir elementos até então inalienáveis a manutenção de uma identidade coletiva. Principalmente em bairros de vertiginoso crescimento e especulação imobiliária, circunscritos em grandes metrópoles como Rio de Janeiro ou São Paulo, muitas indústrias foram remanejadas quando não totalmente extintas, ocasionando grandes vazios urbanos seguidos de miséria, e descaso.

Em relação às antigas fábricas, já desativadas, localizadas em centros urbanos das grandes cidades, um número considerável de estudos de casos trata de questões referentes às experiências de suas dissoluções, depredações, abandonos ou deslocamentos; limpezas e seus diferentes significados. Nesta situação podemos encontrar diversos espaços industriais que foram fechados ou até mesmo demolidos durante as décadas de 1970, 1980 e 1990. Espaços industriais antigos, de empresas centenárias que não suportaram as mudanças dos últimos 40 anos.

Companhias industriais têxteis¹⁶, cervejeiras, calçadistas e metalúrgicas, entre muitas outras, compõem o amplo quadro das indústrias que sofreram profundas modificações ao longo das últimas décadas.

¹⁶ Citamos entre muitas outras indústrias as companhias América Fabril e Nova América, no estado do Rio de Janeiro. Estudamos estas duas companhias anteriormente na dissertação de mestrado intitulada “Retalhos de memórias: trabalho e identidade nas falas de operários têxteis do Rio de Janeiro”; defendida em 2006 no Programa de pós-graduação em Memória Social da UNIRIO.

A desarticulação das tradicionais companhias fabris gerou não só uma fragmentação do tempo e espaço de produção, como também um compulsório abandono ao que não se mantinha mais necessário e produtivo aos novos parâmetros do capitalismo vigente.

Ou seja, o espaço do trabalho — levando em consideração também suas adjacências como vilas operárias e demais localidades as quais a indústria atuava de alguma maneira — pouco a pouco vem se desvanecendo juntamente com a prática na qual ele era reconhecido.

O caso, entretanto, não deve ser visto somente como uma particularidade dos países conhecidos hoje como emergentes. Se os anos noventa trouxeram grandes obstáculos aos sindicatos e demais personagens do mundo do trabalho no Brasil, já há uma década tais situações se impunham ao conjunto de atores sociais ligados à temática do trabalho e do sindicalismo na França.

Em edição do *Le Monde Diplomatique* de 1988, o historiador Jacques Le Goff chama a atenção para a discutível “reabilitação espetacular” (LE GOFF, 1988) do setor empresarial em detrimento das conquistas sociais e demais meios de ações coletivas; realizadas em mais de um século de lutas pelos setores militantes e sindicais. Fato este que coroava de maneira denunciativa uma reabilitação cujas fundações haviam sido erguidas por cima dos “cadáveres” ideológicos de uma estrutura sindical doente.

Esta realidade, precocemente vivida em outros países, não deixou de ser igualmente árdua para a classe trabalhadora que se formava e se reconhecia até então naquele espaço legitimado pelas práticas do trabalho. Há quase uma década antes, os trabalhadores da região periférica parisiense de *Boulogne-Billancourt* também padeceram através de uma “fratura” bastante similar ao que tratamos acima.

b. A experiência francesa dos anos 1980: desencantamento e dúvidas para um futuro recente

Entre os anos de 1979 a 1990, na França, a fábrica da Renault em Paris, localizada na região de *Boulogne-Billancourt* — sudoeste parisiense cortado pelo rio Sena onde a linha de montagem se localiza na ilha de *Seguin* — passou por uma vertiginosa e irrevogável queda na qual os planos sociais instaurados pela empresa visavam uma sensível diminuição de seu operariado juntamente com a desativação gradual daquela indústria.

O processo vivido entre as datas supracitadas mostram contundentemente uma compatibilidade com o que chamamos de fenômeno transnacional da crise do sindicalismo industrial. O microcosmo aqui representado pela fábrica Renault da região parisiense e por seus trabalhadores, é permeado por inúmeras questões que vezes mais vezes menos estão igualmente presentes em todo território Francês, ou mesmo global. Afinal, o sentimento de perda amplamente vivido por trabalhadores franceses ou brasileiros é similar; o que se distingue são os elementos e relações erigidas em contextos distintos onde o espaço e círculos conjunturais históricos asseguram suas especificidades.

Ainda assim, não convém desqualificar o fato de que tais experiências puderam estar em ambas às classes trabalhadoras levando-as à mesma natureza de dúvidas e ressentimentos no que concernia às mudanças do espaço do trabalho e das técnicas; ao esvaziamento de poder das instituições sindicais e suas consecutivas estratégias de sobrevivência política; ao choque de gerações de trabalhadores, entre outras questões.

Fechadas suas portas em março de 1992, a fábrica da Renault de *Boulogne-Billancourt* encerrava consigo o processo de queda iniciado já em meados da década 1980 e parte da história da própria França.

Local histórico de lutas, greves e realizações de confederações como a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) e a Confederação Geral do Trabalho (CGT), essa região, diferentemente de outras periferias (*banlieues*) parisienses, deve sua prosperidade e seu vertiginoso crescimento urbano à primeira fábrica Renault instalada ali na região de *Boulogne-Billancourt* e, posteriormente, na *Île Seguin*.



Figura 4: Fábrica da Renault *Île Seguin*, localizada no rio Sena a sudoeste de Paris, França. 2001.¹⁷

Na unidade da Renault de *Île Seguin* muitos trabalhadores se aposentaram precocemente através de acordos trabalhistas ou retornaram o país de origem através do incentivo dado pela própria Renault, por volta do ano de 1985.¹⁸ Os anos seguintes são de tensa luta contra a maré de desilusões vividas pelos que pensavam transmitir seu “*savoir-faire*” operário por mais uma geração.

Segundo documentos encontrados nos arquivos da própria CFDT no ano de 1989 o fechamento da fábrica e de todo seu complexo já era algo concretamente pressentido. A sobrevivência parece ter sido a palavra de ordem. Exemplo disso se traduz na carta escrita no dia cinco de dezembro de 1989 pela CFDT ao apoiar a luta dos operários:

¹⁷ Retirado da rede mundial de computadores (www), licença Creative Commons (CC).

¹⁸ Arquivos Confederais da CFDT. Cahier INFOS 92, Union départementale CFDT des Hauts-de-Seine. n°176 – 92, février 1992.

Nós lutaremos pelos homens e não pelos muros dos ateliês e carcaças de máquinas. Os salarizados não têm somente um passado a defender, eles têm, sobretudo, um futuro a ganhar.¹⁹

O lugar de trabalho que antes abrigou até cerca de 10.000 trabalhadores, hoje fechado e demolido, foi parte do “laboratório” de mudanças ocorridas no setor industrial à época na França. Reestruturação, flexibilização do trabalho e o advento da robotização trouxeram aos operários franceses o mesmo temor que seus companheiros de classe enfrentariam no Brasil cerca de dez anos mais tarde.

Claramente, ao se flexibilizar o setor industrial mundial rompeu com a sua memória construída nos parâmetros da escola fordista e do tradicional método taylorista. Não apenas os processos de trabalho, como os produtos e a mão-de-obra que os criavam necessitavam ser “flexíveis” para atender a necessidade financeira privada e do mercado consumidor.

O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores (...) A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (...) rápida destruição e reconstrução de habilidade, ganhos modestos (quando há) de salários reais (...) e o retrocesso do poder sindical — uma das colunas políticas do regime fordista (HARVEY, 2004: 141).

Através das mudanças ocorridas no Mundo do Trabalho, não apenas a indústria como todo seu espaço periférico sofreriam mudanças. Como já dissemos anteriormente, este não foi apenas um caso em particular dos países do hemisfério norte, mas podemos afirmar que começou a partir deles, estendendo-se nos anos seguintes aos países periféricos. Um fenômeno, portanto, ocorrido em todo o mundo capitalista majoritariamente ocidental.

Em diferentes países, muitos dos lugares que haviam prosperado devido à economia e ao bem-estar social, insuflados pela presença desses grandes pólos de produção, acabaram por se degradar em sua grande maioria devido à lacuna deixada pela indústria de outrora. Quando

¹⁹ Tradução livre do autor: « *Nous nous batterons pour les hommes et non pour les murs des ateliers et les carcasses des machines. Les salariés n'ont pas qu'un passé à défendre, ils ont surtout un avenir à gagner* ». ARCHIVES CONFEDERALEES CFDT. Cahier INFOS 92, Union départementale CFDT des Hauts-de-Seine. n°176 – 92, février 1992.

não, o desenvolvimento urbano da região acabava por obliterar a própria memória local que aos poucos ia deixando de buscar como referência de suas lembranças as antigas indústrias, fábricas daquela região que lhe conferiram muito de suas tradições locais, hoje completamente evisceradas.

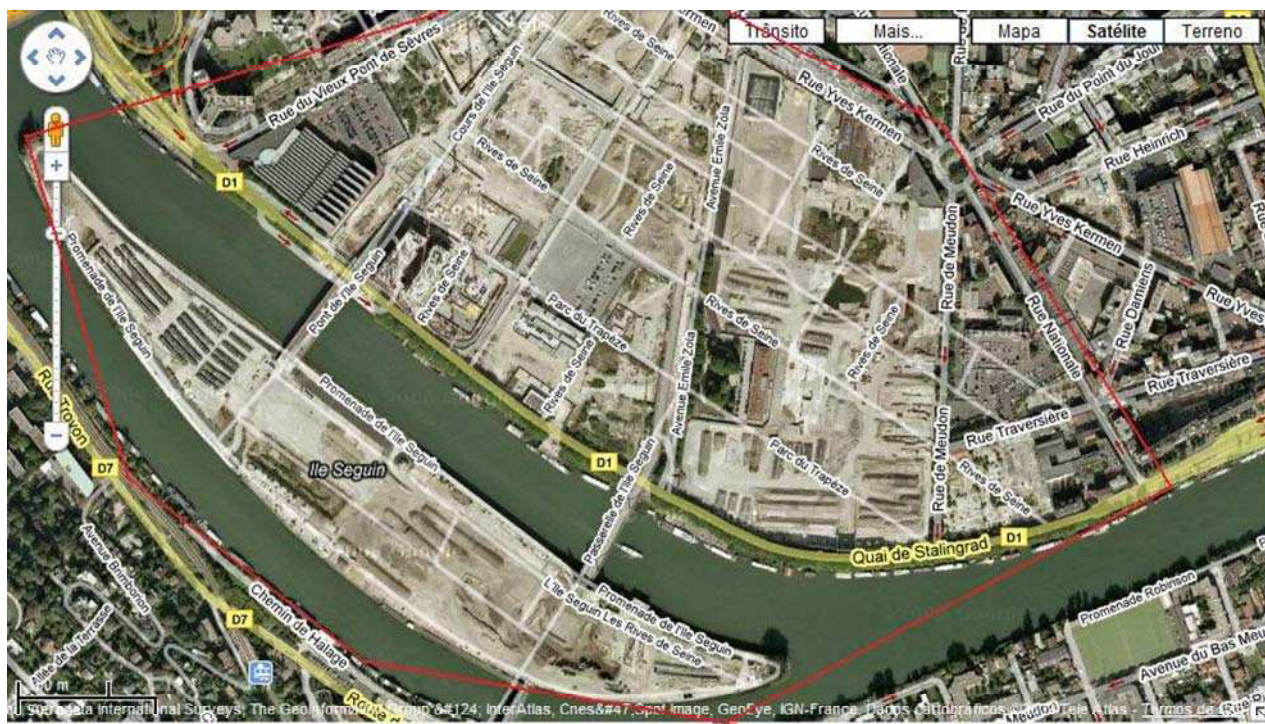


Figura 5: Vista aérea da região de *Boulogne-Billancourt*. Fonte: Google Maps, 2009.²⁰

A constatação e ressentimento relacionados com as mudanças de espaços industriais não são exclusividade da França ou do Brasil. De fato, o apagamento de sítios inteiros de trabalho onde milhares de trabalhadores e suas famílias passaram ao longo da história, formam um constante sentimento de “vazio” e de insegurança no campo da identidade e da própria existência social em um local cujos (re)significados podem atuar contrariamente à identidade e à memória coletiva ali partilhada e herdada. De fato, como uma das entrevistadas, antiga moradora da região de *Boulogne-Billancourt*, diz:

O bairro de Billancourt, onde havia as fábricas da Renault, foi um bairro de maioria Burguesa. Desde o fim do século XIX. [...] Foi um bairro, onde havia a Renault, que foi muito, muito bombardeado durante a guerra [se refere à 2ª guerra mundial] [...]

²⁰ O polígono vermelho mostra a área ocupada pela fábrica Renault, hoje totalmente demolida. No centro do Rio Sena, a Ilha Seguin.

houve muitos mortos. [...] Se a região prosperou bastante, se é uma região que podemos considerar **rica**, Boulogne-Billancourt, **é graças** à Renault. Graças à Renault. Não se pode esquecer... (CHARTAIN, 2008: 26 mai.).²¹

É notório que no caso de *Boulogne-Billancourt* o esvaziamento do espaço fabril foi rapidamente ocupado por uma especulação imobiliária feroz, muito comum em grandes centros metropolitanos. Em seus extensos terrenos, nada mais sobrou. Apenas muros e a simbólica entrada da fábrica restaram como uma última pista, um último vestígio de uma história em vias de encobrimento. Apesar das diferenças existentes, outros exemplos não deixam de apontar para o que Verret comparou os locais das grandes fábricas e suas regiões com o que chamou de “desertificações vivas” (VERRET, 1992: 22).



Figura 6: Área demolida da Fábrica Renault em Boulogne-Billancourt. Vista da Rua *de Meudon*, Paris. **Fonte:** *Google Maps*, 2009.

²¹ Entrevista realizada com **Julia Chartain** (esposa de Bernard Chartain, ex-operário da Renault de Boulogne-Billancourt) em 26 de maio de 2008. Concedida ao autor. Tradução livre do mesmo.

Exemplos como da indústria têxtil de *Motte-Bossut*, na cidade de *Roubaix*, no extremo norte da França, que fecha suas portas em 1981 devido à recessão ocorrida no setor têxtil; ou ainda das grandes transformações vividas na indústria *Peugeot* em *Sochaux* ao longo dos anos oitenta, alijando a estrutura sindical historicamente constituída ao longo das experiências de lutas realizadas em seu solo. Casos como esses apontam para um claro esvaziamento de poder da atuação sindical na esfera pública onde tanto as mutações do mundo do trabalho como o desenvolvimento da economia no campo capitalista tiveram ampla margem de atuação.

De fato, muito ocorreu dentro dos espaços de atuação da classe operária francesa. Não era apenas o espaço de trabalho que mudava, assim como suas regras, funcionalidades e tecnologias; havia também uma grande mudança no seio da mão-de-obra ali empregada e nas práticas do trabalho, cada vez elaboradas de maneira a enfraquecer os diferentes meios de sociabilidades potencialmente perigosas.

Alguns exemplos podem ser apontados aqui como a criação de novos postos de trabalho na figura dos “monitores” (BEAUD & PIALOUX, 2006: 43), responsáveis por atuar junto aos operários de maneira a diminuir o atrito e controlar de melhor maneira os mesmos junto aos seus mestres e contramestres; visando a maior produtividade e a aniquilação do tempo livre como meio possível de organização para futuras mobilizações.

O taylorismo, longe de ter entrado em crise, passou a habitar mais profundamente os sistemas e máquinas operadas pelos trabalhadores nas indústrias. Refeitórios, áreas de fumantes, salas de repouso; todas as dependências fabris, ligadas ou não ao trabalho passaram nas últimas décadas a ser controladas agora de maneira muito mais fina, subjetiva, pelas empresas fabris. Com o intuito de impedir a dispersão fora do espaço fabril e controlar cada vez mais o operariado, mesmo em seu tempo de lazer, diversas fábricas instauram meios de medição, controle e regulação do descanso, do lazer ou das refeições. Hatzfeld (2002) deixa bem claros tais exemplos em seu estudo de campo realizado em *Sochaux*, na região de *Montbéliard* à leste da França.

Para o *casse-croûte*²², refeitórios são situados ao lado do ateliê, em locais luminosos, modernos e equipados. No que concerne os momentos de pausa, a

²² *Casse-Croûte* é uma expressão idiomática da língua francesa e pode significar tanto o ato de “matar a fome”, como pode ser os pequenos quiosques ou balcões onde podemos pedir uma refeição rápida, ou ainda máquinas que dispõem de pequenos lanches. No sentido dado por Hatzfeld (2002), compreende-se que há refeitórios ao lado do ateliê que servem para “matar a fome” dos operários que trabalham na linha de montagem.

implementação das novas linhas de montagem previam entre elas um espaço suficiente para permitir um abastecimento fácil em peças e a instalação de espaços reservados. Implantados próximos uns dos outros entre as linhas de montagem, estes espaços chamados de *áreas de descanso* podem acolher cerca de trinta pessoas. [...] Uma divisória de cerca de 1,60 metros cercam cada área de maneira a formalizar seu estatuto específico do local, sem extirpá-lo do espaço de produção enquanto tal; e sem romper o princípio de transparência que ali prevalece. [...] Permite também, explica um funcionário que participou da concepção do ateliê, de promover um trajeto das pessoas que compõem a equipe nos momentos de troca de turnos ao início e ao fim do dia: ao chegar, cada um passa pela área comum antes de se juntar ao seu posto de trabalho, tomando contato com seus colegas assim como com seu chefe que lhe apertará a mão. Sinal de civilidade ou de fidelidade este gesto facilita a conferência dos que estavam presentes, cujo agente de controle, desde a supressão dos relógios de ponto em 1981, deve realizar antes da saída dos que compunham a linha de montagem. (HATZFELD, 2002: pp.41-42).²³

A constante racionalização do espaço e tempo não apenas de trabalho como também do que se mantinha paralelo ao trabalho cresce ao passo que os postos cada vez se especializam mais. À reboque também se destacam: a crescente contratação de quadros técnicos e profissionais — principalmente na década de 80 — (engenheiros, técnicos, informatas, e demais profissionais) cujas atribuições e realidades não passavam pelas mesmas dos trabalhadores de base; a chegada de trabalhadores mais jovens que não se identificavam com os mais velhos; o crescente controle da produção feito agora pelos próprios operários (devido a um sistema de premiação ligado à qualidade) infligindo à identidade dos mesmos uma alteração profunda no que Beaud e Pialoux apontaram como uma espécie de pressão “moral”; e a aposentadoria e

²³ Tradução livre do autor : « *Pour le casse-croûte, des réfectoires sont situés en bordure de l’atelier, dans des locaux lumineux, modernes et équipés. En ce qui concerne les moments de pause, l’implantation des nouvelles lignes de montage a prévu entre elles un espacement suffisant pour permettre un approvisionnement facile en pièces et l’installation d’espaces réservés. Implantés de proche en proche entre les lignes, ces espaces appelés aires de repos peuvent accueillir environ trente personnes [...] Une cloison d’environ 1,60 mètre entoure chaque aire de façon à formaliser le statut spécifique du lieu sans le couper des surfaces de production proprement dites, sans rompre le principe de transparence qui prévaut ici. [...] Il permet aussi, explique un cadre qui participe à la conception de l’atelier, de susciter un trajet des gens de l’équipe aux moments de transition du début et de la fin de journée : en arrivant, chacun passe par l’aire commune avant de rejoindre son poste et prend contact avec ses collègues comme avec son chef à qui il va serrer la main. Signe de civilité ou d’allégeance, ce geste facilite le relevé des présents que l’agent de maîtrise doit effectuer avant le démarrage de la chaîne depuis la suppression des pointeuses en 1981. » (HATZFELD, 2002: pp.41-42).*

incentivos à mesma de maneira voluntária em conjunto com uma política de incentivo ao retorno de imigrantes aos seus países de origem. Estes são alguns dos fatores que podemos, ainda que brevemente, apontar como contribuintes para a “degradação do ambiente” (BEAUD & PIALOUX, 2006: 46) dentro das fábricas.

Assim, os próprios militantes também sofreram durante este processo quando, sem o forte reconhecimento obtido no passado, sua presença nas fábricas traduzia-se em um forte esvaziamento. A taxa de sindicalização foi, talvez, um dos parâmetros mais evidentes de que a edificação ideológica dos sindicatos e, principalmente, das confederações francesas ruíam a passos largos. Aos poucos suas atuações passavam a se concentrar ora em projetos individuais, ora no aparato institucional dos organismos como CFDT, FO ou CGT.

Os núcleos sindicais nas fábricas mesmas se atrofiaram juntamente com o quantitativo de seus integrantes. A imagem do militante, antes posta como a de herói, se tornou desacreditada através da desmoralização vivida desde meados da década de 1970; além disso, o discurso do fim das utopias, disseminado ao longo dos anos oitenta, gerou em seu vácuo a reabilitação das indústrias em um cenário cada vez mais global e avesso às lutas locais de grupos que não poderiam se colocar no caminho da modernização.

Não somente isso, mas a nova geração de trabalhadores que começaria a surgir a partir de meados dos anos oitenta e, principalmente se estabeleceria na década posterior (1990), passavam a esboçar todo um novo cenário de uma classe trabalhadora, já hibridizada socialmente, algumas vezes atrelada à exclusão econômica, à violência urbana, à questão imigratória e à pobreza crescente. Dizemos que:

A atomização da classe operária não se resume, então, somente à dissolução da coletividade do trabalho e à dispersão de suas grandes concentrações; se refere também à profunda ruptura da sucessão das gerações. Os pais vêem com seus próprios olhos — e lembrando-se, sobre o mesmo teto — seus filhos se tornarem híbridos sociais, nem “*prolos*” [proletários] nem “*intellos*” [intelectuais], levando à grandes dificuldades de se instalarem profissionalmente e socialmente. (BEAUD & PIALOUX, 2003: p. 122)²⁴

²⁴ Tradução livre do autor: « *L'éclatement de La classe ouvrière ne se résume donc pas seulement à la dissolution des collectifs de travail et à la dispersion des grandes concentrations, il renvoie aussi à la profonde rupture dans la succession des générations. Les parents voient leurs enfants devenir sous leurs yeux — et bien souvent sous le même toit — des hybrides sociaux, ni « prolos » ni « intellos », éprouvant des grandes difficultés* »

Enquanto a classe trabalhadora testemunhava uma disputa interna entre novos e velhos trabalhadores, o “chão” sob seus pés mudava drasticamente. Além disso, Juntamente com o decréscimo de setores mais tradicionais como os dos mineiros, dos têxteis, metalúrgicos, entre outros, crescia o desemprego. As políticas governamentais atrelada às divergências partidárias e ideológicas existentes nas centrais encobriram parcialmente a visão das mudanças ocorridas no espaço industrial capitalista; não atentando para o esvaziamento de importantes quadros militantes. Estes foram alguns dos fatores primordiais presentes no processo de declínio do sindicalismo francês e do mundo do trabalho que o circunscrevia.

Outros fatores, talvez mais contundentes, se resumem às próprias organizações sindicais francesas e suas confederações, as quais experimentaram diversos matizes de uma crise complexa e heterogênea: (1) crise de adesão; (2) crise representativa, enquanto a participação operária desce em sua atuação frente às fábricas e ao espaço público; (3) crise de mobilização, devido à baixa do número de greves e demais estratégias de resistência direta através dos sindicatos; (4) crise de identidades políticas, onde as orientações socialistas e comunistas decaem vertiginosamente no âmbito sindical Francês. Estes diversos enfoques confirmam a afirmação de que, já à década de oitenta, a classe trabalhadora de operários, da indústria, estariam “sem uma bandeira” (Cf. VERRET, 1992: 23).

A continuidade da reestruturação produtiva afeta diretamente os bastiões da CGT. Esta luta pela manutenção das indústrias pesadas, essencialmente, da siderurgia. Ela realiza uma marcha sobre Paris no dia 23 de março de 1979, e outra no dia 13 de abril de 1984. Apesar desta mobilização, cortes sombrios são realizados em Lorraine. Não querendo postular equivalências sobre o revés dos sindicatos italianos na FIAT (1980), dos sindicatos britânicos no conflito dos mineiros (1984 - 1985), a batalha perdida da siderurgia traduz e amplifica a crise sindical. [...] O enfraquecimento [...] A perda de substância do movimento sindical se reencontra no grupo de militantes. (MOURIAUX, 2004: pp. 83-87).²⁵

à s'installer professionnellement et socialement. » (BEAUD & PIALOUX, 2003: p. 122). Entre colchetes, grifo meu.

²⁵ Tradução livre do autor: « *La poursuite de La restructuration industrielle affecte directement les bastions de la CGT. Celle-ci se bat pour le maintien des industries lourdes, au premier chef, de la sidérurgie. Elle réussit une marche sur Paris, le 23 mars 1979 et une autre le 13 avril 1984. En dépit de cette mobilisation, des coupes sombres sont opérées en Lorraine. Sans être l'équivalent de l'échec des syndicats italiens à Fiat (1980), des syndicats britanniques dans le conflit des mineurs (1984-1985), la bataille perdue de la sidérurgie traduit et*

Na passagem dos anos setenta aos oitenta há nitidamente uma instabilidade no terreno político ideológico militante. Enquanto o Partido Comunista Francês (PCF) alimenta um sentimento de estar sendo “dispensado” pelo Partido Socialista (PS), há uma intermitente divergência entre a CGT e a CFDT, enfraquecendo a aliança instaurada desde 1979 e, por sua vez, desmoralizando os operários, os trabalhadores em geral; atingindo fortemente os índices de sindicalização que começam a baixar.

Singularmente, foram os mesmos anos oitenta que testemunharam a ascensão ao poder de Mitterrand; sugerindo uma prosperidade e perpetuação da esquerda a partir dali. Entretanto, o que de fato ocorreu? Como o sindicalismo francês dos anos oitenta decaiu tanto? Podemos considerar, entre demais fatores, a clara perda de confiança no governo esquerdista, principalmente, por parte da classe operária mais tradicional que apesar de alguns avanços no campo das leis do trabalho se viu fortemente ameaçada pela alta da tecnologia e pela reestruturação das empresas e demais indústrias; e a “disritmia” político-ideológica das diversas centrais sindicais francesas que atingia seu ápice entre os anos de 1983 e 1984, contribuindo em muito para tal declínio.

Explicando melhor, se parte do sindicalismo francês pôde comemorar o avanço do partido socialista ao poder em 1981, onde a ascensão da esquerda traria alguns avanços, por outro lado, isto não apagou as diversas mudanças pelas quais o cenário industrial e operário passariam naquela mesma época com o incessante avanço tecnológico e administrativo, congruentes à reestruturação das fábricas; às modernizações das linhas de produções e ao enxugamento do operariado. Mais tardar, no momento oportuno, tais obstáculos acabariam por invalidar as conquistas franqueadas pelo governo.

De fato, a participação no governo de militantes ligados, uns mais e outros menos, às centrais CGT e CFDT, gerou juntamente com o governo de Pierre Mauroy (Ministro do Trabalho dos primeiros anos do governo de Mitterrand) uma grande expectativa em nível nacional, além de um extenso desgaste frente a diversas questões políticas de cenários internos e externos. Expectativa esta que trouxe colateralmente um crescente desencontro entre as opiniões e discursos provenientes daquelas centrais sindicais as quais divergiam em múltiplos aspectos.

amplifie la crise syndicale. [...] L'affaiblissement [...] La perte de substance du mouvement syndical se retrouve dans le groupe des militants. ». (MOURIAUX, 2004: pp. 83-87).

Se em um primeiro momento as centrais aliadas ao governo eram a CFDT e a CGT, tendo esta última algumas flutuações devido às dissonâncias entre o PCF e o PS; em um segundo momento, a CGT passou a vociferar críticas invalidando a atuação de alguns personagens no governo — principalmente no período logo após o mandato do Ministro Mauroy — ao passo que se distanciava de seu núcleo cada vez mais ocupado pelo PS e pela estrutura militante da CFDT. Ou seja, aqueles que foram *a priori* vislumbrados como grandes defensores dos trabalhadores e da ideologia partilhada por aquele governo, se enfraqueciam a cada dia que se passava.

No novo contexto da Europa globalizada, as perdas sindicais, ao que tudo indica, para o caso da França, tenderam a ser tanto mais fortes quanto mais a organização sindical se apoiava sobre uma cultura militante de oposição e de conflito, como era especialmente o caso da CGT (ligada ao PCF) (...) O aspecto dramático (...) para o sindicalismo francês como um todo reside no fato de que as perdas da CGT não beneficiaram as demais centrais e federações (...) (RODRIGUES, 1999: pp. 49-50).

Houve um crescente vácuo em formação no que tangia à representatividade do trabalhador e do operariado. Ainda assim, a CFDT se mantinha mais alinhada ao governo por compreender as ações até ali realizadas como satisfatórias. Outras centrais como Força Operária (FO), Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos (CFTC), Confederação Geral de Quadros (CFE-CGC), acabaram por alargar as distâncias entre as demais centrais.

No caso da CFE-CGC, central sindical que engloba engenheiros, técnicos, supervisores e demais trabalhadores mais distantes de uma base proletária, havia um evidente descontentamento com as leis *Auroux*, criticando uma possível “sovietização” da economia (MOURIAUX, 2004: pp. 82-83); tanto a CFTC como a própria FO, esta criada pela dissidência socialista da CGT, mantiveram sua moderação.

Ainda que tais características apresentadas sejam muito singulares ao caso francês, o cenário sindical global pôde testemunhar nos anos oitenta que, apesar das suas particularidades nacionais e históricas, o então processo de declínio da força das instituições sindicais tornava-se uma máxima, principalmente nos países de extensa industrialização como foi o caso dos EUA, Reino Unido, Itália e França.

No caso francês, os constantes embates internos entre confederações e externos, travados com o governo acabariam por deixar o cenário sindical combalido; executando uma verdadeira “sangria” de suas forças ao passo que a modernização nos parques industriais tomava forma.

c. A questão sindical no contexto global: ressignificações para uma análise transnacional.

Se pudermos, portanto falar sobre uma globalização da crise do sindicalismo e seu subsequente estudo; podemos igualmente considerar a mesma, e seus personagens, como objeto de uma análise transnacional. Em certa medida, as realizações do capitalismo e suas mudanças no tocante às relações de trabalho ultrapassaram todas as fronteiras possíveis em uma sociedade que nas últimas quatro décadas viu surgir a Era da informação. Da mesma maneira a luta contra os desafios gerados neste interem alcançaram cedo ou tarde todo o tecido industrial global e, compulsoriamente, seus diversos atores os quais, entre eles, destacamos os trabalhadores e seus sindicatos.

Interessante pensar mesmo que alguns elementos centrais à historiografia contemporânea ou mesmo às ciências sociais como Capitalismo, Classe e Nação acabaram por se “transbordar” de suas próprias definições tacitamente acreditadas.

O que dizemos, portanto, é que assim como a definição de Seigel (2005) sobre a permeabilidade de “unidades que ultrapassam as fronteiras entendidas como nacionais”, o fenômeno vivido pelo sindicalismo mundial em meio à crise do mundo do trabalho também ultrapassou fronteiras, culturas e diferentes identidades; gerando à *posteriori* casos de uma memória institucionalizada e partilhada pelo cenário sindical.

Se a década de 1970, na maioria dos países desenvolvidos, pode ser considerada a dos sonhos dos sindicalistas, a de 1980 pode ser vista como a dos pesadelos. Nos anos 70, em praticamente todos os países da Europa Ocidental e da América do Norte, o movimento sindical expandiu-se [...] Os avanços efetuados pelo poder sindical nos vários países não foram equivalentes. Substanciais diferenças persistiram [...] Mas, no conjunto, havia para o sindicalismo dos vários países [...] uma perspectiva de crescimento [...] Mas o caminho em direção à convergência ficou confinado à época do “velho capitalismo” [...] A França, na Europa, e os EUA, na América do Norte, foram dois países em que o fenômeno da crise ou decadência do sindicalismo se

manifestou mais cedo e de modo mais visível. [...] Finalmente, na década de 80, [...] começou-se a perceber que a dessindicalização era um movimento mais amplo e profundo e o futuro da instituição sindical enquanto tal parecia comprometido. (RODRIGUES, 1999: pp. 19-20).

Os processos de crise e declínio que se instalaram nas instituições sindicais apresentaram ao longo da década de oitenta um contexto global de insuficiências para lidar com as mudanças que impuseram, principalmente para as organizações sindicais mais pesadas e tradicionais, um novo ambiente no qual a adaptação se tornaria compulsória. Estaria aí, segundo Rodrigues (1999), o cenário de um “declínio do sindicalismo”. Ou seja, mesmo se quisermos considerar, à luz de Silver (2005), que em um primeiro momento o deslocamento geográfico da produção industrial tendeu “a criar e fortalecer novas classes trabalhadoras” (SILVER, 2005: p.163) em seus locais de instauração do capital; devemos ter em mente que em um segundo momento o que havia entrado em colapso inicialmente nos locais, países e regiões mais tradicionais, centralmente localizados, enfraqueceu colateralmente as classes outrora poderosas. Este movimento acabou por se estender aos destinos daquele primeiro deslocamento, atingindo mais cedo ou mais tarde outras regiões, nacionalidades e classes por vezes com menos tradição na trajetória histórica da produção industrial.

Em ambos os momentos, seja em uma França “desiludida” ou em um Brasil “desgastado”, os anos que se seguiram aos choques vividos e historicamente distintos foram marcados paritariamente pela experiência de mudanças das condições de trabalho e de produção; pela flexibilização e pela reestruturação produtiva; e pela necessidade forçosa de adaptação das instituições sindicais aos novos paradigmas sócio-econômicos que se reificariam ao fim dos anos oitenta quando muito das ideologias comunistas e socialistas foram à pique.

De modo geral, parece que a expansão do Estado do bem-estar social tem sido uma tendência secular desde o início do século, com momentos de aceleração, em períodos que variam para cada sociedade, e tendência para desaceleração na década de 1980. (CASTELLS, : p. 277).

Este processo de desaceleração, assinalado por Castells, no qual buscamos compreender mais especificamente o enfraquecimento sindical francês e posteriormente o brasileiro não se trata

— é bom lembrar — de uma abordagem comparada; pois entendemos que através de tal metodologia se tornaria difícil a presença de um parâmetro estável de comparação. Ou seja, de “uma variável verdadeiramente independente, dado que os fatores sociais mais básicos interagem e mudam com o tempo” (COOPER, 1996: p. 1131).

Em contrapartida, o que nos fez considerar o elemento transnacional de nossa abordagem é justamente o fato de pensarmos um fenômeno de características globais em diferentes espaços, ligados pela circulação de um conjunto de resultados advindos daquele mesmo acontecimento — o crescente interesse pela memória vem apontando no cenário mundial como um desses conjuntos, da mesma maneira que seu interesse vem sendo paulatinamente compartilhado pelas organizações sindicais mais estruturadas politicamente —; contudo deixando claro que não concordamos com a subestimação das influências sociais e históricas das localidades, dos territórios, das identidades e de suas relações com o espaço, além da micro-análise; pois elas talvez sejam a parte mais rica de qualquer objeto sociológico ou fato histórico.

Assim, evidenciamos que os diferentes processos vividos nos países centrais, tendo como principais deste eixo os Estados Unidos da América (EUA); o Reino Unido; a Itália e a França, nos quais o enfraquecimento sindical se tornou mais visível, se alargaram ao longo da década de oitenta pelo resto do continente Europeu e, para alguns países periféricos — como é o caso do Brasil — chegariam aos anos noventa com intensa força solapando o movimento sindical daqueles países.

De fato, podemos afirmar que o palco de transformações tecnológicas, atreladas à reestruturação dos setores industriais e à economia cada vez mais volátil contribuiu não somente para o aumento do índice de desemprego como, juntamente com a fragmentação dos modelos políticos e ideológicos outrora férteis nos âmbitos sindicais, do esvaziamento sindical.

A esta altura, já se torna mais claro que a transformação do trabalho afetou o dia-a-dia de *labor* do operário que, quando possível, buscou adaptar-se; não obstante gerou um espaço para novos personagens e quadros que, ainda que desempenhassem funções similares aos dos operários, tinham na sua inserção no posto de trabalho uma dinâmica que o caracterizava enquanto diferente e, portanto, não solidário às lutas, ou às crenças daqueles que em poucos anos foram rotulados pelo paradigma internacional de mercado como “velhos” e não mais qualificados.

A transformação atuou também pelo lado da desconcentração espacial do que antes se conhecia como pólos industriais, bairros operários, etc. Afinal, nos âmbitos nacionais, as políticas de desenvolvimento regional e econômico se aplicavam diretamente relacionadas aos pólos industriais existentes e às regiões onde indústrias eram construídas e mantinham suas raízes há anos.

Com a terceirização e a atomização da indústria contemporânea mais e mais fábricas deslocavam-se para outras localidades, quando não para outros países onde a mão-de-obra tornava-se mais barata. Nestes lugares a concentração desses trabalhadores no espaço da cidade e da fábrica se dava não apenas na esfera profissional, mas também na privada. Nesse sentido, algo sem precedentes se formava. Pequenas e médias indústrias em grande parte fechavam suas portas gerando desemprego cada vez mais crescente.

Historicamente, como aponta Noiriel (2002: 214) o período pós-guerra — já no final dos anos 1950 — se caracterizou pelo desenvolvimento do mercado internacional; da sociedade do consumo, do crescimento da indústria automobilística, da midiaticização (nos anos 1960 e 1970) e da gradual percepção, pela então classe operária, de que o *savoir-faire* de seu *métier* já não lhes garantiria a permanência no emprego — o mesmo mudaria constantemente a partir da década de setenta — formando o escopo do que seria anos mais tarde um cenário de grandes mudanças.

Quanto menor é a firmeza no presente, tanto menos o “futuro” pode ser integrado no projeto. (...) O trabalho escorregou do universo da construção da ordem e controle do futuro em direção do reino do jogo; (...) estratégias de um jogador que se põe modestos objetivos de curto prazo, não antecipando mais que um ou dois movimentos. (...) E assim o trabalho mudou de caráter. (BAUMAN, 2001: 158-160).

No caso brasileiro, ao longo da década de 1990 muitos pólos industriais que já vinham de um lento e velado processo de declínio, pararam definitivamente suas máquinas. Além disso muitas profissões e demais postos de trabalho chegavam à extinção. Para os trabalhadores de setores mais antigos, que acabaram se tornando obsoletos, esses se colocaram à margem do campo produtivo no espaço urbano quando o local no qual eles produziam desmantelou-se. Nesse sentido, o que aconteceu foi que a necessidade do trabalho continuou presente para os

que perdiam com o deslocamento de seus postos de trabalho, além de se agravar com aumento dramático do desemprego naquela mesma década.

O tecnicismo também contribuiu, para além do desenvolvimento material e científico, com a “extinção” de diversos ofícios; e a crescente “intrusão” do mercado internacional nas políticas e recursos humanos das indústrias auxiliando para o desenvolvimento de uma nova cultura no capitalismo vigente. Quanto à robotização, esta crescente influência da “produção enxuta” como método nas grandes empresas confluiu para uma retração do quantitativo operário.

Esta dura característica trouxe consigo uma esterilidade ao discurso militante combativo. Com o dito fim das “utopias” e demais ideologias que agiam enquanto força motriz da mobilização encampada pelas instituições sindicais se formava um espaço vazio no qual o sindicalismo perdia seu equilíbrio.

As alterações ocorridas acabaram por estabelecer dois pontos bem distintos em relação à utilização e interpretação do espaço pelos seus trabalhadores. Uma diz respeito aos trabalhadores mais antigos, ou de “raízes” estabelecidas com a prática operária. Para esses, as mudanças organizacionais e estruturais lhes geraram um “estranhamento” significativo com seu trabalho e seu local de produção. A outra traz um novo conjunto de elementos simbólicos, políticos, econômicos e, sobretudo sociais. O que Sennett (2006) chamou de “cultura” do novo capitalismo.

A classe trabalhadora sofrera uma espécie de “medialização”²⁶ (BAJOIT, 2003: 94-95), segundo Bajoit. o trabalhador contemporâneo passa a habitar esta “interseção” marcada pela hibridiz de classe média consumidora, e de classe trabalhadora; compondo o que se convencionou chamar de “cidadão” no mundo capitalista. Afinal, é através do capital que se pagam impostos; que se demandam os serviços e se adquire aquilo que nos fizeram pensar ser necessário. Um jogo de consumo que acabou por incorporar a lógica do trabalho. Nisto, acabamos por consumir o produto, consumir o tempo — seja de trabalho ou de lazer; público ou privado — consumir suas próprias habilidades, consumir a si mesmo.

O próprio trabalhador do século XXI, portanto, é testemunha de uma cisão entre gerações e perfis diferentes. Sennett (2006: 93) coloca claramente esta questão ao analisar um jovem

²⁶ Guy Bajoit utiliza o termo “*moyennisation*” para explicar a mudança das sociedades industriais e da classe trabalhadora cada vez mais próxima da classe média e de seu respectivo comportamento social e econômico. Este fenômeno pode ser também identificado no trabalho sobre o contraponto destas mudanças, ligadas à violência urbana. Para este tema, ver Beaud e Pialoux (2003).

trabalhador de 25 anos e seu “talento” em aprender novas funções a atividades, e um trabalhador de 50 anos qualificado com formação sólida em sua atividade.

O que fica duramente marcado é que a escolha se dá não mais pela experiência — a qual poderíamos comparar *grosso modo* à “solidez” do conhecimento e da prática de uma determinada atividade por um trabalhador desenvolvida ao longo do tempo. A escolha por um trabalhador, cada vez mais em diversos setores, passa a se potencializar através capacidade de “consumo de si mesmo”, ou seja, de aprender, executar e, ao comando da empresa contratante ou do mercado, esquecer, apagar, reaprender outra função, outro ofício. Passa-se a não haver mais consciência e consistência das práticas, tampouco das funções; pois não há espaço para desenvolvimento de uma identidade tão sólida quanto dos tempos do tradicional capitalismo industrial do início do século XX. Que classe pode, então, se formar dessa “torre de babel”? Com isso, as práticas político-sociais se flexibilizaram junto à exploração do trabalho; deixando ao homem não a opção de inserir-se em uma nova ordem, mas sim de desapegar-se ao que fazia parte de sua própria memória.

Forma-se aí uma cultura, portanto, que se tornou quase que onipresente nas relações de trabalho mundiais e que através de sua “nova mobilidade” (BAUMAN, 1999: 16-17) já promove uma exploração desconectada não apenas do espaço como também do coletivo. Na qual o desapego das “experiências vivenciadas”, o desmantelamento das instituições e de suas estruturas, a “habilidade potencial” do talento em detrimento do conhecimento verticalizado e o papel do consumidor suplantando o produtor se traduziram enquanto alguns dos parâmetros desejáveis nessa nova cultura (SENNETT, 2006: pp. 01-13). Em grande medida, aliás, tais aspectos contribuíram segundo Antunes, fortemente para essa:

(...) redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, *estável e especializado*, herdeiro da era da indústria verticalizada. Esse proletário se desenvolveu intensamente na vigência do binômio taylorismo/fordismo e vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital produtivo, o desenvolvimento do *lean production*, a expansão ocidental do toyotismo e das formas de horizontalização do capital produtivo, a flexibilização e desconcentração (...). (ANTUNES, 2003: 104).

Ou seja, as práticas estabelecidas no cenário global do trabalho assumiram novos formatos, ligados respectivamente à realidade sócio-histórica e econômica de cada país, ainda que com um mesmo elã de desafios, os quais se tornaram identificáveis ao transversalizarmos o olhar sobre as nações capitalistas da contemporaneidade. Neste caso, sim, podemos afirmar que o

processo de organização dos trabalhadores em seus respectivos países, bem como a relação capital/trabalho que atravessava suas instituições, movimentos e cenários coletivos e públicos foram profundamente atingidos (Cf. RAMALHO & SANTANA, 2003: pp.12-13).

A esquerda sofreu, durante o século XX, diversos eletrochoques, que a tornaram permeável a todos os tipos de confusões verbais e intelectuais. A deterioração ditatorial e o malogro econômico da União Soviética, o cinismo político de certas figuras emblemáticas da social-democracia (notadamente reveladas pelos pagamentos indevidos ligados ao financiamento dos partidos), o impasse das experiências terceiro-mundistas [...], e a dissolução do sedimento libertário dos anos 1970, provocou uma profunda crise de identidade, até mesmo uma depressão coletiva. Toda alternativa ao capitalismo ou ao liberalismo pareceu condenada pela história. (ROBERT, 2005).²⁷

Para alguns as esperanças se foram, juntamente com as dissoluções de algumas estruturas características dos anos 1970 e 1980. A própria história pareceu estar em xeque; e com ela suas classes. O Mundo do Trabalho não seria o mesmo, pois havia entrado em um turbilhão sem volta desde o período do pós-guerra. Nesse cenário de estremecimentos ritmados pelos golpes desferidos no Muro de Berlim em 1989; e de novas “correntes de ar” através das aberturas coroadas pela primeira eleição direta no Brasil desde o golpe civil-militar de 1964; no entanto, o mundo não deixou de ser mundo e tampouco a História deixava de existir. A classe trabalhadora se modificou se complexificou e mostrou estar longe de seu fim. Continuou a existir assim como seus organismos representativos, os quais tiveram que, em grande medida, se reinventar.

O conteúdo discutido nesta seção da tese buscou apontar para alguns dos alicerces da indústria brasileira e dos seus respectivos trabalhadores assim como também das fábricas francesas e de seu operariado. Há aí algo que podemos afirmar no nível das experiências vividas do espaço social e simbólico, do que entendemos como classe operária, que esteve presente em diferentes espaços e tempos.

²⁷ Tradução livre do autor : « *La gauche a subi, au cours du XXe siècle, plusieurs électrochocs, qui l'ont rendue perméable à toutes sortes de confusions verbales et intellectuelles. La dégénérescence dictatoriale et l'échec économique de l'Union soviétique, le cynisme politique de certaines figures emblématiques de la social-démocratie (révélé, notamment, par les malversations liées au financement des partis), l'impasse des expériences tiers-mondistes (telle celles de l'Algérie indépendante), et la dissolution de l'écume libertaire des années 1970, ont provoqué une profonde crise d'identité, voire une déprime collective. Toute alternative au capitalisme ou au libéralisme semble condamnée par l'histoire.* »

O provável “declínio do sindicalismo” acompanhado de uma forte crise de identidades; a própria crise do Mundo do Trabalho, seguida da nova configuração das relações tangenciais aos meios de produção; circularam o mundo que, globalizado, pôde arcar não apenas com as conquistas dos últimos anos como também, e principalmente, com os ônus de uma inadaptação gradual e inquestionável na esfera das classes populares e periféricas aos centros de economia. Pois foi na mudança dessas bases que o movimento sindical — acreditado como algo em estado terminal — passava a ser desarticulado junto ao governo e ao empresariado.

Os novos desafios, entretanto, mostrariam que sua condição estaria muito distante daquela que se acreditara como terminal; e os recursos da comunicação, da informação, e da memória desempenhariam um importante papel na busca pelo reconhecimento político e social do movimento e de suas instituições.

Capítulo 2 – Novos olhares para a historiografia e a busca por legitimidade: o surgimento do privado e da memória como novos campos da história.

Se por um lado pudemos dizer que durante a década de oitenta a condição de extensão da crise vivida pelos organismos sindicais na França se tornou evidente; por outro, as novas possibilidades de ação, mesmo quando dificilmente visíveis, também sinalizaram que os mesmos organismos não se encontravam completamente acabados ou mortos. Assim como a idéia de classe que, fica evidente através de Palmer (1999), esteve eclipsada pelo corpo do pós-estruturalismo.

De fato, ele explicita o caso de que nos últimos anos a mítica sobre a classe média não obteve soluções concretas na incumbência de diminuir a distância entre elites e camadas populares (operárias; rurais ou quaisquer tipos de proletários). Para os mais desprovidos do jogo capitalista de produção e consumo, as distâncias continuaram e conservação dos empregos — seja no campo, na cidade ou em fábricas — apenas se tornou mais árdua com a instabilidade do mundo do trabalho nos últimos quarenta anos. Nesse sentido, sobre a classe, concordamos com Palmer quando diz que a mesma “não caiu tanto quanto retornou”, pois jamais “foi à parte alguma” (PALMER, 1999: 81)

Assim, cabe considerar também os difíceis desafios vividos no interior do âmbito sindical. Afinal, para aqueles sindicatos e demais organizações, ligadas à indústria de transformação, o fato de que a crise afetou suas estruturas materiais e políticas, além de sua própria imagem — onde a confederação, o sindicato e mesmo o chão de fábrica pareceu tornar-se gradualmente vazio de seus símbolos e de seus significados —, tornam digno de nota casos como os das confederações aqui abordadas.²⁸

Entretanto seria neste mesmo cenário áspero às práticas já naturalizadas dos sindicatos e de seus militantes que novas demandas surgiriam, não somente egressas dos blocos militantes, mas igualmente fortes do lado da sociedade civil, de seus intelectuais e demais instituições. O que dizemos é que enquanto o mundo do trabalho era marcado em sua história através de duras transformações, o cenário francês também suscitava

²⁸ Já sabidamente algumas mais que outras, como é o caso da *Confédération Générale du Travail* - CGT em comparação à *Confédération Française Démocratique du Travail* - CFDT ou ainda em contraste à recém criada *Force Ouvrière* - FO.

outros debates cujo desenrolar afetaria profundamente as relações futuras entre militantes, sindicatos e confederações e demais setores da sociedade civil.

Debates que têm início na vaga temporal situada entre o final dos anos setenta e a primeira metade da década seguinte, cuja busca por elementos de uma identidade nacional se mostravam em intensa discussão. Um tema, portanto, de crescente centralidade no cenário público e estatal após os desdobramentos germinados nos campos de contestação civil²⁹ e de seus diversos movimentos criados e insuflados durante maio e junho de 1968.

Logo os movimentos sociais deflagrados no final dos anos sessenta trouxeram à superfície uma série de causas — pelas quais lutariam conjuntamente grupos ligados a aristocracia e a burguesia francesa, além de outros pertencentes às camadas populares e a diferentes grupos da esquerda — como aqueles ligados aos protestos contra a guerra da Argélia (no caso francês) e do *Vietnam* (no caso americano e global devido o crescimento dos meios de comunicação de massa). Trouxeram também lutas pelos direitos civis universais, notadamente pelos direitos das mulheres e pelo fim da discriminação racial; confluindo na busca pela revalidação historicizante da memória e de identidades dominadas, vencidas e colonizadas ao longo da constituição e desenvolvimento do Estado Nacional.

Os acontecimentos realizados ali não devem ser considerados como isolados do contexto mundial uma vez que outros movimentos também foram facilmente identificáveis em outros países que salvo suas singularidades atravessaram um período marcado por lutas pelos direitos civis e universais. Afinal, os movimentos de 1968 também foram uma resposta à crescente extensão de uma cultura de consumo, tanto material quanto ideológica, insuflada pela circulação de tecnologias, materiais e produtos gerados através da política capitalista que encontrou na Europa do pós-guerra um amplo desenvolvimento, posteriormente circulando globalmente. Afinal, naquele ano se eclodia uma geração nascida no pós-guerra, recém chegada à maturidade.

No caso do Brasil, recém alijado pelo Regime Militar imposto desde 1964, as lutas de 1968 encontraram eco pelas ruas do Rio de Janeiro entre os estudantes que

²⁹ Sobre os movimentos sociais e as contestações erigidas no plano civil do cenário francês dos anos 1960, ver Zancarini-Fournel (1998).

testemunhariam o caso do estudante Edson Luis³⁰ no dia 28 de março daquele mesmo ano.

Para o cenário francês, o importante é destacar que juntamente com a crítica aos valores e à própria sociedade, formada à luz do *American way of life*, erguia-se um pensamento urgente acerca dos sujeitos silenciados por uma história de exceções. Entre eles, podemos ressaltar os que constituíram as grandes ondas imigratórias que cresceram vertiginosamente durante os anos sessenta e setenta atraindo, sobretudo, trabalhadores egressos da Europa ibérica e do extremo norte africano.

Neste contexto, parece correto afirmar que nos campos da ação intelectual francesa as críticas desenvolvidas ao longo daquela década, reflexos das demandas da sociedade civil em ebulição, acabariam por influenciar diretamente no revisionismo do que se entendia respectivamente enquanto identidade nacional e história.

Os porta-vozes dos novos movimentos sociais se engajam em uma crítica massiva às pressuposições da historiografia francesa imposta pela Terceira República. Doravante, os historiadores passam a não mais buscar demonstrar o que é “verdadeiramente” a identidade nacional. Esforçam-se antes por compreender como ela se construiu; como foi “inventada” e imposta pelos vencedores da história em detrimento dos vencidos. (NOIRIEL, 2007: 53-54).³¹

Esboça-se aqui o campo de reivindicação daquelas memórias e identidades mitigadas por um Estado e uma história entendida como oficial de aspectos dominantes e excludentes. De certo, parece haver uma consonância em relação à idéia de que a verdadeira face dessas identidades esteve eclipsada por uma história tradicional na qual não haveria espaço para o amplo leque de personagens que a constituía. Ainda assim, os eventos futuros levariam historiadores e outros responsáveis a enfrentarem os fantasmas de sua própria história excludente.

³⁰ O estudante secundarista de supletivo, Edson Luis de Lima Souto tinha 18 anos quando foi assassinado pela Polícia Militar durante os protestos pelo aumento do preço da comida do restaurante central dos estudantes, conhecido como “calabouço” no dia 28 de março de 1968.

³¹ Tradução livre do autor: « *Les porte-parole des nouveaux mouvements sociaux s’engagent dans une critique massive des présupposés de l’historiographie de la France imposée par la III^e République. Les historiens ne cherchent plus à démontrer, désormais, ce qu’est « vraiment » l’identité nationale. Ils s’efforcent plutôt de comprendre comment elle s’est construite, comment elle a été « inventée » et imposée par les vainqueurs de l’histoire au détriment des vaincus.* »

2.1 - Crise de paradigmas de uma história em pecado: a crise da história e seus novos desdobramentos.

Somente nos anos posteriores às realizações de 1968 que a emergência de levar às mesas de discussões as singularidades e mazelas alimentadas pelos anos de silêncio e de construção de uma história resignada surge mais concretamente. Era através destes subsídios que a inserção de novos aspectos e de novos — ou pelo menos recém-visíveis — atores sociais na historiografia passavam a se fazer mais necessária. Novas perspectivas que solidificavam uma tendência ainda modesta, mas que não desapareceria mais da historiografia mundial: a idéia de uma história vista de baixo.

Esta nova e diferente história possibilitaria não somente uma revisão de toda a historiografia contemporânea àquela época, como serviria de pano de fundo para as ações realizadas em espaços privados, coletivos e institucionais na sociedade que, em contato direto ou indireto com as novas tendências historiográficas, suscitariam novas formas de expressão, ações e — este último, que mais adiante nos parece ser de extrema importância para esta tese — registros de suas práticas, estratégias e passados.

Para compreendermos isso é necessário, portanto, ter em mente o palco de transformações vividas no campo da inteligência sobre o passado e em como isto pôde estar ligado às práticas realizadas *a posteriori* no mundo sindical.

Ou seja, começamos partindo do pressuposto de que o campo disciplinar teórico-epistemológico da história, no período compreendido entre os anos 1960 e final dos 1970, foi marcado por uma intensa mudança. Assim como os problemas relativos à escrita da história e aos seus paradigmas se alargariam ao final dos anos 1960 com a circulação de novas correntes historiográficas no cenário francês. Além disso, se destacam neste mesmo período os aportes filosóficos os quais seriam futuramente identificados como modelos pós-marxistas e pós-estruturalistas. Compartilharam deste movimento Jacques Derrida, Michel Foucault — que já nos anos 1970 se mobilizam por uma “desconstrução do saber” (NOIRIEL, 2007: 105) — e Jean-François Lyotard; que em 1979 conceituaria o, então, pós-modernismo. Algo que viria a se contrapor às grandes “metanarrativas” erigidas pelas disciplinas sócio-históricas; deixando-as em um terreno da “incredulidade” (LYOTARD, 1979: 07) ao longo da década de oitenta.

Esse processo de desconstrução de saberes e de resistência à compreensão sócio-histórica, erguida pelos eixos epistemológicos estruturalistas e marxistas, em parte

desmoronava-se devido à consciência dos horrores do stalinismo, à crescente crítica nos círculos intelectuais sobre a história enquanto ciência realizada até então (NOIRIEL, 2003: 100), e mais tarde à própria crise do marxismo. Fato este que contribuiu em motivar toda uma geração de intelectuais a reconsiderar a natureza fragmentada do mundo e do conhecimento humano, pondo o indivíduo em evidência em detrimento do coletivo e do social.

Isto é, esse desalinho do sujeito histórico, social, com o seu conjunto; insubordinado do coletivo. Pôs em xeque a própria idéia do que era comum, coletivo, uníssono nas realidades sociais. Para essa visão, chamada de pós-modernista:

O *self* humano é tão fluido e fragmentado (o sujeito “descentrado”) e nossas identidades, tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma “identidade” social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns. (WOOD & FOSTER, 1999: 13).

Vejamos que a impossibilidade da permanência de uma “classe”, na citação acima, é justamente o tipo de afirmação com a qual buscamos nos contrapor já no início deste capítulo.³² Este tipo de pensamento, no entanto, não seria raro. E neste mesmo fluxo parte do corpo “estruturalista” e/ou “marxista”, no qual a disciplina história havia se fortalecido no pós-guerra, foi igualmente solapado. Muitas das críticas impetradas à disciplina histórica já nos anos setenta buscavam justamente desconstruir o que havia sido entendido como uma espécie de verdade científica.

Alargava-se a consciência de que as macro-análises, os dados quantitativos, as fontes oficiais não poderiam dispor de toda a “palheta de cores” possíveis e capazes de produzir o quadro da realidade histórica composta por todos seus personagens e dinâmicas.

Foi por volta dessa mesma década que a historiografia francesa se abriu para as influências estrangeiras, pondo em questionamento não apenas a própria disciplina história, e sua situação presente, como também o aparato teórico-metodológico utilizado. Ou seja, a referência historiográfica da Escola dos *Annales*, cujo ápice se deu

³² Ver Palmer (1999).

nos anos 1950 e início dos 1960, se atomizava devido à sua já extensa diversidade em seu interior. Ainda assim, Burke observa que apenas para seus admiradores externos, a Escola dos *Annales* parecia ser homogênea ou unificada (BURKE, 1997: 13), pois de fato ela já possuía diferentes veios e campos de especialização e conflito os quais não condiziam a um corpo completamente uníssono — como alguns poderiam desejar que assim o fosse.

Estas afirmações possibilitam considerar o porquê de, já neste período do pós-1968, ser possível compreender que além dos *Annales* atravessar um processo de “fragmentação” (DOSSE, 1987) interna; nos anos setenta uma nova geração de historiadores se formava a reboque da circulação internacional de novas correntes teórico-metodológicas. Se confirmando neste momento o argumento de que a história enfrentava uma verdadeira crise de paradigmas.

Crise esta insuflada pelas contribuições da “virada lingüística”, ou *Linguistic Turn* americana; juntamente com a influência da “micro-história” italiana; a “história social” inglesa; e a “história do cotidiano”, ou *Alltagsgeschichte* alemã. Estas correntes protagonizaram uma intensa mudança imposta à historiografia francesa — auxiliando na consolidação de diferentes abordagens ligadas à antropologia cultural, à psicologia, ao gênero, entre outras — deixando-a mais e mais heterogênea e aberta ao diálogo com outros campos do saber. Balizando muitas das realizações de historiadores daquele mesmo tempo.

Um novo conjunto de questionamentos cuja singularidade se detinha na busca por outras perspectivas de se enxergar o passado e, portanto, de escrever a história tomou fôlego ao longo dos anos seguintes.

O campo da história social se ampliava ao passo que as escalas do jogo da investigação do passado assumiam diferentes dimensões.³³ O micro *kosmos* e o papel do indivíduo, dos acontecimentos, do local, da família, do gênero, do privado, e até da memória — que abordaremos mais a frente — passavam a ser extensamente importantes para o que viria a ser uma nova história a qual surgia como resposta às críticas direcionadas àquele conhecimento histórico estabelecido nas décadas anteriores.

Entre muitas influências, o chamado “retorno da narrativa” — trazido com as provocações do aporte filosófico e epistemológico da “virada lingüística” — delineou parte de um amplo terreno margeado por interrogações; onde a história pendulava entre

³³ Sobre as escalas do método historiográfico, ver Revel (1998).

a possibilidade de ser interpretada enquanto “ciência” ou prática literária; “técnica/método” ou “arte”; um terreno da “narrativa” ou da “ficção”. Assim, durante este momento, a revalorização da narrativa na produção historiográfica encontrou um forte eco. Afinal, as críticas voltadas até mesmo ao método com o qual a história se reproduzia e se legitimava, até então compreendida como vista e construída “de cima”, tratavam de apontar para sua desvalorização devido à sua insuficiência em contemplar seus personagens por vezes “subterrâneos”.

Depois do famoso artigo “*Revival of Narrative*” publicado por Lawrence Stone (1979) [...] A questão da “narrativa” esteve no centro da reflexão historiográfica, incluindo-se os historiadores que se consideravam da História Social. [...] Marcando as devidas distâncias com o modelo cientificista que os historiadores da vanguarda haviam defendido [...] este texto confirma que a historiografia entrava em uma nova era. (NOIRIEL, 2003: 99-106).³⁴

Mesmo sendo intensamente criticado *a posteriori*,³⁵ o fato é que Stone conseguiu contribuir na instalação de uma instabilidade na superfície de algo que se julgava seguro; o método historiográfico. Os anos seguintes de incertezas presenciaram, portanto, esse alargamento da importância da narrativa; do ator social, da localidade e de suas respectivas formas no campo da história. Outros aspectos que acabaram por trazer para este epicentro o desejo de se construir e cooperar com a possibilidade de uma história então “vista de baixo”.

Este ponto de vista “de baixo” identificava um fenômeno crescente que acabaria por embalar muitas das novas abordagens utilizadas na historiografia desde então. E assim foi durante a década de 1970. Onde se ampliavam as insurgências de formas distintas de história que não se apresentavam como exclusivas de seus “profissionais intelectuais”.

³⁴ Tradução livre do autor: « *Depuis le fameux article: « Revival of Narrative » publié par Lawrence Stone (1979) [...] la question du « récit » a été au centre de la réflexion historiographique, y compris chez les historiens se réclamant de l'histoire sociale. [...] En marquant ses distances avec le modèle scientifique que les historiens d'avant-garde avaient défendu [...] ce texte confirme que l'historiographie est entrée dans une ère nouvelle ».*

³⁵ Entre muitas respostas e contra-respostas às críticas estabelecidas naquele período marcado pela “crise de paradigmas”, historiadores como Hobsbawm (1998: 201-206) ou Le Goff (2003: 142-143), e mesmo Chartier (1994: 3), se voltaram contra a hipótese de Stone. Considerando que a história jamais tinha se desfeito por completo da narrativa, pois, sendo através dela própria que a construção do discurso histórico era possível, compreendiam que o momento era de “continuação de empreendimentos históricos do passado, por outros meios” (HOBSBAWM, 1980 *apud* LE GOFF, 2003: 143).

Mas sim como terreno de igual acesso a “amadores” (NOIRIEL, 1998: 115) e demais profissionais que atuavam mais pelo campo técnico do recolhimento de fontes, materiais e utilizações pragmáticas destes, que pela reflexão intelectual profunda das universidades.

Ou seja, cabe lembrar que neste mesmo período a influência da *Alltagsgeschichte* ou mesmo da *Public History*³⁶ americana através de sua circulação internacional, não somente arrebataram inúmeros jovens historiadores (quaisquer que fossem suas pretensões intelectuais ou não), como igualmente atingiram às associações, grupos e diferentes empresas e organizações privadas.

A história jamais seria como antes, pois seus personagens agora também eram compostos pelos “excluídos”; que outrora estiveram sem registros nas fontes escritas e nos arquivos. Atores sem voz, sem lugar ou inaudíveis, no discurso que se conduziu por anos através da odisséia do relato sobre o passado. Este momento, vale lembrar, não apenas apresentava outras formas de se indagar o passado como levava o próprio presente a ser interrogado devido ao que o havia construído; buscando assim entendê-lo.

[...] rejeitar o “paradigma” quantitativo e estrutural-funcionalista dos anos 1950 e 1960, favorecendo uma perspectiva que privilegiava a análise do vivido, do cotidiano, dos excluídos... [*se formava neste processo*] O surgimento de uma história do “tempo presente” [...], que valoriza a história oral, acentua o movimento. (NOIRIEL, 1998: 114)³⁷.

Foi neste terreno, do questionamento do tempo presente, que surgiram um crescente número de pesquisas fundamentadas na análise de fontes orais. Era dado o momento do surgimento da História Oral. Prática não somente ligada à influência da Escola de Chicago (corrente norte-americana da sociologia), mas que também se beneficiou das práticas instituídas no cenário europeu com o cruzamento das correntes já citadas. A questão da narrativa certamente passava a ser intensamente referenciada na história oral, mas seria a questão da memória que viria a encampar o rol de investidas de muitos

³⁶ Sobre o campo da História Pública podemos citar como referência Michael Frisch (1990) ou Dolores Hayden (1995). Ambos os trabalhos por eles produzidos são de considerável contribuição para este tipo de campo da pesquisa que buscam fornecer a alguns grupos sociais e aos seus demais atores, recursos que os permitiriam dizer e registrar sua própria história, desse modo aumentando a participação de elementos até então anônimos na história. As quais abrem outras possibilidades para rever e interpretar a história e suas implicações sociais.

³⁷ Entre colchetes, grifo nosso.

historiadores dali para frente. Concedendo aos demais, dali por diante, o estudo do tempo presente como um novo campo de interrogações à história.

[...] um campo disciplinar [...] que conheceu uma renovação específica na Europa, nos últimos vinte anos. Esta abordagem, a qual fez do tempo presente — o tempo dos atores vivos, como dos testemunhos — um objeto da história como outro [...]. (ROUSSO, 1998: 12).³⁸

A conjuntura desse final dos anos 1970 corrobora o fenômeno de um crescente desejo por memória que se desdobrará na década seguinte como um dos temas de maior discussão não só entre historiadores, exclusivamente. Ou seja, ao longo da década de 1980, presenciáramos um crescente processo de “obsessão” pelo passado no presente; como meio de suprir muitas das lacunas pretéritas. Uma década onde o enfraquecimento da polaridade da guerra-fria e das instituições erguidas à sombra do socialismo trouxe à tona outra parte de mundo até então desconhecido ou pelo menos subestimado. Cujas discussões acaloradas entre o “fim do trabalho”, o “fim da história” e a “vitória do capitalismo”, por sua vez acompanhavam o grande fenômeno da globalização.

Nesta grande aceleração vivida no mundo contemporâneo; a vida privada, pública, suas redes sociais e o trabalho precisariam se adaptar aos novos cenários e desafios erguidos através de diferentes dinâmicas e práticas que, através da própria globalização em formação, trataram de mesclá-los à realidade dos indivíduos.

Desde a década de 1970, pode-se observar na Europa e Estados Unidos, a restauração historicizante de velhos centros urbanos, cidades-museus e paisagens inteiras, empreendimentos patrimoniais e heranças nacionais [...] a comercialização em massa da nostalgia, a obsessiva automusealização através da câmera de vídeo, a literatura memorialística [...] o crescimento dos romances autobiográficos e históricos pós-modernos (com suas difíceis negociações entre fato e ficção) [...] o aumento do número de documentários na televisão [...] a vasta literatura psicanalítica sobre o trauma; a controvérsia sobre a síndrome da memória recuperada [...] cada vez mais numerosas controvérsias públicas sobre

³⁸ Tradução livre do autor: « *un champ disciplinaire [...] qui a connu un renouvellement spécifique en Europe, dans les vingt dernières années. Cette approche, qui fait du temps présent — le temps des acteurs vivants, donc des témoins — un objet d’histoire comme autre [...]* ».

efemérides politicamente dolorosas, comemorações e memoriais [...] (HUYSSSEN, 2000: 14).

Estes fenômenos descritos por Huyssen devem, para além de uma simples “fetichização” do passado, ser compreendidos em sua faceta política. Algo que não deixou de ser utilizado em toda sua potencialidade; tanto nos espaços intelectuais, militantes, amadores, estatais ou comerciais. Segundo o próprio, essas “culturas de memória” estiveram presentes em diferentes espaços no mundo por atenderem, ambas:

[...] a processos de democratização e lutas por direitos humanos e à expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil [...] necessidades culturais ainda não alcançadas num mundo globalizado, e as memórias locais estão intimamente ligadas às suas articulações. (HUYSSSEN, 2000: 34-35).

Este cenário testemunhou, portanto, o crescente interesse pela memória, com o advento das fontes orais, e com uma valorização dos “personagens esquecidos” da história, cujos elementos regionais, ou característicos de grupos sociais distintos, passavam a ganhar um lugar onde novos interesses se ratificavam. Indispensáveis, portanto, ao ofício do investigador da história do tempo presente. Caracterizada por sua amplitude política a buscar respostas às questões relacionadas à identidade, ao regionalismo, às raízes sociais que compunham e explicavam desde as tradições do mundo rural ao *savoir-faire* de uma sociedade industrial que assistiria em breve seu próprio mundo ruir aos seus pés. (NOIRIEL, 1998: 200).

Não obstante, para o contexto dos estudos ligados ao movimento operário e à classe trabalhadora de maneira geral, podemos perceber o quanto o recrudescimento do campo metodológico da história durante a década de 1970 pôde contribuir no desenvolvimento de um novo “despertar do mundo universitário”. Onde, entre outras práticas e “ferramentas” utilizadas, a dimensão política implícita nas buscas pela memória — as quais serão mais adiante tratadas — consagraria uma crescente aproximação entre pesquisadores e militantes.

Assim, é oportuno sinalizar que naquele momento se erigia um terreno fértil para o “desenredar” das novas questões que surgiriam juntamente com a crise do movimento

sindical — conforme a visão de Paquelin e Wolikow (2005: 81-84) — nos anos seguintes. Se contrapondo ao déficit gerado por uma construção nacional restrita e excludente da história e de seus personagens.

2.2 – Novos personagens e novas memórias na sociedade francesa contemporânea.

No concernente ao estudo histórico do movimento operário e sindical, cabe lembrar que para além das mudanças ocorridas ao longo das décadas acima citadas, a escalada do interesse por estudos ligados à história do trabalho, da indústria ou mesmo da chamada história empresarial; além daquela ligada ao sindicalismo, de fato obteve sua eclosão já nos anos setenta. Assim como seu diálogo com outras disciplinas. A figura do militante como centro do objeto de estudo; assim como do homem em seu cotidiano, do trabalhador, das mulheres e outras minorias na historiografia vinha já há alguns anos sendo insuflada através de um imaginário fortemente político e social; que teve seu início relacionado aqueles movimentos deflagrados a partir do episódio do maio de 1968.

Nesse interem destacamos alguns personagens como Jean Maitron³⁹, fundador da célebre revista *Le Mouvement Social* (criada em 1960), cujas práticas dos métodos quantitativos e seriais comumente usados pelo campo majoritário de estudos sobre história econômica e social não obliteraram a difusão de novas perspectivas e questionamentos “cerzidos” no campo da pesquisa histórica ao longo dos anos seguintes; e idealizador do Dicionário Biográfico do Movimento Operário Francês, projeto que busca realizar um levantamento biográfico do maior número possível de trabalhadores, militantes e sindicalistas na França, e que se encontra em constante realização até os dias atuais. Michelle Perrot, historiadora integrante do comitê de redação daquela mesma revista e expoente pesquisadora que contribuiu muito nos anos 1970 para a investigação da história das mulheres. Ou René Mouriaux, cientista político

³⁹ Sobre Jean Maitron, (CHAMBARLHAC e UBBIALI, 2005). Outras informações sobre sua obra, disponível em: <<http://biosoc.univ-paris1.fr/>>.

e historiador cuja produção buscou um constante diálogo com as realidades do lado militante; entre tantos outros.⁴⁰

A dialética existente entre a progressiva elevação das pesquisas ligadas direta ou indiretamente ao movimento operário e sindical e o desdobramento da crise de paradigmas da historiografia francesa naquele mesmo período aponta para o fato de que o momento de questionamento desferido contra a corrente historiográfica tradicional pode ter contribuído de fato para o florescimento das novas abordagens, objetos e métodos cujo emprego seria amplamente realizado nos estudos sobre o mundo operário e seus desdobramentos. E ainda mais.

Neste mesmo período a ascensão da valorização do testemunho, ou da narrativa, além da memória em diferentes vertentes irá impor a participação da disciplina história e de seus porta-vozes no controle e na legitimação desses novos campos cuja lembrança passa a ser parte de um “dever cívico” (WIEVIORKA, 1998). Seja no campo privado, individual, coletivo ou público.

Em meio ao cenário de intensas mudanças no campo da história, ocorridas desde meados dos anos 1960, passando pela década posterior e atingindo com toda força os anos de 1980, o assunto memória acabou se tornando parte de uma obsessão comemorativa ou identitária, quando não reparadora ou traumática.

São estes novos meios e objetos que, no tocante ao espessamento do diálogo no interior da academia entre seus intelectuais e militantes, conduziram um sem número de pesquisadores, instituições e voluntários ao trabalho e à valorização das fontes orais e de novos questionamentos acerca da memória.

Neste palco, não são futuro ou passado que dirigem os desejos que habitam o presente, mas sim ele próprio. O “presentismo” (HARTOG, 2003a) que nos anos sessenta trazia *a priori* a refuta ao passado, também apresentaria gravado nos muros de Paris de 1968, igual desilusão com o futuro. A história, antes vista como uma lição ou ensinamento do passado; outrora considerada como meio para se atingir o futuro; se descobria em toda sua totalidade como produto do presente e, portanto, detentora de sua própria historicidade. Estas descobertas e desilusões desenharam este campo de forças do “presentismo” e, mais tardar, da “febre” por memória na sociedade contemporânea.

⁴⁰ Sobre a CGT, (MOURIAUX, 1982); sobre o discurso sindical e seu vocabulário como instrumento político, (BERGOUNIOUX, LAUNAY, MOURIAUX et al., 1982). Sobre outros trabalhos e contribuições, (CHAMBARLHAC e UBBIALI, 2005).

[...] ficamos habitando um presente hipertrofiado que tem a pretensão de ser seu próprio horizonte: sem passado sem futuro, ou a gerar seu próprio passado e seu próprio futuro. [...] Ao mesmo tempo este presente hipertrofiado rapidamente se tornou desconfortável em si mesmo. Ficou muito ansioso por ver-se como já passado, como história. [...] Outra fenda apareceu no presente por meados dos anos setenta, tão bombástica mas já bem obcecada com predições: mostrou-se ansiosa acerca da questão da identidade, numa busca pelas raízes, uma ânsia de memória, preocupada com o “patrimônio”, atormentada pela conservação de monumentos, de lugares antigos ou não tanto, a preservação da natureza. Ansiosa com a recuperação do que fora perdido, ou estava para ser perdido ou inquieta com o que fora “esquecido” [...] Como consequência visível dessa mudança, nosso atual presente tornou-se bem ansioso por comemorações, dando à vida política e cultural um “novo” ritmo. [...] Três palavras tornaram-se o lema daqueles anos: memória (mas uma reconstruída, uma voluntária), patrimônio (o ano de 1980 foi decretado o “Ano do patrimônio”), comemoração (que não é de modo algum uma especialidade francesa, o que a Alemanha, por exemplo, faz muito bem) (François 1994: 62-70). Eles mesmos levaram à uma outra: identidade. Provavelmente a palavra-chave dos anos oitenta. (HARTOG, 2003b: 27-29).

O período apontado por Hartog, de fato representou um mundo cada vez mais repleto de incertezas — não apenas ligadas aos grandes modelos utópicos que guiariam por décadas grande parcela da população mundial que se tornou mais e mais consciente de suas falências — cujo retorno à memória cresceria ao passo que a consciência do presente tornar-se-ia mais dramática naqueles últimos anos. Pois, a cada passo dado em direção ao futuro, a sociedade parece ter perdido suas coordenadas de volta. Sem marcas, registros ou heranças, esses diferentes grupos e instituições da sociedade parecem ter se descuidado de seus rastros onde, em outros tempos, tradições e identidades haviam germinado.

Algo como Traverso disse ser como “o produto do declínio da experiência em um mundo que perdeu suas marcas” (TRAVERSO, 2005: 13-14).⁴¹ Edificam-se, portanto, nessas experiências um cenário de abandono e de condição terminal referente às

⁴¹ Tradução livre do autor : « *le produit du déclin de l'expérience transmise, dans un monde qui a perdu ses repères [...]* ».

identidades outrora ali confiadas. Sem passado, sem lembrança ou memória um determinado indivíduo, grupo, ou povo pode testemunhar a cessão de sua existência devido ao passado que lhe foi amputado (GUILLEBAUD, 2006: 60).

Não é por acaso que no decorrer dos anos setenta e oitenta podemos identificar um claro elemento político na valorização da memória. Neste mesmo período a Europa é convulsionada pela intensa atuação concernente à memória, ora ligada à comemoração, ora à busca por reparação. Algo claramente exposto ao longo dessa última década por diversos trabalhos e pesquisas; mas que deles se destaca a contribuição de Pierre Nora (1984; 1986; 1993) em sua extensa obra “Os lugares de memória”⁴² cuja repercussão não somente alocou definitivamente o tema da memória na reflexão da identidade nacional francesa enquanto um campo importante da história contemporânea e do tempo presente, como serviu de referência às buscas pela valorização da memória coletiva em diferentes instâncias. Em grande medida relacionando tais empreitadas à reparação ou ao estabelecimento de outras “verdades” nas quais grupos políticos, o Estado, ou mesmo obras historiográficas convencionaram em esquecer. Nesse processo uma consciência aporta em diferentes instâncias:

[...] a consciência de uma perda irreparável [...] O resgate das memórias coletivas e individuais permite o desdobramento metodológico em uma infinidade de possíveis leituras do passado [...] Há uma espécie de desespero frente aquilo que a memória pode nos revelar. A memória em suas múltiplas leituras possíveis pode mostrar os escombros, as ruínas e os processos de desintegração, tornando-se ela mesma um testemunho do passado (DIEHL, 2002: 14-15).

Este novo fôlego trará definitivamente as contribuições de *Maurice Halbwachs* ao primeiro plano do conjunto de referências utilizadas por *Nora*, entre outros intelectuais. A influência de *Halbwachs* é fundamentada principalmente devido às suas duas obras, mais conhecidas: “Os Quadros Sociais da Memória” e posteriormente “A Memória Coletiva” — obra póstuma. Tal influência reside no caráter primordial da memória enquanto característica, ou elemento, de fixação e reconhecimento da identidade coletiva de diferentes membros de um grupo social; interligando-os através da

⁴² Ver *Les Lieux de Mémoire: La République* (1984), *La Nation* (1986) e *Les France* (1993).

experiência comum realizada ou vivida no passado e que, no presente, se constrói através das necessidades, desejos e disputas vividas por aquele grupo. Atuando, portanto, como um “elo” do qual as experiências passadas são interpretadas, legitimadas e resignificadas no espaço coletivo do presente. Partilhando, assim, de sentimentos, crenças e valores que se remetem e justificam-se pelo passado comum.

Tais afirmações encontram eco na fala de Le Goff que assinala a grande importância dada à memória no mundo contemporâneo como podendo ser, também, política. Ou seja, essencial para a *identidade*, individual ou coletiva, na busca se compreende enquanto “objeto de poder”. (LE GOFF, 2003: 469-470). Não somente objeto de poder, a memória pode também atuar enquanto meio de oposição ao mesmo (TODOROV, 2004: 12). Para Todorov, algo de forte presença em regimes totalitários que em diversas situações procuram silenciar suas vergonhas passadas.

Nesse sentido a memória não apenas confere “justiça” aos que pelo discurso da disciplina história estiveram eclipsados, como também possibilita que o presente seja revisto e, portanto, questionado. Fator este que pode ser exemplificado pela obra de Rousso, sobre o regime de *Vichy* durante a ocupação nazista e sua memória coletiva — e por que não nacional? — reproduzida no presente por uma França de um passado não tão glorioso. Esta memória esteve silenciada até meados dos anos sessenta quando passa a se tornar gradativamente questionada no pós-1968 pela sociedade civil

Constantes descobertas e revelações viriam a resgatar do terreno do esquecimento a colaboração francesa — através do regime de *Vichy* — com os crimes nazistas durante a ocupação. Passando a tomar seu lugar, as discussões sobre a ocupação nazista e a *Shoah*; além das conivências da Igreja e do Estado (assim como seus funcionários); levando a própria França a julgamentos não somente judiciais como, e principalmente, morais.

Política ou não, o fato é que a crescente obsessão pelo passado buscou, através de diferentes instrumentos, cumprir outros tantos objetivos igualmente diversos. Portanto, que não nos surpreendamos com o fato de que, no caso do contexto francês a busca pela valorização da memória acabe por se emaranhar entre uma pluralidade de razões.

Como, por exemplo, à crescente — quase — militância pelo resgate dos excluídos da história. E também pelo progressivo ato de “consumo” ou “invenções” (HOBSBAWN e RANGER, 2002) de tradições, heranças e raízes nas quais a questão da identidade

transversalizou constantemente os debates tanto no espaço público como no privado, a partir dos últimos anos da década de 1970. Fato este que sugere que o tema sobre a memória passou a se tornar incessantemente central em espaços até então não tão visíveis das salas e anfiteatros universitários, ligados aos estudos sobre a história.

O que dizemos é que nos anos oitenta haveria, portanto, uma popularização da memória ao mesmo passo que uma institucionalização de suas práticas por diversos personagens e, inclusive, pelo Estado.

Esta popularização pode ser reconhecida em distintos espaços e grupos. Empresas, indústrias e associações passaram aqueles últimos anos buscando recolher suas próprias memórias. Contrariando o que seria o campo de investidas de historiadores dos anos anteriores, somente a partir do final dos 1970 as empresas e associações passam a ser vistas como um microcosmo da sociedade e, portanto, igualmente dotadas de história.

É o caso da constatação levantada quando da realização, em maio de 1985, do “Primeiro Colóquio de História Aplicada às Empresas” (HAMON e TORRES, 1987). O colóquio visava por em vias de discussão o que já havia se tornado sólido no cenário francês: o ofício do historiador público, algo que já era bem presente no cenário norte-americano; uma formação profissional voltada à pesquisa empresarial e de propaganda, que faz da história um produto.

Agências como a *Public Histoire*, fundada em 1983, obtiveram um forte desenvolvimento no início dos anos oitenta através de trabalhos de memória empresarial realizados para a Danone, *France Télécom*, Ministério do Trabalho francês, *Jornal Midi Libre* da região de *Montpellier*, entre outras empresas e órgãos públicos que, em parte graças ao fenômeno de “capitalização da memória” junto às empresas, passaram a buscar afirmar sua qualidade, sua tradição e confiabilidade através da associação à perenidade de sua trajetória, de sua história.

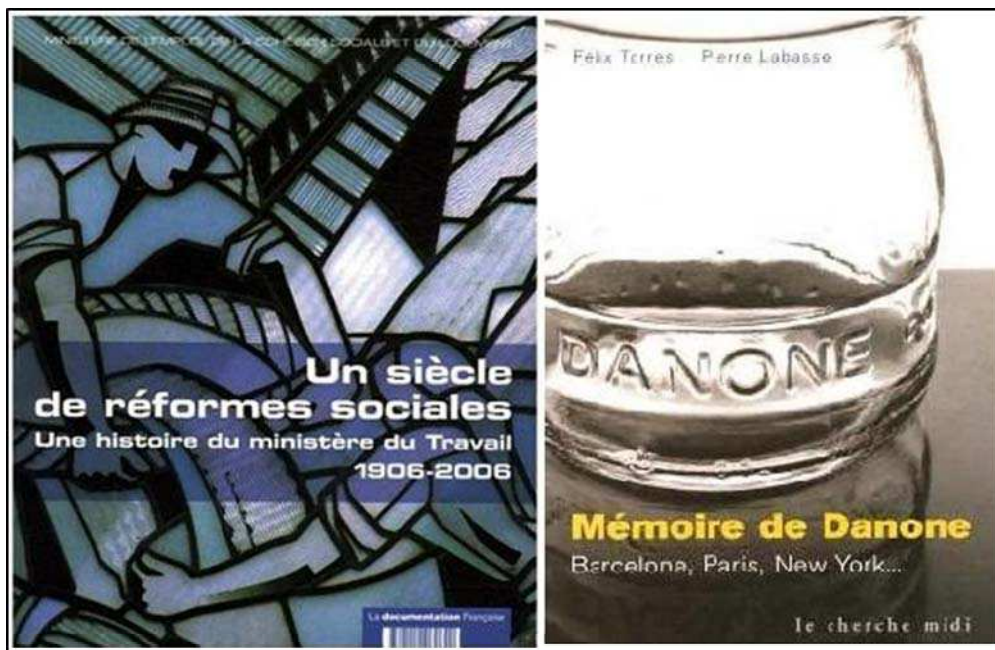


Figura 7: Capas dos livros (projetos) sobre o Ministério do Trabalho e sobre a Danone. Realizados pela agência *Public Histoire*, s/d. **Fonte:** Disponível em <http://www.public-histoire.com>. Acesso em: 24 de novembro de 2007.

No entanto, se há esta mercadorização ou “capitalização da memória” junto ao espaço empresarial, deve-se ter em mente o quão medíocre seria considerar que tal desejo pela memória esteve limitado apenas a este meio no qual esses *avatares* do capitalismo fazem parte.

Não há dúvida de que a memória se tornou nessa passagem dos anos 1970 aos 1980, um forte e constante elemento da história contemporânea e do tempo presente. Basta termos em mente a própria criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) — vinculado ao CNRS, Centro Nacional de Pesquisa Científica —, fundado em 1978, porém somente inaugurado dois anos mais tarde. O IHTP possibilitou àquela época a aproximação não somente relacionada aos eventos “traumáticos”, mas igualmente às práticas da análise do testemunho, da memória em suas representações coletivas e demais usos e/ou políticas. Possibilitou também um grande passo para as análises referentes às construções e espólios respectivamente erguidos ou “carregados” através do nosso presente.

Nesse contexto, muitos historiadores ascenderam nesse período pelo seu diálogo construído entre essa difícil relação estabelecida no “tecido social” entre o que se

conveniu ser história, o que se conservava no esquecimento e o que restou sendo memória. Para Nora, em entrevista, os anos setenta foram de especial importância para a ascensão dos usos da memória no contexto social, político e cultural.

De fato, tudo explodiu aproximadamente ao mesmo tempo, mas, [...] sobre formas e ritmos muito diferentes. Tomando apenas alguns dentre aqueles fundamentais à emergência memorial — quer se trate dos judeus, das mulheres, dos camponeses, dos jovens, dos imigrantes, cada um destes modelos de memória coloca em questão um aspecto essencial da tradição memorial nacional. (LEBOVITS e QUENEHEN, 2007: 77-78).⁴³

Foi, portanto, neste mesmo palco de mudanças que os dois pilares sociais fundamentais para a França tradicional se esmaeciam. As imagens do camponês e do operário compunham estas balizas que se tornaram “rarefeitas” com o enfraquecimento dos modelos políticos apoiados no pós-guerra⁴⁴ e que se estremeceram a reboque das aberturas de arquivos e nas audições de testemunhos antes ignorados pela própria história. Nesse sentido, o desejo de se “moralizar a história” (AMÉRY, 1977 apud TRAVERSO, 2005: 78) foi também o de adentrar-se na difícil missão dos historiadores do tempo presente em busca de uma “memória justa” (RICOEUR, 2004: 120); passível de abrandar alguns dos ônus dos quais se lamentam as memórias feridas e abusadas, além daquelas silenciadas. Para Baussant, a idéia de justiça à memória — à luz de Ricoeur — é, portanto, um dever e um projeto (RICOEUR, 2000 apud BAUSSANT, 2006: 20).

O “dever de memória”; este sentimento que se coletiviza não somente entre alguns personagens das camadas intelectuais, mas através de um grande número de homens e mulheres, instituições e demais grupos, que durante o alvorecer da década de oitenta encontrarão na fragilidade de suas identidades, igual fraqueza de suas memórias.

⁴³ Tradução livre do autor: « *En fait tout a explosé à peu près en même temps, mais, [...] sous de formes et avec des rythmes très différents. Ne prenons que quelques-uns parmi ces fondamentaux de l'émergence mémorielle — qu'il s'agisse des juifs, des femmes, des paysans, des jeunes, des immigrés, chacun de ces modèles de mémoire met en cause un aspect essentiel de la tradition mémorielle nationale* ».

⁴⁴ Destacam-se aí o Gaulismo e o Comunismo.

Devemos citar como primeira causa da fragilidade da identidade, sua relação difícil com o tempo; dificuldade primária que justifica de forma precisa o recurso à memória, enquanto componente temporal da identidade; onde se unem a avaliação do presente e a projeção do futuro. (RICOEUR, 2004: 110).⁴⁵

Há, portanto, uma revalorização — que se mostraria crescente nos anos seguintes — do papel da memória nos anos oitenta; permitindo-nos considerar que mais precisamente no caso da França o tema em questão acabou por obter especial atenção.

Fato este que Todorov igualmente pontua ao relacionar a “obsessão” dos franceses pelo o que diria ser um “culto da memória” (TODOROV, 2004: 51), insuflado pelos recentes inquéritos ligados aos crimes contra a humanidade — introduzidos a partir dos processos contra os nazistas e seus colaboradores —, à constante sensação de “vigilância” que se tornava necessária contra os “erros” da história não apenas no presente, mas buscando assegurar o futuro.

Veremos a seguir que de fato esta vigilância de que Todorov fala se tornou mais imprescindível do que se imaginaria. A memória passou a ser alvo de estratégias e políticas em diferentes esferas de relações e ações sociais. E, no caso que nos concerne aqui explicitar, o mundo sindical não se manteve de fora deste processo de “governar” seu próprio discurso sobre seu passado; buscando assegurar uma memória “justa”, capaz de servir como “luz guia” para um grupo social, uma coletividade, que observava durante os anos setenta e oitenta sua identidade coletiva meter-se à deriva.

Consideremos, nesse sentido, a argumentação de Rosanvallon ao dizer que “a crise de uma instituição é por definição a marca de sua *inadaptação*” (ROSANVALLON, 1999: 19). Esta afirmação (erigida a exemplo dos sindicatos e confederações franceses) nos sugere que, ao menos em parte, a instituição sindical do início dos anos oitenta na França — como vimos no capítulo anterior — logo se encontrou em xeque devido a sua inabilidade em reinventar-se durante o conhecido cenário de transformações vivido naquele mesmo período.

⁴⁵ Tradução livre do autor: “*Hay que citar como primera causa de la fragilidad de la identidad su difícil relación con el tiempo; dificultad primaria que justifica precisamente el recurso a la memoria, en cuanto componente temporal de la identidad, en unión con la evaluación del presente y la proyección del futuro*”.

Sugestão esta que nos faz pensar igualmente sobre a relação existente entre a queda de número de aderentes (nos sindicatos e em suas confederações) e a escalada de uma crise de identidade ligada ao trabalhador e aos seus órgãos representativos.

Este mote poderia ser considerado um dos nossos pontos cardeais para as discussões futuras. Cujas questões da identidade se torna o tema central. Tema que durante os anos oitenta será extensamente pensado não somente pelo Estado, mas de maneira igualmente fundamental por demais grupos e instituições. Contudo, é a partir do espaço sindical que escolhemos posicionar nossas lentes, pois a marca de sua dita “inadaptação” ao longo daquela mesma década deveria ser de fato, também compreendida enquanto marca de resistência ao esquecimento de sua tradição, de seus valores e símbolos. Ou melhor, de sua dimensão histórica.

Esta resistência buscaria em meio às transformações do cenário político (protagonizado por Mitterrand), econômico (traduzido pelas mudanças do capitalismo em contexto global) e sócio-cultural (enriquecido no pós-1968 pelos seus debates e novos formatos insuflados por intelectuais e militantes), em meio à crise de suas instituições, novas estratégias para serem reconhecidas junto à sociedade e à própria classe trabalhadora que se tornava diferente.

Não é por acaso que diferentes políticas de memória surgem nessa mesma década com extrema força, principalmente, em instituições e grupos que necessitavam assegurar que suas trajetórias não fossem esquecidas pelas novas gerações, imprimindo-lhes uma identidade comum.

Diante do esquecimento enquanto efeito colateral possível frente às mudanças vividas, ou da história lacunar e sua intrínseca impossibilidade de reconstruir, representar e explicar o que ocorrerá no passado — o papel da “memória exercitada” (RICOEUR, 2004: 116) — se tornará no âmbito de alguns sindicatos, o meio possível de assegurar que a manutenção dessa identidade partilhada e reconhecida no grupo. E este é o caso de algumas das instituições sindicais cujas estratégias de uso da memória mesclam-se com a revalorização do papel do arquivo nesses organismos.

Assim, a experiência francesa em relação aos sindicatos, à classe trabalhadora e suas às suas relações com o passado se tornou um bom campo para colocar em foco as questões referentes ao uso e ao objetivo das atividades relacionadas à memória realizadas nos

espaços sindicais. Da mesma forma, alargando o leque de questionamentos postos acerca dos usos e “abusos” da memória por parte dos grupos sociais e suas instituições.

Entre eles, o primeiro fator de interesse foi perceber que a memória e o papel do arquivo no espaço sindical francês tomavam forma e prioridade coincidentemente a partir do final dos anos setenta — um momento de crise em relação ao sindicalismo francês. Ali, a valorização do arquivo tomava seu corpo ao passo que as incertezas quanto ao futuro tornavam-se mais espessas e indecifráveis.

O segundo mostrava que tais atividades acompanhavam um processo de modernização e desenvolvimento de novas estratégias sindicais — algo que anos mais tarde seria presente na experiência brasileira através de alguns sindicatos ligados à corrente militante do novo sindicalismo — onde a idéia de uma política de memória e de preservação de arquivos sindicais e militantes se vinculava a um discurso de busca pela salvaguarda da identidade da classe trabalhadora e de sua memória coletiva; convergindo para um processo *institucionalizante* do que seria a memória daquele sindicato, associação ou confederação. O passado, elemento de valor ascendente em um cenário de inúmeras dissoluções e incertezas, passa a obter especial importância para os que não encontram segurança no futuro.

O fato é que doravante vivemos com o nariz nos arquivos e a mente afogada pela lamentação. O passado é um valor em alta na mesma medida em que o futuro, ele, se deprecia. (GUILLEBAUD, 2006: 49).⁴⁶

Sendo assim, podemos considerar três fatores principais que compõem o contexto no qual a busca pela construção e preservação da memória no ambiente sindical se torna especial.

O primeiro fator de interesse foi perceber que a memória e o papel do arquivo no espaço sindical francês tomavam forma e prioridade a partir do final dos anos setenta — um momento de início de crise em relação ao sindicalismo francês —; o segundo mostrava que tais atividades acompanhavam um processo de modernização e desenvolvimento de novas estratégias sindicais — algo que pôde estar presente na experiência brasileira de

⁴⁶ Tradução livre do autor: « *Le fait est que nous vivons désormais le nez dans les archives et l'esprit noyé par le regret. Le passé est une valeur en hausse dans la mesure exacte où l'avenir, lui, se déprécie* ».

anos mais tarde — e finalmente a idéia de que ambos os exemplos da política de memória e de preservação de arquivos sindicais e militantes vinculavam-se a um discurso de busca pela salvaguarda da identidade da classe trabalhadora e de sua memória coletiva, através de um processo “institucionalizador” do que seria a memória daquele sindicato, associação ou confederação.

Este é o caso, por exemplo, da Confederação Geral do Trabalho (CGT) que já entre os anos de 1980 e 1982 buscará em paralelo à sua breve dissonância com o governo Mitterrand, à evasão de quadros militantes importantes de sua organização e, mais tardar, até mesmo à falência ideológica do comunismo; pensar a construção de um departamento de arquivos *confederais* e de um instituto de história com o intuito de construir uma memória atuante enquanto agente legitimador no espaço orgânico, de militância, e no espaço público da sociedade.

Além da CGT, há também o caso da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) que poucos anos após, já em 1985, criará em sua estrutura permanente o serviço de arquivos *confederais* e *interfederais* com objetivos similares. Ainda assim, em relação à afirmação de que a questão da memória estaria ligada à identidade de grupos e instituições, é necessário ainda compreender alguns aspectos de sua historicidade. Ou seja, os porquês de tais políticas de memória somente terem adquirido força e constância a partir dos anos oitenta. Sendo necessário destacar, para tal, a criação da lei nacional de arquivos na França, em 1979⁴⁷, e sua conseqüente importância para o debate acerca da historiografia naquele mesmo período, pois outorgava aos arquivos privados (anteriormente excetuados da história nacional ou da memória coletiva francesa) um crescente valor histórico e, portanto, de patrimônio.

Logicamente, vale lembrar que este novo *status* dado aos arquivos não-públicos contribuiria em muito para aquele cenário de novos personagens, objetos e temas de que falamos anteriormente. Onde a instituição sindical passaria não apenas a possuir um papel de destaque devido à natureza privada de seus arquivos, como franquearia um novo leque de ações ligadas ao próprio debate histórico referente à classe trabalhadora e à militância.

⁴⁷ A lei de arquivos de 1979, *loi du 3 janvier 1979 (n° 79-18)*, foi consolidada com o intuito de reconhecer o valor histórico dos arquivos de propriedade privada juntamente com os públicos. Possibilitaria oferecer às análises ligadas à história social, cultural, política e econômica, uma importante contribuição em meio ao desenrolar de intensas questões relacionadas às dúvidas e revisões inferidas tanto à própria identidade nacional como às condições da historiografia francesa do pós-guerra.

Capítulo 3 – Confederações Sindicais em disputa pelo passado: a institucionalização da memória e as políticas de arquivo em território francês

Destacar a importância deste momento de reconhecimento dos arquivos privados enquanto agentes importantes do processo historicizante e *patrimonializante* nacional é de fundamental importância para as discussões vindouras. Afinal, dar aos arquivos privados este *status* de patrimônio histórico franqueava publicamente a legitimação do Estado acerca do seu valor histórico, ocorrendo no que poderíamos classificar como um primeiro passo em direção a uma inserção definitiva desses atores sociais, até então localizados — quando muito — às margens da história, nos debates das ciências humanas e de suas problemáticas atuais.

Os anos oitenta levariam *pari passu* à universidade novos questionamentos insuflados pelo olhar voltado ao mundo privado, aliado aos estudos da memória, antes desacreditados pela historiografia tradicional. A temática relaciona à questão da identidade nacional e o do patrimônio tomaria, portanto, especial peso nos corredores das universidades do *quartier latin* e também das confederações sindicais.

Falamos de uma tomada de consciência, em nível estatal, de que se tornava necessária e urgente a organização, proteção e legitimação dos arquivos; sobretudo os ligados à classe trabalhadora francesa. No entanto restava saber os motivos pelos quais, em meio a um cenário de crise da estrutura sindical francesa, surgiam naquele momento os projetos e políticas de arquivo na Confederação Geral do Trabalho⁴⁸ (CGT) e na Confederação Francesa Democrática do Trabalho⁴⁹ (CFDT). Não há dúvida que o interesse pelos arquivos privados, principalmente ligados às trajetórias militantes, possuía um claro valor para a historiografia contemporânea; no entanto a apropriação do discurso pelas próprias instituições sindicais apontava para alguns fatos de grande importância.

No contexto pragmático, é clara a intenção de controle da informação que circularia no espaço público. O arquivo sindical, militante, *confédéral*, não mais seria apenas um lugar de depósito, morto. Para tal se tornava necessário geri-lo. Programar estratégias,

⁴⁸ *Confédération Générale du Travail - CGT.*

⁴⁹ *Confédération Française Démocratique du Travail - CFDT.*

práticas e ferramentas as quais pudessem assegurar a reprodução das informações, salvaguardando-as, da maneira adequada à imagem pública daquela instituição.

Estes arquivos sindicais passariam atuar não apenas como guardiões, mas sim como órgãos “comunicadores da informação” (BLAI; ENNS, 1989-1990: 56) nos espaços de atuação daquelas instituições. Iniciava-se o controle do que seria produzido e distribuído através dos meios de comunicação os quais também passavam por uma intensa evolução de suas tecnologias e capacidades.

No contexto do que podemos chamar de “produção do conhecimento”, podemos afirmar que a ida aos próprios arquivos, operadas pelas confederações como a CGT, por exemplo, atendia ao impulso dessas organizações em não mais ficar à margem da construção historiográfica sobre a classe operária francesa, sobre a esquerda e seus militantes, sobre o comunismo ou tantos outros temas e objetos dos quais ela fazia parte. Era necessário construir seu próprio conhecimento a partir dos próprios mecanismos políticos, informacionais e intelectuais. Além disso, tanto a CGT como a CFDT possuíam uma intenção em legitimar-se no espaço público e político através da trajetória histórica e militante.

Mas a busca pela maior amplitude de uma construção historiográfica possível não foi atuação exclusiva dessas confederações e sindicatos; o Estado também desempenhou um importante papel neste processo vivido a partir dos anos 1980. De fato, a idealização de um Centro de Arquivos do Mundo do Trabalho (CAMT) em 1983, na cidade de *Roubaix*, localizada no extremo norte do país, (MAUROY, 2002: 37), apontava para um Estado cada vez mais sensível às necessidades de uma política direcionada aos arquivos públicos e, sobretudo, à necessidade de se evitar o desmembramento de centenas de fundos de coleções e demais materiais que, à sombra do desfalecimento das instituições sindicais viviam a real ameaça de serem destruídos.

O dado interessante é que paradoxalmente às ameaças e enfraquecimentos vividos no mundo do trabalho, a questão referente à importância de seus arquivos para alguns sindicatos e demais organismos representativos parece ter se tornado cada vez mais importante devido ao valor histórico que este passou a obter durante a década anterior.

Além disso, foi neste mesmo período que discussões germinais sobre a questão do patrimônio industrial se alastram por uma França onde indústrias centenárias fechavam suas portas ocasionando um depauperamento do social em consonância com os “*friches*

industrielles”⁵⁰ em expansão. Caso emblemático justamente representado pela fábrica têxtil de *Motte-Bossut* que encontrou sua revitalização a partir de seu tombamento como patrimônio histórico industrial após 1978 (MAUROY, 2002: 38).

O local em questão serviria, portanto, como marco fundamental da co-participação e reconhecimento do Estado sobre questões referentes aos arquivos privados (e mais precisamente os de origem militante e sindical), convergindo na criação do CAMT — subordinado ao Arquivo Nacional da França — anos mais tarde naquela mesma fábrica de *Roubaix*.

Ali seria criado um instrumento estatal para receber e centralizar os arquivos de diversos organismos, grupos ou pessoas físicas que não possuíam a possibilidade de mantê-los. Podemos ressaltar que se coroava naquele ato a mudança na orientação política da importância e utilidade dos arquivos franceses — fossem eles públicos ou privados — juntamente com um momento particular de mudanças profundas tanto na esfera governamental como no plano econômico.

O interesse crescente pelos arquivos privados corresponde a uma mudança de rumo fundamental na história das práticas historiográficas. Dois fatores, ligados aliás um ao outro, me parecem ser capazes de esclarecer o gosto pelo arquivo privado. O primeiro é o impulso experimentado pela história cultural e, mais particularmente, a multiplicação dos trabalhos sobre os intelectuais. O segundo está vinculado à mudança da escala de observação do social, que levou, sobretudo pela via da micro-história e da antropologia histórica, a um interesse por fontes menos seriais e mais qualitativas (PROCHASSON, 1998: 7).

Assim foi igualmente, no cenário de pesquisas que delineavam o mundo sindical. Concebido através de experiências plurais; permeadas por novas questões ligadas à identidade nacional e ao patrimônio industrial; Também acometido pelo crescimento da influência do *business history* americano, ou de outras correntes possíveis — como da *Alltagsgeschichte*, já mencionada — na historiografia francesa; além do crescimento da valorização do testemunho e da fonte oral; beneficiando-se da sabida contribuição que os arquivos de propriedade privada passariam a oferecer às análises ligadas à história social, cultural, política e econômica a partir de 1979.

⁵⁰ Conceito de “vazios industriais”, difundido no campo dos estudos da geografia no século XX, principalmente a partir da contribuição de LABASSE (1966) sobre os “vazios sociais”.

Algo que em poucas palavras, pode ser entendido como uma legitimação outorgada pelo Estado aos arquivos privados. Será neste momento que algumas instituições sindicais buscarão instaurar uma política de memória que, até então mal estabelecida, tornar-se-ia ponto de referência identitária, moral e histórica para o movimento operário e seus militantes. E nesse caso, a experiência da CGT talvez seja uma das mais emblemáticas daquela primeira metade da década de oitenta.

3.1 - O surgimento do *Institut d'Histoire Sociale* CGT e a contribuição para o debate da história.

No ano de 1980 o militante e escritor Marc Piolot (implicado profundamente com a CGT francesa e suas atividades) apontava através de uma proposta de projeto para um urgente desafio. O de se pensar uma política de arquivos efetiva naquela instituição que até o momento não a possuía.

Em suma, entre muitos tipos de documentos produzidos diariamente pela prática militante e institucional da CGT, Piolot afirma que a destruição de grande parte deles — muitos inclusive de valor histórico inegável — se mantinha corrente, fazendo desaparecer diversos documentos como: resoluções, cartas, fotos, jornais, atas, entrevistas em áudio e vídeo.

Um problema que se agrava devido à passionalidade de um movimento e de uma instituição muitas vezes desprovida de quadros profissionais adequados e do saber técnico necessário. Piolot disse ainda, no documento endereçado à própria CGT, que o arquivo na instituição sindical não deveria mais, portanto, ser visto enquanto um “cemitério” (PIOLOT, 1980), devido à vida que ali estaria de fato presente.

Embora as práticas até ali realizadas não cessassem de mortificar aquela vida de que Piolot falava; sua proposta para a criação de um organismo voltado aos arquivos na CGT buscava, justamente, se contrapor a tal ação injuriante. Para ele a importância de tal elemento institucional no espaço da CGT permitiria não apenas apoiar o canal de diálogo entre pesquisadores, historiadores e militantes como franquearia estudos entre os mesmos, seus familiares e demais instituições de orientações similares em nível global.

A intenção de *Piolot* em se trabalhar e organizar os arquivos da CGT não deve ser vista como ingênua ou pontual. Ela demonstra a necessidade urgente em buscar meios para que a própria produção militante não seja *a posteriori* destruída por eles mesmos. Outro fator de fundamental importância para se compreender tal urgência é confluência de fatos ocorridos em paralelo ao surgimento do que seria “o braço historiador” da CGT (PIGENET, 2003: 2); como o episódio da mudança da sede da CGT, localizada até então na Rua *La Fayette* no centro de Paris, para o *banlieue* de Paris em *Porte de Montreuil*.



Figura 8: Sede da CGT em *Porte de Montreuil*, periferia de Paris. 2007. **Fonte:** Foto do acervo pessoal do autor.

O esvaziamento da histórica sede do centro de Paris fez com que antigos documentos; uns guardados nos porões da sede da CGT, outros dispersos entre diferentes departamentos e endereços; necessitassem de um novo local de guarda no qual os mesmos pudessem ser reunidos. Em 1981, a temática do arquivo no âmbito sindical de fato é uma realidade. Assim como a consciência do aproveitamento daquele momento em questão cuja mudança da sede da CGT para a nova estrutura de *Montreuil* deveria,

portanto, ser encarada como uma chance para reorganizar e até mesmo conhecer seu próprio acervo.⁵¹

Este momento tornou-se propício para encampar a busca por um diálogo com os meios acadêmicos visando erigir no espaço simbólico e social da CGT um pólo de pesquisa sobre a história, garantindo assim a legitimidade não apenas do futuro Instituto de História Social, como igualmente da instituição que o circunscrevia, a CGT.

Assim, pensar a questão acerca da organização dos arquivos da CGT é uma busca; um exercício de reflexão sobre a possibilidade de utilização dos mesmos enquanto fração do conjunto de estratégias de resistência a um cenário mais e mais “árido” no tocante às práticas combativas militantes e sindicais que se encontrariam em xeque através dos obstáculos e fenômenos insurgentes contra esquerda francesa durante os anos 1980.

Suas afirmações delineiam, nesse sentido, o início de uma tomada coletiva do valor da informação para a própria confederação, compreendendo seu papel na construção do conhecimento no *locus* militante da CGT.

Este problema [...] torna-se mais urgente para resolver [...] numerosos documentos são produzidos [...]. Todas essas riquezas deveriam ser conservadas e organizadas. Infelizmente, este não é o caso das nossas organizações aonde a crescente negligência conduz quase sempre às destruições sistemáticas ou acidentais de documentos dignos de arquivos. [...] Estas carências são extremamente prejudiciais à nossa organização. Em primeiro lugar, porque é a sua memória que nós destruimos, mas também porque acaba por se tornar muito difícil (e, em certos casos, impossível) o conhecimento rigoroso do passado que, por conseguinte, a CGT não obtém plenamente se apoiando sempre, entre outras coisas, sobre falsificações ou manipulações históricas. [...] os documentos de hoje, que são a história de amanhã não são conservados sistematicamente, posicionados e classificados. (PIOLLOT, 1980).

Esta preocupação, tomada às portas de entrada dos anos oitenta, não deve ser vista como simples coincidência. De fato, outra das nossas fontes adquiridas nos arquivos da própria CGT — especificamente no acervo pessoal de Françoise Bosman, arquivista

⁵¹ *Réflexion à partir de la Journée d'Étude du 1^{er} JUIN sur les Archives Syndicales*. Tradução livre do autor. *Institut CGT d'Histoire Sociale*. Arquivo: Box de Françoise Bosman. 1981.

responsável pelo Instituto de História Social (IHS) da CGT durante alguns anos da década de 1980 — apontam para uma ampla discussão sobre o espaço e valor histórico dos sindicatos e de seus arquivos; e a quem se deve rogar tal responsabilidade uma vez que o Estado passa a reconhecer, ainda que lentamente, tal historicidade desses arquivos.

O interesse crescente manifestado, um pouco entre todos os arquivos sindicais, ainda que apresente inconvenientes inerentes a todo movimento disperso, oferece ao menos a vantagem de assegurar a salvaguarda de muitos dos documentos que, em exceção às iniciativas locais, corriam risco de destruição e de perda definitiva. [...] Nós podemos esperar que, nos próximos anos, graças aos meios jurídicos de intervenção que lhes regem a lei de 03 de janeiro de 1979 e seus decretos de aplicação, a Direção de Arquivos da França assegurará cada vez mais este papel de coordenador em matéria de arquivos sindicais, como a mesma já fez em outros domínios. (DUCHEIN, 1980: 13-14).

Mesmo antes da discussão sobre o CAMT⁵² que viria a tomar lugar no ano de 1983; ou ainda antes da criação do IHS em 1982; diferentes esforços são realizados em todo o território francês com a valorização dos arquivos privados, destacando-se nesse contexto os arquivos sindicais. Um exemplo é o caso do Centro de Documentação do Movimento Operário e do Trabalho (CDMOT) em Nantes, França.

Iniciado na passagem de 1981 a 1982, o CDMOT foi criado a partir do diálogo entre o espaço acadêmico universitário de Nantes e representantes da esquerda no âmbito político municipal. Sua intenção primeira foi a de recolher e preservar documentos, arquivos e demais fontes referentes ao movimento operário e às quatro centrais sindicais atuantes na região (CGT, CFDT, CGT – FO, FEN) além de outras organizações camponesas. Segundo seus porta-vozes, idealizadores do centro, a história dita oficial “[...] não dá conta do mundo subterrâneo, da produção de idéias’. Os arquivos existem, mas os mesmos são dispersos e o quebra-cabeça é difícil de reconstruir.”⁵³

⁵² Centro de Arquivos do Mundo do Trabalho.

⁵³ « A Nantes, un centre pour restituer son histoire au mouvement ouvrier ». [s.n.], Les rendez-vous du mardi. 27 janvier, 1981. p.24. *Institut CGT d’Histoire Sociale*. Arquivo : box de Françoise Bosman. Tradução livre do autor : « *ne rend pas compte du monde souterrain, de la production des idées’. Il existe des archives, mais celles-ci sont dispersées et le puzzle est difficile à reconstituer* ».

Esta empreitada, embora de grande importância para as pesquisas futuras no tocante ao movimento operário e à história do trabalho francês, ratificava a afirmação que fizemos anteriormente. A passagem dos anos 1970 aos 1980 foi marcada pelo crescente interesse em fontes e arquivos que pudessem dizer aos historiadores e aos demais cientistas sociais as versões daqueles personagens outrora subterrâneos ao discurso oficial dos fatos ocorridos na história.

A diferença, entretanto, que nos faz considerar o caso do IHS como ponto de inflexão importante é a simples constatação de que, diferentemente do caso do CDMOT de Nantes; ou da criação do CAMT em *Roubaix* — além de tantos outros casos —; a iniciativa tomada será em sua integralidade gerada na, e pela instituição sindical.

De fato, a fonte citada (sobre o CDMOT) faz parte hoje de um acervo e *corpus* documental produzido e defendido pelo próprio IHS/CGT. Cujas trajetória se inicia em 1982, quando a CGT de Paris criava uma nova estrutura em seu organismo institucional: o Centro *Confederal* de Arquivos (CCA) juntamente com o Instituto de História Social da CGT. Este último trazia à superfície a responsabilidade daquela instituição em salvaguardar não somente uma memória política, como legitimar o discurso que a partir dali seria erigido no espaço orgânico e público francês referente à CGT, contribuindo com debate histórico e zelando pela memória sindical e militante reconhecida por aquela confederação.

O fenômeno ocorrido a partir de 1982 na CGT era a constatação de que a força centrípeta existente na identidade coletiva militante e operária, capaz de mantê-la por si só coesa e confluyente no processo histórico, dava sinais de extenuação. As diversas ocorrências geradas nos anos anteriores e conseguintes levariam a dissipação deste espaço social reconhecido e partilhado. Esta afirmativa encontra ressonância, mesmo hoje, na fala de um dos quadros responsáveis pelo IHS da CGT:

Penso que nós sentimos o desejo de transmitir. Um desejo de transmissão. Para conservar a memória efetivamente nós transmitiremos. Eu penso. E surge mesmo hoje [...] uma segunda geração de militantes novos... Creio que esta é uma razão, uma razão importante e que se justifica duplamente por assistirmos

efetivamente a partir dos anos 1980 uma transformação considerável da paisagem industrial francesa. (DECISIER, 2008: 23 junho).⁵⁴

A marcha por salvaguardar uma narrativa coletiva que possa abarcar os diversos militantes da CGT se dá ao momento que uma nova gênese de trabalhadores aponta em um horizonte um tanto incerto. Parte do que poderíamos classificar como “choques de gerações” que não apenas nos espaços do trabalho como no próprio espaço sindical e de militância, refletem em suas próprias relações e disputas inúmeros questionamentos acerca da própria identidade e da cultura operária até então formada. E lembremos que esse problema não é exclusivamente francês ou brasileiro. Nesse escopo de “desconstrução e reconfiguração da experiência operária” (RAMALHO e SANTANA, 2006), operários de diferentes espaços sociais e em diferentes países acabam vigiados pela ameaça da “desaculturação” e perda de sua cultura de origem (BEAUD e PIALOUX, 2004: 23).

É neste momento onde o desejo coletivo reproduzido no âmbito sindical da CGT, conjuntamente com outras necessidades impulsionadas pelas mudanças ocorridas, adentra no campo de disputa pelo direito e pela legitimidade do que, ao se articular através da memória, vem a se tornar história. É, de fato, “a manipulação da história e do passado! Do próprio passado da CGT”⁵⁵ que Decisier — militante e secretário responsável pelo IHS na sede CGT de Paris — aponta como um terreno cujo domínio, até antes da instauração da figura do Instituto de História Social da CGT, jazia sob as mãos de outros.

⁵⁴ O entrevistado ocupa o cargo de Secretário Geral; responsável pelo IHS da CGT. Tradução livre do autor a partir da transcrição: « *Je pense qu'on ressenti le besoin de transmettre. Besoin de transmission. De conserver la mémoire effectivement on transmettra [sic.]. Je pense. Et même maintenant il arrive [...] une deuxième génération de militants qu'assez sont nouvelle... Je crois que ça c'est [sic.] une raison. Une raison importante et une raison qu'a deux temps [sic.] est justifié qu'on effectivement assisté a partir des années 1980 une transformation considérable du paysage industriel français.* »

⁵⁵ Tradução livre do autor a partir da transcrição: « [...] *Je crois que c'est aussi le fait que... [pensa] c'est la manipulation de l'histoire et du passé ! Du propre passé de la CGT.* »

Uma instrumentalização política; uma utilização política por parte da Direita, dos representantes do capital [...] quiseram pulverizar as pistas. Quiseram reconquistar uma história que nos pertence... (DECISIER, 2008: 23 junho).⁵⁶

De fato, a narrativa de Decisier não mostra dissonância com o pensamento oficial da instituição sindical que, mesmo antes da idealização do IHS, compreendia a urgência em se apropriar da memória partilhada entre seus atores e da história que dali poderia ser formada.

OS ARQUIVOS SINDICAIS REPRESENTAM NOSSA MEMÓRIA COLETIVA. Esta é, não somente, indispensável para escrever a história como, ainda mais, para compreender o presente. [...] É dizer, igualmente, que nossa concepção de arquivamento é mais sindical que histórica. E que, por conseguinte, pertence ao movimento sindical — e a ele somente — o assumir.⁵⁷

Nesse processo, se admitirmos a memória coletiva como sendo formada de, e por diversas memórias individuais (POMIAN, 1999: 278); não estranharemos o porquê de instituições representativas — como sindicatos — buscarem controlar a memória; assegurando sua transmissão e reificação através de outras gerações que se identificariam no mesmo arcabouço mnemônico.

Saibamos que o campo da memória é por excelência um campo de conflito; e nesse escopo não se excetam os próprios personagens orgânicos de um grupo ou instituição. A criação do Instituto CGT de História Social como eixo mestre deste “dever de memória” posto pela CGT em 13 de janeiro de 1982, não escapa a esta afirmação. Em cartas pessoais, endereçadas a demais intelectuais orgânicos ligados a diferentes

⁵⁶ Tradução livre do autor a partir da transcrição: « Une instrumentalisation politique, une utilisation politique de la part de la Droite, des représentants du capital [...] [Elle] a volonté de broyer de piste. A volonté de récupérer une histoire que nous appartient... ».

⁵⁷ *Réflexion à partir de la Journée d'Étude du 1^{er} JUIN sur les Archives Syndicales*. Tradução livre do autor. « LES ARCHIVES SYNDICALES REPRESENTENT NOTRE MÉMOIRE COLLECTIVE. Celle-ci est non seulement indispensable pour écrire l'histoire mais, plus encore, pour comprendre le présent. [...] C'est dire, également, que notre conception de l'archivage est plus syndicale qu'historique et que, par conséquent, il appartient au mouvement syndical – et à lui seul – de l'assumer ». **Institut CGT d'Histoire Sociale**. Arquivo: Box de Françoise Bosman. p.2

organismos daquela confederação a disputa por quadros dentro do instituto apontava para uma condição real de seletividade.

14. 1. 82

Meu caro Piolot,

A *L'Humanité* [revista] me atrai esta manhã com a criação do Instituto de História social do CGT. Alegra-me; mas a você não escondo certa amargura. Creio ter sido um precursor neste domínio - e você o sabe, pois colaborou comigo. Vi-me descartado. Jamais poderia crer que certas posições críticas que manifestei (nenhuma se referia à CGT) teriam como consequência que seria afastado deste tipo de atividade. Faço o balanço da minha vida e não atenuo o número de horas que passei ao serviço do ensino da história nas escolas sindicais. Não lamento nada. A tristeza que provo não me impede desejar-lhe um bom ano e conservar a minha afeição,

Jean Bruhat (BRUHAT, 1982a: carta à PIOLOT)⁵⁸

Bruhat foi um dos intelectuais e militantes mais destacados na CGT. Egresso da *École Normale Supérieure*, Bruhat se formou em História e aderiu à Confederação Geral do Trabalho Unitário (CGTU) e atuou no partido comunista francês. Entre outras atividades, esteve à frente do museu de história viva (criado em oportunidade da comemoração do 150º aniversário da Revolução Francesa) em 1939, participando da resistência na ocasião da segunda guerra mundial, atuou no pós-guerra no âmbito da educação sindical da CGT. Jean Bruhat foi — o que Françoise Bosman (arquivista do IHS, em 1983, ano da morte de Bruhat) disse ser nas palavras do próprio — um “intelectual plebeu” (BOSMAN, 1984).

O aparente descarte de Bruhat mostra que o cenário da CGT e do recém criado IHS não foi de total harmonia, havendo disputas no interior de seu espaço social (BOURDIEU,

⁵⁸ Entre colchetes, grifo meu. Tradução livre do autor: « 14.1.82 / Mon cher Piolot, / L'Humanité m'apprend ce matin la création d'un Institut d'Histoire sociale de la CGT. Je m'en réjouis mais à toi je ne te cache pas une certaine amertume. Je crois avoir été dans ce domaine un précurseur - et tu le sais pour avoir collaboré avec moi. Me voici écarté. Je n'aurais jamais pu croire que certaines positions critiques que j'ai manifestées (aucune ne concernait la CGT) auraient pour conséquence que je sois écarté de ce type d'activité. Je fais le bilan de ma vie et je ne décompte pas le nombre d'heures que j'ai passées au service de l'enseignement de l'histoire dans les écoles syndicales. Je ne regrette rien. / La tristesse que j'éprouve ne m'empêche pas de te souhaiter une bonne année et de conserver mon affection, / Jean Bruhat ».

2000) em formação. Em carta a Jean Braire, secretário geral da *Bourse du Travail* em Paris, Bruhat busca disseminar seu descontentamento.

5 junho 1982

Meu caro Braire,

Creio que você tem relações pessoais com Séguy. Você poderia dizer-lhe que eu experimentei de grande tristeza ao constatar que fui descartado do novo Instituto de História Social? [...] No que se refere ao PC e suas sucessivas orientações, pude formular críticas mesmo enquanto membro do partido — mas jamais toquei na CGT. Entre os intelectuais não permanentes, eu sou aquele que consagrou à CGT o pouco do seu tempo disponível. Não me arrependo de nada. Mas o fato de que eu seja afastado do novo Instituto de História Social significa que o movimento operário organizado não possui mais confiança em mim. [...]

Bem a você, ainda que com certa melancolia.

Jean Bruhat. (BRUHAT, 1982b: carta à BRAIRE).⁵⁹

Ainda assim, as ações futuras mostrariam que independentemente de seus conflitos intestinos o IHS comporia um elemento de forte atuação nos anos seguintes. O ressentimento que transitava pela rede interna da CGT, através das cartas de Bruhat, sinalizou o que pensamos ser uma possível disputa orgânica e política dentro das estruturas daquela confederação e de seu novo organismo em formação. Apesar disso, não demorou muito para Bruhat ser convidado como membro do conselho administrativo do IHS da CGT. Fato que nos mostra o quanto o processo de institucionalização não escaparia tanto à resistência, como à negociação entre seus elementos e personagens.

De fato, esse processo de “enquadramento” da estrutura que circunscreveria o instituto e suas atividades pode acusar o quanto as atividades vindouras daquele organismo

⁵⁹ Tradução livre do autor : « *Le 5 juin 1982 / Mon Cher Braire, / Je crois que tu es en relations personnelles avec Séguy. Peux-tu lui dire que j'ai éprouvé la plus grande tristesse en constatant que j'étais écarté du nouvel Institut d'Histoire Sociale ? [...] J'ai pu s'agissant du P.C. et de ses orientations successives formuler des critiques tout en restant membre du Parti – mais je n'ai jamais touché à la CGT. Parmi les intellectuels non permanents je suis celui qui a consacré à la CGT le peu de son temps disponible. [...] Je ne regrette rien. Mais le fait que je suis écarté du nouvel Institut d'Histoire sociale signifie que le mouvement ouvrier organisé n'a plus confiance en moi. [...] / Bien à toi mais avec une certaine mélancolie. / Jean Bruhat* ».

poderiam atuar no processo de “instrumentalização” da memória que ali seria formada e mantida.

Ao compreender e esboçar o sentimento de que o IHS da CGT não poderia somente guardar vivas as marcas daquilo que se tornara passado; mas sim que deveria agir de maneira a nutrir as reflexões e análises realizadas no presente, juntamente com o Centro *Confédéral* de Arquivos (CCA) (criado paralelamente ao Instituto); seus porta-vozes deixam de maneira clara a posição política e estratégica levada pelo instituto. Buscando, assim, assegurar os meios e instrumentos necessários para a própria CGT e seu movimento se reencontrarem tendo a memória e o esforço historicista como fios condutores.

Não obstante, suas atividades também serão úteis para a propaganda sindical ainda que haja o cuidado claro em não explicitar nessa atividade uma ação principal do instituto. A fala a seguir é um extrato do discurso de Henri Krasucki que, devidamente apresentado por George Séguéy (secretário geral da CGT desde 1967), será mais adiante seu sucessor e homem de frente da CGT quando, após a queda dos ministros comunistas do governo Mitterrand em 1984, representará uma confederação em vertiginosa queda de aderentes.

A originalidade de nossa iniciativa não reside somente no fato de ser sindical. [...] Ela é um meio, um lugar de pesquisa em história social, um vínculo com o movimento sindical, com a história que é feita, um meio também de beneficiar as organizações, os militantes da CGT. [...] Nosso instituto é, nós dizemos claramente, um instituto da CGT. Ele foi criado por sua iniciativa e beneficiado de seu apoio. Entretanto, não é um instrumento de propaganda da confederação. Ele é um instituto e, ao dizer isso, não subestimo em nada a importância da propaganda sindical. Nós queremos, portanto, que o instituto da CGT se torne um lugar de encontros e trabalhos de militantes de diferentes sensibilidades que existem na CGT. (KRASUCKI, 1982: 4).⁶⁰

⁶⁰ *Institut CGT d'Histoire Sociale*. Primeiro número da revista *Les Cahiers de l'Institut CGT de Histoire Sociale*. Tradução livre do autor: « *L'originalité de notre initiative ne réside pas seulement en ce qu'elle est syndicale. elle est un moyen, un lieu de recherche en histoire sociale, et un lien avec le mouvement syndical, avec l'histoire qui se fait, un moyen aussi de faire bénéficier les organisations, les militants de la CGT. [...] Notre institut est, nous le disons clairement, un institut de la CGT. Il a été créé à son initiative et bénéficiera de son soutien. Mais, ce n'est pas un instrument de propagande de la Confédération. C'est un institut, et en disant cela, je ne sousestime en rien, l'importance de la*

Os anos seguintes mostram que o objetivo de George Séguéy (presidente do IHS/CGT); Marc Piolot (diretor); Françoise Bosman e Henri Sinno (colaboradores); além de outros membros que compuseram inicialmente o instituto; pôde atingir mais do que talvez se imaginasse. Pois ao final do ano de 1982, o balanço realizado tratou de levar a proposta daquele instituto para os níveis regionais de atuação da CGT na França.

Considerando como ponto central dos debates a emergência da “importância dos arquivos sindicais e a necessidade de conservá-los no CCA da CGT ou em suas antenas regionais ou departamentais”,⁶¹ se firmava ali naquele momento o compromisso do IHS em criar centros regionais de história social à sua imagem.

LES DONATEURS	
<u>Liste des personnes et organisations qui ont fait don d'archives dans le dernier trimestre :</u>	
. Renée PEUVRIER	(Paris)
. Paul CHAUVET	(Paris)
. Jean-Louis VALETTE	(Parmaim)
. Roger MARTIN	(Villeurbanne)
. Marie FALCHERO	(St Etienne)
. J. CHARPRENET	(Paris)
. Serge LEFRANC	(Maire de Saclas)
. Bernard HOUEL	(Leval)
. Charles DALLAVALLE	(Nancy)
. René AGUETAZ	(Les Lilas)
. Raymond VERRON	(Rennes)
. Syndicat des Raffineries de Lorraine	(Hauconcourt)
. Union Locale de Port	Saint-Louis

LES CAHIERS 2

Figura 9: Lista de militantes ou organizações sindicais que, em três meses de um ano de existência do Instituto de História Social da CGT, doaram seus arquivos.⁶²

Demanda que já apontava em um horizonte de realidades a crescente adesão de diferentes personagens (individuais ou coletivos) à missão do IHS, além do crescimento de sua rede política e social que em apenas um ano após sua criação já contava com

propagande syndicale. Nous voudrions donc que l'institut de la CGT devienne un lieu de rencontres et de travail des militants des diverses sensibilités qui existent dans la CGT. ».

⁶¹ Reunião do Conselho de Administração e de Orientação do Instituto. *Les Cahiers de l'Institut CGT d'Histoire Sociale*. n.º3, décembre 1982. Institut CGT d'Histoire Sociale. Montreuil, Paris. *Institut CGT d'Histoire Sociale*.

⁶² *Op.cit.* n.º5, février 1983. Institut CGT d'Histoire Sociale. Montreuil, Paris. p.2.

cinco unidades regionais: Alsácia, *Limousin*, Aquitânia, *Rhône-Alpes* e *Languedoc-Roussillon*.⁶³ E que hoje, em 2009, somam 40 institutos regionais espalhados pelo território francês, formando uma rede voltada ao uso da memória e à análise, bem como à produção da história referente ao movimento sindical e militante ligados à CGT.

O ocorrido apenas refletia o enraizamento profundo que o IHS da CGT continuou a traçar. No mesmo ano o instituto não somente servira às necessidades orgânicas de acesso à informação de natureza histórica para determinados fins, como pôde pronunciar-se no cenário público. Em ocasião da crítica feita por François Mitterrand (presidente da França) sobre a perda da memória coletiva pelas novas gerações, George Séguy, presidente do IHS, comunica à imprensa a criação de um colóquio pelo IHS para discutir o papel da história social no ensino técnico e secundário.⁶⁴ Essas iniciativas tomadas apontam para algumas questões ligadas à valorização do conhecimento histórico no âmbito militante; mostrando-se presente nos anos seguintes às atividades do IHS.⁶⁵

E, nós percebemos que a história é, com efeito, um desafio sindical. Não é somente uma tarefa do universitário. A história não é neutra. A história não é neutra. [...] as organizações sindicais querem intervir no debate histórico. Então, a primeira coisa... não é uma emancipação em relação ao movimento universitário [se refere ao acadêmico], mas de sermos reconhecidos dentro do debate histórico como... Interlocutores. Verdadeiros... Sérios... Credíveis. (DECISIER, 2008: 23 junho).⁶⁶

Nesse ínterim também toma lugar no seio do IHS uma política editorial crescente, na qual o diálogo entre demais personagens do meio universitário se estreita. Juntamente com o resgate de textos de congressos da CGT onde buscarão abordar temáticas variadas como imigração, educação sindical, entre outros.

⁶³ **Op.cit.** n°8, octobre 1983. Institut CGT d'Histoire Sociale. Montreuil, Paris. p.1.

⁶⁴ *Ibidem.* p.7.

⁶⁵ Haja vista a declaração de Séguy no 42° Congresso Confederal, realizado em *Montreuil* em novembro de 1985.

⁶⁶ Tradução livre do autor a partir da transcrição: « *Et on s'aperçut que l'histoire c'est, en effet un enjeu syndical. C'est pas seulement un affaire de l'universitaire. L'histoire n'est pas neutre. L'histoire n'est pas neutre. [...] les organisations syndicales ont [voulons] intervenir dans le débat historique. Donc, la premier chose... n'est pas émancipation pour rapport au mouvement universitaire, mais d'être reconnue dans le débat historique comme... des interlocuteurs. Vrai... Sérieux ; crédible.* »

A CGT é uma velha, velha dama. Ela tem mais de cem anos, [...] Nosso objetivo não é apenas o de conservar arquivos e documentos. É também de possibilitar que essa memória possa ser valorizada e participar do debate histórico, é isso. [...] De colocar, portanto, estes arquivos à disposição dos estudantes e dos pesquisadores; mas também de organizar colóquios, conferências, seminários [...] Nós; evidentemente nosso objetivo é o de manter nossos arquivos; porque uma vez mais temos um patrimônio histórico importante. (DECISIER, 2008: 23 junho).⁶⁷

O esforço posto em prática naquele *habitus* (BOURDIEU, 2000) sindical criado no interior da CGT, relacionado ao seu instituto de história, buscou atingir uma classe atual — e possivelmente a futura — cujas experiências foram sendo formadas em um “presente perpétuo” (BASCHET, 2001: 65) edificado e expandido pelas incertezas vividas dos anos 1970 e 1980. Em pleno andamento, desde 1982, o surgimento do IHS compôs no cenário sindical e público francês parte do panorama histórico que *a posteriori* seria classificado por Pierre Nora como parte do “momento-memória” (NORA, 1992: 1006) vivido naquelas duas décadas. Não obstante, possibilitando ao espaço militante e sindical (circunscrito no campo de ação da CGT) que se tornasse possível também o restabelecimento da experiência (THOMPSON, 1988) no processo de identificação coletiva.

Ao reivindicar sua significância no processo histórico nacional a CGT e seu instituto recém criado produziria, segundo um de seus próprios quadros, as “ferramentas aos militantes, e não somente aos militantes... Ao público [...]” (DECISIER, 2008: 23 junho)⁶⁸ de maneira a se interporem definitivamente no debate e produção do conhecimento histórico. Através do uso de uma memória coletiva e dos seus extensos arquivos o discurso do IHS se institucionalizava no âmbito da central sindical francesa.

⁶⁷ IDEM. Tradução livre do autor a partir da transcrição: « *La CGT est une vieille, vieille dame. Elle a plus de cent ans, [...] Notre objectif n'est pas seulement de conserver des archives et document. C'est aussi de faire en sorte que cette mémoire puisse être valorisé et participer au débat historique, voilà.[...] de mettre donc ces archives à dispositions des étudiants et des chercheurs mais c'est aussi de organiser des colloques, des conférences, des séminaires [...] Nous, évidemment, notre objectif c'est d'entretenir nos archives parce que encore une fois on a un patrimoine historique important* ».

⁶⁸ Tradução livre do autor a partir da transcrição: « [...] *Outils aux militants et pas seulement aux militants... Au publique [...]* »

A utilização dos arquivos sindicais como meio de produção de materiais, que engendram a imagem sindical por vezes idealizada e por vezes esquecida, portanto, aponta para o que consideramos como os “usos políticos do passado”, cujas instituições aqui mencionadas e seus atores buscam realizar de acordo com Hartog e Revel o que diríamos ser um impulso próprio daquelas instituições mesmas ao mobilizar seus recursos possíveis. Sejam eles simbólicos ou narrativos, cognitivos, escritos, materiais e imateriais; de maneira que possam caracterizar seu “uso político” presente em todo o discurso histórico (HARTOG e REVEL, 2001: 13-14).

Exemplo claro desta afirmação é a campanha de conscientização, posta em prática em maio de 1984, sobre a importância da salvaguarda dos arquivos referentes à CGT em seu próprio domínio institucional. A atividade ocasionou a publicação de um caderno com a coletânea de todos os artigos publicados pela revista do IHS, *Les Cahiers*, e pelo jornal *Le Peuple*⁶⁹ desde 1982, com a criação do Instituto de História e o CCA; relacionados à questão da preservação dos arquivos sindicais.

Nele, dois pontos se mostram claros na política de memória que se desdobra no interior daquela confederação: (1) que apesar de sua natureza de amplitude nacional ou local, os arquivos de propriedade da CGT deverão permanecer em posse daquela instituição; (2) os arquivos, e sua salvaguarda implementada à reboque da criação do CCA e do IHS, tornam-se uma “ferramenta” da CGT e para a CGT (ARCHIVER, 1984). Uma clara disputa pela guarda da memória, tornando-a “oficial” e, dessa forma, legítima no espaço público.

Aproveitemos este último fato para nos remeter à Verret (1984: 415). Quando ele diz que a classe operária estaria, em certa medida, desfavorecida de memória por não possuir estruturas e espaços capazes de mantê-la, reproduzi-la ou atualizá-la.

Ou seja, tal crítica se formaria devido à constatação de que no mundo dos trabalhadores e dos operários seria comum a ausência de um mesmo espaço social no qual classes partilhem a mesma memória, de maneira que haja a estrutura possível para a conservação desse patrimônio de maneira (re)atualizável. Além do mais, essa estrutura deveria possibilitar a acumulação das diversas inscrições criadas no âmbito da classe, assegurando a perenidade e transmissão de saberes e conhecimentos historicamente

⁶⁹ Publicação periódica da CGT. Seu primeiro número data do ano de 1900 sob o nome de La Voix du Peuple. Mais informações, ver <http://www.lepeuple-cgt.com/html/hist/>.

vivididos. Nesse sentido, sendo ela, a classe operária, trabalhadora, desprovida de “memória morta” (VERRET, 1984: 416).

Vejam os que, ao seguirmos os apontamentos de Verret, as realizações concernentes à criação, organização e valorização do arquivo e de seu papel no interior da confederação sindical — como o é na CGT, a exemplo de outros como a CFDT — devem igualmente ser entendidas como um meio de superar esta falta do que concordamos em nomear como “memória morta”.

Neste caso a CFDT esteve igualmente empenhada em possibilitar que o desafio posto pela necessidade de um serviço de arquivos organizado fosse sobrepujado. Desde 1978 com o auxílio de um centro de pesquisas, análises e estudos coordenados (BRAEC)⁷⁰ e de setores acadêmicos⁷¹, externos à própria CFDT, o tema arquivo se pôs em discussão; mas somente em 1985 a confederação instauraria um arquivo oficial, parte do organismo da CFDT (NOYER, 2008: 3)⁷²

Entretanto, já há alguns anos antes, ao lutar pela criação de uma política de arquivos forte em seu interior; e ao institucionalizar um organismo responsável pela produção e difusão de conhecimento histórico, a CGT buscou atuar como uma “historiadora de si mesma” ao passo que adquire esse desejo pela “memória de papel” da qual falava Leibniz. E é, portanto, neste escopo que destacamos essa busca pela conscientização do valor e papel do arquivo para sua instituição; atuando em seu espaço orgânico.

As três imagens abaixo apontam para momentos distintos do processo de valorização e resgate dos arquivos sindicais referentes à CGT. A primeira imagem busca denunciar a destruição de documentos; fontes que são regularmente, na representação criada pela publicação, jogadas aos ratos de um sindicato que não se ocupa em proteger tais materiais.

Nesse processo, as duas imagens seguintes se complementam ao sinalizarem que o operário, trabalhador ou militante, ele próprio, pode acessar os arquivos os quais são constituídos a partir da contribuição de cada militante envolvido. Tais acervos são constituídos para além das memórias individuais, que nelas se fortalecem e significam, enquanto germen e fruto de uma experiência coletiva.

⁷⁰ *Bureau de Recherches, d'Analyses et d'Etudes Coordonées.*

⁷¹ Destacando-se o *Centre de recherche d'histoire des mouvements sociaux et du syndicalisme* (CRHMSS). Hoje conhecido como *Centre d'Histoire Sociale du XXe Siècle* (CHS). Ambos amparados pela Universidade Paris I – Sorbonne.

⁷² CFDT. *Service des Archives Confédérales.*



Figura 10: Charges realizados pelo cartunista Dimitri Keltchewsky, para a CGT. 1984. **Fonte:** *Archiver: pourquoi, comment, pour qui?* (1984: 02). Institut CGT d'Histoire Sociale.

Ademais, a proposta colocada pela coletânea distribuída no ano de 1984 destaca a constante batalha travada no presente. A busca pela recuperação de acervos, fontes e dados é em larga escala um desafio percebido e enfrentado no tempo presente — algo que necessariamente se mostraria como parte do projeto da CGT para os anos seguintes.

A campanha em “sensibilizar os militantes” através da brochura especial (*ARCHIVER*, 1984), nas palavras de Pilotot, é um meio de resguardar um patrimônio em franca ameaça. Desde o registro realizado no decorrer de um discurso, ao registro particular que diferentes indivíduos podem realizar sobre um determinado evento; tudo pode ser passível de tornar-se elemento importante para a memória que a todo o momento não cessa de se (re)atualizar.

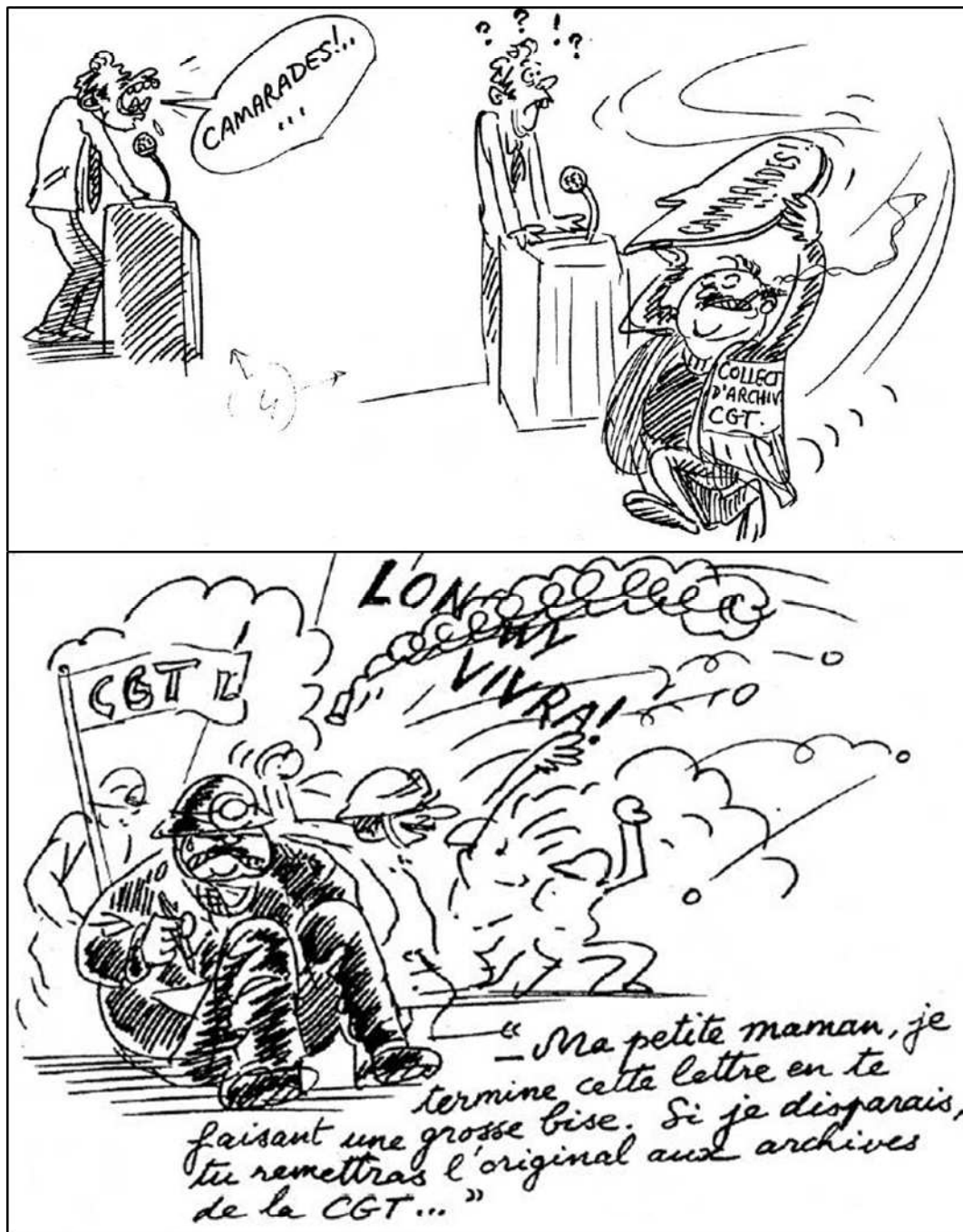


Figura 11: Charges realizados pelo cartunista Dimitri Keltchewsky, para a CGT. 1984. **Fonte:** *Archiver: pourquoi, comment, pour qui?* (1984). Institut CGT d'Histoire Sociale.⁷³

Mas, de fato a maior dificuldade não se remete às prateleiras e gavetas empoeiradas, quando não, desorganizadas no profundo interior de instituições nas quais encontram na

⁷³ A imagem revela um militante salvaguarda o discurso que é realizado, colocando-o sob a proteção dos arquivos da CGT. A segunda imagem aponta, em meio à manifestação, um militante que escreve uma carta para sua mãe desejando que caso ocorra de morrer, que ela remeta o original aos arquivos da CGT.

CGT sua representação e núcleo de identidade política. O processo mais duro pareceu ser, portanto o de fazer coexistir junto às práticas de luta, de mobilizações e resistências um olhar cauteloso do tempo presente.



Figura 12: Charges de Dimitri Keltchewsky para a CGT. Fonte: **Fonte:** *Archiver: pourquoi, comment, pour qui?* (1984). Institut CGT d'Histoire Sociale.

Instaurando no olhar do militante a certeza de que o que é produzido na “dobra” entre passado e futuro deve ser problematizado, ou seja, pensado como algo que poderá servir à memória de amanhã. Caracterizando uma ação, sobretudo política. Onde o que é produzido no presente passa a ser já conservado por saber-se da possibilidade de seu uso no futuro. Algo que nos remete, portanto, à idéia de memória enquanto meio. Tal prática, em vias de desenvolvimento no seio de algumas instituições sindicais francesas — como a CGT —, já havia sido subestimada por Henry Rousso ao pensar ser

[...] um truísmo lembrar que um vestígio do passado raramente é o resultado de uma operação consciente, capaz de se pensar enquanto vestígio, e não enquanto ação inscrita no seu tempo e, portanto capaz de antecipar o olhar que lançarão

sobre ele as gerações futuras, ainda que às vezes exista em alguns atores a vontade de deixar rastros de sua passagem. (ROUSSO, 1996: 03).

Ainda assim, raro ou não, o ocorrido na sede da CGT nos anos oitenta deveria ser considerado por nós como algo longe de ser banal, ou fortuito. Pois sua crescente dimensão se tornaria em poucos anos uma rede de instituições voltadas ao debate histórico no âmbito sindical.

Nos anos seguintes, a estrutura do IHS se expande com o auxílio da informatização e do emprego de quadros profissionais ligados à história e à Arquivologia, afastando-se da ultrapassada imagem do velho militante “guardião da memória” e de documentos.

As atuações do IHS se multiplicaram através de uma rede em larga expansão cuja preocupação com a temática do mundo do trabalho, sua memória, sua identidade e seus arquivos tornar-se-ia mais presente. Cresce, assim, a participação do IHS na parceria com instituições de pesquisa e edições universitárias.

Um exemplo disso é a revisão de conteúdo para a obra *Faire l’Histoire du Monde du Travail: Guide Pratique* (1985), editado pela *Presses Universitaires de France* (PUF) em 1985 com o apoio do CNRS⁷⁴, que encontra-se anexada à carta enviada ao Instituto *Jean-Baptiste Dumay* em *Creusot* por Françoise Bosman (arquivista responsável do CCA da CGT e colaboradora do IHS) em 1984, onde destacamos do material cuja arquivista revisara, o trecho a seguir:

A idéia de realizar um guia prático [...] nasce do encontro de dois movimentos que marcam profundamente nossa época. O primeiro afeta a produção e perturba o mundo das empresas. [...] A significação do trabalho e sua realidade se modificam. [...] Tanto nacional como internacionalmente. [...] O conjunto dessas mudanças tecnológicas e organizacionais, e de suas reconversões instauram um problema de identidade. O operário de hoje se sente o herdeiro daquele de ontem, mas a continuidade não é mais tão evidente. Dessa interrogação nasce um interesse novo para a história das empresas, do trabalho e dos trabalhadores. Tudo se passa como se as incertezas do presente e a previsão

⁷⁴ CNRS: Centro Nacional de Pesquisa Científica (*Recherche Scientifique*).

de um futuro carregado pelas mutações dessem uma atualidade nova à questão do passado, das origens, das raízes. (BOSMAN, 1984b: carta à PUYMEGES).⁷⁵

A afirmação do documento verificado pelo quadro dos arquivos da CGT apontava para um fenômeno que — como viemos afirmando até aqui — se expandia a passos largos no cenário sindical e de estudos do mundo do trabalho: a valorização da memória e dos arquivos militantes.

Os anos seguintes são marcados ainda por projetos realizados pelo IHS no âmbito de debates e, ainda em 1985, de formação arquivística para os sindicalistas e militantes responsáveis por acervos de valor histórico em diferentes partes da França. Em circular veiculada em 27 de agosto de 1985, o então diretor do centro confederal de arquivos da CGT, Marc Piolot, faz saber às diferentes uniões departamentais do hexágono francês que o CCA, juntamente com o IHS, realizará um estágio de formação; de estudo sobre os arquivos. Em trecho da circular (ver ANEXO A), Piolot assinala que o estágio

[...] é direcionado a todo militante, todo sindicalizado interessado pela salvaguarda de fontes sobre a história do movimento sindical, mas também, a todo responsável [...] mais encarregado diretamente do patrimônio do movimento sindical. [...] Trata-se de criar um movimento de interesse para que nossos arquivos antigos não estejam mais à mercê de destruições ligadas às mudanças e reflexões locais ou às mudanças de equipes dirigentes, por exemplo, e para que nossos arquivos atuais possam ser mais bem utilizados no próprio curso da atividade militante. (PILOLOT, 1985)⁷⁶

⁷⁵ Carta de Françoise Bosmam (CGT) à Daniel Puymeges (Instituto Jean-Baptiste Dumay). 26 de julho de 1984. Tradução livre do autor : « *L'idée de réaliser un guide pratique [...] est née de la rencontre de deux mouvements qui marquent profondément notre époque. Le premier affecte la production et bouleverse le monde des entreprises. [...] La signification du travail et sa réalité changent. [...] Tant nationale qu'internationale. [...] L'ensemble de ces changements technologiques et organisationnels et de ces reconversions pose un problème d'identité. L'ouvrier d'aujourd'hui se sent l'héritier de celui d'hier, mais la continuité n'est plus aussi évidente. De cette interrogation naît un intérêt nouveau pour l'histoire des entreprises, du travail et des travailleurs. Tout se passe comme si les incertitudes du présent et la prévision d'un avenir lourd de mutations donnaient une actualité nouvelle à la question du passé, des origines, des racines.* »

⁷⁶ Circular de Marc Piolot aos departamentos da CGT. 27 de agosto de 1985. Tradução livre do autor : « *s'adresse à tout militant, tout syndiqué interesse par la sauvegarde des sources d'histoire du mouvement syndical, mais aussi, à tout responsable [...] plus chargé directement du patrimoine du mouvement syndical. [...] Il s'agit de créer un mouvement d'intérêt pour que nos archives anciennes ne soient plus à la merci de destructions liées aux déménagements et réflexions de locaux ou aux changements d'équipes*

O evento pensado a partir do interior da CGT acabaria por ser postergado para o ano seguinte. Ainda assim, o nível de adesão de diferentes instituições sindicais (ver ANEXO B) mostrava-se interessante.⁷⁷ Concomitante aquilo, outras ocorrências eram realizadas no tocante ao mundo sindical, afetado por grandes impasses que marcariam a década de 1980.

De fato, já desde meados dos anos 1981, a pobreza de condições em conservar arquivos pela CFDT mostrava-se um problema segundo Jean-Marie Conraud.⁷⁸ Principalmente no tocante aos arquivos sob responsabilidade das organizações sindicais regionais; como assim o foi da região de *Lorraine*. Tema de seu livro que tratava da história da CFDT naquela região e lançava à discussão vigente a urgência em se preservar os arquivos sindicais, considerando-os como de importância vital para o sindicato contemporâneo.

A contribuição de Conraud à questão sobre os arquivos sindicais foi aproveitada pela própria CGT que àquela época, véspera da criação de seu instituto, já buscava criar uma massa crítica sobre a questão de uma verdadeira atuação acerca dos arquivos sindicais. Assim, o início dos anos oitenta pode ser considerado como um momento muito fértil nos processos, discussões e intenções de sensibilizar o meio militante para a conservação de seus arquivos; tanto que em 1983 o próprio Conraud — ainda que sempre ligado à CFDT — lança em boletim regional da CFDT um pequeno ensaio intitulado “Para conservar a memória do movimento operário, salvemos os arquivos sindicais” (CONRAUD, s/d).⁷⁹

Seu trabalho esteve, portanto, reconhecido independentemente da disputa possível entre as confederações francesas. De fato, a carência nesse domínio dos arquivos, da informação e da própria memória a nível mais institucional talvez possa ser considerada, mesmo com o exemplo do IHS da CGT e outros centros de documentação

dirigeantes par exemple et pour que nos archives actuelles puissent être mieux utilisées dans le cours même de l'activité militante. »

⁷⁷ Entre elas destacamos a *Union Départementale Syndicats Ouvriers de Loire-Atlantique* em Nantes ; a *Fédération de la Santé et de l'Action Sociale* ; e a *Union Syndicale CGT de la RATP*.

⁷⁸ Jean-Marie Conraud foi um sindicalista e militante da JOC e secretário da CFTC regional de *Vosges* e, posteriormente, de *Lorraine*; tornando-se integrante nos anos setenta da recém-criada CFDT. Sua história marcada pela grande importância dada aos arquivos sindicais, ainda se mesclará com a experiência brasileira no capítulo seguinte.

⁷⁹ Tradução livre do autor : « *Pour conserver la mémoire du mouvement ouvrier, sauvons les archives syndicales* ». Informativo sem identificação e sem data. « *Troisième partie : Quelques utilisations possibles des archives.* » *Institut CGT d'Histoire Sociale*. [mimeo.] Box: Marc Piolot.

voltados à questão dos operários, como insuficiente e demandante de muito mais ações durante a década de oitenta. E apesar dos esforços visivelmente importantes, podemos considerar que tratamos aqui de uma disputa contra o tempo que fatalmente é perdida de maneiras ou formas diferentes. Esta constatação não é nova ou sequer desconhecida, pois Benjamin já havia proferido que:

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido [*e, portanto*] Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. (BENJAMIN, 1994: 224).⁸⁰

No entanto, diferentemente do que Benjamin havia colocado em sua crítica à história, o “dom de despertar no passado as centelhas da esperança” (IBIDEM) não mais se restringe à pena do historiador. Diríamos, inclusive, que nos anos oitenta pudemos ver bem claramente que a *scientia* da disciplina História cada vez mais passou a se mesclar à *arts* da narrativa e, de tal maneira, da memória existente nos espaços sociais compostos pelos militantes e demais atores do mundo do trabalho envolvidos no *habitus* sindical.

3.2 – A implantação da visão arquivística na CFDT e sua busca pela possessão de sua própria memória.

No campo da “disciplina” histórica que recorria ao conhecimento técnico, teórico e, portanto, científico; sua profissionalização — ocorrida durante os princípios do século XIX — (BURKE, 2003: 79-86) jamais imaginou que em pouco mais de um século brechas tornariam seu acesso possível a diferentes atores que não exclusivamente aqueles das academias universitárias, detentoras do discurso científico e oficial.

Ainda assim, voltemos para o centro de nossa análise. Continuamente, para Conraud — quando da data de publicação de seu outro artigo em 1991 —, de forma contrária do

⁸⁰ Entre colchetes, grifo meu.

exemplo da CGT, ainda faltava uma “verdadeira política de conservação de arquivos” (CONRAUD, 1991: 74) na CFDT ao considerar que a memória sindical (uma vez resguardada pela instituição) representaria, ela mesma, um importante elemento para a constituição da memória operária (IDEM: 70).⁸¹

Conquanto, para além da crítica posta por Conraud, ainda assim pensamos ser censurável de nossa parte realizar uma *tabula rasa* em relação às diversas ações realizadas pela CFDT no tocante à valorização dos arquivos e de sua memória que mesmo tardiamente buscou encontrar meios para se legitimar no espaço público e militante francês. Afinal, no mesmo ano de 1985 a CFDT formalizava, portanto, seu serviço de Arquivos Confederais cujo objetivo firmava-se em resguardar os vestígios que constituem, ainda hoje, a memória daquela instituição. Nesse sentido, o papel do arquivo passava a ser priorizado.

Este passado deixou vestígios: cartas, documentos, publicações, etc. Vestígios que constituem a memória da organização, mais especificamente que permitem construir a memória da CFDT. [...] Todos aqueles que se interessam pela CFDT poderão mergulhar em seu passado, desvendá-lo, estudá-lo. A memória da CFDT toma corpo e torna-se assim objeto da história. (KASPAR, 1992: 3).⁸²

Diferentemente da CGT, que buscava lutar contra uma crise sem igual no âmbito de sua identidade questionada e desacreditada por muitos, a similar luta da CFDT se desenrolava de maneira um tanto diferente.

É claro que nos anos oitenta a baixa de adesão sindical foi claramente notada em todas as confederações e demais instituições a reboque das próprias mudanças nos espaços de trabalho. Discutimos isto no capítulo anterior. Ainda assim, talvez valha considerar que no tocante à CFDT, após alguns anos de sua criação, a necessidade de se obter um passado legitimamente seu; possa ser considerado como um dentre os motivos que

⁸¹ Lembremos que a nível nacional o CAMT de *Roubaix* foi inaugurado e aberto ao público somente em 1993; dez anos após sua concepção e acordo em diferentes instâncias públicas e privadas. Isso mostra-nos que o processo de adesão à valorização e importância dos arquivos privados, sobretudo os sindicais e demais ligados ao mundo do trabalho, foi parte de um processo lento ainda que contínuo.

⁸² Tradução livre do autor: « *Ce passé a laissé des traces : lettres, documents, publications, etc. Traces qui constituent la mémoire de l'organisation, plus exactement qui permettent de construire la mémoire de la CFDT. [...] tous ceux qui s'intéressent à la CFDT pourront plonger dans son passé, le décortiquer, l'étudier. La mémoire de la CFDT a pris corps et devient ainsi objet de l'histoire.* »

moviam aquela confederação em direção à valorização de sua memória, buscando assim obter mais reconhecimento e abarcar os desacreditados e egressos de outras representações sindicais. Sua origem jamais foi negada. Entretanto, a busca por reconhecer a trajetória realizada pela própria CFDT, já não mais como criação ou derivado da Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos (CFTC), requer uma importante atenção.

A CFDT, criada a partir de 1964 através da ruptura com a CFTC, não demorou muito a direcionar-se em busca de sua secularização; tornando-se uma confederação mais “aberta” e mais democrática. Algo que acabou por se tornar uma alternativa à crise instaurada nos anos 1970 onde justamente a “crítica do discurso religioso atrelado à moral burguesa” traria problemas à sindicalização no âmbito da CFDT (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009: 308). Entre outras questões de igual importância, mas extensas demais para serem abordadas neste momento, destacamos ainda a afirmação de Boltanski sobre a queda da sindicalização e enfraquecimento dessas instituições:

Precisamos mencionar uma última crítica que acusa a politização e seus excessos, englobando, na realidade, numerosas queixas: o vínculo entre a CGT e o PCF se tornou cada vez mais incômodo à medida que o comunismo francês restringia seu apoio à União Soviética; o vínculo menos estreito, mas real, entre a CFDT e o PS, que lançará descrédito sobre a CFDT quando da mudança de política em 1983; a guerra local travada entre as seções CFDT e CGT depois dos anos de ação comum. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009: 310).

De fato, o ocorrido a partir dos anos seguintes trouxeram a CFDT para muito próximo do centro de decisões e negociações acerca da flexibilização do trabalho e da legislação correspondente; colocando-a na alça de mira das críticas de outras representações e confederações, principalmente quanto a ela estar traindo as bases.⁸³

Nesse processo, podemos dizer que, em comparação às demais instituições representativas sindicais, a CFDT foi detentora de um dissonante crescimento político. Um percurso que já havia tomado caminhos opostos aos da CGT durante o período Mitterrand. Tudo isso, conquanto, não amenizaria o fato de que se desvendava no

⁸³ Este posicionamento se deve, principalmente, à proximidade da CFDT com o Partido Socialista (PS).

cenário nacional uma forte crise do mundo sindical, além de certa desmoralização do mundo operário ao passo que as confederações passariam a divergir durante a forte mudança do cenário sócio-econômico na passagem aos anos oitenta e durante seu percurso.

A crise se emaranha no fim dos anos setenta notadamente quando o PC passa a ter o sentimento de que é distanciado pelo PS e que... A CGT e a CFDT divergem. E isso, isso desmoraliza os operários; a partir desse momento podemos ver a sindicalização cair fortemente. Os anos setenta e oito, setenta e nove, bem... Ali há uma crise de confiança nos sindicatos que se recrudescerá nos anos oitenta. Tenho bem esse panorama histórico em minha mente [...]. (PIALOUX, 2008: 14 maio).⁸⁴

O fragmento acima, narrativa viva do sociólogo Michel Pialoux; mostra extrema consonância com as referências supracitadas e à entrevista concedida à revista Tempo Social anos antes. Assinalando, portanto, que o cenário de mudanças obedecia a uma desmoralização do mundo operário cujas disputas se dariam em amplos matizes; desde o interior da fábrica até mesmo ao plano político representativo das confederações.

Em 1981, temos a chegada da esquerda ao poder com Mitterrand, as esperanças eram muitas e havia a expectativa de uma política capaz de reverter as lógicas econômicas que então já predominavam. Mas isso não aconteceu. Quando cheguei a Sochaux em 1983, o desencantamento já tomava conta do meio operário. Nesse momento se desencadeia uma espiral de desmoralização que não iria se interromper e que se traduziria em uma dessindicalização muito rápida. Além disso, no meio intelectual, a questão operária sai do foco das atenções. O tema principal na época é o "fim das utopias" e o lema é "deixar de acreditar nas utopias, voltar ao real". É o momento da "reabilitação da empresa", a problemática da "modernização" e das inovações tecnológicas entra

⁸⁴ Tradução livre do autor a partir da transcrição: « *La crise se noue à la fin des années soixant-dix notamment quandLa crise se noue à la fin des années soixante-dix notamment quand le PC a de sentiment d'être distancé par le PS et que... La CGT et la CFDT divergent. Et ça, ça démoralise des ouvriers et à partir de ce moment on voit la syndicalisation tombée très fortement. Les années soixante dix-huit, soixante dix-neuf, bon... Là il y a une crise de confiance dans les syndicats que va aller en se renforçant dans les années quatre-vingt. J'ai bien ce panorama historique dans ma tête [...].* ».

em circulação e o tema "classe operária" passa a ser visto como algo obsoleto. [...] (TELLES et al, 2006).

Pois, em sua própria jovialidade, diferentemente da CGT que possuía importantes fissuras em seu interior e saíra desgastada do governo Mitterrand, a CFDT manteve-se, ainda que com suas reservas, a seguir um “modernismo reformista” no qual passaria a interpretar a prática da greve enquanto alternativa única em dissidências e enfrentamentos como uma “arma mitológica” (MOURIAUX, 2004: 83) contra o cenário contemporâneo.



Figura 14: Imagens capturadas do vídeo Les racines de l’avenir, em comemoração aos 40 anos da CFDT. **Fonte:** Disponível em: http://www.cfdt.fr/cfdt_a_z/40_ans_cfdt/anniversaire_sommaire.htm. Acesso em janeiro de 2007.⁸⁵

⁸⁵ O vídeo foi apresentado em diversos eventos desde 2004 e posto on-line na página eletrônica da CFDT. Nele, cenas de protestos e mobilizações ao longo do percurso da CFDT se misturam aos mandatos de seus Secretários Gerais como Eugène Descamps, Edmond Maire, Jean Kaspar, Nicole Notat e François Chèreque.

Não é de se estranhar que isso geraria numerosas críticas dos setores mais tradicionais do sindicalismo e militantismo francês. Ainda assim, o fato é que o vácuo gerado pela ascensão da dessindicalização em todas as centrais e confederações trouxe, assim, desconfiança ao terreno militante. O contraponto deste movimento foi justamente uma postura mais flexível da CFDT onde o desenvolvimento dos meios de comunicação e informação se tornaria o palco de forte ação no âmbito de confederações como a CFDT. Uma orientação que se desenvolveria largamente por diferentes instituições representativas nos anos seguintes conforme a própria “revolução tecnológica” (NEUTZLING e KREIN, 1997: 315).



Figura 15: Imagens capturadas do vídeo 1968 mai 2008, realizado pelo IHS da CGT em comemoração aos 40 anos do maio de 1968. **Fonte:** Disponível em: <http://www.ihs.cgt.fr/spip.php?rubrique4>. Acesso em janeiro de 2010.⁸⁶

⁸⁶ O vídeo apresenta uma avaliação de George Séguin (secretário geral da CGT até 1982 e presidente do IHS) juntamente com Bernard Thibault, atual secretário geral daquela instituição, sobre o Maio de 1968 e sua história que se funde a da própria CGT. Disponível on-line na página eletrônica do Instituto de História Social da CGT.

Nesse sentido, as mudanças ocorridas não foram apenas aquelas de ordens ideológicas que influíam nos fatos; e tampouco de políticas econômicas que se alastraram globalmente não se importando com as alteridades. As mutações enfrentadas também se fortaleceram pelas novas tecnologias atreladas à informação e comunicação.

Durante os anos oitenta e principalmente os noventa surgem, no âmbito sindical, diversos periódicos, boletins e informativos, programas televisivos e mesmo o uso do espaço virtual, mais tarde.

3.3 - Disputa pelo espaço de memória: estratégias em meio a velhas e novas ferramentas.

A similaridade de estratégias e utilizações realizadas no domínio das diferentes instituições sindicais é clara. Fato que corrobora a idéia de que o uso da memória não pode ser pensado apenas enquanto um aspecto de resistência ou sobrevivência de grupos e indivíduos.

Ela é em si um instrumento de poder e legitimidade em uma contemporaneidade de comunicações, registros e dados mais velozes e efêmeros. E em ambos os casos, seja CFDT ou CGT (respectivamente), o fato é que os novos meios de comunicação possibilitaram um novo aparato de mobilização às instituições aqui abordadas dando às mesmas, através da *world wide web*, novos espaços de atuação e de criação.

E por que esta afirmação se mostra interessante? De fato, a simples guarda de registros textuais, iconográficos ou filmográficos não é a única tarefa realizada atualmente, bem sabemos. Passamos do vão colecionismo de memórias mortas, onde o arquivo deixa de ser simples depósito, para a instalação de um lugar de memória para a instituição que o circunscreve. E este é o ponto de interesse: compreender esse próprio processo histórico em tornar a memória um elemento ou mesmo ma ferramenta parra o discurso historicizante institucional.

A utilização desses tipos de acervos, de suas informações, e do conhecimento capaz de ser gerado a partir de seu uso parece ser algo que progressivamente se ampliou em direção a novas fronteiras ao longo dos anos noventa em diante. Fronteiras estas que os sindicatos e demais atores, ligados aos movimentos sociais precisariam romper em

direção aos possíveis novos meios de ação e mobilização sindical e militante. De fato, segundo o próprio “guia” da CFDT:

A comunicação deve nos ajudar, em particular, a nos identificar. Ela contribui para construção de uma imagem, ponto de equilíbrio entre diversos fatores que se interagem. [...] Durável, pois necessitamos situar-nos no tempo; nós não nos construímos sobre o efêmero. (CFDT, 2001: 10).

A afirmação abaixo esboça o terreno de mudanças no qual a comunicação tornar-se-ia de extrema importância para o sindicalismo. Uma vez que as organizações sindicais necessitam de meios de comunicação para propiciar não apenas a circulação da informação entre seus componentes internos como com o seu exterior.

Nestas condições, os sindicalistas [...] devem responder com eficácia às estratégias de comunicação [...] E, sobretudo, dirigir-se com persuasão aos assalariados não sindicalizados, aos seus usuários e aos cidadãos; tendo a preocupação em ouvi-los e de informá-los; os pondo em relação e favorecendo suas mobilizações de maneira a construir novas solidariedades juntamente com antigas que se reativam. [...] Se posicionarem no que diz respeito às evoluções que transbordam do campo sindical tradicional. (DUCHESNE e VAKALOULIS, 2003: 12).⁸⁷

Portanto, nos parece claro afirmar que a informação que transversaliza os espaços do arquivo e, por conseguinte, da memória. Onde personagens e elementos contidos no espaço sindical e militante passam a obter um papel fundamental para a adaptação dos sindicatos às mudanças infligidas sem necessariamente se esgarçarem de seu passado e suas tradições.

Há um ensaio em que se busca articular a “identidade de resistência” (CASTELLS, 2000) a um novo projeto que é justamente a formação de uma identidade sindical e

⁸⁷ Tradução livre do autor : « *Dans ces conditions, les syndicalistes [...] doivent répondre avec efficacité aux stratégies de communication [...] Et surtout, s'adresser avec persuasion aux salariés non syndiqués, aux usagers et aux citoyens, avec le souci de les écouter et de les informer, de les mettre en relations et de favoriser leur mobilisations en construisant de nouvelles solidarités tout en réactivant les anciennes. [...] se positionner vis-à-vis des évolutions qui débordent le champ syndical traditionnel.* ».

militante atual que não sofra de amnésia. A valorização da memória em tais espaços sindicais; que há poucos anos não resguardavam suas próprias informações e, portanto, suas próprias histórias, não deixa de ser uma espécie de projeto. Direcionado a acompanhar as mutações globais sem menosprezar as “identidades anteriores” que formam o arcabouço histórico e militante sindical.

O aproveitamento deste ambiente novo e permeado pela tecnologia é, portanto, possível somente devido ao incremento do arquivo e da valorização do patrimônio documental no interior das instituições sindicais, como a CGT e CFDT, que possuíam nestas ações um forte influxo das novas correntes historiográficas em expansão desde os anos setenta, além de grande peso social, cultural e, sobretudo político.

Voltemos à questão do arquivo. Elemento central dos desdobramentos apontados acima. Se por um lado considerarmos a “fonte” um determinado resquício ou informação que se perdura ao longo do tempo; guardado ou esquecido; resta-nos ter em mente que o próprio arquivo também pode e deve ser indagado enquanto objeto que atua no tempo e espaço de maneira parcial. Ou seja, *tabula rasa*

Os historiadores por vezes têm a tendência de concentrarem sua abordagem sobre uma “crítica das fontes” interessando-se mais pela crítica interna ou externa, pelas condições de produção e pela própria significação textual; que pelas condições sua conservação e sua transmissão nesses próprios fundos de arquivos. (ANHEIM e PONCET, 2004: 3).⁸⁸

Em um breve parêntese, esta afirmação parece nos responder um pouco mais aos questionamentos postos em torno do porque, e com qual finalidade, instituições sindicais tornaram-se nos últimos anos mais e mais preocupadas com seus arquivos e, por conseguinte, com sua memória e história.

Tanto o historiador como o arquivista têm ambos a missão de não apenas conservar o passado, mas sim de organizá-lo, segundo Anheim e Poncet (2004: 7). E nesse interem, quando a história deixou de ser ofício exclusivo do historiador “profissional”,

⁸⁸ Tradução livre do autor : « *les historiens ont parfois tendance à concentrer leur approche sur une « critique des sources » qui s'intéresse davantage, que ce soit la critique interne ou la critique externe, aux conditions de production et à la signification du texte lui-même, qu'aux conditions de sa conservation et de sa transmission dans des fonds d'archives.* ».

acadêmico; e se redescobria ao longo do período do pós-1968 com “porosidades” capazes de reconhecer novos atores e vozes, parece plausível que novos grupos, instituições e demais atores sociais buscassem o direito de poder reproduzir e até mesmo de conservar e ordenar sua própria história.

Tanto no caso da CGT como no da CFDT, podemos identificar que seu período histórico de crise identitária, de dúvidas e descrenças no plano privado e público foi acompanhado de um esforço por parte daquelas instituições representativas em cuidar de si mesmas de maneira a não “implodirem” no decorrer do momento de crise.

Ao zelar por sua própria história e preservar sua memória, cuidariam da informação que em seu seio havia sido gerada e que nele continuava a se encerrar. Garantindo que não se desmanchassem no ar.

Se voltarmos uma vez mais os olhos à política de arquivos realizada pela CGT, agora ao longo dos anos noventa, poderemos constatar que o processo de formação técnica e intelectual concernente a empreitada de se estabelecer uma rede de Institutos de História Social em diversas regiões organicamente ligadas aos sindicatos filiados à CGT tomou uma maior envergadura junto ao campo militante.

A proposta do que havia sido iniciado há pouco mais de dez anos, continuava viva no ano de 1999. As diferentes representações regionais se mobilizavam através da rede criada no âmbito do IHS CGT com a ação de formação de diferentes personagens no campo do arquivo sindical e militante. Isso mostrou que o antigo projeto de formação arquivística não foi “à pique” assim como outras parcerias e realizações junto a organismos acadêmicos, universitários, os quais detinham ampla circulação em diferentes espaços.

O desejado pelos dirigentes do IHS CGT esteve sempre calcado em proporcionar com seus eventos de formação a possibilidade de fortalecer a articulação entre informação e conhecimento, preservando assim não apenas as memórias locais, como sua organização em nível nacional.

Nós damos, justamente, os meios ao movimento, à CGT, de tratar de história àquele nível onde ela é feita. Por vez referente ao departamento [região jurídica]; ou à localidade... [...] e até mesmo podendo ser também referente à

profissão. Nós possuímos federações que têm seus institutos de História [...] Existe uma rede. (DECISIER, 2008: 23 junho).⁸⁹

Prova da articulação afinada entre os demais institutos interdepartamentais é a variada adesão de inscritos nos estágios (cursos de formação) de arquivos organizados pela CGT e seu IHS nacional em seu instituto de formação: Centro *Benoît Frachon* em *Courcelle*, região de *Gif-sur-Yvette*, periferia de Paris.

FICHE INDIVIDUELLE DU STAGIAIRE

Cocher - dans les cases pour signifier "OUI"

*Écrire en alpha et beta.
Écrire et réviser sur les autres feuilles*

NATURE DE LA FORMATION
I.H.S. archives

RENSEIGNEMENTS CONCERNANT LE STAGE
STAGE ORGANISÉ PAR : I.H.S. À Courcelles
DU : 22.09.99 AU : 24.09.99 EXTERNAT INTERNAT

RENSEIGNEMENTS CONCERNANT LE STAGIAIRE
NOM : P.I.VO.T.S.K.Y PRÉNOM : Edouard SEXE H F
ADRESSE (FACULTATIF) : Entrée D
6 rue de la Touraine
VILLE : TOULOUSE CODE POSTAL : 31100
ANNÉE DE NAISSANCE : 31 ANNÉE D'ADHÉSION À LA CGT : 58

EN ACTIVITÉ SANS EMPLOI RETRAITÉ ADHÉRENT UCR
QUALIFICATION OS OP EMP
ENSEIGNANT MAÎT TECH IIC Adhèrent UGICT
CDI Autre : COD, INTERIM, CES, NAIJOP TEMPS PARTIEL TAUX

ENTREPRISE : FÉDÉRATION :
VOTRE UD : 31 VOTRE UL : The Mirail Rive Gauche

FORMATION SYNDICALES SUIVIES
FORMATION INITIALE (FSD, ACCUEIL, ...) ANNÉE :
BASE OU NIVEAU 1 : ANNÉE : 7.0
MOYEN OU NIVEAU 2 : ANNÉE : 7.2
SUP. CONFEDERAL OU NIVEAU 3 : ANNÉE :
AUTRES : orga

FONCTIONS SYNDICALES ET MANDATS
À LA SECT. SYND : AU SYNDICAT Reboulet Histoires 31
À L'UNION LOCALE : Bureau À L'UNION DÉP :
À UNE STRUCTURE PROFESSIONNELLE :
À L'UGICT :
AUTRES : C. D. Reboulet
MANDATS ÉLECTIFS :
Feuille à conserver par l'organisateur

Figura 15: Ficha de inscrição no Estágio de Arquivos; curso de formação realizado pelo IHS CGT em 1999. **Fonte:** *Fiche Individuelle du stagiaire, Institut CGT d'Histoire Sociale.*⁹⁰

⁸⁹ DECISIER, Donat. **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta.** Paris, 23 jun. 2008. O entrevistado ocupa o cargo de Secretário Geral; responsável pelo IHS da CGT. Tradução livre do autor a partir da transcrição: « *On va... justement... donner des moyens au mouvement, à la CGT, de traité d'histoire au niveau de là, on c'était fait. Une fois cette a dire au département, c'est peut être la région... [...] et puis ça peut être aussi de profession. On a aussi de fédérations qui ont des instituts d'histoire. [...] Il y a un réseau.* »

Os cursos ainda ocorrem regularmente no mesmo local. Sendo toda a organização de responsabilidade do IHS CGT central. O último, ocorrido em outubro de 2009, foi conduzido por Aurélie Mazet — a mesma arquivista que nos recebeu nas dependências do IHS quando a pesquisa de campo era realizada —, arquivista responsável pelo IHS CGT e contaria com a presença de outros convidados ao abordarem assuntos referentes às questões sobre acervo fotográfico, arquivos digitais e demais questões.

Portanto, o sentido da palavra documento⁹¹, como já exposto por Le Goff (2003: 526) ao aprofundar-se em sua etimologia, de fato passava a adquirir toda sua substancialidade. Os cursos e estágios de formação arquivística realizados pela CGT e seu IHS possuem uma rica problemática do campo do pensamento histórico, pois, de fato contribuíram para própria construção de conhecimentos no espaço militante, que dele egressa. Tendo na garantia de sua transmissão e aplicação, a possibilidade de uma “sedimentação intersubjetiva” onde indivíduos e grupos sociais se encontrariam constantemente permeados (BERGER & LUCKMANN, 2008: 96).

Um dado interessante é a presença, ainda hoje, de alguns destes militantes que, através do IHS tornaram-se agentes direcionados ao debate não somente histórico como mnemônico acerca da CGT e de seus participantes nas mais diferentes esferas. Edouard Pivotsky, morador de Toulouse, que aos 69 anos havia feito o referido curso, atua hoje no IHS regional de Toulouse (*Midi-Pyrénées*). Tendo representado o mesmo instituto através de artigos e demais redes de discussão e estudos, como o CODHOS⁹², sobre temas como o maio de 1968 e as mudanças do mundo do trabalho; apresentou em 2007 em congresso da CGT, sua visão sobre o papel do IHS e seus objetivos:

O papel capital dos Institutos hoje [...] é recordar as lutas passadas e fornecer aos trabalhadores e suas organizações, mobilizados nas ações, toda a argumentação necessária para não se permitirem prender pelos (Sarkozy/Parisot e seus agentes) que fazem nossa sociedade regredir 150 anos, [...] Tal

⁹⁰ *Institut CGT d'Histoire Sociale*. Box : Marc Piolot. Fiche Individuelle du stagiaire (1999). *Centre Confédéral d'Archives CGT*. Montreuil.

⁹¹ Documento, do latim *docere*, significa ensinar, esclarecer.

⁹² *Collectif des centres de documentation en histoire ouvrière et sociale*.

argumentação, nós a encontramos na história, nas lutas das quais somos os herdeiros e propagadores. [...]

[*Quanto aos objetivos do IHS*] Coletar os arquivos do movimento trabalhador, prioritariamente da CGT (aprendemos a não mais descartar nada que se encontra nos armários das salas sindicais antes de uma triagem); a informação e a formação dos militantes; restituir a memória, e pôr essas referências ao serviço de todos. Os estágios de formação sindical estão bastante abertos a esta cultura do passado. (PIEVOTSKY, 2007: 33).⁹³

É curioso percebermos que a narrativa apresentada em 2007 por Edouard possa ser vista por nós como parte de um discurso; de um conhecimento gerido com o apoio da própria capacidade orgânica da CGT; e de uma memória então partilhada no espaço social da militância daquela instituição. Desde sua criação o IHS reproduz, ainda que com diferentes matizes, um mesmo discurso que se mostra, assim, como uma “reverberação” (FOUCAULT, 2009: 49) de uma (aceita) verdade cujo objetivo é se fundir à consciência de uma classe em transformação. De se apropriar da própria história tendo como elementos validadores a memória de seus militantes, a formação técnica, científica dos mesmos e o patrimônio documental, iconográfico, entre outros, como herança.

Foram, pois, diversos os militantes e demais personagens que passaram pela formação do IHS nos últimos vinte anos. Assim como Edouard, Alain Glayroux, outro dos demais inscritos no referido curso de formação (ANEXO C), já militava pelas questões referentes à memória quando se inscreveu no mesmo curso. Contribuiu para o IHS regional da Aquitânia e organizou seu arquivo pessoal sobre suas atividades operárias e militantes em uma empresa de tabaco daquela região; cedendo o fundo que recebeu seu nome para o arquivo público da cidade de *Lot-et-Garonne*.⁹⁴

⁹³ Entre colchetes, grifo meu. Tradução livre do autor : « *Le rôle capital des Instituts aujourd'hui. [...] est de rappeler les luttes passées et de fournir aux travailleurs, à leurs organisations, mobilisés dans les actions, toute l'argumentation nécessaire pour ne pas se laisser piéger par ceux (Sarkozy/Parisot et leurs sbires) qui font revenir 150 ans en arrière notre société, [...] Cette argumentation on la trouve dans l'histoire, dans les luttes dont nous sommes les héritiers et les continuateurs. [...]* »
'Collecter les archives du mouvement ouvrier, de la CGT en priorité (nous avons appris à ne rien jeter avant un tri de ce qui se trouve dans les armoires des locaux syndicaux) ; l'information et la formation des militants ; restituer la mémoire, et en mettre les références au service de tous. Les stages de formation syndicale sont-ils assez ouverts à cette culture du passé. »

⁹⁴ Disponível no censo de arquivos privados contidos nos Arquivos Nacionais, Departamentais e Municipais. Disponível em: <http://daf.archivesdefrance.culture.gouv.fr/sdx-222-daf-bora-ap/ap/>. Acesso em 15 de janeiro de 2010.

Os dois exemplos apenas ilustram um fato de crucial significância para as próximas páginas. De que a preocupação com os arquivos sindicais tornou-se parte de uma política de identidade. De um discurso partilhado; e, portanto de uma política de memória. Esta então, política de identidade seria capaz de encerrar nela

Um poder de explicitação de todas as rupturas que sobrevivem no largo contexto da esfera social e política [...] uma figura de comunicação descodificável em tempo e espaço de acordo com as lógicas próprias das dinâmicas sociais [...] (CHEBEL, 1998: 200).⁹⁵

No projeto encampado pela CGT ou mesmo pela CFDT no início dos anos oitenta, o que passava a ser conservado, salvo e legitimado enquanto memória tornar-se-ia parte de um capital que passaria a se tornar visível cada vez mais no campo representativo do político e do social; ligados à classe, militantes e demais atores ligados àquelas instituições que haviam passado por instabilidades e revisões. Não obstante, para Lavabre,

[...] fenômeno memorial é, como tal, um desafio, por vezes uma reivindicação; um recurso, notadamente político. Dos quatro cantos do mundo, em especial, nas situações de fortes rupturas ou de fortes mutações políticas e sociais. (LAVABRE, 2007: 140).⁹⁶

De fato, a referência política sinalizada por Lavabre é de total importância. Afinal, a busca pela própria parcela de passado, de memórias que — como as frágeis fibras do algodão são urdidadas em um único fio condutor capaz de servir como elemento para a tessitura de uma história própria — traz à cena contemporânea inúmeros grupos, movimentos e instituições em disputas diversas.

⁹⁵ Tradução livre do autor : « [...] un pouvoir d'explicitation de toutes les ruptures qui surviennent dans le large contexte de sphère sociale et politique. [...] une figure de communication, décodable en temps et lieux selon une logique propre aux dynamiques sociales [...] »

⁹⁶ Tradução livre do autor : « [...] phénomène mémoriel est, en tant que tel, un enjeu, une revendication parfois, une ressource, notamment politique, aux quatre coins du monde, en particulier dans les situations de fortes ruptures ou de fortes mutations politiques et sociales. ».

Esse fenômeno de disputa memorial, por vezes atrelado à concepção de se prover uma memória justa, um conjunto simbólico de valores e morais capazes de reconhecer e identificar determinado grupo dentro do espaço público e, atualmente, mundial se tornou parte de um cenário cuja instituição sindical precisou reavaliar suas estratégias e práticas de ação. Seria a memória uma ferramenta atual e necessária para os sindicatos que mudam com a globalização e novos paradigmas econômicos? Para um membro do departamento internacional da CFDT, antigo militante, pragmático quando às atividades atuais e futuras, a resposta não é certa.

Hoje, no coração da mundialização, pessoalmente me interrogo muito sobre a utilidade prática da memória. Por que todas as identidades, os epítetos, as definições, as características que nós tínhamos... são pouco operacionais. [...] Eu penso que, não contrário a você, mas paradoxalmente, quanto mais há crise, mais se torna necessário ser prudente com a mobilização de sua memória passada; pois o contexto é assim radicalmente diferente com a mundialização. (JACQUOT, 2008b: 21 julho).⁹⁷

Este primeiro trecho da fala de Denis Jacquot, antigo responsável do departamento internacional da CFDT, é realmente rico para a discussão aqui proposta. De fato, a crise não é uma condição primeira para o incremento do desejo de memória vivido por estas ou aquelas instituições sindicais. Mas, como ele mesmo assinalou, quanto mais crise houver em determinado cenário, mas dever-se-á se ocupar de agir com cautela quando o assunto for o passado e a utilização de suas referências. Seja por motivos identitários ou políticos. Sendo assim, ao continuarmos em sua explanação, Jacquot diz que

[...] É menos à história, que de saber lembrar os valores fundamentais que são os que se tem de mais profundo. Se há um ensinamento da memória, não são para aprender greves, formas de ação dessas ou daquela maneira... Não é para

⁹⁷ Denis Jacquot ocupou o cargo de Secretário Geral; responsável pelo departamento internacional da CFDT. Realizou missões na África, Brasil, entre outros países. Tradução livre do autor a partir da transcrição: « *Aujourd'hui à le coeur de la mondialisation, personnellement je m'interroge beaucoup sur l'utilité pratique de la mémoire. Parce que toutes les identités, les épithètes, les appellations, les caractéristiques que nous avons... sont peu opérationnels. [...] Moi, je pense que, pas contrairement à toi, mais paradoxalement, puis il y a crise, puis il faut être prudent dans la mobilisation de ta mémoire passé parce que le contexte être ça radicalement différent avec la mondialisation..* »

aprender como você era organizado. São para saber quais eram os valores, as motivações... É percebemos em nós o desejo de... justiça! Desejo de liberdade. A noção de solidariedade. [...] São valores que são ainda úteis hoje. [...] O que é importante é o que está no coração de todo o grupo coletivo. Que quer dizer os valores, certa representação dele mesmo. (JACQUOT, 2008b: 21 julho).⁹⁸

A experiência e trajetória de vida de Denis Jacquot mostram que, entre algumas críticas ao uso da memória e sua aplicação, de fato a memória pode contribuir à formação da identidade de grupo, no entanto, sinaliza para o fato que a mesma não deveria ser pensada como somente construída em tempos de crise. Para ele

Isso corresponde à situação onde o grupo deseja dizer: eu quero (re)apropriarme de minha própria história e não deixá-la a cargo dos intelectuais, ao mundo exterior. [...] Nessa situação nós fazemos os arquivos de maneira que sejamos capazes de fazer nossa própria história; [...] é um meio de orgulho. É quando um grupo é orgulhoso de si... Quando você guarda arquivos, jamais serão testemunhos de coisas ruins sobre você. Você é orgulhoso! A idéia de que a memória estivesse associada à idéia de orgulho, da capacidade de dizer aos outros: nós somos alguém importante. [...] Quer dizer que é para alimentar um reconhecimento de si. Entretanto, é diferente da função pedagógica para [...] hoje organizar as lutas... de saber de onde se vem. Isso é o que eu chamo de memória funcional. Para a ação. No primeiro caso, é a memória testemunho de um grupo orgulhoso de si, e no outro é antes uma preocupação de encontrar os métodos de ação ou novas missões. No primeiro caso é: olhe! Nós somos alguém de importante enquanto grupo e queremos consideração. E no outro caso é: nós queremos eficiência [...] E em seguida, isso é quando a memória alimenta a identidade. [...] Há uma que é mais temporalizada; que é para olharmos de onde viemos; que somos importantes; que somos orgulhosos; e outra que é mais ao futuro. [...] Em ambos os casos, você possui uma política de

⁹⁸ Tradução livre do autor a partir da transcrição: « [...] *C'est moins l'histoire, que de savoir repeler les valeurs fondamentales qu'était ce qu'il y a de plus profond. S'il y a un enseignement de la mémoire c'est pas de apprendre de grève, de forme d'action comme ci comme ça... C'est n'est pas d'apprendre comment tu étais organisée. C'est de savoirs quels étaient les valeurs, les motivations... et l'on s'aperçoit le souci de... justice ! Le souci de liberté. La notion de solidarité [...] Sont de valeurs que sont encore utiles aujourd'hui [...] Ce qu'est important c'est qui est au coeur de tout group collective. C'est-à-dire de valeurs, une certaine représentation de lui-même.* »

arquivo; ou seja, uma política ativa de conservação da memória por que ela te servirá. (JACQUOT, 2008b: 21 julho).⁹⁹

Igualmente à sua narrativa, não somos de todo contrários ao senhor Jacquot. De fato, memória e busca pela mesma não são ações exclusivas de momentos de crise. Elas ocorrem a todo o momento, pois são ações ligadas à ameaça do esquecimento. A seletividade do homem, e de seus meios representacionais, é contínua. Assim como são suas vidas. Mesmo dessa maneira, ratificamos que o período de crise pode se apresentar enquanto uma *durée* cuja emergência da utilidade da memória seria perfeitamente identificável tanto na vida individual como coletiva. A narrativa de Denis Jacquot, eloqüente e um tanto cética, no entanto, mostra que mesmo em sua experiência a memória desempenha um papel importante.

Conquanto, o que buscamos apresentar é que para além de estancos fenômenos e ações ligados à preservação ou construção da memória, a interseção entre eles se mostra regularmente à idéia de um cuidado com a continuidade dos valores, símbolos e tradições que compõem estes ou aqueles grupos. Para tal, o fragmento abaixo é um bom exemplo desse raciocínio.

A vida é mais do que eventos separados; incorpora a qualidade da duração, da passagem do tempo. Bofeteados pela mudança, nós retemos os traços de nosso passado para assegurar a resistência de nossa identidade. Nós igualmente mudamos: crescemos, amadurecemos e envelhecemos. Nossa jornada através destes estados de ser, como aquela através do ambiente de mudanças, é uma

⁹⁹ Tradução livre do autor a partir da transcrição: « *Ça correspond à de situation o le groupe soit dire : je veux me réapproprier de ma propre histoire est n'est pas laissé aux intellectuelles, au monde extérieur [...] dans la situation, nous faisons des archives parce que nous sommes capables de faire notre propre histoire ; [...] c'est une mobile de fierté. C'est quand un groupe est fière... Quand tu gardes des archives c'est jamais de témoignage que tu avais de chose pas bien. Tu es fière ! l'idée de mémoire était associable à l'idée de fierte, de capacité de dire au gens: nous sommes quelqu'un d'important. [...] C'est-à-dire que c'est pour alimenter une reconnaissance de soi. Mais c'est différent de la fonction pédagogique pour [...] aujourd'hui pour organiser des luttes... de savoir de où vien. Ça c'est que j'appelle mémoire fonctionnelle. Pour l'action. Dans la première case, c'est la mémoire témoignage d'un groupe fière de lui, et de l'autre c'est plutôt une souci de trouver des méthodes de action ou des nouvelles mission. Dans le première cas, c'est : Regardez ! nous sommes quelqu'un d'important comme groupe et nous voulons de la considération. Et dans l'autre cas, c'est : nous voulons l'efficacité. [...] Et puis, ça c'est quand la mémoire alimente l'identité. [...] Il y a une qu'est plus en temporelle, c'est plus regardé de où nous venons, nous sommes importantes, nous sommes fières ; et autre c'est plus au futur. [...] Dans les deux cas, tu as une politique des archives, c'est-à-dire une politique active de conservation de la mémoire parce que la mémoire va te servir. »*

viagem ao desconhecido guiada pela nossa garantia de continuidade.
(LOWENTHAL, 1975: 9-10).¹⁰⁰

Não há ingenuidade na disputa ou na salvaguarda da memória. São estes períodos de perigo, ameaça ou crise que franqueiam aos interessados um caminho mais largo em direção à construção de sua política e de seu uso em benefício recíproco àqueles que se beneficiam do passado preservado. Afinal, se considerarmos que há uma escolha no que se deve lembrar e no que não há necessidade de ser preservado nas mentes e nas estantes de arquivos e bibliotecas; a memória também é parte fracionada do homem e de seu passado. Parte esta que devemos ter cuidado ao considerarmos como pertencente à totalidade de integrantes de um mesmo grupo social.

Um exemplo como este pode ser igualmente identificado a partir do caso referente ao fechamento da Fábrica Renault em *Boulogne Billancourt* em 1992 e as subseqüentes ações realizadas pela CFDT — afetando toda França e sua opinião pública. Além do que ganharia larga exposição através dos meios midiáticos já em expansão naquela confederação e em toda sociedade civil.

Bem sabemos que acerca do encerramento das atividades em *Boulogne-Billancourt*, apontamos no capítulo anterior os argumentos que mostram sua ligação com a crise vivida no tocante à desindustrialização e ao enfraquecimento do poder de ação e resistência sindicais. No entanto, voltamos a este caso uma vez mais para abordar o problema referente à memória que se pôs àquele mesmo momento e que se torna pertinente tocá-lo aqui. Após seu fechamento, um duro dilema se apresentava concernente aos arquivos, documentos e materiais dos trabalhadores que viriam a desaparecer juntamente com as atividades daquela fábrica.

Enquanto os anos seguintes a 1992 mostraram que as lutas pela conservação dos empregos e da fábrica foram em vão, Paris se despedia de mais uma fábrica para dar lugar aos prédios, às lojas, e à modernidade.

¹⁰⁰ Tradução livre do autor: “*Life is more than separate events; it incorporates the quality of duration, of passage through time. Buffeted by change, we retain traces of our past to be sure of our enduring identity. We ourselves also change: we grow up, mature, and age. Our journey through these states of being, like that through the changing environment, is a voyage into the unknown guided by our assurance of continuity.*”

Desde 1989 o receio da desativação já era completo e seria a partir daquele mesmo ano que atuariam no espaço da fábrica um grupo de voluntários e militantes ligados à CFDT. Estes passariam a se debruçar sobre um problema que, se mostraria real. O que fazer com os arquivos de 45 anos de história sobre os operários Renault? Como salvar parte dessa memória que em vista do que se descortinava à frente, parecia se subjugar ao esquecimento?

A preocupação com a questão do acervo documental foi incessantemente discutida poucos anos antes pelos órgãos públicos e demais instituições responsáveis na França. Não seria estranho que tal interesse pelo acervo do sindicato Renault se poria à mesa quando o momento chegasse. E foi isso que aconteceu. O que estava ligado à prática da CGT na Renault foi devidamente direcionado ao seu instituto que já captava desde 1982 acervos a partir de doações coletivas e individuais. Quanto à CFDT e ao processo realizado à época, decidimos dar uma atenção especial ao caso através das linhas abaixo.

Uma resposta à ameaça pelo esquecimento e destruição documental foi dada através do apoio da CFDT, consciente do valor simbólico e político que tais arquivos outorgariam aos que lhes reconhecessem devidamente. Um bom recurso, se considerarmos as explicações anteriores, para contribuir com a formação e manutenção da identidade (em nível coletivo) militante francesa e para o crescimento da CFDT.

Para a própria CFDT, o esforço e urgência de se resgatar os milhares de documentos trariam ao seu portador o direito à memória CFDT da Renault de *Boulogne-Billancourt*. Uma memória, portanto, marcada por aquela instituição sindical em detrimento da ação e participação de outras ao longo de sua história, que ficariam esquecidas pelo discurso ali erigido.

A utilização dos arquivos sindicais pode, portanto, atuar de duas maneiras: (1) como uma espécie de “relicário” de informações, atividades e vidas ligadas às respectivas instituições representativas dos trabalhadores. E (2) como um meio de produção do conhecimento, que engendra essa imagem sindical em constante revisão e confrontação nos dias atuais devido às próprias intempéries internas e externas do mundo contemporâneo. Estes dois pontos apontam ambos para o que já havíamos mencionado como os “usos políticos do passado” (HARTOG e REVEL, 2001).

Estas duas maneiras possibilitam para além de uma memória dita coletiva, a propagação de uma memória transgeracional (POMIAN, 1985: 508). Cujas políticas de arquivos em ascensão desde meados dos anos setenta, e principalmente nos anos oitenta, na França apontam justamente para o desenvolvimento plural de “suportes diferentes dos cérebros dos indivíduos” (IDEM, 1985: 509) capazes de prolongar e resguardar sua existência e disseminação ao longo da *durée*.

Essa situação tem o poder de assegurar pela preservação uma identidade coletiva — nesse caso criada por meio de uma “bricolagem” institucional — que estará presente no discurso em comum ligado à orientação política da instituição sindical em questão. Aliás, é através da linguagem, sejam quais forem seus códigos e suportes, que será a memória ali reconhecida. E foi este o caso ocorrido quando do resgate do riquíssimo acervo ligado à ala voltada à CFDT do sindicato Renault *Boulogne Billancourt*. A salvaguarda de uma coleção cuja utilização e guarda pela CFDT promoveria um reconhecimento mútuo entre trabalhadores, militantes e suas respectivas instituições; cerzindo uma memória partilhada, coletiva, com este processo.

Pedimos licença para deixar aqui uma observação. Não buscamos deixar passar para o leitor quaisquer julgamentos de valor acerca dos casos ocorridos tanto na CGT como na CFDT. Assim, façamos um adendo justo ao dizer que a criação dos arquivos da CFDT e sua política de preservação da memória de sindicatos e de suas atividades, assim como a fundação do Instituto de História Social (IHS) da CGT juntamente com a criação da revista *Cahiers de Histoire Social de l’IHS*, são ambos fenômenos que apesar de suas singularidades tiveram objetivos muito similares. Isso se aplica igualmente a diversos outros acontecimentos paralelos realizados por outros grupos — que não convém enumerar aqui. Todos estes evidenciavam que a política orgânica de arquivos em desenvolvimento no início dos anos oitenta percorria um caminho importante no contexto histórico atual: o de “dar sentido à evolução política das instituições” (CERUTTI; FAYET; PORRET; 2006: 14), notadamente aqui exemplificadas pela CGT e CFDT.

Com a devida licença permitida e realizada, voltemos para o caso em questão. O Arquivo Renault Billancourt captado e organizado pela CFDT durante o início dos anos noventa.

Foi neste período que um de seus militantes, Jacques Brohand, se coloca à disposição em meio ao histórico chão de fábrica juntamente com arquivistas (Marie-Thérèse Chabord e Monique Bouscarle) a serviço da própria CFDT. Sendo um dos responsáveis por recolher ao máximo os diversos acervos que se dividem entre os diversos prédios, instalações e arquivos da Renault em toda a região de *Boulogne-Billancourt*. Para a CFDT, a urgência da situação, justificada pela ameaça real do desaparecimento dos ateliês de *Billancourt* e da riqueza de sua história sindical, fez com que os arquivos do Sindicato dos trabalhadores da Renault *Boulogne-Billancourt* pudessem ser acolhidos nos arquivos confederais da sede parisiense da CFDT.

Isso contrariava uma norma fundamental estabelecida pela própria confederação (BATAIS, 1997). Porém, a CFDT claramente não fazia algo extraordinário às suas regras somente pelo simples fato de haver a necessidade de preservação da história. Havia ali uma possibilidade estratégica de legitimação de valores e reconhecimento público frente a um cenário sindical geral que buscava se recuperar das desilusões vividas na década de oitenta. Ou seja, de maneira que “a evocação do passado se torna necessária para afirmar sua identidade” (TODOROV, 2000, p.180). De fato, o esforço realizado não apenas salvaria parte de uma memória coletiva rica de experiências como trataria igualmente de fortalecer a própria CFDT.

O que é interessante percebermos é que através do comprometimento em salvaguardar tais arquivos ligados ao operariado da Renault de *Billancourt*, a CFDT asseguraria para o futuro uma legitimidade importante; através de seu discurso, de sua imagem e de sua história. Um projeto e, portanto, uma memória não apenas era preservada como era formada ao atrelar-se ao passado, reconhecido publicamente, de militância na Renault de *Boulogne Billancourt*. Historicizando-a em consonância à orientação política militante da CFDT.



Figura 16: Jornal *Syndicalisme-hebdo*. Periódico da CFDT, 24 de junho, 1993. **Fonte:** Revue *Syndicalisme-hebdo* (1993, junho). *Archives Confederales de La CFDT*. Fundo RENAULT BOULOGNE BILLAN COURT.

A informação veiculada pela mídia da CFDT não apenas partilhava o importante feito como discretamente concedia à memória de muitos trabalhadores da Renault de *Boulogne Billancourt* um representante, ou até mesmo um rótulo, carregado de uma carga simbólica, política e ideológica ligada à CFDT.

É imperativo deixar claro a esta altura que houve outras formas de representação e preservação da memória dos trabalhadores da Renault Boulogne Billancourt e, principalmente, de sua unidade de Île Seguin. No imponente chão de fábrica que jaz sobre o rio Sena ainda se encontra um cenário de reivindicação posto pelos que perderam a batalha pela sobrevivência de seus trabalhos através da Associação de Antigos Trabalhadores Renault da Île Seguin da região de Boulogne Billancourt (ATRIS). Na associação criada na mesa de um pequeno restaurante local, homens e mulheres ainda lutam com o intuito de não deixar com que os portões da Renault da *Île Seguin* e do resto de *Billancourt* se fechem por completo em suas lembranças e nas da população parisiense.

Nós começamos a discutir entre nós. Começamos a dizer entre nós: — Ele está aonde? E ele, foi para onde? [...] Nós estávamos dentro da Fábrica, nós trabalhávamos... E, um dia... Eu disse a um companheiro; eu lhe disse: — Escute, e se nós organizarmos um almoço. E chamamos os companheiros? Por que não? Então, nós tínhamos alguns telefones, alguns endereços e escrevemos para alguns outros. Encontraram-se 45 pessoas em um restaurante. [...] Havia pessoas que não se viam por três anos, desde o tempo da redução. Que choraram porque, como lhe expliquei há pouco, éramos como uma família. E todos esses que estavam lá: — Espere! É preciso que continuemos a nos ver!... No ano posterior nós éramos 150! (MOHAMED, 2008: 16 junho).¹⁰¹

O almoço realizado apenas para reencontrar antigos amigos de trabalho gerou no grupo de trabalhadores um desejo maior. De luta pelo seu próprio passado independentemente de instituições sindicais, organismos públicos ou privados. Para aqueles primeiros 45 companheiros e os demais que viriam a se juntar a causa, o direito à memória tornava-se

¹⁰¹ A entrevista de Amri Mohamed foi traduzida livremente pelo autor diretamente a partir do registro em áudio e vídeo.

um meio pelo qual a Renault *Boulogne-Billancourt*, da *Île Seguin* não seria jamais demolida em suas lembranças, como seria na vida real.

A partir dali um grande esforço coletivo se iniciou buscando junto a prefeitura da região de *Boulogne-Billancourt* a posse do terreno da fábrica da *Île Seguin* com a intenção de se construir ali um centro enquanto lugar de referência para a história daqueles trabalhadores.

Todos falavam dos carros, [...] de tudo isso. E esquecíamos dos homens e mulheres que haviam feito a grandeza da Renault... Então, nós como trabalhadores, nós dissemos os homens e mulheres porque a história da Renault é de mais que cem anos, depois de um século, e há pessoas que trabalharam; pessoas que morreram, pessoas que... Tudo isso. E nós dissemos que é preciso uma memória dessas pessoas! Desses homens e mulheres... Havia umas cinquenta e cinco nacionalidades que se cruzavam nesta fábrica e... Dos quatro cantos do mundo e... Nós havíamos dito que é preciso guardar essa memória. [...] Sem esquecer, sem esquecer a indústria; sem esquecer a Renault... Mas também os homens e mulheres! (MOHAMED, 2008: 16 junho).¹⁰²

A associação somente se tornou realidade em junho de 1998 quando a ATRIS criava seu estatuto. Sua intenção maior era criar através da égide da memória um meio de manter a solidariedade que lhes era tão presente no tempo de fábrica os identificando como uma família, segundo o senhor Amri.

Quando a fábrica fechou, as pessoas se dispersaram. Houve os que foram trabalhar em outras fábricas; os que se licenciaram, os que partiram [para o país de origem], que se aposentaram e ficaram em casa, que foram para a África, para o *Magreb* [...] mesmo a América Latina ou outros [...] E nós queríamos, com esta associação, guardar essa memória. Por que nem Renault, nem a cidade

¹⁰² A entrevista de Amri Mohamed foi traduzida livremente pelo autor diretamente a partir do registro em áudio e vídeo.

de *Boulogne* [...] Ninguém quis se ocupar desta memória. (MOHAMED, 2008: 16 junho).¹⁰³

Nos últimos anos a ATRIS não apenas procurou se ocupar desta parte da memória, esquecida por muitos setores da sociedade como se tornou referência no cenário parisiense. Sua atuação se estende por escolas francesas e exposições, rejeitando qualquer ligação às confederações — como CFDT ou mesmo CGT — francesas e aos partidos políticos.

A ATRIS possui e busca manter esta marca de uma associação quase “familiar”, buscando partilhar essa memória com os jovens e demais gerações recentes. São matéria de diversos jornais como o *Le Parisien* ou o *Le Monde*, tendo como foco sua luta contínua pelo direito erguer ali em parte do terreno da *Île Seguin* sua sede com um centro e museu referente aos trabalhadores da Renault *Boulogne-Billancourt*.

Em contrapartida à realização de associações como essa de *Boulogne-Billancourt*, o ato realizado no âmbito da CFDT não foi ao acaso, pois seguiam interesses próprios e distintos desses personagens citados. A fonte a seguir aponta o interesse e satisfação de tal realização no corpo interno daquela instituição.

Tudo isso que foi feito **com, para e pela** CFDT reavaliará o direito à “memória CFDT da *Renault Billancourt*”; que você terá tido o mérito de resgatar da poeira e de por em ordem. Agradeço-o juntamente com todos os companheiros que, assim como eu, pensaram em fazê-lo (GLANDUS, 1993: carta à BROHAND).¹⁰⁴

Aquela fábrica ali localizada na região periférica à cidade de Paris, juntamente com sua unidade de *Île Seguin* são tidas como um dos baluartes da história militante parisiense; da esquerda operária e de resistência ao patronato. Local de atuação de diferentes

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Tradução livre do autor: « *Tout ce qui a été fait avec, pour e par la CFDT, reverrait de droit à la « mémoire CFDT de Renault Billancourt » que tu auras eu le mérite de tirer de la poussière et de mettre en ordre. Je t'en remercie avec tous les copains, qui comme moi avaient pensé le faire* ». Grifos conforme fonte original.

confederações e sindicatos. CGT, FO, CFTC e CFDT, por exemplo. Sendo assim, não se tornaria ao menos “interessante” o fato de que a CFDT, uma das mais recentes dentre as tradicionais confederações sindicais francesas, buscava naquele momento atrelar sua imagem e sua memória à própria memória e história daquela Renault?

O uso da memória e sua instrumentalização são de fato ações que podem trabalhar contra ou a favor da imagem atuante sobre as relações sociais e a realidade a que se convém enxergar. Ela é por si só um operador dessa memória em nível social (DAVALLON, 1999).

Essa operação, portanto, será franqueada através dos meios e elementos disponíveis. Não é à toa que juntamente com a ascensão do que poderíamos chamar de “terceira revolução tecnológica” (NEUTZLING e KREIN, 1997: 315), as instituições sindicais aqui expostas, nitidamente buscaram não apenas a utilização da informação e dos meios possíveis para salvaguardá-la, em um primeiro momento; mas também disseminá-la nos plurais espaços sociais ligados direta ou indiretamente ao militância e ao mundo do trabalho que se transformou compulsoriamente nas últimas décadas. Acabariam, portanto, por dar uma nova “coloração” à sua própria história que até então se tornavam de conhecimento deles majoritariamente através da chancela científica e oficial da academia. Encontramos, portanto, na afirmação de Lojkine que a

Revolução informacional – especialmente as novas cooperações entre serviços e produção –, o instrumento informático pode permitir, conectado a outras novas técnicas de telecomunicação, a criação, a circulação e a estocagem de uma imensa massa de informações outrora monopolizadas, e em parte esterilizadas, por uma pequena elite de trabalhadores intelectuais. (LOJKINE, 1995: 14-15).

Esta nova possibilidade de ação junto aos espaços militantes precisou ser aprendida, gerada em seu interior gradativamente, mas possibilitou uma nova ramificação de comunicação com o espaço público e com os trabalhadores e militantes em geral. Nela abria-se um novo campo de atuação na estrutura administrativa e executiva sindical. A do “profissional da informação registrada” (FREITAS e GOMES, 2004) — não é por acaso que os arquivistas, informatas, entre outros, passarão a compor mais o quadro de funcionários pagos por estas organizações em detrimento do aproveitamento de antigos

militantes e sindicalistas voluntários — cujas funções seriam cada vez mais vitais no escopo do plano representacional e auto-reflexivo daquelas instituições.

Informatização, mídiatização e outros meios de suporte à circulação da informação, do conhecimento e, portanto, da memória; serão temas de forte empenho na década de noventa e posteriores em diversas confederações e demais instituições que agiam na representação dos trabalhadores. Este também foi o caso da CGT e, principalmente, da CFDT.

As apropriações sociais das informações referentes à própria historicidade da classe trabalhadora sugerem que a produção de conhecimentos viabilize um discurso memorial característico desses grupos sociais e suas respectivas instituições, mesmo que eles ainda tentem mostrar imparcialidade.

Os Institutos de História Social são uma criação relativamente recente (...) Eu penso que efetivamente isso corresponde, sua criação, o desenvolvimento de seus institutos, porque eles se desenvolvem no momento (...) O objetivo [do estatuto do IHS] é de fazer com que a história justamente, a história não seja mais... Como dizemos? Instrumentalizada. Possibilitar que o olhar histórico possa evadir-se das questões imediatas que se colocam ao interior do sindicato da CGT em particular. (DECISIER, 2008: 23 junho).

São, portanto, estes “usos políticos do passado” que viabilizam essas práticas de controle da memória, então, coletivizadas pelas instituições que acabam por escolher qual será a informação, o conhecimento a ser guardado e qual será a experiência de passado que atenderá aos seus interesses comuns conforme o conceito de “justa memória” formulado por Paul Ricoeur (2000).

Logo que nós criamos, há vinte anos, o Instituto CGT de História Social, não estava evidente para todo mundo que este novo instrumento de nossa atividade sindical respondia a uma necessidade. Sua utilidade se averiguou progressivamente, à medida que nossas iniciativas diversificadas mostravam qual ponto podia contribuir para a propagação da CGT, ocupando um terreno até então reservado estritamente aos historiadores. Uma experiência, no seio de um sindicalismo pouco inclinado — não como suas origens — a refletir sobre a história”. (SEGUY; 2002).

A diversidade de atuações através do IHS da CGT, ou mesmo das atividades realizadas pela CFDT, referentes à preservação da memória e à instituição de uma política de arquivo não estéril levou o termo “memória” também para o espaço virtual.



Figura 17: Extratos da *webpage* do Instituto de História Social da CGT. **Fonte:** disponível em <http://ww.ihs.cgt.fr>. Acesso em 03 de fevereiro de 2010.

No âmbito da CGT, o desenvolvimento da política de comunicação e informação traria também certa urgência de um suporte ao passado cada vez mais cobrado e necessário uma vez que na formação da identidade que se almejava preservar e solidificar, a memória seria um elemento indispensável.

Há um que de “identidade de resistência” (CASTELLS, 2000) — como já havíamos mencionado anteriormente — muito perceptível nessas concretizações, mas o que nós devemos também manter a atenção, é a partir de onde tais realizações e meios de preservação de uma memória e disseminação da história criada e reconhecida pela própria instituição passam a representar o que o mesmo Castells nomeou ser uma “identidade projeto” (2000).

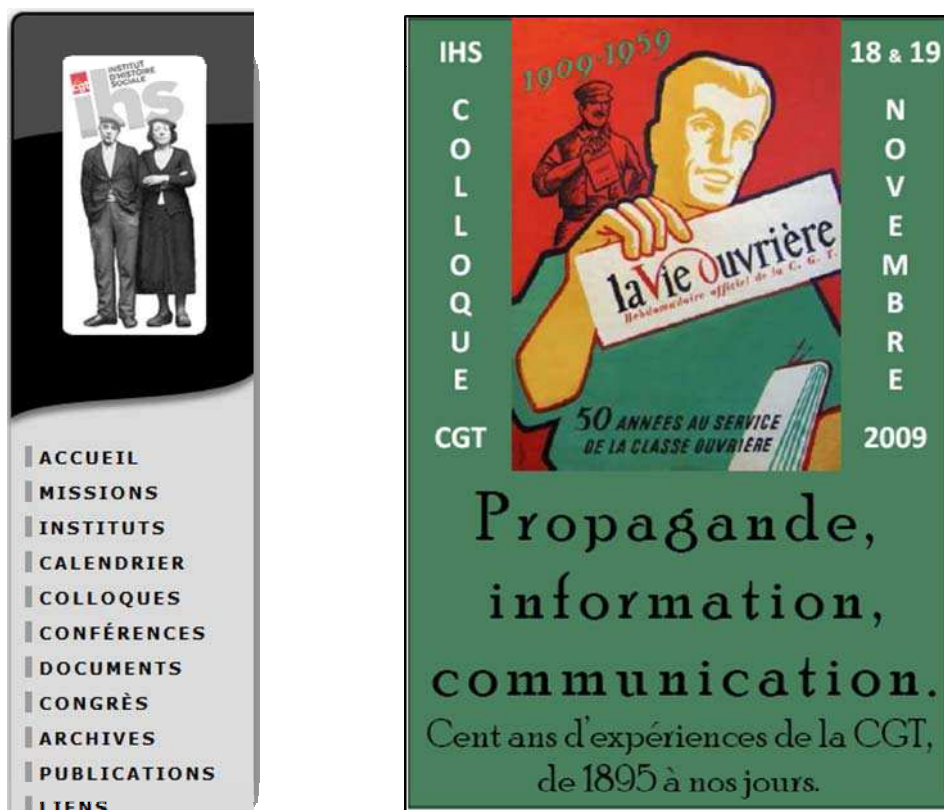


Figura 18: Menu da página eletrônica do IHS da CGT (à esquerda) e cartaz informativo (à direita) veiculado a partir de 2008 sobre colóquio para se discutir o uso da informação na CGT. **Fonte:** disponível em <http://www.ihs.cgt.fr>. Acesso em 03 de fevereiro de 2010.

O convite à reflexão do uso da propaganda, da informação e da comunicação no colóquio acima é, sobretudo, um projeto de criação de meios e estratégias para as futuras ações no âmbito da CGT. Não obstante, o papel da memória aí é — como havia dito Jacquot em sua entrevista — pedagógico e, portanto, funcional devido seu objetivo em facilitar a produção do conhecimento em uma rede cada vez mais heterogênea e expandida que busca não perder seus valores e símbolos fundamentais.

No tocante ao espaço da rede eletrônica e seus usos, além do exemplo da CGT e de seu IHS, temos igualmente a CFDT. Que também atuou de maneira incisiva. Talvez estejamos falando de um tema pouco considerado, ou talvez até renegado por muitos pesquisadores, que se trata da publicidade. Palavra quase “maldita” para os que buscam discutir sindicalismo, militância e mundo do trabalho. Afinal, poderíamos pensar a publicidade enquanto um meio de atividade técnica capaz de assegurar a difusão comercial de produtos? Sim. Mas seríamos capazes de associá-la à prática sindical? Militante? Está aí uma novidade, de certo.

Poderia ter havido uma ação no meio institucional de características publicitárias quando se tratando do tema da memória? Por certo. E o que efetivamente nos faria acreditar que a “febre por memória” das últimas décadas já não estivesse vivendo uma escala de consumo? Huyssen, para além do sentido nietzschiano, atribui tal patologia ao “cibervírus da amnésia que de tempos em tempos ameaça consumir a própria memória” (2000: 35). Neste bojo o conjunto de tecnologias e sistemas relacionados à internet, erigidos nos últimos vinte anos, possibilitou o tráfego de um fluxo de informações; conhecimentos e registros; cada vez mais amplo, segundo Granjon, às expressões e à memória (GRANJON, 2001: 114-115).

A web foi exatamente o meio de se remediar ao caráter aleatório da circulação da informação. Uma página na internet regularmente atualizada, informando os principais compromissos tornou-se um meio simples de possibilitar a informação disponível. (GRANJON, 2001: 115).¹⁰⁵

Retornando ao caso da CFDT, é bem interessante confrontar a imagem de sua página eletrônica obtida em dois momentos distintos. Uma entre os anos de 2006 e 2007, cuja página possuía uma “janela” ou *link* comemorativo dos 40 anos da CFDT trazendo em seu espaço um balanço dos feitos realizados, de seus caminhos; um vídeo comemorativo (parcialmente mostrado há algumas páginas atrás), e demais documentos falando do passado, da memória e do futuro da CFDT.

Já a outra página, modificada já no ano de 2008, tornou-se mais funcional às demandas que já não se remetiam diretamente à memória ou ao passado; mas diziam respeito à posição política e social daquela confederação. O espaço referente aos arquivos continuou lá, um pouco mais restrito. Porém, ainda com dados para *downloads* e demais informações sobre sua política e missão frente à CFDT e à sociedade civil.

Lamentavelmente, esta mudança aponta também para a fragilidade das produções do homem no tempo, e em um espaço que já não é totalmente da dimensão física, tangível ou mesmo palpável. O documento gerado no espaço virtual, e para o espaço virtual pode (ao cumprir seu dever) ser apagado ou mesmo modificado.

¹⁰⁵ Tradução livre do autor: « *Le web était exactement le moyen de remédier au caractère aléatoire de la circulation de l'information. Une page web régulièrement mise à jour, donnant les principaux rendez-vous était un moyen simple de rendre l'information disponible [...]* »

La CFDT de A à Z **Avec vous**

Les 40 ans de la CFDT **1964 - 2004**

L'émancipation, jour après jour

- **Les racines de l'avenir**
(40 ans d'histoire en images ; vidéo au format Flash)
- **La CFDT fête ses 40 ans et débat de son projet syndical**
(colloque sur les perspectives du syndicalisme de transformation sociale le 18 novembre)
- **« Notre ambition, recréer l'espoir »**
(intervention de François Chérèque lors du colloque)
- **« Redonner forme à la société »**
(tribune de François Chérèque publiée dans Le Monde)
- **Le chemin parcouru**
(Syndicalisme Hebdo revient sur le congrès de 1964)
- **La force de l'âge**
(numéro Hors série de CFDT Magazine : CFTC-CFDT, 40 ans d'histoire)
- **La CFDT s'affiche**
(10 affiches commentées par François Chérèque)
- **L'émancipation à l'affiche**
(exposition d'affiches à la Confédération)
- **Jalons historiques**
(les grands événements qui ont jalonné l'histoire du syndicalisme et de la CFDT de 1886 à nos jours)



Figura 19: Extrato da antiga página da CFDT com a sessão CFDT de A a Z. Este local virtual que se destinava à discussão sobre a história e a memória da CFDT foi extirpado na mudança para outro *layout* da página eletrônica a partir de 2007. **Fonte:** (Acervo pessoal) antes disponível em <http://www.cfdt.fr>. Acesso em 18 de outubro de 2006.

Quais são as garantias da apreensão destes ou daqueles registros? Para além da política de arquivos instituída nesses sindicatos ou confederações aqui apontadas, veremos que a natureza *sui generis* deste espaço de produção detém uma historicidade singular e, portanto, efêmera. Se não formos rápidos o suficiente para ao menos capturá-la ainda que através de problemas e indagações realizadas na mesma *curte durée* em que muitas são postas, poderemos perder possibilidades importantes de questionamentos e, por que não, de soluções a diversas dúvidas sempre presentes.

Não obstante, em pouco tempo as mudanças ocorridas foram muitas. É correta a afirmação de Lévy (2003) quando o mesmo apontou para o crescimento do uso dos instrumentos digitais contemporâneos e de suas utilizações por grupos de estruturas sociais, políticas e econômicas diversas. Afinal, estas ferramentas de certo não se restringiram a uma elite por muito tempo e, nesse sentido, o valor histórico de se identificar o uso desses meios e elementos virtuais, eletrônicos é também o de identificar no tempo o desenvolvimento dessas classes, grupos e instituições

representativas que, à contrário do que se pensou, não “morreram” frente às mudanças do mundo atual.



Figura 20: Extratos da *webpage* da CFDT mostrando, em especial, o caminho percorrido pelo “navegador virtual” ao espaço sobre os arquivos. **Fonte:** Disponível em <http://www.cfdt.fr>. Acesso em 07 de janeiro de 2010.

É notório que a utilização deste novo espaço e de suas ferramentas que dele egressa possibilitam todo um novo conjunto de estratégias de ação destinadas ao espaço público. O próprio espaço institucional sindical e militante ganhou, portanto, novas formas. E estas diferentes e modernas representações da instituição sindical não só possibilitaram a transformação, como a continuidade em certa medida, do que se convenho chamar de classe trabalhadora e de suas representações coletivas.

O incômodo deste pesquisador que lhes escreve começou em certa medida daí. De compreender o que representava, em nível histórico e sociológico, para estes sindicatos e confederações (e demais órgãos representativos dos trabalhadores) a interface constituída nestes espaços entre o salto qualitativo tecnológico enquanto ferramenta

utilizado por eles junto à sociedade civil; e o crescente olhar necessitado — ou até mesmo dependente — para o passado como cada vez mais imperativo para se permitir continuar a transformar-se e adequar-se às novas conjunturas e demandas dos nossos dias atuais.

Boaventura de Sousa Santos diz que “as ‘velhas questões’ não são irrelevantes e os ‘velhos atores’ não são incapazes de mudar (ADKIN, 1999: 216 apud SANTOS, 2005: 40). Esta simples afirmação é, talvez, um ótimo ponto de convergência para a qual tantas experiências diversas possam se compreendidas enquanto parte de um mesmo fenômeno transnacional. Para Santos,

[...] se o reencontro com alguns passados operários *démodés* pode ser indesejável e pouco auspicioso, não se pode excluir a possibilidade de ser regenerador (SANTOS, 2005: 42).

Afinal, se concordarmos que a diversidade de articulações e outras formas de ação não restritas à relação patrão/indústria/operário, realizadas pelos atuais sindicatos e outras instituições representativas dão aos mesmos um caráter crescente de um sindicalismo de movimento social frente à democracia (LAMBERT e CHAN, 1999: 102) pela qual tantos lutaram, a luta e seu conseqüente direito à memória não faz parte do que poderíamos considerar um movimento — de sintomas sociais — transnacional?

Pois é também através da rede virtual e do “espaço de fluxos” (CASTELLS, 2006) provindo dela; que muitos sindicatos e outros órgãos de representação dos trabalhadores tornaram sua versão dos fatos passados acessíveis à sociedade civil e global através do que poderíamos chamar dessa “janela” eletrônica. História, criada por seus protagonistas ou memória institucionalizada, “enquadrada” (POLLAK, 1989) através de suas confederações, centrais e sindicatos? É com ela, através desses “fluxos da informação, tecnologia, de interação organizacional, de imagens, sons e símbolos” (CASTELLS, 2006) que também se tornariam capazes de ser continuamente conhecidos e reconhecidos em um contexto maior que o regional ou nacional.

Um novo espaço comum, ora coletivo, entre diferentes personagens que partilham dos mesmos elementos ao se identificarem entre si. Aliás, se considerarmos este novo espaço nomeado por Castells, por que não considerar a existência do que chamaríamos

de um movimento, ou melhor; de uma ação social racional e balizada em valores, no sentido mais weberiano da palavra, que traria em seu corpo um crescente “fluxo de memória”?

Fluxos que se tornam imagens, palavras, informações, sentidos. Pois, assim como dois dos meios midiáticos mais conhecidos entre nós; haja vista a música ou o cinema (HALBWACHS, 1996), não seriam os recursos disponíveis da internet — este instrumento — e sua operação pelo seu “artista”, mais uma brecha possível ao testemunho de um novo quadro social em formação? Ou em desdobramento na sociedade atual? Ou seja, mais um meio de linguagem? Capacidade esta que obteve por mérito a atenção primeira no que concernia à reconstrução da lembrança, da reminiscência, outorgada por Halbwachs (NAMER. 2000: 212).

Os movimentos sociais, e com eles entendemos os grupos militantes ligados ao sindicalismo e à classe trabalhadora, têm utilizado de certo novas linguagens. Dando uma nova forma à estrutura social e política através da qual eles atuam no espaço público. Há diversos meios e possibilidades de abordarmos suas ações e suas articulações junto à rede, mas por aqui somente podemos lançar vôlei por sobre estas questões que se debruçam sobre a relação com o passado e o uso da memória por estas instituições.

Mas tal realização não é exclusiva aos casos referentes à CGT e à CFDT francesas, aqui apresentadas. Como apontamos no capítulo inicial, passamos a vislumbrar que o imperativo desejo de memória, mais insuflado e atuante junto à orgânica constituída no interior das instituições sindicais obteve um maior impulso não apenas durante; como logo após a falência dos modelos, outrora estáveis, acreditados pelos trabalhadores, operários, militantes e seus sindicatos.

É bem verdade que já pudemos perceber também que a conjuntura histórica e seus “abalos sísmicos” referentes à sua produção (intensamente vivida ao longo dos anos sessenta e setenta na França e no mundo) puderam favorecer um olhar mais alternativo ao que se acreditava ser a história. Na qual este conjunto de personagens supracitados se encontraria representado.

O mais interessante, no entanto, é perceber os desdobramentos desses desejos e fenômenos no Brasil que um pouco mais tardiamente se depararia com alguns dos mesmos desafios. E este é o assunto do nosso próximo capítulo.

Capítulo 4 – Personagens da esquerda brasileira em luta por suas memórias: o papel da informação, da comunicação e do arquivo na política sindical em desenvolvimento.

É incrível a quantidade de horas que o movimento sindical, e eu digo pela CUT, que nós temos utilizado nos últimos tempos para debater a nossa história e especialmente política de comunicação. [...] Não é normal no sindicato, a gente registrar o passado; registrar a história da gente. A gente não tem a mania de fazer isso. Portanto [...] Ninguém faz disputa pela hegemonia através do que os outros que escreveram sobre a gente. A gente disputa hegemonia quando a gente escreve sobre aquilo que a gente faz, quando a gente filma as coisas que a gente faz, quando a gente bate fotografia das coisas que a gente faz.

(João Felício, Presidente Nacional da CUT)¹⁰⁶

O início deste capítulo é representado por uma das últimas fontes a que tivemos acesso ao longo da pesquisa realizada: o discurso de João Felício realizado no dia 01 de julho de 2001, no evento que inauguraria um sítio da internet. Uma espécie de museu virtual, voltado à memória de personagens centrais da trajetória política e militante do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) paulista marcava em seu corpo uma busca e um reconhecimento de sua condição histórica e do valor da memória no cenário militante brasileiro. Palco de intensa fragilidade vivida nos anos noventa.

Sendo assim, começamos aqui por uma das questões tratadas por último no capítulo anterior: a comunicação e as ferramentas do espaço virtual como meios utilizados para uma valorização da memória militante e sindical.

O trecho do discurso realizado por João Felício em 2001 demonstrou bem naquela inauguração que o ânimo por parte dos membros da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e dos demais personagens ligados ao SMABC em relação à idéia de se apropriar da memória enquanto elemento estratégico e político, portanto identitário, havia definitivamente tomado sua forma. No ano de 2001 coroava-se ali em São Bernardo do Campo uma institucionalização concreta e pública do que seria representado para a

¹⁰⁶ Pronunciamento de João Felício no evento de lançamento do ABC de Luta, realizado em São Bernardo do Campo na sede do SMABC no dia 01 de julho de 2001, às 18 horas. ABC de Luta, **Arquivo audiovisual da TV dos Trabalhadores (TVT)**. São Bernardo do Campo – São Paulo.

sociedade civil enquanto memórias do trabalho e da militância. Ligadas ao SMABC e às suas personalidades cujas trajetórias estiveram ligadas à própria CUT e ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Há cerca de quatro anos atrás, quando começávamos a adentrar neste território sem ainda saber dos discursos e dos interesses sobre esse registro da história; essa fabricação e enquadramento das memórias no escopo sindical e militante de esquerda; o olhar curioso que nos levaria a tantas experiências se deu primariamente — de maneira que foi este a partícula que deflagrou toda a pesquisa realizada durante os últimos quatro anos — pelo contato casual com a página eletrônica em questão; produto final do projeto ABC de Luta.¹⁰⁷ Este acesso instigou-nos a problematizar o que era efetivamente posto enquanto memória, dita como coletiva, pelo SMABC através do espaço virtual; e quais poderiam ser as implicações dessa realização.

Era ainda muito cedo para compreender tudo que estava por trás daquele feito ou mesmo a experiência histórica, do ponto de vista *thompsoniano*, que havia levado estes personagens e instituições até aquele momento singular. Não obstante, não saberíamos que muito do que havia sido feito era mérito do esforço individual de alguns atores obstinados que buscavam não apenas serem os guardiões de uma memória por vezes descuidada, e por vezes “abusada” não somente pela sua própria classe como através de seus alcoses ao longo dos anos de luta. E que também esquadrinharam em determinado momento um meio de disseminá-la através das ferramentas apropriadas.

Foi neste escopo que nos deparamos com a descoberta do ABC de Luta. Projeto realizado pelo SMABC juntamente com o apoio da CUT e do PT na intenção de salvaguardar e promover o acesso do público a documentos, fotos e vídeos referentes à trajetória política e privada de militantes que se destacaram em ambos os órgãos.

Nós partimos de um ponto que seria a década de oitenta. E traríamos, naquela época, pelos recursos que se tinha, pelo pessoal trabalhando; nós íamos fazer da década de oitenta até a eleição do Lula presidente. Esse era o período que nós tínhamos elegido para buscar dados e ter o maior volume de dados possíveis. Para contar a história do nosso sindicato [...] mas o projeto permitia, e permite,

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br> ou através de link com a página eletrônica do sindicato: <http://www.smabc.org.br/portal/default.asp>.

que todo um contexto anterior a oitenta fosse sendo alimentado; e todo o contexto posterior à posse do Lula fosse também completado, né? Então ele é um projeto que ele tem a condição de estar sendo atualizado a todo o momento para o futuro ou para o presente. E também ele tem toda a condição de continuar a pesquisa para ir até a data de sua fundação [fala da fundação do Sindicato dos Metalúrgicos na região do ABC]. [...] É o projeto que é o site [fala do ABC de Luta], esse informatizado... E aí, a idéia nossa era fazer essa recuperação da memória, né? Atualizar... Completar... E também, inclusive, fazer um livro. Era fazer um segundo livro¹⁰⁸. Isso estava no projeto também... (ISAWA, 2009: 28 janeiro).

É interessante nos atermos ao detalhe do livro, de que fala Isawa (membro da direção do SMABC na época). De fato, o projeto vislumbrava mais que apenas estabelecer um simples mecanismo comemorativo. Buscava contribuir para o registro de uma memória de maneira a reatar algum “esgarço” existente entre aquele sindicalismo atuante e o seu passado.

Passávamos a perceber que o que víamos na tela do computador nada mais era que apenas a parte mais “visível” de um extenso caminho composto de diversas encruzilhadas e interrupções. Iniciado no esforço pessoal de poucos, mas que atingiu a lembrança de muitos e muitos outros militantes, anos depois. Entender o que representaria a memória posta na internet pelos trabalhadores é entender os muitos processos de busca por essa mesma memória. Mas nesse sentido, é também compreender que o que movimenta tudo isso não é senão uma forte memória coletiva que começava a se esboçar pelas mãos de seus antigos dirigentes.

Essa memória coletiva abrangiu, de forma diversa, os anos anteriores e, de alguma maneira, podemos dizer, convergira para o que foi realizado e mantido no presente. Compreender este presente, portanto, somente é possível se entendermos o processo pelo qual se travou uma verdadeira e silenciosa luta pela memória.

¹⁰⁸ O primeiro livro foi publicado em 1987. Trata-se de “Imagens da Luta” (OLIVA e RAINHO, 1987); realizado com o intuito de celebrar e partilhar a história e a memória da atuação dos trabalhadores e da ação sindical realizada desde 1905 na região do ABC através de fotos e outras imagens.

4.1 - Os anos oitenta: a preservação da memória em meio as suas possibilidades e desafios.

Independentemente dos rótulos de “novo” ou “velho” sindicalismo que acabaram sendo criados e reproduzidos na tentativa de explicarmos suas ações na história recente do Brasil, é visível que para alguns setores desse mesmo sindicalismo, a idéia de uma completa ruptura com o seu passado se mostrava como condição *sine qua non* para reafirmar identidades em formação.

Tais fatos históricos e sociológicos, impulsionados por uma corrente de pesquisadores à luz de Thompson, acabaram por enriquecer cada vez mais o campo acadêmico. Um exemplo disso é a análise construída por Santana (2001) ao buscar compreender como os sindicatos se reformulavam ao passo que surgiam diferenças entre os sindicalistas da passagem dos anos setenta aos oitenta e os militantes ligados ao PCB. Uma herança negada por seus sucessores que os acusariam de “reformistas” e até pelegos.

Afinal, se durante o final dos anos setenta e início dos oitenta era preciso negar seus predecessores, desde meados da década de noventa até hoje a possibilidade dos movimentos sindicais e seus atores de se encontrarem em um completo despertencimento ao passado não poderia acabar por promover um campo instável? Não somente para a identidade coletiva como para a própria formação política e sindical presente e futura?

O primeiro livro mencionado por Isawa, “Imagens da Luta” (OLIVA e RAINHO, 1987), foi produzido pelo então Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, com o objetivo de através das fotos e demais imagens possibilitar a criação de um documento de referência ao passado fundador daquele movimento, apesar de suas mudanças e da história da região, assim como de seus integrantes. Um “álbum de família” extenso contado através de fotos desde o ano de 1905.

Além da atividade prática que desempenhamos, através das lutas empreendidas, desejamos, com esta publicação, contribuir, de nossa parte, na reconstituição da história dos trabalhadores que a classe dominante procurou sempre denegrir, abafar, apagar e esquecer. Como trabalhadores, nem todos nós temos tido o desejado acesso aos meios de comunicação, razão pela qual a reconstrução

dessa memória, através de fotografias, torna-se extremamente [...] eficaz como instrumento que leva a conhecer o passado, a fim de que possamos continuar a fazer o presente. (OLIVA e RAINHO, 1987: 05).

É essencial termos em conta que a própria execução do referido livro (embora imersa no espaço do movimento sindical) não significava que o espaço do sindicato se traduzia em uma estrutura orgânica assente. Mesmo no período anterior à CUT e à fundação do PT, sua parceria com outros grupos e instituições que militavam pela melhor condição de vida do trabalhador através de publicações e pesquisas se mostrou sempre ativa. E o livro é prova desta atuação que contou com o programa “Memória e Acompanhamento do Movimento Operário no ABC”, através do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), ligado à JOC. Além do mais, mesmo antes do “Imagens da Luta” outras iniciativas já haviam sido realizadas. Luis Flavio Rainho, um dos autores da publicação com Mercadante em 1987, já realizara contemporaneamente à criação da própria CUT outra publicação conjunta com Osvaldo Bargas — personagem importante ao longo da tese — que, por sua vez, se tornou referência na própria memória coletiva dos sindicalistas e demais militantes ligados à CUT e ao cenário operário do início dos anos oitenta.

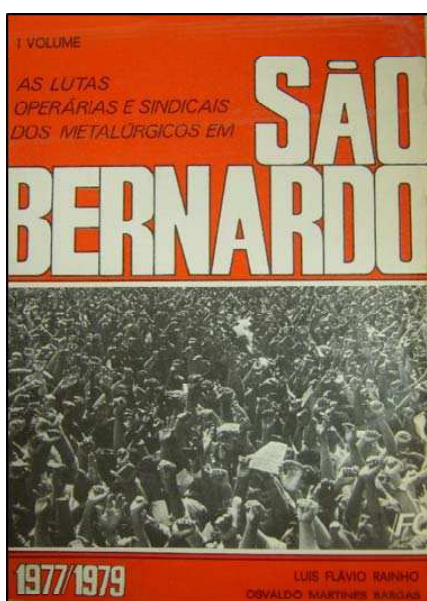


Figura 21: Capa de “As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977/1979)”. **Fonte:** (BARGAS e RAINHO, 1983).

Dessa forma, nos parece claro que não podemos insistir na idéia de que o interesse pela memória não era real mesmo já durante os anos oitenta no Brasil, mas podemos dizer que tais práticas não possuíam de maneira concreta um projeto político institucional claro e estável. As tentativas ocorreram, mesmo que por vezes desencontradas ou através de esforços mais individuais que coletivos, de maneira a sustentar historicamente o discurso que se emparelhava à própria formação sindical.

Reconstituímos os fatos ocorridos, descrevendo-os e documentando-os tão minuciosamente quanto nos foi possível e emitimos nossa interpretação na ordem cronológica em que se passaram para que o leitor possa perceber a história desses fatos em pleno desenvolvimento. Nossa preocupação foi elaborar um livro que pudesse ser útil aos próprios trabalhadores. [...] pelo registro histórico [...] pelo conhecimento da experiência relatada para que possam assimilá-la e vivenciá-la [...] e, sobretudo, pela continuidade da luta. (BARGAS e RAINHO, 1983).

O fragmento acima evidencia estas buscas e demais atividades de construção da memória que em diferentes momentos surgiam do meio sindical ainda que não estivessem regulamente subsidiadas, ou institucionalizadas enquanto parte do programa sindical. O processo enfim de inserção desta cultura da memória na instituição em si é que parece ter sido erguido lentamente. Essa idéia nos permite compreender melhor um dos nossos entrevistados. Questionado sobre o porquê de atividades de valorização da memória, como as ocorridas atualmente nos anos 2000, não foram priorizadas pela instituição sindical anteriormente, responde:

Na verdade é assim, né?... O meio sindical, ele passa por mudanças, né? Entendeu? E, como tudo... Na vida tudo é... se transforma, né? Então o próprio sindicalista ele sente, olha: se não preservar, aquela memória aquela história que tá acontecendo, quem é que vai se lembrar dele depois? Quem é que vai lembrar o que é que tá acontecendo hoje? (...) Essa sensibilidade, esse sentimento em 78 a 87 não estava muito presente por que a preocupação central era o confronto

direto. Estavam muito acirradas as contradições... E a questão tava na **luta direta**. Ou seja, patrão e empregado, **embate** da luta de classes (...) onde você tava brigando com o teu patrão aí diretamente (...) a cabeça do sindicalista, ele tava preocupado com a estrutura, com a memória e tal, **fazendo** a história. Ele não estava preocupado em **registrar** a história”. (CRUZ “Lulinha”, 2006: 09 maio).

A priori, o que fica claro é que durante o início da década de 1980 a preservação de memória, os registros do movimento ou documentos de potencial histórico futuro se restringiam à dependência, de uma forma geral, das ações individuais desse ou daquele militante e de seus encontros fortuitos em torno desse objetivo. Dependiam, portanto, menos de uma agenda institucional e política mantenedora dessas necessidades. Algo que também se mostrou claro na narrativa da vida de Osvaldo Bargas.¹⁰⁹

[...] surgiu um pouco como hobby, e tive a idéia de construir a História do Sindicato! [...] É... Isso é uma coisa que sempre estive na minha perspectiva de vida, trabalhar com História. Não tenho curso acadêmico, mas eu sempre tive essa... paixão pela Memória. Já tinha escrito um livro¹¹⁰. Exatamente do movimento grevista de 70 [...] exatamente na parte onde teve essas greves... Eu escrevi junto com um companheiro, né? [...] A cada momento que eu ia pra uma Assembléia no Sindicato, e não pegavam papel que distribuía, eu pegava uma pasta! [*risos*] Então isso tava na minha alma entendeu? Essa coisa da memória... Assim como quando eu era adolescente, que pegava jornal, e aí recortava aquelas matérias de jornal que achava; golpe militar, por exemplo, tinha um monte em casa... Vivia recortando jornal e guardando em casa amontoando papel... Minha família ficava doida comigo porque eu só guardava papel. (BARGAS, 2006: 01 junho).

A experiência de Bargas não foi diferente da que muitos outros sindicalistas e militantes passaram, principalmente durante os tempos difíceis do regime militar. Muitos dos

¹⁰⁹ Osvaldo Martines Bargas foi ex-operário, militante da Juventude Operária Cristã (JOC), ex-dirigente da CUT e antigo secretário das relações internacionais da mesma Central. Durante o ano de 2006, quando da data da primeira entrevista realizada para esta tese, Bargas ocupava o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho, MTE - Brasília, DF.

¹¹⁰ Bargas se refere ao livro escrito com Luis Rainho. (BARGAS e RAINHO, 1983).

sobreviventes desse período possuem ainda as cicatrizes desse período de arbitrariedades quanto à liberdade da sociedade. Impedidos de se expressar, de se organizar politicamente ou de possuir preferências que não as desejáveis por um sistema de governo autoritário.

De fato, um largo número de fontes, tais como documentos escritos, fotos, entre outros possíveis materiais, acabaram por se perder. Destruídas. Incompletas. Lacunares. Pistas de um passado cujo direito à memória também foi atingido.

Enfim, se não havia controle total sobre a capacidade de memória individual e coletiva daqueles que o regime ditatorial considerava como ameaça, certamente havia o empenho em suprimi-la no tocante ao espaço público e político. A repressão, a censura e o silêncio não impediram que os sobreviventes lembrassem o passado, mas colaboraram para que o registro não ocorresse e que os arquivos fossem destruídos e/ou lacrados. O futuro se tornaria o momento da amnésia, onde a utilidade do esquecimento (YERUSHALMI, 1988) é essencial. E isso foi realizado, ao destruírem não apenas arquivos, mas também sindicatos inteiros. Ao confiscarem documentos pessoais e quaisquer registros de homens e mulheres que mal sabiam que ainda no futuro, mesmo sem a ditadura, suas lembranças continuariam marcadas.

O desafio do arquivo para o meio sindical brasileiro foi, sobretudo, um desafio político, sobretudo pela constatação da falta de “equilíbrio” (BAUSSANT, 2006: 22) justamente pela limitação. Ou seja, pelo cerceamento do que é memorável, do que pode ser memória. Afinal, tudo que fosse guardado poderia ser utilizado contra o próprio movimento pelos órgãos repressores.

Dessa maneira, não seria por uma eventualidade que neste mesmo período muito do que se pôde salvar da destruição (documentos, cartas, fotos, depoimentos, e demais materiais) acabou sendo acolhido por algumas universidades, arquivos e centros de pesquisa e ensino cuja temática ligada à história social e oral ou às ciências sociais era demasiadamente forte e fértil.

Durante esta mesma vaga novas metodologias aportam no Brasil como meios possíveis de se questionar e coletar dados de um campo ainda nebuloso. O uso da história oral, difundida no âmbito da Escola de Chicago a propósito das novas propostas metodológicas e teóricas que abalavam a historiografia mundial, proporcionou o emprego de uma ferramenta importantíssima para a realidade brasileira.

Sua chegada — já nos anos setenta — foi inicialmente acolhida pelas disciplinas da sociologia e da antropologia, mas não foi garantia de total adesão por parte da comunidade científica tão prontamente. Ainda muito questionada devido a sua suposta parcialidade, a história oral galgou um caminho compassado durante a década seguinte. Já nos anos oitenta, parece ter sido nítido um crescimento de pesquisas e grupos onde a História Oral constituía uma de suas abordagens.

Foi neste mesmo momento que, para lidar com a documentação produzida e evitar sua destruição compulsória, diferentes iniciativas foram realizadas por uma rede acadêmica recente que crescia a passos largos. Sua importância foi ímpar e ajudou a proteger e abrigar parte desse patrimônio documental que se encontrava em ameaça constante.

Período onde a produção acadêmica voltada aos estudos do mundo do trabalho era constante. Infelizmente soubemos pouco acerca dessa idéia, até mesmo pelas limitações que proviam do campo de pesquisa, com exceção de sua contemporaneidade à edição do livro “Imagens da Luta”, citado anteriormente. Ainda assim, quaisquer que fossem seus desdobramentos — materiais ou subjetivos; pedagógico, técnico, ideológico, político, partidário, ou até mnemônico — um fato importante é que pela coesão de uma identidade historicamente e sociologicamente reconhecida, muito — mesmo que não o bastante — era realizado.

Dentre muitos arquivos e órgãos do campo acadêmico atuantes hoje, destacamos a contribuição do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Federal de Campinas já em 1974; do próprio CEDIC, em 1980; do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criado em 1987 através de um amplo programa de estudo conjunto entre pesquisadores apoiados pela FINEP no início dos oitenta com o objetivo de agregar mais e mais fontes sobre o movimento sindical fluminense.

Ou seja, ainda que em terreno hostil — se considerarmos o momento político — a preocupação com a memória e o futuro dessa frágil reminiscência esteve nas mentes de muitos que dedicaram suas vidas a esse empreendimento. Algo que mais tarde seria mais bem assimilado pelas entidades sindicais como parte significativa de suas atribuições.

De fato, ainda na segunda metade da década de oitenta alguns grupos interligados entre as entidades sindicais e da esquerda política passam a atuar mais diretamente neste

sentido. No entanto, lembremos que isso não seria garantia de um programa sólido ou de criação de uma estrutura contínua ou mesmo estável em matéria de recursos. Contemporaneamente ao surgimento do AEL, em Campinas, surgia também em São Paulo uma das primeiras instituições não acadêmicas voltadas à pesquisa e, principalmente, ao cuidado com os registros, a memória de diversos movimentos sociais ligados ao espaço urbano e rural. O Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV) que buscou atuar como um “espaço de aglutinação de documentos e idéias” (CPV, 2010)¹¹¹ foi, talvez, um dos primeiros personagens nesta paisagem militante que se formava na aurora da década de 1980.

O CPV assim como o Instituto Cajamar (criado em 1986 para apoiar a formação da CUT), juntamente com a iniciativa da Oboré¹¹² no auxílio valioso de gestão de políticas de comunicação no *habitus* dos movimentos sociais e de trabalhadores desde fins dos anos setenta, fizeram parte de uma rede de apoio ao movimento sindical brasileiro daquela década, possibilitando conjuntamente com as iniciativas acadêmicas universitárias o acesso ao conhecimento por parte dos quadros sindicais que buscariam sempre que possível conscientizar a base e fazê-la identificar-se com o movimento.

Na falta de formação (e de informação), também a democracia partidária corre perigo. [...] Sem igualdade de acesso à formação e à informação, a democracia interna vira uma fábula. E sem quadros e militantes capacitados nossa pretensão de disputar a hegemonia vira pura ficção. (POMAR, 1990).

Hegemonia, portanto, era o objetivo a alcançar. Desde as lutas contra a ditadura já em queda, passando pela redemocratização e, principalmente, com o advento da política neoliberal, instaurada com a entrada de Fernando Collor na presidência nos anos noventa. Nesse ínterim é que a luta pela hegemonia se percebe como um leque composto por muitas demandas. Torna-se uma luta pelo acesso à informação, pelo direito à memória e pela participação ativa na história do país. Mas o processo não seria

¹¹¹ Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/portal/cpv/historia-continuacao/>. Acesso no dia 14 de fevereiro de 2010

¹¹² A Oboré é uma empresa voltada à formação e auxílio a departamentos de imprensa e demais meios e ferramentas de comunicação criadas no âmbito dos movimentos populares, de sindicatos e associações de trabalhadores. Criada em 1978 através de uma cooperativa de jornalistas e demais personagens do meio artístico e militante, atua ainda hoje com ampla inserção nos movimentos sociais e demais sindicatos e outras instituições que compõem o largo e diversificado Mundo do Trabalho.

rápido. Ele se mesclaria às realidades de luta e demandas urgentes. De combates ao patronato e ao governo que se isentava mais do “leme” da economia global a cada ano.

Esse processo não deixou de ser um aprendizado gradual. E se o nosso olhar começou pelo evento exposto na internet — colocado no início do capítulo — este acabou por se desdobrar em muitos outros detalhes a serem tocados. Detalhes esses que fizeram com que compreendêssemos o valor da discussão aqui levantada, ou seja, o processo de amadurecimento e de tomada de consciência de uma cultura junto ao cenário sindical brasileiro. De revalorização da memória; e pelo poder que ela representa enquanto “tradução do passado” (FREUD, 1979 *apud* LAVABRE, 1994). Pois é somente no presente que construímos o passado conforme nossas perguntas ou nossas lacunas da história.

4.2 – Uma visão transnacional à mostra: compreendendo a rede de solidariedade entre CUT e CFDT.

Neste ponto, chegamos a um entroncamento com o que já vimos do caso francês: a militância pela valorização da memória e conseqüentemente de uma política de arquivos eficiente. Caso que foi defendido em ambos os países pelo sindicalista Jean-Marie Conraud da CFDT.

No entanto a participação de Conraud, militante e representante da CFDT no Brasil naquele momento, mostra um lado da história com o qual tivemos o prazer de nos deparar, enquanto possibilidade de analisarmos uma visão de fora. Um projeto que, assessorado pela CFDT e por seu Instituto *Belleville*¹¹³, buscou realizar no Brasil um programa de apoio à necessidade latente de alguns militantes e sindicatos já quando da abertura política.

Seu objetivo foi o de assistir um projeto de memória sindical idealizado na cidade do Recife (estado de Pernambuco) em 1989 — através de alguns sindicatos que possuíam ambos o apoio da CUT nacional — mostrando mais do que apenas uma insólita tentativa de se registrar e contar a história através de seus reais protagonistas.

¹¹³ O Instituto *Belleville* foi criado em cooperação com a CFDT com o intuito de promover uma política internacional de cooperação à construção e à ajuda necessária ao sindicalismo de países reconhecidamente emergentes, ou desenvolvimento para assegurar seu desenvolvimento durável e a democracia.

Lembremos que Conraud era conhecido no espaço militante da CFDT nacional francesa por sua atuação e pela pesquisa realizada sobre a história da CFDT daquela região entre os anos de 1870 a 1965 (CONRAUD, 1988) e pela pesquisa realizada na região de *La Moselle* onde, em parceria com os arquivos departamentais de *La Moselle* edita um trabalho em favor da importância dos arquivos sindicais (CONRAUD, 1995).

Sua atuação no Brasil — ainda que infelizmente não saibamos qual destino obteve o projeto em questão pela ausência das fontes necessárias — marca categoricamente o desenvolvimento interno e a capacidade de articulação no cenário internacional de algumas das instituições sindicais brasileiras. A participação de Conraud, no entanto, é apenas uma fração de uma parceria maior e mesmo anterior à própria existência da CUT.

Dessa maneira, cremos ser necessário fazer um pequeno parêntese a partir deste ponto em diante para compreendermos melhor a importância e o significado da atuação de Conraud no Brasil. Esta “janela” que abrimos aqui busca esclarecer melhor, ao menos em parte, a complexa estrutura de interligações criada durante a ascensão da CUT no cenário político e sindical internacional. Fato este que nos mostra o quanto o caso da parceria entre CUT e CFDT é, portanto, de longa data e relevante em nossa exposição.

Os contatos entre a CFDT e a CUT tiveram uma pré-história. E essa pré-história é o vínculo [...] da JOC. [...] Antes da criação da CUT havia [...] sobre um percurso de contatos via JOC, [...] um centro de apoio à oposição sindical. [...] Eles editavam um periódico que era difundido por uma francesa que havia sido obrigada a fugir do Brasil... E, ela havia se convertido à igreja católica de libertação [*fala da teologia da libertação*]... No nordeste. [...] Paralelamente [...] Estas pessoas [...] estariam em contato com outro grupo que se encontrava [...] em Bruxelas. Alguém como, já mais conhecido que Ferreirinha, José Ibrahim... Ele era conhecido por já ter sido presidente eleito de Osasco. Ele também foi prisioneiro... E foi expulso para Cuba [...] e após [...] Não sei mais detalhes. [...] Ele foi um homem, um pouco de referência. Lula não existia naquela época! Não na mitologia da esquerda radical... [...] Bom, de Bruxelas à Paris [...] A CFDT, tínhamos o contato. Eu encontrei Ibrahim pela primeira vez em Bruxelas [...] quando eles retornaram, mais ou menos na mesma época... E nós havíamos dito: Bom... Vejam o que vocês poderão fazer e nós continuaremos nosso

trabalho de solidariedade [...] a luta está sempre presente. (JACQUOT, 2008a: 07 junho).¹¹⁴

O que ocorreria nos próximos anos se tornaria prova dessa crescente co-participação e trânsito de militantes entre os espaços franceses e brasileiros que compuseram parte de uma interessante “aventura coletiva” que obteve, como seus grandes protagonistas, — em um primeiro momento — os sindicalistas e militantes franceses em apoio aos refugiados brasileiros acolhidos pela CFDT e pela antiga *Fédération Générale de la Métallurgie* – FGM (BARGAS, JACQUOT, LIMONET e DE CASTRO, 2005: 04). E em uma segunda fase houve um intercâmbio vivo de pensamentos, idéias e lutas em prol da militância em ambos os hemisférios. Assim, após a criação da CUT em 1983 os laços apenas se estreitariam.

Nós oficializamos a CFDT/CUT [...] nós obtivemos constantemente, a partir desse período... Constituimos [...] uma rede fluida onde nós conhecíamos e explicávamos o que fazíamos uns aos outros [...] Durante o contato com a CUT que se fortalecia, se institucionalizava, e se estabelecia; ao mesmo tempo sempre financiávamos [...] Para realizar bastante formação sindical para a CUT. (JACQUOT, 2008a: 07 junho).¹¹⁵

Logo a formação sindical auxiliada pela CFDT acabou por favorecer o acesso da CUT ao cenário internacional. Contatos com a experiência dos sindicatos holandeses e,

¹¹⁴ Tradução livre do autor : « *Les contacts entre CFDT et CUT ont une préhistoire ; et ce préhistoire c'est la liason [...] de la JOC. [...] Avant la création de la CUT il avait [...] sur un parcours de liason vie la JOC, [...] un centre d'apuié à l'opposition syndicale. [...] Ils editait une revue de presse qu'y diffusée avec une française qu'avait obligé de fuir du Brèsil... Et, elle avait été rejoindre l'église catolique de la libération... Dans le nord est. [...] Parallelement, [...] Ces gens [...] était un lien avec une autre groupe qu'était [...] à Bruxelles. Quelconque avait déjà, plus connu que Ferreirinha, ...José Ibrahim... Il était connu parce que Il a été déjà élu président d'Osasco. Il avait été prisonée... Et ils ont était expulsée à Cuba. [...] Et puis [...] je ne sais plus detaile. [...] Il était un homme, un peu de référence. Lula n'existe pas à l'époque ! [...] Pas dans la mithologie de la gauche radicale... [...] Bon, c'est de Bruxelles à Paris. [...] La CFDT, nous avons de liason. Moi, je rencontre Ibrahim à premiere fois à Bruxelles [...] Quand ils sont retournés, un peu près à la même époque... Et nous avons dit : Bon... Regardez qu'est-ce que vous pouvais faire et nous alons continué notre travail de solidarieté [...] la lutte est toujours sur place. »*

¹¹⁵ Tradução livre do autor : « *Nous, on a officialisé le CFDT/CUT [...] on a toujours, a partir de ce periode lá... on a constitué [...] un resáux fluide ou nous savons on explicons qu'est-ce que nous faisons, les uns les autres [...] à la fois dans des contact avec la CUT que se renforce, se institutionalise, s'estabilise et au même temps on a financier toujours [...] pour faire beaucoup de formation syndicale pour la CUT. »*

principalmente, italianos — que juntamente com os franceses foram os primeiros a reconhecer a fundação da Central brasileira. Mas que logo se estenderia a muitos mais países.

Como eu fui secretário de relações internacionais da CUT... e... eu comecei a perceber que nós poderíamos aprender e muito com essas organizações internacionais. [...] CFDT, foi a CISL na Itália a CGIL, *Comisiones Obreras* na Espanha; a própria DGB na Alemanha... [...] Então foram organizações que tiveram uma relevância muito grande pra nós na CUT, né? Eu me lembro que foi em... oitenta e quatro [1984]... Oitenta e três [1983] pra oitenta e quatro [1984]. Eu fiz uma viagem na Europa [...] fiquei quase 40 dias lá. E essa viagem, nós tivemos como objetivo conhecer como é que funcionava. Como era a estrutura organizativa das centrais sindicais na Europa; como é que, como era suas concepções, qual era o seu papel com as sindicais de base, como é que se constituía a direção, né? Como é que era a questão da formação sindical, a questão da memória; como é que eles preservavam isso; enfim, nós tínhamos uma lista de pontos que queríamos conhecer [...] (BARGAS, 2009: 27 julho).

A troca de visões estabelecida no âmbito dessa circulação, que só aumentaria durante os anos oitenta, acabou sendo favorável. Para ambas as instituições. Segundo lembra Bargas: “isso foi importante para nós e para eles” (BARGAS, 2009: 27 julho). Ademais, a parceria estabelecida também mostrava suas diferenças. Algumas que apontavam para a maturidade e necessidade de desenvolver uma memória organizacional útil para a instituição que se formava.

Eu me lembro que quando eu ia pra lá, tinha pendências nas nossas relações, de projetos e coisas que executávamos como parceiros... E era tanta coisa que não era eu que executava, eram outras pessoas que executavam [...] aí quando chegava lá o cara tinha uma lista de tudo que era pendente; como que tinha sido a última conversa comigo; onde tinha parado... eu não me lembrava de nada daquilo! [...] Eles tinham um controle das pessoas que vinham; das pessoas que se relacionavam; que iam pra lá [...] Eu ficava assustado com aquilo. Como que eles eram tão organizados [...] Eles passavam essa visão ousada, mas [...] eles não tinham aquele vigor que nós tínhamos. [...] Aquela vontade, né? Aquela

energia, né? E isso contagiava a eles; eles gostavam de vir aqui e aqui sentiam isso. [...] Lá tinha aquela parte de polícia, essa parte política [...] mas não era como nós. Nós tentávamos mudar o governo, derrubar o governo. Então é... Eram mundos diferentes. Então o argumento que eu tinha para explicar aquilo, que era inexplicável, nossa realidade, é que nós tínhamos que passar por aquilo. [...] Porque nós ficamos 15, 20 anos sem poder discutir política [...]. Mas isso contagiava a eles porque os índices de sindicalização deles estavam caindo; e **o nosso aumentava!** Entendeu? Então, era uma troca. Uma coisa fantástica essas relações. (BARGAS, 2009: 27 julho).

Esta relação bilateral auxiliou à CUT já durante 1988 a se filiar à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL). Esse amadurecimento realizado em poucos anos foi, portanto, resultado desse intenso esforço da instituição que buscava aprender e crescer não apenas com suas derrotas e vitórias, mas igualmente com a rede de contatos e demais entidades sindicais que se ampliava.

Não demoraria muito para que o tema da formação sindical acabasse sendo cada vez mais uma prioridade no âmbito da CUT. Providencialmente o contato com o exterior pôde preparar muitos dos militantes cutistas em diversas frentes, se preparando para os desafios enfrentados à época tanto quanto aqueles que despontariam no futuro.

Nós pegamos todo o processo de robotização deles, né? De automação. Eu acompanhei um pouco isso. [...] Então, isso era uma coisa que não existia aqui no Brasil [...] Então nós passamos a enfrentar isso depois [...] e nós desenvolvemos muitas relações nesse sentido [...] Nós levamos para a Europa acho que foi se não me engano 15 ou 16 pessoas que ficaram lá oito ou nove meses [...] essas relações foram importantíssimas pra nós. [...] (BARGAS, 2009: 27 julho).

A narrativa de Denis Jacquot, ao lembrar-se de seus momentos como enviado ao Brasil pela CFDT, aponta justamente para a existência de um determinado momento onde o passo seguinte a ser dado pela CUT seria o de poder criar seus próprios quadros de formação. No Brasil ocorriam os excessos do regime militar, as mobilizações populares, o movimento sindical e mais adiante o próprio processo de redemocratização.

Segundo Jacquot, após a criação da CUT e da formação de seus primeiros quadros um novo passo deveria ser dado para o que seria a conquista de uma identidade concreta daquele movimento.

Houve uma terceira etapa. [...] Explicamos aos nossos camaradas que como sindicato [...] havíamos realizado um grande trabalho de apoio presente e que a CUT deveria desenvolver seu próprio aparelho de formação. Então, ela deveria entender isso. Isso foi duro... Por que... Historicamente eles atuaram em papéis importantes [...] Mas nós preferimos... É normal... [...] A CUT possui a legitimidade de dizer: é necessário fazer desse jeito, é necessário fazer daquele jeito. [...] Isso que você faz, foi pelo motivo de aconselhar, mas não é você. (JACQUOT, 2008a: 07 junho).¹¹⁶

Ou seja, emancipar-se ao passo que sua visão política, construída pela esperança de mudança do futuro (TOURAINÉ, 1984 *apud* SANTOS, 2005: 87), seria insuflada pela condição histórica singular vivida no Brasil dos anos oitenta. Buscava-se ali viabilizar o projeto político capaz de mudar aquela sociedade. E para isso, a formação sindical executada pela própria CUT acabaria por se tornar primordial para seu desenvolvimento orgânico, político e público. Isto não só foi compreendido, como seria posto em pauta no próximo encontro nacional.

[...] o elemento decisivo para sustentar o avanço das lutas e da CUT para enfrentar os grandes obstáculos que estão surgindo nesta conjuntura está na sua consolidação orgânica. [...] A redefinição da estrutura organizativa da CUT, para permitir respostas mais ágeis e unificadas, é um elemento decisivo para o período que se inicia. [...] A CUT se define como uma central sindical autônoma em relação às centrais sindicais mundiais. [...] as discussões e o nível

¹¹⁶ Tradução livre do autor : « *Il a eu une troisieme etape. [...] La on explique a nos camarades que comme syndicat [...] nous avons faire un grand travail d'apuié sur place et que la CUT devait developpée son propre appareil de formation. Donc, il devait comprend cela. Ça a été dur... Parce que... Historiquement ils ont joué un role important [...] c'est normale. [...] la CUT a la legitimité de dire : il fault faire ceci, il fault faire cela. [...] Ce qui vous faites ça a été pour le motif de conseiller, mais c'est ne pas vous. »*

de informações do movimento sindical cutista acerca do sindicalismo internacional e das centrais mundiais ainda são muitos pequenos, produto de mais de vinte anos de repressão e ditadura militar. (3º CONCUR, 1988).

O congresso ocorrido em 1988 teve como representantes da CFDT, Roger Briesch e o próprio Denis Jacquot (3º CONCUR, 1988), nosso entrevistado. E apontava para esta urgência da CUT em se modernizar organicamente para permitir, assim, reações mais velozes no decorrer dos anos vindouros.

O papel da informação, nesse sentido, daria o ingrediente essencial para gerar no espaço próprio das centrais e dos sindicatos o conhecimento necessário e desejável para os novos desafios. Inclusive o de manter um “legado” (HEYMANN, 2009).

Não se tratava de fechar-se para o mundo. Muito pelo contrário. Tratava-se de buscar consolidar uma identidade política e social. E que, apesar das pluralidades de tão diferentes trabalhadores, regiões e especificidades de seus ofícios, não deveria alcançar um meio de correlação entre diferentes grupos e indivíduos que tivessem como espinha dorsal apenas a circunstância, mas sim que através de “sentimentos comuns” (DHURKEIM S/D *apud* BOURDIEU, 2000: 81) fossem possuidores de uma dada capacidade de produção coletiva.

Capacidade esta que apenas se aprimoraria ao longo da década seguinte. Os encontros e participações da CUT com outros organismos internacionais — dando especial destaque aqui para a relação com a CFDT — apontavam, apesar das dificuldades e derrotas sofridas nos anos noventa, para diálogo que se manteve e, portanto, viabilizou esse aprendizado com as experiências plurais do movimento sindical global.



Figura 22: Quatro capas da Revista Textos para Debate: internacional, realizada em parceria da CUT e da CFDT. As quatro revistas são dos anos de 1992 (primeiro número), 1995, 1997 e 1998. **Fonte:** Arquivo do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC).

O primeiro número da publicação periódica acima é apresentado pelo Secretário de Relações Internacionais da CUT: Osvaldo Bargas. Nele o então secretário em exercício aponta para a importância do desenvolvimento internacional das capacidades e atuações da CUT através de seminários, publicações e demais tipos de suportes destinados ao acesso à informação e à própria história sobre o movimento sindical internacional.

Até aqui, fechemos o parêntese pleiteado anteriormente. Após compreendermos — mesmo que brevemente — a implicação das relações existentes entre a CUT e a CFDT e deixarmos evidente o intercâmbio dessas experiências, do aprendizado e da circulação

de idéias presentes, a missão de Conraud passa a adquirir um significado mais singular e de notório registro para a pesquisa aqui realizada.

Seu objetivo foi o de assessorar o projeto de reconstrução da memória sindical no Recife, no estado de Pernambuco. Um projeto como este, de “reconstrução” de uma memória diz muito para o investigador atento. Basta articularmos o cenário político brasileiro, ainda um tanto “turvo” pelo fantasma do regime civil-militar, com o fato dos sindicatos buscarem reconstruir sua memória (sabendo que parte desta será justamente balizada através das lutas contra aquele regime de exceção findo recentemente). Se organizando, inclusive, no plano internacional.

Conraud atuaria inicialmente através da CUT regional de Pernambuco, em quatro sindicatos: dos professores particulares, dos estivadores, dos trabalhadores de serviços urbanos e também no sindicato dos telefonistas (SINTEL). Entretanto, isso não impediu que outras instituições e grupos requisitassem seu apoio através do mesmo projeto, realizado pela CFDT e pelo Instituto *Belleville*¹¹⁷, além do suporte dado pelo *Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques* (GRET)¹¹⁸ e pela *Fondation pour le Progrès de l'Homme* (FPH).¹¹⁹

Este foi o caso da Associação de Empregados da Embratel (ABET) do Rio de Janeiro e também do Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Carvão e Mineral do Estado de Pernambuco. Exemplificados abaixo.

Ao tomarmos conhecimento do projeto [...] junto a alguns sindicatos do Estado de Pernambuco, ficamos sensibilizados em desenvolver um trabalho análogo no Estado do Rio de Janeiro. (ABET, 1988).¹²⁰

Conhecedores da aprovação do projeto de resgate da memória do movimento sindical de Recife – PE; pela Fundação para o Progresso do Homem [...] despertou-nos o interesse em conhecer a nossa própria história [...]. (Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Carvão e Mineral – PE, 1988)

¹¹⁷ O Instituto *Belleville* foi criado pela CFDT com o intuito de realizar projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento e estruturação de organizações sindicais de países emergentes, em desenvolvimento ou em fase de transições políticas e econômicas. Seu objetivo visa à formação de um sindicalismo livre, independente e democrático.

¹¹⁸ Grupo de Pesquisas e Intercâmbios Tecnológicos.

¹¹⁹ Hoje conhecida como *Fondation Charles Léopold Mayer pour le progrès de l'Homme*.

¹²⁰ Carta enviada pela Associação de Empregados da Embratel no Rio de Janeiro (ABET) ao grupo de pesquisas e intercâmbios tecnológicos (*Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques* – GRET).

De fato, estas fontes acabam por sustentar a afirmação de um jornal da época. De que alguns personagens do movimento sindical começavam, ao menos, a tentar “trilhar novos caminhos” (JORNAL DO COMMERCIO, 1989). Esta era a afirmação em matéria do Jornal do Comércio de 15 de abril daquele ano. Novos caminhos, onde a supervisão do projeto seria realizada por Conraud.

O projeto buscava, através da relação existente entre CUT e CFDT, o auxílio e o “*savoir-faire*” da confederação francesa no que concernia a possibilidade de solidificar na estrutura orgânica da CUT e dos sindicatos brasileiros uma política de arquivo e de memória.

Os sindicalistas do Recife e São Paulo, que desenvolvem um trabalho semelhante, solicitaram que eu viesse assessorá-los e por isso estou aqui. Já mantive contatos com vários representantes sindicais para incentivá-los a realizar trabalho de reconstituição da memória de suas associações de classe e também com universitários, associações de moradores e autoridade, como o secretário do Trabalho, Romeu da Fonte. [...] Em São Paulo ele desenvolverá o mesmo tipo de assessoria que prestou aos sindicalistas pernambucanos, com destaque especial para os trabalhadores rurais. [...] o projeto que vem desenvolvendo no Brasil está sendo financiado pela Fundação para o Progresso do Homem, uma entidade filantrópica franco-suíça, e foi enviado do Instituto Belleville, organismo não governamental ligado à CFDT. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1989).`

Em relatório de suas realizações no Brasil, Conraud assinalou aos organismos franceses aos quais ele estava ligado sua percepção quanto aos sindicatos motivados de uma maneira geral. Destacava também o interesse do sindicato dos professores, dos estivadores, e da própria CUT regional que lhe dava apoio em campo. Segundo ele, a mesma estaria “sensibilizada com a questão da memória” (CONRAUD, 1989).

Durante sua missão no nordeste, Conraud registrou ainda algumas análises sobre a condição daqueles sindicatos. Segundo ele, ainda que a preocupação e o cuidado com a

memória fossem visíveis em todos os locais visitados, tal afirmação não sobrepunha as dificuldades e singularidades enfrentadas em cada caso.

Assim como o sindicato dos professores e o de serviços urbanos — descrito na época como dos “urbanitários” —; os quais apresentavam um interesse pelo tema, cuja organização de parte de seus acervos históricos já estava em fase de organização com o objetivo de criar posteriormente um centro de formação sindical. Este último sindicato inclusive já estaria disponível para consulta já em 1989, destacando o acervo iconográfico bem detalhado.

Já o sindicato dos telefonistas (SINTEL) apresentava um cenário menos favorável — algo que no contexto nacional não deve ser, mesmo hoje, uma exceção para muitos outros sindicatos de diferentes setores. Afinal, grande parte do acervo de seus arquivos havia sido destruída por antigos dirigentes, segundo os relatos obtidos pelo pesquisador francês durante sua ida ao sindicato. Isso acarretaria no recolhimento da memória através da oralidade, tarefa igualmente árdua e difícil. Quanto aos estivadores, Conraud considerou ser esta a experiência que marcava sua visita ao Brasil.

O contato mais original. Os estivadores haviam se colocado em greve e mais de vinte participaram da reunião dirigida pelo presidente do sindicato: Adeildo Paraíso da Silva (...). Aqui também encontrei um grande interesse na reconstituição da memória. Os estivadores são orgulhosos de pertencer a este que será o sindicato mais antigo. Ele foi criado em 1981. (...) O trabalho de salvaguarda *da memória* (grifo meu) começou. (CONRAUD, 1989: 08).¹²¹

O cenário acadêmico, por sua vez, não foi renegado na passagem de Conraud pelo Recife. Lembremos que em 1989 já havia arquivos, centros e outros grupos destinados ao estudo do mundo do trabalho pela perspectiva acadêmica.

¹²¹ Tradução livre do autor: « *C'est le contact le plus original. Les dockers venaient de se mettre en grève et plus d'une vingtaine ont participé à la réunion menée par le Président du syndicat: Adeildo Paraíso da Silva (...) Là aussi, j'ai trouvé un grand intérêt à la reconstitution de la mémoire. Les dockers sont fiers d'appartenir à ce qui serait le plus ancien syndicat. Il a été créé en 1891. (...) Le travail de sauvegarde est commencé.* »

Seu itinerário revela a passagem por grupos de pesquisadores, como da Fundação Joaquim Nabuco cuja possibilidade de parcerias com a Biblioteca de Documentação Internacional Contemporânea de Paris (*Bibliothèque de documentation internationale contemporaine* - BDIC) esteve em pauta, assim como o contato com professores de universidades federais de Pernambuco. Outros grupos, como associações de moradores, e de outras atividades ligadas à prática e à comunicação sindical, revelam o intenso trabalho realizado no decorrer do curto período deste sindicalista francês.

Nos anos seguintes as práticas realizadas sobre a memória não se extinguiriam. Entretanto, admitimos o quão difícil seria neste momento conseguir mapeá-las no cenário nacional. Ainda assim, ratificamos que a vinda de Conraud ao nordeste brasileiro foi um marco. Afinal, como vimos anteriormente, seu empenho no tocante à conscientização da importância dos arquivos para o meio sindical já havia sido referência tanto para a CGT como para a CFDT desde 1983. Da mesma maneira, após sua visita ao Brasil, em 1991, Conraud publica outro artigo cujo título mostraria o tom e sua luta: “Salvar a memória sindical” (CONRAUD, 1991).

Sua militância pelos arquivos sindicais e pela memória são uma constante em sua vida e sua presença no Brasil um emblemático símbolo não apenas da circulação de idéias e informações entre a experiência brasileira e francesa, como do interesse existente em tal temática, mostrando claramente para o cenário brasileiro uma declaração de alguns sindicatos, de alguns grupos, que estavam abertos a idéia de se empenharem em uma luta pela preservação dos seus arquivos. Da necessidade de revisar suas atuações, de reaver seu passado; escamoteado pelas circunstâncias de anos mais duros. Além de pensar em sua imagem futura uma vez que não mais estaria sob jugo daqueles mesmos poderes arbitrários vividos no passado.

Nos países democráticos, a possibilidade de acesso ao passado sem submeter-se a um controle centralizado é uma das liberdades mais inalienáveis, ao lado da liberdade de pensar e de se exprimir. *Esta liberdade* [grifo meu] Ela é particularmente útil no que concerne às páginas escuras do passado destes mesmos países. (TODOROV, 2000: 132).¹²²

¹²² Tradução livre do autor: « *Dans les pays démocratiques, la possibilité d'accéder au passé sans se soumettre à un contrôle centralisé est l'une des libertés les plus inaliénables, aux cotes*

Façamos jus, portanto, às evidências de que uma proposta de criação de um centro de documentação através da CUT já se delineava desde meados de 1987 e que o final da década de oitenta se tornava evidente no debate da sociedade civil o direito à informação, antes cerceada.

Neste período emblemático o direito a informação, o direito à “verdade” — em relação ao que havia acontecido nos “anos difíceis” — passaria a ser algo cada vez mais impreterível em um palco cuja própria legislação referente ao acesso à informação também tomava forma. Segundo Célia Costa (1989), o anteprojeto de lei 4.895A/84 realizado ao longo de quatro anos e encaminhado ao Congresso Nacional em 1984 apontava para o esforço de criação de uma política nacional de arquivos, conceituando os arquivos públicos e privados e pleiteando o livre acesso à informação do que fosse considerado arquivo permanente.

Este anteprojeto foi ainda suplantado pelo projeto de lei de 1989 que seria sancionado dois anos mais tarde. Dois anos após a tentativa realizada por parte da CUT em conjunto com a CFDT e o Instituto *Belleville* naquele mesmo ano de 1989, já após as resoluções do 3ºCONCUT.

Mostrava-se aí que a presença de Conraud tinha um objetivo claro em sua visita ao Brasil, ou seja, desenvolver e assessorar os sindicatos cutistas no processo dessa tomada de consciência quanto à importância dos arquivos sindicais para o próprio movimento e para seu debate em sociedade. Dessa maneira, possibilitava um melhor esclarecimento quanto à utilização de uma política de arquivo visando atender às demandas do sindicato e de sua classe representativa quanto ao acesso à informação.

Foi neste contexto de abertura, de redemocratização e busca pelos direitos à informação que a tentativa desempenhada em prol da preservação da memória sindical no nordeste, em 1989, mereceu lugar de destaque em nossa análise. Afinal, era clara a evidência de um olhar político para a memória, além do envolvimento entre a CUT e a CFDT nesse projeto. Prática que evoca uma idéia compartilhada: de que “a informação está no

de la liberté de penser et de s'exprimer. Elle est particulièrement utile en ce qui concerne les pages noires dans le passé de ces pays mêmes. »

coração da ação sindical. Nós afirmamos [...] que não há ação sem informação” (CFDT, 1973).

Através dessa afirmação, podemos crer que aquelas ações realizadas traziam consigo claramente uma busca desses sindicatos pela legitimidade. Afinal, naquele mesmo ano — é bom apontarmos —, o primeiro ano de eleições diretas, a candidatura de Luis Inácio Lula da Silva à presidência da República mostrava nesse mesmo ato, igualmente uma busca pela legitimação política além de histórica.

Nesse sentido, seria a memória parte dos elementos que comporiam — por que não? — o conjunto de “formas de poder que não exercem a soberania, que não exploram, mas que conduzem” (FOUCAULT, 2004: 203).¹²³

Conduzem no sentido de que a memória, tanto quanto outras práticas e realizações sociais e políticas, atua igualmente na “ação social” (WEBER, 2004) seja ela individual ou coletiva. Campo claro de disputas presentes nos grupos sociais, nas instituições e no próprio Estado, utilizando-se dos seus elementos simbólicos e compartilhados pelos personagens que não apenas compõem tais grupos, como são eles próprios em seu conjunto parte da sociedade. E que participam dela no decurso do exercício do poder. Não seria então a memória também parte desses elementos presentes no que Foucault nomeou como *gouvernementalité*? (FOUCAULT, 2004). Cremos que sim. Afinal se partirmos do pressuposto que somos parte deste Estado contemporâneo, erigido desde a experiência política do Estado Moderno, então, igualmente sabemos de nossa possibilidade de ação em meio a toda sua pluralidade de formas de governo. Formas nas quais todos nós atuamos de maneira mais ou menos participativa e ratificadora, e onde a memória também possuirá um papel importante no imaginário social e político, ao passo que ali nos encontramos juntamente com seus códigos e valores.

Este encontro, portanto, nada mais é que parte do processo ou meio pelo qual o mesmo possibilita governar a si mesmo (FOUCAULT, 1993: 280) e essencialmente assumir nosso papel e nosso poder junto à participação na dinâmica de relações sociais e políticas através de ligações essenciais, morais, culturais e éticas que ajudamos nós mesmos a manter. Em uma economia *lato sensu* de nosso próprio eu onde a memória é elemento fundamental.

¹²³ Tradução livre do autor : « *formes de pouvoir qui n'exercent pas la souveraineté et qui n'exploitent pas, mais qui conduisent.* »

Elemento de identidade, sobretudo. Pois, se por um lado pudermos considerar o sindicalismo francês dono de uma “história conturbada, rachada por conflitos entre sindicatos ligados a diferentes correntes partidárias e ideológicas” (RODRIGUES, 2002: 45), o caso brasileiro possui algumas familiaridades no que tange a uma história de fissuras, de altos e baixos e, mais recentemente de ruptura com tudo que representou o movimento sindical “conservador” dos anos sessenta.

Uma marca que — como aspecto de sua própria identidade — se buscou conservá-la no sentido político e ideológico, mesmo que com suas nuances discretas, até onde possível de maneira a preservar seus aportes sociais e simbólicos, dos quais se permitiria “reconstruir” um passado comum (HALBWACHS, 1994: 279). E este foi, talvez, um dos temores experimentados por diferentes sindicatos; o de despertar-se desmemoriado, irreparavelmente esquecido por suas capacidades ultrapassadas e, portanto, irreconhecível no meio social no qual ele havia se estabelecido.

A respeito disso, uma proposta para essa “sobrevivência” pode ser destacada ao falarmos da presença e emprego de uma “memória comunicativa” (ASSMANN, 1995) capaz de atuar não apenas no conjunto de personagens que se envolvem coletivamente em movimentos, instituições e demais espaços, como no dia-a-dia e nas relações privadas. Afinal, se a preservação e a guarda de uma memória são importantes para a vida social do grupo, a potencialidade da transmissão, do ato da comunicação, traduz-se na capacidade vital de assegurar uma “identidade resiliente” face às constantes mudanças do mundo que os cerca.

Escolhemos o adjetivo resiliente, pois, diferentemente de outros já dados em diversas contribuições para esta querela, a capacidade da resiliência contribui em muito para nosso olhar sobre o cenário brasileiro. Poder passar por adversidades algumas vezes intermitentes e poder manter sua natureza essencial, adaptando-se às intempéries infligidas ao longo do tempo e da trajetória histórica e social sem romper sua estrutura mais sutil. Aquela onde habita o conjunto de lembranças e significados que o identificam para a sociedade e para si mesmo. “Nem a memória, nem o esquecimento podem ser absolutizados. Toda sociedade humana tem a necessidade de conjugar os dois.” (GUILLEBAUD, 2006: 59).¹²⁴

¹²⁴ Tradução livre do autor : « *Ni la mémoire ni l'oubli ne peuvent être absolutisés. Toute société humaine a besoin de conjuguer les deux.* »

Esta característica mostra a possibilidade de concatenarmos duas ações naturalmente vistas como opostas. A de mudar, adaptar-se ao tempo e às novas formas do espaço (seja qual for) e a de manter para além do que lhe é imposto, um corpo essencial, saudável do ponto de vista social. Corpo este que é formado pelos valores ou símbolos, discursos e memórias que lhe servem como base e eixo de sua vida social e política. E isto é que, quando dito nas palavras de Jacquot no capítulo anterior¹²⁵, pode representar o valor da memória onde a mesma poderia ser vista como uma capacidade de resiliência.

O jogo entre memória e esquecimento é a razão entre a deformação e o ponto máximo de resiliência suportado por um determinado grupo, ou indivíduo, que se reconhece naquela experiência pretérita. No entanto, sabemos que isso não qualifica nem a memória nem o esquecimento como bons ou maus elementos do ser social. Eles fazem parte dos extremos de uma mesma trajetória cujo homem pendula em sua vida social. A questão que fica, portanto é: quando podemos considerar qual é o mais salutar, se às vezes é preciso resistir, enquanto em outras o rompimento se torna necessário? Ricoeur (2000 *apud* BAUSSANT, 2006: 23) assinala que o esquecimento também pode ser benéfico quando este se apresenta como o último estágio de uma memória reconciliada, apaziguada.

O equilíbrio entre memória e o esquecimento deve se fazer objeto de uma enquete permanente; de um esforço constante e de uma análise crítica. Este equilíbrio deve ser realizado constantemente, reajustado ou restaurado. (GUILLEBAUD, 2006: 61).¹²⁶

Para o caso brasileiro, e mesmo para o francês, persistir às mudanças e às fragmentações impostas pelas mudanças da sociedade significa também equilibrar-se em meio às instabilidades e, até mais, (entre outras ações) resistir no plano político pela sua identidade e pela garantia de que sua historicidade não seja ocultada, assegurando o acesso ao seu passado e às suas heranças. São estes os registros e, portanto, informações

¹²⁵ Ver página 102 da tese, entrevista de Jacquot (2008b: 21 julho).

¹²⁶ Tradução livre do autor: « *L'équilibre entre mémoire et oubli doit faire l'objet d'une quête permanente, d'un effort constant et d'une démarche critique. Cet équilibre doit être sans cesse établi, réajusté ou restauré.* »

que podem auxiliar no processo de “autoconservação” (HONNETH, 2003: 31) na paisagem social e historiográfica de um grupo social ou indivíduo.

A metáfora do equilíbrio é, portanto, o próprio ato de se conservar a memória. Produzindo-a se necessário através da fala, da escrita, da imagem, ou qualquer outro meio quando evocados devido às necessidades do presente. Este processo, no entanto é complexo, pois devemos saber — ao menos para indagarmos os nossos objetos desta tese — que o contexto no qual tal memória é produzida e mantida nos diz muito sobre seus porta-vozes. Assim como os invólucros institucionais que os protegem (CUNHA, 2005: 08) dando sentido à lógica de valores e à sua historicidade. Isto não é diferente no Brasil ou na França, pois o processo de desenvolvimento, de criação, e de proteção da memória atende a uma dinâmica similar. Ainda assim, quando falamos de sindicalismo sabemos que os contextos históricos são evidentemente diferentes.

Para ambos os casos, entre muitas outras estratégias e desenvolvimentos, se a memória manteve-se como elemento importante; a diferença reside, mesmo hoje, na prioridade dada. Ainda mais quando nos deparamos com a impossibilidade provinda de recursos limitados. Por isso que o papel dos agentes sociais ali envolvidos muitas vezes acabou por se tornar decisivo devido às suas ações individuais.

Essa coisa de memória, isso aí [...] ela não está na cabeça da instituição, no conjunto da direção. Ela tá na cabeça de pessoas. Pessoas que brigam permanentemente para que essas coisas aconteçam. Então em determinado momento... você tem momentos que você sensibiliza mais as pessoas, que elas investem mais, outras vezes menos. Mas você pode ver, por exemplo... O movimento sindical brasileiro não tem memória. Né? O que tem é muito pouco. E o que você tem são iniciativas pontuais. Certo? [...] Mas você viu essa coisa da memória na Europa? Eu sei que nos ajudou muito, porque nós quando fomos lá, nós fomos atrás disso também. [...] **Eu fui.** Mas porque que eu fui? Porque eu já fazia isso antes. [...]. (BARGAS, 2009: 27 julho).

Bargas possui nitidamente algumas características que o identificam aos chamados “guardiões da memória” (HAMMERSLEY e ATKINSON, 1994). Sua busca pessoal pela preservação do passado contagiou alguns de seus companheiros contemporâneos e por vezes acabava por contribuir na formação de muitos outros.

O fato é que muito da memória, apesar dos esforços realizados, ainda se perde. Há uma produção do conhecimento possível que ainda é, em sua visão, insuficiente. Conhecimento este que denunciaria a importância da preservação da memória no âmbito das disputas realizadas e para a legitimação política do movimento.

Você vai a Israel na HISTRADUT; poxa, aquilo que tem é fantástico! Memória... Os cartazes [...] Você sabe que, uma coisa... Se você for perguntar [...] jamais vai contar essa história porque não sabe. Deveria saber... Certo? Quando eu fui na Europa todos os sindicatos estavam fazendo uma campanha pelas 35 horas, jornada de 35 horas. Nós aqui estávamos fazendo 48 horas [...] e na Itália e na França eu percebi como que eles faziam uma campanha muito mais acirrada sobre isso. A campanha era uma campanha de marketing! [...] eles faziam uma coisa mais profissional. E na Itália eu peguei todo o material de campanha deles [...] o que eu fazia? Eu enrolava os cartazes deles e trazia tudo isso pra CUT. Tudo, todos os temas eu trazia. E quando nós chegamos aqui em 1985, numa viagem que eu fiz na Europa, eles tinham uma campanha que se chamava assim... é... Como é que é... “Pra viver melhor”. [...] E aí tinha assim um cartaz que tinha umas crianças [...] que dizia assim: “papai, dá um tempo maior pra mim?” [...] E era pra redução da jornada de trabalho. [...] Aí, quando fazia congresso, aí fazia assim: “reivindicações”. Eram vinte pontos... Solidariedade a Nicarágua; contra os patrões; redução da jornada de trabalho; reforma agrária [...] Eu falei, pessoal vamos só decidir, só uma coisa, só. [...] e eu me lembro isso porque o Lula fazia essa crítica, numa conversa com o Lula eu escutei ele falar isso: “Pô... quem briga com tudo, não briga com nada”. [...] Porra, eu falei, o Lula tá certo! [...] Aí cheguei lá, convenci o pessoal. Acabou nós ficamos com três coisas que eram redução da jornada de trabalho, férias em dobro... e tinha uma outra coisa lá. Mas eu queria era a redução de jornada do trabalho. [...] Aí eu comecei a fazer um cartaz profissional; com [...] uma agência de fotografia e consegui uma fotografia [...] que era assim um garotinho que dizia assim: “papai, dê um tempo maior pra mim?” assim. [...] Uns 2.000, 3.000 cartazes pra mandar para os sindicatos. No meu sindicato os caras abraçaram aquilo. E rapaz, [...] colocou... Todas as paredes de fábrica tinham aqueles cartazes lá. [...] A *peãozada* gostava tanto daquilo lá que levava pra botar em quadro! [...] O pessoal que era da corrente mais ideológica criticava: “não, não vou levar isso aqui não [...] isso é coisa de burguês! Peão não tem um menino bonito desse! Isso aqui não é cara de peão, isso é cara de burguês!” [...]

Então, eu fiz esses cartazes. Rapaz, isso levou a uma greve no ABC de 54 dias; pela redução da jornada de trabalho. Em 1985 nós conquistamos a redução da jornada de trabalho para 44 horas. Em dezembro de 1985 os metalúrgicos de São Paulo [...] conquistaram um acordo coletivo. Em 1988 isso já era uma prática em quase o Brasil todo. [...] Em 88 veio a constituição [...] Então a conquista das 44 horas se originou em que? Numa campanha [...] lá na Europa. Entendeu? Que passou pelo ABC [...] e conquistou na raça, ali na briga, mas porque se sensibilizou. [...] Então, se você for perguntar isso hoje nos movimentos sindicais [...] eu tava conversando com... com quem?... [...] que o cara falou assim: “**Ó!... Essa porra aqui! Nós começamos com um cartaz do Bargas!**”... Aí eu falei: “caramba!”... O cara sabe... e ele é um dirigente novo; ele viu em algum lugar. Mas hoje ninguém sabe disso não... Então essa coisa da memória... Quantas pessoas ainda sabem disso?... [...] (BARGAS, 2009: 27 julho).

Mesmo assim, Bargas não nega que os avanços nesse campo de se pensar o papel da memória nos sindicatos não tenha crescido em comparação à realidade passada. De fato muito foi realizado, principalmente no tocante à memória institucional, ainda que em seu julgamento não seja o suficiente no compasso da passagem do tempo e das mudanças ocorridas diariamente.

Isso mostra o quanto o desenvolvimento desta “cultura da memória” faz parte de um processo cuja tomada política do terreno simbólico, representado pelo uso da memória se fez importante desde meados nos anos noventa e, principalmente, alcançou sua visibilidade durante os anos 2000.

Ao construir e administrar um laço afetivo intimamente relacionado à esquerda brasileira e ao mundo dos trabalhadores essa fonte vital se apresenta como uma memória heroicamente resgatada do esquecimento. E em seqüência, buscando atrelá-la à experiência histórica de maneira que possa ser partilhada pela classe trabalhadora brasileira, pelas suas instituições sindicais e o restante da sociedade civil com a legitimidade necessária.

Esta ocupação política do espaço social militante vinculado à CUT e aos sindicatos aqui apontados é um espaço que buscaram torná-lo *de memória*, ameaçado pela própria estrutura em constante mudança. As transformações dos últimos quinze anos acabaram

por mostrar àquela central e seus agentes que a organização de sua instituição e das ações realizadas por seus militantes passava pelo reconhecimento de seu valor histórico. Tornar-se-ia urgente para o esteio de suas práticas futuras a busca por tirar da poeira sua trajetória através daqueles que os haviam legitimado durante o processo de lutas contra um Estado que tentava abafá-lo. Somente pela memória, isso poderia surtir o efeito desejado.

A partir daí a particularidade da memória (RÉMOND, 2006: 101) daria o substrato necessário para, em seu dever ético e cívico, tornar públicas as vozes e demais experiências que nem sempre puderam estar vislumbradas na construção historiográfica oficial. Uma nova história possível, agora enxertada de uma versão fortemente reproduzida e reconhecida no campo político e social, entrelaçada à passionalidade da memória dos trabalhadores concedendo a eles um capital jamais imaginado.

4.3 - projeto de memória e documentação no espaço sindical brasileiro: o resguardo de uma identidade construída a duras penas.

O pleito em conquistar espaço neste campo político e social precisaria ser pensado, adotando estratégias e meios de validar as conquistas adquiridas e as que estariam por vir. A busca pela comunicação, pela informação e por seqüência, pela valorização da memória foi de fato uma das diretrizes que atenderam aos “desejos e motivações” (BOGO, 2008: 181) presentes desde o início dos anos noventa e se aprofundando a partir dos anos 2000. Talvez até antes. Se considerarmos a origem humilde, no departamento de informação do SMABC, do que mais tarde conheceríamos como TV dos Trabalhadores (TVT).

Eu sou militante desde 1976 [...] meu pai era metalúrgico [...] e eu sempre fui militante sindical. [...] aí quando eu comecei a militar de fato em 1981, que eu comecei a viver a vida sindical. Eu via o Lula sempre preocupado com memória. Então em 1982 lançou o “Linha de Montagem”, veio o Chico, veio o pessoal... Foi o primeiro documentário retratando, colocando os metalúrgicos ali como protagonistas, entendeu? O Lula sempre fez essa colocação. De que ele chamou o Renato, Jorge pra estar registrando. “Traz sua câmera e vamos filmar

isso aí” Ele já achava importante. O primeiro congresso das mulheres metalúrgicas ele já tinha registrado. [...] registrando, fotografando... [...] E em 1984. 1983, 1984. O Lula foi pra Alemanha e ganhou uma câmera VHS... E ele falou “o que eu vou fazer com essa câmera?” E ele doou **para o sindicato** essa câmera. Então a partir da campanha salarial de 1984, 1985, já tem alguma coisa da **memória** registrado com essa camerazinha, entendeu? (BEZERRA “BANANA”, 2009: 29 janeiro).

A estratégia da TVT era simples, porém de extrema utilidade para o movimento social da época. Ao registrarem os vídeos dos eventos realizados pelo SMABC, filiado à CUT, eles garantiam a preservação de muitos atos públicos, assembléias e demais mobilizações dos trabalhadores. Suas realizações, embora rudimentares no período pré-CUT, formaram muito do discurso e do aparato simbólico necessário para a disputa política realizada em espaços concêntricos como foram o SMABC, a CUT e o próprio PT.

E com o tempo essa idéia ganhou corpo, entendeu? Se profissionalizou. [...] e viu que a partir daí era um instrumento importante pra estar registrando o dia-a-dia, a memória dos trabalhadores. Seminários, congressos, assembléias importantes, greves importantes, campanhas salariais. Tudo, desde 1986 pra cá tá tudo registrado. Um grande material de memória aí, que hoje em dia tá sendo digitalizado pra disponibilizar pros estudantes, para a sociedade como um todo. Pra tá fazendo pesquisa dessa memória metalúrgica, entendeu? (BEZERRA “BANANA”, 2009: 29 janeiro).

Já desde o 2ºCONCUT, ocorrido no Rio de Janeiro em 1986, uma das requisições da central era a democratização dos espaços de telecomunicações (2º CONCUT, 1986: 64). Algo que tendeu a ser uma longa aspiração. Mas que também mostrava haver desde antes alguma estrutura que, já conhecida no meio da militância e da luta sindical, era reconhecidamente possível de ser mais bem explorada.

Alguns anos se passaram e a requisição permanecia em suas resoluções. Os anos noventa trariam consigo a certeza maior de que o campo de disputa pela informação

continuará a cada passo mais imprescindível juntamente com o avanço das comunicações e das tecnologias que começavam a aportar no Brasil.

A CUT, como todo o movimento sindical e popular, precisa atentar com urgência para o fato de que nada mudará neste país se também não houver mudança na comunicação. [...] Portanto, o campo de informação é estratégico para mudar a relação de dominação existente. [...] O diagnóstico realizado durante o 1º Seminário de Política de Comunicação, que aconteceu em julho de 1990, mostrou, no entanto, que a CUT não tem uma comunicação organizada, contrariando o caráter de uma central sindical. [...] A comunicação sindical continua sendo panfletária, usa uma linguagem pobre e ufanista. A informação, matéria-prima da comunicação, é relegada a segundo plano e, em muitos casos, é esquecida. [...] A informação não flui dentro da Central, da Central para fora e muito menos de fora para a Central. (4º CONCUT, 1991: 43- 48).

Uma das resoluções foi justamente a de criar um aparelho institucional capaz de “fazer sua coleta de informações e garantir a circulação das mesmas, interligando as diferentes instâncias dentro da CUT.” (4º CONCUT, 1991: 48).

Nos anos seguintes foram realizados dois eventos seguidamente. Estes buscavam contribuir de maneira teórica e prática com a formação daqueles que seriam os primeiros profissionais orgânicos a buscar discutir, debater e implementar uma cultura de memória possível quanto aos documentos, às imagens e demais registros em diferentes espaços e diferentes realidades ligadas ao meio cutista. Foi então que, em 05 de novembro de 1992, a Secretaria Nacional e Estadual de Formação da CUT realizaria o “Seminário sobre Memória e História Oral”.

Com o objetivo de apontar subsídios para o Programa Nacional de Memória e Documentação da CUT e debater a importância e viabilidade do trabalho com a História Oral, para resgate e sistematização da memória da CUT. (JORNAL DA CUT – SP, 1992: n°79).



Figura 23: Colagem dos periódicos citados acima, do cartaz do evento e de exemplo de texto utilizado, 1992. Fonte: Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Centro de Memória CDeM.

O evento foi noticiado através de outros periódicos do meio, como o *InformaCUT* (1992) e o *Quinzena CPV: opinião, análise, informação* (1992), garantindo assim uma circulação no meio militante da proposta que contava com a participação de agentes da área acadêmica para debater e discutir textos com os inscritos na intenção de formá-los minimamente para a concepção do valor da história e da memória para a estrutura sindical.

Em seguida, já em setembro de 1993, um segundo encontro foi formado, agora visando à instrumentalização teórica e prática dos grupos formados para atuação frente à composição de uma “Política de Memória e Documentação”, visando a criação de arquivos possíveis nos espaços militantes, evidenciando assim um crescimento gradual do sentimento de angústia em relação ao passado. Mas também deixava claro o posicionamento quanto ao valor político que deveria ser outorgado à memória sindical.

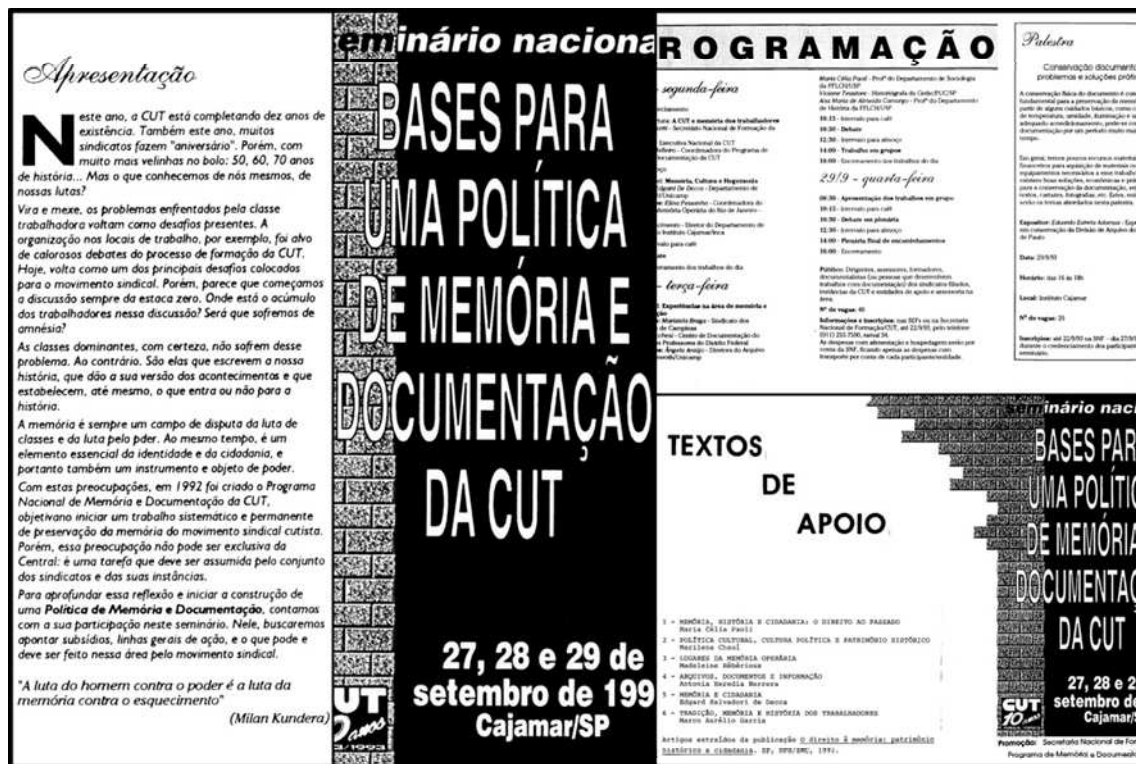


Figura 24: Colagem com as páginas do panfleto de divulgação do evento ocorrido, 1993. Fonte: Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Centro de Memória CDeM.

Havia, portanto, uma rede se estabeleceria claramente. Onde pesquisadores ligados às instituições universitárias como USP, UFRJ, AEL e Unicamp, PUC de São Paulo, UFF e CPDOC atuavam conjuntamente com a própria CUT, o CPV e o Instituto Cajamar, buscando colaborar para a formação e reflexão sobre o papel da História Oral no processo de preservação da memória sindical e sobre uma política de memória e da importância da documentação.

Os dois eventos contribuíram para aprimorar a formação dos intelectuais orgânicos e demais agentes sociais vinculados à militância e à problemática dos arquivos e da memória para a classe trabalhadora e suas instituições representantes. De fato, não apenas a imagem do arquivo ganhava destaque, como todos os meios de uso e guarda da informação acabaram sendo aproveitados.

Em 1990, no lado econômico. De fazer greve pra nós; ela dá uma diminuída em relação aos anos 1980. [...] porque é o momento que o sindicato tem muita

tensão com o Collor [...] foi de crise. Mas ao mesmo tempo, de memória, foi muito importante porque nós registramos tudo. Então nós temos seminários na íntegra sobre como sair da crise; temos vigílias [...] hoje o sindicato tem essa memória dos anos 90 bem guardada, né? [...] as demissões, as eleições do Fernando Henrique, o Impeachment do Collor; a própria eleição do Lula [...] então o sindicato na questão da memória nos anos 90 foi bem legal. Nós também já tínhamos equipamentos melhores, mais profissionais, [...] embora o foco fosse outro, acabou fazendo-se a memória. [...] (BEZERRA “BANANA”, 2009: 29 janeiro).

“*Fazer memória*” ele dizia. Certamente uma expressão interessante para se refletir, principalmente ao considerarmos a idéia de “metamemória”, exposta em Candau (2005: 79), como reivindicativa e representativa do que se supõe ser do indivíduo ou do grupo. Ou seja, elemento fundamental na manutenção da identidade individual e/ou coletiva uma vez que se reconhece o papel e o uso dessa memória para si.

Para aquele militante da TVT, envolvido no movimento sindical desde os anos setenta, era claro para ele seu papel histórico. Assim como já havia se tornado contundente sua leitura das realizações passadas que pela falta de recursos ou orientações necessárias haviam se perdido definitivamente.

Eu me lembro várias vezes que o Chico Mendes veio aqui nos congressos da CUT e ninguém parou pra fazer uma entrevista com ele, pra perguntar sobre a Amazônia. Dentro da TVT. Eu tenho uma entrevista com a Marina [Silva] em 1986 no congresso no RJ que ela tava ali na UERJ [...] sentada e ela se identificou: “eu sou professora lá de Rio Branco no Acre”; hoje é senadora. [...] Você pega o Jacques Wagner que nós entrevistamos lá no RJ, ele era delegado petroquímico, hoje ele é governador da Bahia; você pega o Marcos Maia, que é metalúrgico lá de Canoas, hoje ele é deputado federal. Então nós fizemos 20 e poucos anos atrás. Hoje as pessoas estão dentro do parlamento, dentro do executivo... [...] é que lá atrás a gente não pensava... Temos discurso do Prestes que já faleceu. É pro futuro... [...] (BEZERRA “BANANA”, 2009: 29 janeiro).

O “Banana” da TVT, claramente consciente da urgência do registro do fato, mostra saber que a cada passo documentado, registrado em áudio ou vídeo, o futuro daqueles acontecimentos poderá permear a memória de todos. E ao realizar esses registros, ele sabia estar também os salvando do acidental desaparecimento da história.

Este desejo arquivístico em criar estas “fortalezas” contra o depauperamento das evidências sobreviventes ao tempo e à política de censura ainda recente acabou por revelar consigo uma suspeita contra o Estado e, portanto, contra os seus mecanismos em voga.

Os eventos realizados nos anos de 1992 e 1993 buscaram, portanto, levantar esta questão enquanto ferramenta necessária no jogo de disputa pelo poder em diversas frentes e teve como parâmetro algumas experiências já realizadas em outros sindicatos.

Ademais, a pauta daquele último encontro tinha uma intenção mais pragmática quanto aos resultados dali obtidos. Estabelecer uma “Política de Memória e Documentação”. Mas em quais moldes? Não muito diferentes daqueles vistos por nós no capítulo anterior. Pautava-se em criar os meios necessários para o movimento sindical atuar como porta-voz de sua própria história.

Ou seja, o de contribuir para o debate histórico, viabilizar o acesso à informação pela sociedade, tornando-a pública e desenvolvendo uma rede entre diversos setores empresariais, universitários e sindicais; estimulando militantes, capacitando-os; e contribuindo com o desenvolvimento de pesquisas em áreas acadêmicas ou não.

O acesso às informações se tornou o passo a ser exaustivamente trabalhado da maneira que fosse possível. O aproveitamento do acervo documental para a formação se tornava necessária.

E os eventos ali registrados compunham essa espécie de “grupo tarefa” com o objetivo de operacionalizar corretamente (tanto do ponto de vista teórico como prático) a criação e o incentivo à disseminação de uma política de memória no âmbito militante da esquerda brasileira.

SISTEMATIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE GRUPO EM PLENARIA

- Objetivos da Política de Memória e Documentação (O que queremos)

- Recolher, organizar e preservar a memória do movimento sindical cutista;
- Recuperar e sistematizar as fontes documentais;
- Disseminar/devolver para a sociedade (tornar público)
- Desenvolver o intercâmbio de experiência (1) e informações (2) entre as diversas instâncias da CUT e outras entidades (CD's, ONG's, Universidades, etc) - rede;
- Promover capacitação na área de memória e documentação (arquivos, história oral, etc);
- Promover uma política de arquivos (gestão de documentos);
- Sensibilizar militantes e dirigentes/conscientizar para a questão de que a memória é pública;
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas (incluindo método de trabalho) em história oral).

Figura 25: Plano de objetivos estipulados para a política de memória e documentação da CUT, 1993. **Fonte:** Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Centro de Memória CDeM.

O quadro acima mostra uma grande semelhança, em suas finalidades, com o conjunto geral de idéias postas pela CGT no ano de criação de seu Instituto, em 1982. Assim como mostra também uma paridade de idéias com os objetivos da instituição dos arquivos da sede nacional da CFDT pouco tempo após.

Esta realização teve grande importância em um cenário como este que se mostra por vezes “desmemoriado.” Ainda mais quando nos deparamos com experiências nas quais muitas das cicatrizes e silêncios percebidos são provenientes de uma mesma violência. Da perseguição política e truculência intelectual vertidas em direção aos movimentos sociais que, em exegese de suas próprias condições, imposições e direitos, buscavam lutar contra a exploração e arbitrariedade instituídas e estatizadas.

Este pequeno parêntese acima busca por à mesa uma questão comum a todos, independentemente de seus espaços e tempos históricos. No que tange à preocupação com o desaparecimento dos registros, dos documentos e das próprias narrativas vivas nas lembranças de velhos militantes, possuímos todos o mesmo desejo: o de resguardar-

se moralmente dos perigos surgidos às esquinas do presente, preservando uma identidade ameaçada, passível dos riscos de sofrer mudanças que lhe farão divergir do discurso e dos símbolos que tanto buscamos preservar. Ponto este, portanto, de quebra, de rompimento da resiliência em exercício até então.

Entre as resoluções do encontro de 1993 foi decidido que era necessário se formar uma rede com representantes de diferentes sindicatos e de outros órgãos da CUT com a intenção de se executar, em nível nacional, estratégias e práticas condizentes com a intenção partilhada por ambos agentes presentes.

Uma campanha de sensibilização (algo que soa como o que Bargas disse buscar introduzir ainda nos anos oitenta) deveria ser executada através de pôsteres, cartazes, folders, sobretudo voltados para o exterior dos espaços sindicais, atingindo assim a população de maneira geral. Visando a sociedade prioritariamente; mas sem esquecer-se do espaço interno dos mesmos sindicatos. Utilizando-se do uso das mídias necessárias e possíveis.

Por certo, muitas realizações foram feitas em diferentes pontos do país. Ainda assim, mesmo que houvesse disponível o dobro das páginas até aqui escritas, não seria possível por questões lógicas de limite humano, físico e mental, de abarcar cada realização que se debruça sobre a questão da memória e da constituição de arquivos no meio sindical brasileiro durante os anos posteriores. O fato é que tudo indica que essas atividades se multiplicaram, mesmo que não ganhassem *lato sensu* grande peso político e notoriedade extra-regional.

De fato, é possível ver uma grande diferença após o 4ºCONCUT em 1991, pois foi a partir das questões ali levantadas que esse projeto de memória e documentação passou a agir com o apoio da Secretaria Nacional de Formação (SNF). A intenção era poder extirpar ao máximo o mal provindo da descentralização documental presente nas diferentes unidades da CUT.

Ainda que lento e gradual, os seminários realizados nos anos de 1992 e 1993 parecem ter dado resultados. Este claro cenário aponta não somente para o diálogo concreto entre entidades sindicais, como revela a existência de um campo maior de circulação de preceitos e estratégias partilhadas entre seus elementos. Este campo é o da própria CUT, onde se desdobra uma identidade política comum apesar da pluralidade existente em seu interior e dos obstáculos impostos através do meio externo.

A ascensão e concretização de diferentes estratégias, ao longo de menos de cinco anos, mostra confiantemente que as realizações aqui demonstradas ocorreram em paralelo a outras mobilizações diretas, no âmbito da luta sindical, que redundariam em derrotas junto ao governo de uma economia neoliberal tendenciosa ao extremo, além de privatizante, característica da era FHC.

As atividades seguintes às quais tivemos acesso mostram que os anos de 1993 e de 1996 constituem um grande divisor da inserção do SMABC e da CUT, respectivamente no desenvolvimento de uma política de arquivos mais concreta.

Estas atuações apontam de fato para o papel público que o arquivo passava a desempenhar em acordo com sua formatação no plano institucional daquele sindicato ou central que o criava e acolhia. Ainda assim a missão desses arquivos em especial era a de mover-se do espaço privado para o espaço público (DERRIDA, 2001: 13) dando visibilidade ao movimento e reconhecimento político. Isso vale tanto para o que foi conquistado no ambiente da CUT desde sua criação entre os anos de 1996 e 1999, como o que se realizou em 1993 com a criação do serviço de arquivo chamado “Centro de Documentação e Memória Lucindo Bueno da Silva” (CDeM) no próprio Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Entretanto cabe ressaltar que a memória não necessariamente depende do arquivo para prevalecer na *durée*. Mas ainda assim o papel do arquivo prevalece como de extrema importância para a memória futura, como espécie de “domicílio” (DERRIDA, 2001) que se formaria para as próximas gerações e para a produção do conhecimento histórico.

Eu também já fui jovem. E um dia alguém veio até mim pra falar sobre o sindicato. E eu era do SENAI. [...] E também sempre tivemos a preocupação de tempos em tempos contar parte da nossa história através de um jornal ou de uma revista e distribuir nas fábricas [...] De tempos em tempos é necessário contar parte da nossa história. Ou através de uma cartilha, de uma revista ou de um jornal. Mas você vira e mexe conta. E quem está na fábrica vira e mexe conta a história também. A nossa história para quem está chegando. (ISAWA, 2009: 28 janeiro).

Esse conhecimento, no entanto, não é assegurado simplesmente pela existência do arquivo. Consideremos o seguinte: que a própria institucionalização da memória é por si só um meio de tirá-la a pulsão de vida, pois ela deixa de ser criação do devir para se instaurar como lembrança oficial, desejada, daquela instituição. Se assim o for, podemos igualmente concordar que nessa institucionalização ocorre igualmente o que chamamos de seleção. Ou seja, o que será adequado ou priorizado ou de maneira mais contundente, ainda, aquilo que será arquivável e o que é descartável.

O arquivo é de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas. (FOUCAULT, 1987: 149).

Em uma lisonjeira alusão à Ricoeur, diríamos que mesmo o arquivo criado e mantido pelos personagens de um passado que por vezes se cala diante da frieza da história que escolhe não os ver, esta seleção, ainda assim, acaba por ser “injusta”. Ou seja, não há garantias. Pois, mesmo movidos pelo afeto — uma das principais características da memória postas por Halbwachs (2004) — torna possível esse pertencimento à memória coletiva do sindicato, como em qualquer outro grupo ou espaço físico ou social. O acúmulo dos enunciados não pode acontecer de maneira irrestrita, pois nesse caso cairíamos na condição caótica acima citada por Foucault. Ainda assim o sentimento partilhado pelos que são parte do grupo é, por conseguinte, o de perda, de constante e irremediável perda.

[...] tem gente que tá aqui na categoria há quarenta anos e nunca deu entrevista... O Coutinho veio fazer o “Peões” aqui, e resgatou alguns... Mas porque o Lula ganhou... Se o Lula não tivesse ganhado, fosse mais uma eleição [...] talvez não

tivesse esse documentário do Coutinho¹²⁷. Talvez não tivesse. [...] E quando fazem, vão direto naquele que é liderança no movimento sindical... às vezes na personalidade da liderança. Esquecem quem faz a história, entendeu? Esquecem os Josés, os Joões, o Zé Antonio... Esses ficam anônimos, entendeu? E a boa memória e a boa história tá nessas pessoas, são nessas pessoas. (BEZERRA “BANANA”, 2009: 29 janeiro).

Estes anônimos de que fala Josimar Alves Bezerra, conhecido no sindicato como “Banana”, operador da TV dos Trabalhadores (TVT), são em outras palavras os mesmos elementos que constituem a “alma diferente” atribuída por Isawa, durante sua entrevista, à memória viva do SMABC. O arquivo, ainda que importante, não pode preservá-la em toda sua riqueza.

A história do nosso sindicato tem uma parte, que ela tem uma alma diferente. Porque, ela gira muito ao redor de vida, vidas. São seres humanos. Cada ato, cada movimento, cada greve, cada passeata, cada piquete é... Ela tem uma alma. Tem um sentimento. E isso a gente não consegue passar e guardar, né? Mas a história do nosso sindicato ela é toda coração! Ela é toda de amor, de ódio, de alegria, de choro, de riso, de piada, de festa e de tristeza, de derrota, de vitória, mas essa alma... Quando a gente começava a pegar os depoimentos e ouvir o depoimento dos dirigentes; a história dos principais dirigentes, a gente não conseguiu pegar essa, essa alma, né? Essa emoção. [...] E isso, a gente consegue pegar no boteco, a gente consegue pegar na conversa, tomando uma cachaça e tal, mas nas entrevistas, no que tá escrito, nas fotografias, ela não aparece. [...] E com certeza você tem aí milhares e milhares de famílias que passaram por esses períodos [...] ou de uma greve, de um piquete, de uma prisão [...] ou... Quando você está diante da massa! E precisa dirigir a greve, que você tem que convencer os trabalhadores, que tem que fazer um discurso, e no discurso você tem que olhar no olho do, do trabalhador e pelo olho do trabalhador você tem que saber se você tá conseguindo ou não convencê-lo, né? Não tem essa vida. (ISAWA, 2009: 28 janeiro).

¹²⁷ Documentário realizado entre os anos de 2002 e 2004, por Eduardo Coutinho, conta o ABC paulista dos operários no chão de fábrica. Realizado com entrevistas de operários anônimos, *Peões* mostra parte da realidade dos trabalhadores ao humanizá-los diante da objetiva da câmera. Sua estréia coincidiu com outro filme: *Entreatos*, do diretor João Moreira Sales.

Sobre o arquivo do CDeM e seu sucessivo projeto, o ABC de Luta, Isawa ainda aponta para uma questão que para nós se mostra central e claramente necessária de ser observada. O arquivo atende a um senso próprio. Ou seja, detém em si seus próprios motivos, sua própria historicidade na qual encontramos os meios e elementos para discutir a questão da memória que em algum momento era selecionada, suprimida ou exaltada.

Quando o Lula foi em 78, 79 e 80 começaram as grandes mobilizações aqui em São Bernardo, no ABC, durante a ditadura começou a chover estudantes e professores e sociólogos e filósofos e... Bom, enfim. Que queriam acompanhar o movimento. Que queriam conhecer o Lula, a diretoria do Lula; que queriam... E mesmo os meios de comunicação a imprensa, os jornais, a TV... E... O armazém de informações e documentos do nosso sindicato era a Secretaria Geral. Só que, não dava para a Secretaria Geral ficar atendendo estudante, professor, pesquisador... Não dá, né? E naquela época, pouco depois de 84, 85. Quem foi o diretor geral do sindicato? Foi o Osvaldo Bargas! Ele era o secretário geral do sindicato. E as Atas de reuniões da diretoria, [...] as deliberações que aconteciam na diretoria, essa documentação toda ficava sob a guarda da Secretaria Geral. [...] E o Lula é, candidato a presidência da república em 89, 94, 98, 2001.. Ele sempre chama para o nosso sindicato a própria história dele. [...] E as pessoas tem que acreditar pra saber... [...] e vira e mexe tem um documentário, não sei o que... Agora estão rodando! O filme. [Lula, filho do Brasil]... Sempre o sindicato foi procurado [...] E a idéia de fazer o centro de documentação foi, porque, pô! Nós não podemos ficar com a Secretaria Geral com esse tipo de demanda. Nós temos que pegar e formatar isso de uma forma que possa atender aos pesquisadores, aos estudiosos. E... O Lulinha [Luis Soares Cruz, entrevistado] foi designado pra ser uma das pessoas que iria montar esse centro de documentação. Mas aí nesse caso, seria um centro de documentação “papel”. Arquivo. E depois veio o projeto de reconstruir a memória com essas novas tecnologias. [...] A idéia ela veio assim... Vamos criar um espaço com uma pessoa que a gente possa preparar e que possa atender essa demanda pública. [...] (ISAWA, 2009: 28 janeiro).

A limitação física da antiga Secretaria Geral, atrelada à ineficiência de atendimento ao público externo em meio aos tempos mais duros de extremo combate direto tornava cada vez mais próxima a necessidade de se estabelecer um local para a guarda da documentação não corrente. Se inicialmente pensarmos que o motivo da criação do arquivo não foi pensado enquanto local de proteção e consulta aos registros históricos do movimento, não parece desqualificar a ação empreendida. Pois, como havíamos dito, a historicidade dos fatos segue um sentido que não é o nosso e sim o deles que apenas se encaixa perfeitamente no tempo passado que, por natureza, é inalcançável.

A atitude de separar os dois corpos documentais e administrativos do mesmo espaço foi, em suma, a fagulha de que se necessitava para posteriormente se pensar em como ocupar e usar o espaço do, então, futuro arquivo.

A fala de Isawa nos faz ainda perceber o detalhe e validade da afirmação de Derrida acerca da existência de uma estrutura determinante do conteúdo “arquivável” (DERRIDA, 2001:29).

Esta estrutura, seja ela empregada para o presente ou para o futuro, possui um valor importante para compreendermos as sutilezas existentes no dia-a-dia do movimento sindical. Pois ela sempre detém um papel político importante.

Papel este que pode paradoxalmente ser bom ou mal, afinal, a escolha é inevitável. O que dizemos é que a escolha do que lembrar passa indubitavelmente pela escolha do que se deve deixar esquecer. E é justamente nessa alternância que obtemos boas ou más surpresas ao explorarmos um arquivo. Através dele muitas falas de personagens que sequer deixariam registro de sua passagem política são preservadas. Por outras vezes, os vestígios que procuramos não estão lá. Apagados do contínuo tempo (BERGSON, 1972) da realidade em que viveram e da rudimentar proteção, chamada de arquivo, que escolhemos manter e proteger contra o próprio futuro.

Todos os movimentos sociais, bem ou mal estão preservando essa memória deles. [...] mas eu acho que é muito lento. Nós estamos **a passo de cágado**. [...] às vezes a gente tem um militante histórico. Ele morre e leva a história consigo. Que tá lá com ele. Ele passou pra algumas pessoas e ficou só na oralidade. A gente não registrou e hoje em dia uma camerazinha poderia estar gravando a história de vida dele e estar lá dentro do computador. Se alguém lá na frente

quiser saber a história, é só ir lá e **clique** pra saber que Fernando dos Santos Tavares é o “marimbondo”. Trabalhou trinta e poucos anos na Mercedes, fez tantas greves... E ele não aparece em registro nenhum. Porque o negócio dele era contar, né? Então, pode ser que não tenha nem foto dele!. Uma ou outra foto... Mas o cara viveu toda essa história... Essa memória vai embora.... Perdemos vários. Não é só do sindicato. Às vezes tem uma personalidade, dirigente, e ele vai embora... (BEZERRA “BANANA”, 2009: 29 jan.).

Mesmo assim, o arquivo ao longo de seu papel social também viabiliza que a memória de personagens externos aos seus muros e corredores possa vir à tona ao estabelecerem contato com seus acervos quando consultados. Há muito que ser feito, não há dúvida. E talvez falte ainda instalar essa prática do uso do arquivo não apenas de maneira acadêmica, mas como utilitária e constante para o movimento e para a formação sindical. Ou seja, debates, programas, realizações junto à comunidade, o atendimento público; todas essas possibilidades de ação em conjunto com a sociedade civil que a cerca faz com que a informação circule por estes diferentes agentes e, com isso, que o conhecimento e a memória continuem a se produzir em coletividade. E esta é uma das intenções colocadas por seus responsáveis.

Seria igualmente nesta mesma linha que poucos anos mais tarde o centro de arquivos da CUT também surgiria com essa proposta de utilidade orgânica e pública. No ano de 1996 a sede da CUT muda para o Brás, bairro de passado operário de São Paulo. E com ela muda-se também a urgência de prioridades, das quais a questão documental conquistaria um plano importante.

Há aí um desafio não somente de cunho organizacional, mas também relacionado ao novo espaço físico que se apresenta. Segundo um breve histórico institucional obtido no próprio Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT, o CEDOC/CUT; a criação do próprio centro e de seus arquivos se deve à estrutura administrativa que estava em formação no processo de mudança para o Brás (CEDOC, 2001).

No decorrer dos anos localizados entre 1994 e 1996 o programa de memória e documentação, realizado em 1993, se arrefecia dando lugar no ano seguinte ao Centro de Documentação e Memória (CDM) que se manteve discreto a exemplo do vigor das realizações de 1992 e 1993. Somente após a mudança da sede para o Brás que, finalmente, na passagem de 1998 para 1999, retomava-se o assunto sobre a viabilidade e

necessidade de criação de um serviço de arquivos e um centro de memória que atendesse à expectativa da CUT em amplitude nacional.

Para a CUT o papel do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC), inaugurado no ano de 1999, foi igualmente decisivo. Recém criado a partir da extinção do defasado CDM e da fusão do Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador (INST) e do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (DESEP) o CEDOC, buscou como alvo principal de sua atuação junto a CUT a preservação documental e disponibilizar a informação aos departamentos da central quando necessário.

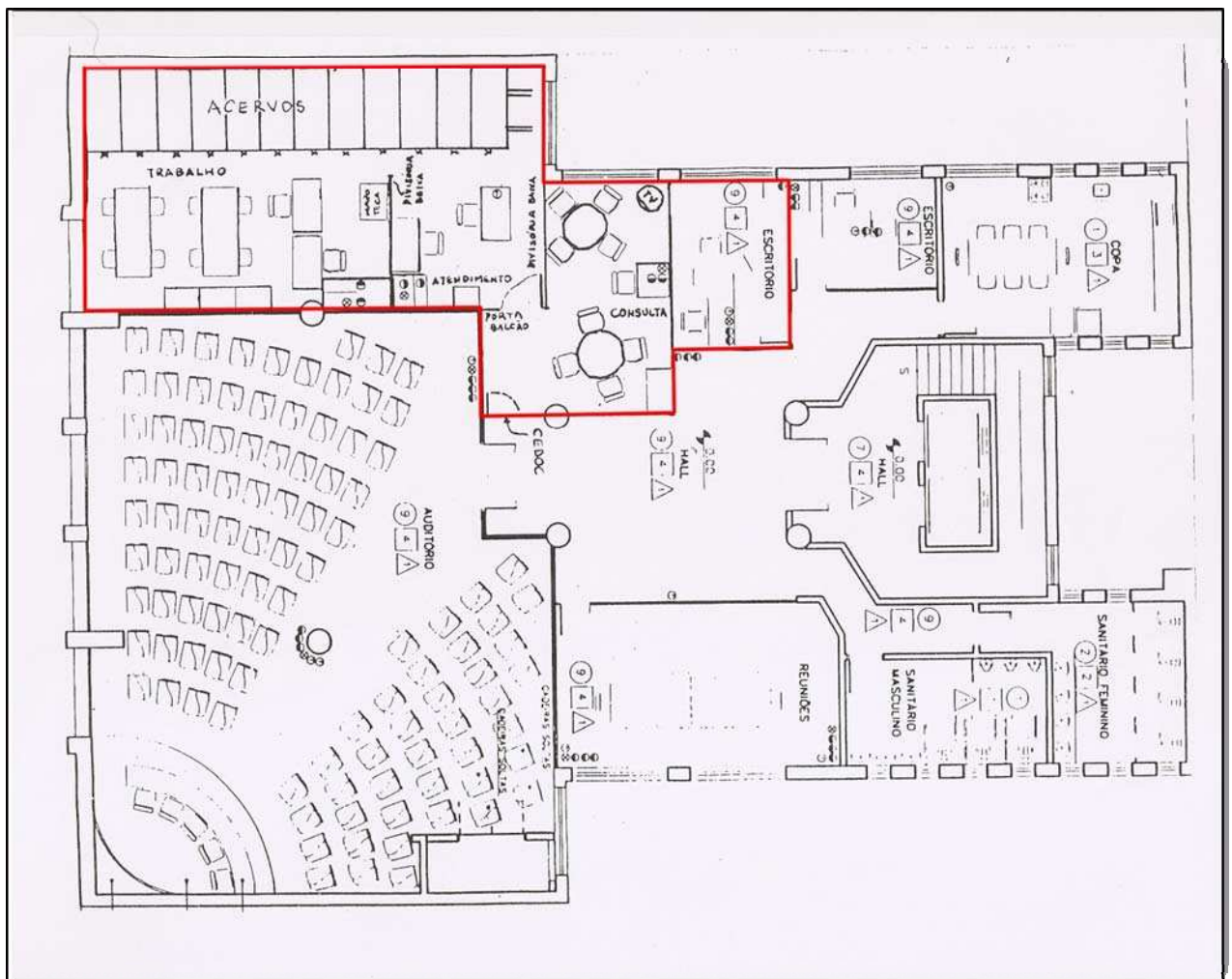


Figura 26: Planta do 1º andar do prédio da CUT, no bairro do Brás em São Paulo. Em vermelho, a área ocupada pelo CEDOC/CUT. 2001. **Fonte:** Arquivo do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC).

A ocupação do novo prédio daria ao futuro centro de memória um andar inteiro para ali se estabelecer. Além disso, juntamente com a mudança, outro espaço precisaria ser ocupado. O virtual. No mesmo ano de 1996, a CUT colocou em funcionamento seu sítio eletrônico na *internet*.

A partir dali abria-se para aquela instituição e seus personagens uma nova “janela” que, eletrônica, concederia à CUT um novo conjunto de ferramentas aptas à “construção, publicação e recepção dos discursos históricos” (CHARTIER, 2004 *apud* CHARTIER, 2009: 59).



Figura 27: Primeira *webpage* da CUT, criada em 1996. **Fonte:** publicações *InformaCUT* n° 264 de janeiro de 1997. Arquivo do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC).

Estes novos avanços mostraram que o sindicalismo estava indubitavelmente longe de sua falência. Mas sim, em um lento processo de retomada de sua força ao perceber que era necessário exercitar um olhar para fora de seus muros. E que jamais precisaria deles outra vez como nos períodos mais difíceis dos anos oitenta.

Se você não dá importância pra memória, deixa a enchente levar [...] Eu me lembro que eu trabalhava no ABC e... Era difícil você fazer... [...] na greve de 1985, a empresa soltava um comunicado interno. Falando para os trabalhadores sobre a negociação, [...] que o sindicato era muito intransigente tal; se os trabalhadores não voltassem a trabalhar ia ser descontadas férias, icr [sic], tal e tal... Aí a gente dava a resposta imediata. O que nós fazíamos? [...] Jornal do Muro! [...] Um papel pardo com pincel atômico e faziam uns seis. A empresa, não deixava colar na parede, a gente ficava segurando. Teve vez que colocou no muro [...] o pessoal saía do restaurante e dava de cara com aquele papel pardo colado no muro, e aí o cara lia. Imediatamente. A nossa versão! [...] todo mundo parava e lia, entendeu? Nós não guardamos **um** jornal desse aí. Não preservamos [...] Eu fiquei guardando [...] aí eu saí de lá, ficou dentro do armário, os caras mudaram de sala e jogaram o armário com tudo, aí: “ah, cadê o jornal do muro?” [...] “ah, aquele negócio lá jogamos fora... (BEZERRA “BANANA”, 2009: 29 janeiro).

Longe da experiência do “jornal do muro”, durante a segunda metade da década de 1990 o papel da comunicação — antes negada aos trabalhadores e aos seus movimentos — passava, portanto, a ocupar seu espaço não somente no interior do sindicato como ao seu redor e através, não importando as fronteiras. Esta foi a contribuição da ocupação do espaço virtual e, fundamentalmente, da maior visibilidade no espaço público.

Entretanto, ao passo que os meios de comunicação se estenderam velozmente em suas capacidades, também se fazia necessário o domínio da técnica do acesso à informação. Uma decisiva “volta por cima” se formaria a reboque dessas novas ferramentas, onde a informação e sua disseminação acabariam por contribuir na própria reflexão orgânica desses grupos militantes e suas instituições representativas face aos novos desafios. Este objetivo teve no CEDOC um forte aliado. Em sua proposta o CEDOC assinalava que:

[...] a preservação da memória não deve ter um cunho nostálgico, a preservação da memória não deve ser a perpetuação da história oficial, mas um permanente resgate de nossa identidade. (SOUZA, S/D: 47).¹²⁸

Mesmo que incipiente, quando do momento de sua criação, o CEDOC logo precisou passar por uma profunda reestruturação do seu espaço para receber não apenas os pesquisadores e visitantes, como para aumentar sua eficiência junto às demandas internas da CUT com a intenção de, assim, estabelecer uma política integrada de arquivos (CEDOC/CUT, 1999).



Figura 28: Arquivos do CEDOC sendo vistos pelo coordenador do centro, Antonio José Marques. Foto retirada da matéria da revista Forma & Conteúdo nº 13 de dezembro de 2006. **Fonte:** Arquivo do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC).

¹²⁸ Periódico “Forma & Conteúdo”, editado pela CUT nacional. Artigo escrito por Solange de Souza, então coordenadora do CEDOC/CUT em seu período inicial. Data provável da publicação: 1999 a 2001.

Em relação à organização básica referente ao conteúdo arquivístico do CEDOC identificamos que seu acervo possuía, ao menos em início, uma proposta de dois eixos centrais onde se classificariam os respectivos acervos: orgânicos, oriundos das atividades da própria CUT; não orgânicos, referente ao material produzido e disseminado fora do âmbito da própria central.

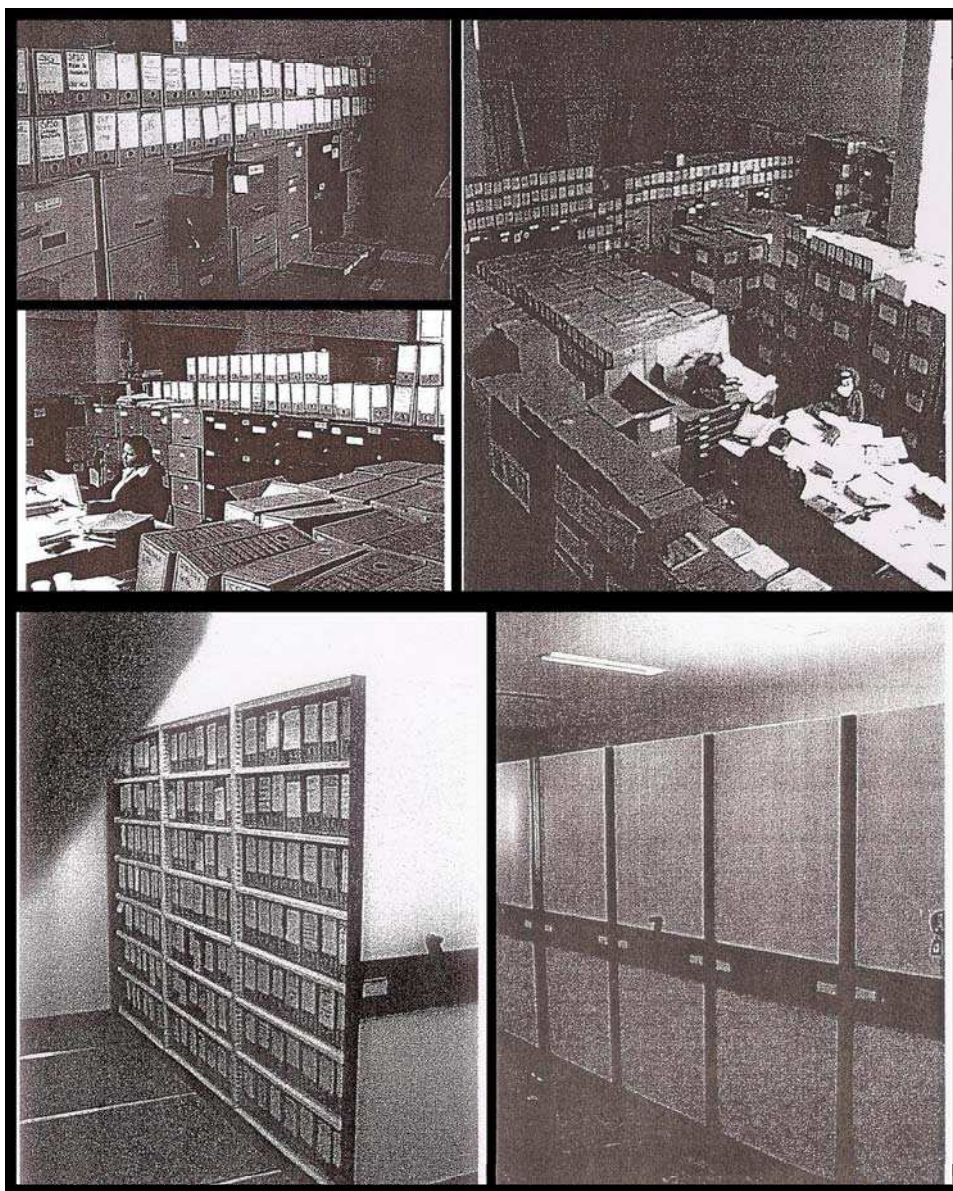


Figura 29: Colagem com imagens do arquivo CEDOC em dois momentos. Um antes, nas fotos acima. Um depois, nas fotos abaixo. S/D. **Fonte:** Arquivo do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC/CUT, S/D).

Esta organização inicial apontava para uma clara orientação de divisão do que era relacionado à CUT e o que não era, portanto, da CUT. Este controle que havia sido proposto inicialmente fazia par com a proposta do Plano de Trabalho de 2001, assinado por Antônio José Marques, coordenador desde então do CEDOC. Naquele documento reforçava-se o perfil de sua linha de acervo como sendo ligado à temática do mundo do trabalho, tendo como recorte principal sua relação com a central, além do comprometimento com o movimento sindical e particularmente o cutista (CEDOC/CUT, 2001: 19). Em outro documento o CEDOC deixa clara a sua posição política:

Os arquivos devem servir a instituição, independentemente das pessoas que com ela mantiveram ou mantêm diversos graus de relacionamentos. [...] Os dirigentes, assessores, e funcionários passam, mas a CUT foi feita para durar. Os arquivos devem ser expressão de sua duração e de suas relações com a sociedade. (CEDOC/CUT, 1999).

Em pouco espaço de tempo o CEDOC logo estabeleceu vínculos com a Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) tornando possível um intercâmbio de estagiários em História, Ciências Sociais, Arquivologia, Biblioteconomia e outras áreas do conhecimento que colaborariam não apenas com a divulgação do centro, como em seu funcionamento.

O CEDOC passou a estabelecer ainda outras parcerias importantes através de uma rede de instituições ligadas à temática dos arquivos e de sua preservação para os movimentos sociais. Seu campo editorial logo passa a produzir folhetos, mídias eletrônicas e demais publicações não somente para atender o público interno, como para suprir o público externo formado por pesquisadores, estudantes, políticos, velhos aposentados e demais curiosos do movimento dos trabalhadores.

Sua busca por estabelecimento junto à comunidade científica como centro de referência para pesquisas sobre a esquerda brasileira e o mundo do trabalho lhe rendeu até o ano de 2005 diversas parcerias das quais destacamos o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM), o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), o Arquivo Nacional (AN).



Figura 30: Folheto bilingüe de divulgação do CEDOC/CUT. Com objetivos, acervos, e demais informações. 2009. **Fonte:** Arquivo do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC).

Seu crescimento como referência se deu rapidamente no meio e suas atuações continuaram a estabelecer vínculos e outras redes com pesquisadores e representantes de outros centros e arquivos internacionais. Este processo consolidou-se de tal maneira que no ano de 2008 o CEDOC realiza seu primeiro seminário internacional sobre o mundo do trabalho e seus arquivos.



Figura 31: Capa do caderno de resumos e de programação do Seminário Internacional “O mundo dos trabalhadores e seus arquivos”. Realizado em setembro de 2008. **Fonte:** Disponível em <http://www.an.arquivonacional.gov.br/seminario/>. Acesso: 04 de fevereiro de 2010.

Consolidava-se aí um espaço importante no que tangia à institucionalização da representação e do discurso histórico ligado à CUT e à sua trajetória. Em âmbito nacional, portanto, o CEDOC passava a figurar no epicentro de buscas e demais demandas realizadas por pesquisadores e outros sindicatos a procura de formação e intercâmbio de experiências, possibilitando que sua atuação ultrapasse as paredes da central e cheguem às salas das academias universitárias. Essa política de arquivo se mostra similarmente às demais experiências realizadas na França como uma prática crescente onde o arquivo e a instituição sindical apontam para a necessidade e o direito de poderem entrar no debate sobre sua história como personagens ativos.

O caso do CEDOC mostra que ao decorrer da década de noventa no Brasil há de fato um processo *pari passu* de restabelecimento do controle desses que são os suportes materiais para a mesma espécie de memória transgeracional através dos espaços arquivísticos, dando visibilidade (POMIAN, 1985: 511) àquela memória reconhecida pela instituição sindical.

Esse processo, no entanto, não é de forma alguma retilíneo ou constante em sua trajetória. No decorrer da década seguinte, com o melhor domínio de novas tecnologias a própria imagem do arquivo e da memória se torna algo a ser discutido da mesma forma que a memória que ao ganhar mais espaço no espaço público, acaba por se enquadrar mais e mais dentro de um projeto político cuja visibilidade pública se torna gradativamente mais importante.

Capítulo 5 – Arquivos digitais: entre discursos, imagens e legitimidade pública

Entre novos arquivos, novos projetos e novas expectativas, o crepúsculo da década de noventa não deixou de apresentar em seu bojo grandes novidades cujas realizações se destacaram para além dos esforços internos sindicais. Através da profissionalização dos mesmos e do acesso à Lei de incentivo à cultura, alguns outros projetos editoriais, documentários e de pesquisas acabariam por sair do campo dos desejos passando a ser efetivados na agenda do sindicato. Um significativo exemplo pode ser levantado a partir do projeto “Profissões em Extinção”.



Figura 32: Extratos da webpage “Memórias do Trabalho”. **Fonte:** Disponível em: http://www.museudapessoa.net/mtrab/ostrabalhadores_index.htm. Acesso em: 25 de janeiro, 2010.

O projeto “História das Profissões em Extinção”, realizado em parceria com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM-CUT) e a colaboração do Osvaldo Bargas, teve ainda o auxílio da Lei de Incentivo à Cultura juntamente com a participação da Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia (CBMM) e do Museu da Pessoa; gerando um livro em 1999. Interessante perceber, que mesmo tendo sido finalizado, o projeto ganhava em 2003 o acesso gratuito ao seu conteúdo na íntegra via espaço virtual durante o primeiro mandato presidencial de Lula.

A parceria, aparentemente vitoriosa, apontava para um espaço ainda pouco explorado no Brasil: o campo da História Pública. A profissionalização de espaços e meios de divulgação da história nos ambientes até então não muito tradicionais como empresas grandes e pequenas, fábricas, demais companhias, associações e comunidades. Nesse momento já podemos mensurar que este trabalho de memória, juntamente com a expansão de tecnologias e métodos de uso dos meios digitais — onde a criação de páginas eletrônicas nos meios virtuais destinadas a esse fim cresceria — e outros projetos saíam do papel para ganhar este novo espaço nos anos seguintes: o espaço eletrônico e virtual.

O que testemunhamos ao longo dos anos 2000, através desses espaços *numerisées* — muito bem nomeados pelos franceses, devido a sua etimologia —, era parte de uma “espetacularização” da memória que havia sido trabalhada de maneira extenuante na “coxia” desse palco de batalhas pela constituição de um local ou de um serviço de arquivo operacional e capacitado a servir não somente a instituição sindical como aos seus trabalhadores filiados e aos estudantes e demais pesquisadores. Cria-se nesse processo as “formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas correlacionadas à construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 1989: 36). Há nesse movimento um crescente consumo da memória onde as instituições assumem maiores papéis ligados à memória que as representa, levando a uma maior tomada de responsabilidade junto à sociedade civil em dispor o acesso à informação e ao conhecimento, contribuindo para o debate histórico em diferentes níveis e sobretudo reforçando sua imagem, sua identidade.

Todo este conjunto aponta para as realizações recentes sobre a memória sindical e militante — como as que apresentamos até aqui —, as quais vêm conquistando seu espaço político e estratégico tanto no sindicato como na sociedade que, por sua vez, aprende a reconhecê-los através de sua história e, até mesmo, identificando-se com ela.

Essa historização da memória instituída aponta para uma espécie de movimento que se aproxima de certa “musealização” onde se constrói e conserva uma memória coletivamente compreendida como “ideal” para ganhar o espaço público e representar os grupos sociais aos quais se refere.

No tocante às novas práticas realizadas no espaço sindical, abordadas a partir dos casos referentes ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e aos SINDIPETROS, a familiarização com os recursos do ciberespaço vêm se dando de maneira lenta e gradual. Ganhando espaço como uma das alternativas para o desenvolvimento dos sindicatos no presente.

Isso, no entanto, não abranda as dificuldades e obstáculos encontrados no processo de criação e realização de projetos, entendidos como diferentes, como foi a realização de um espaço no formato de página eletrônica na internet apenas para o projeto de memória do ABC. Entretanto,

A reação das pessoas nunca é contra! Todo mundo, quando você conta: vamos contar a história da sua família, história da sua empresa, história dos trabalhadores, tal; isso fascina a eles. É... O problema entra quando você começa a adquirir prioridades. Então, geralmente os sindicatos não têm, não, não aprovam, não direcionam recursos pra isso. Né? (BARGAS, 2006: 01 jun.)

A criação do ABC de Luta era então mais que apenas uma mera publicidade em torno da imagem de Lula e de outros dirigentes, militantes e intelectuais ligados ao ABC e ao PT. Estava também, e principalmente, preocupado em construir os meios de acesso para tais experiências, registros e histórias de vida que se perderiam pelo simples fato de não haver um elemento institucional capaz e responsável pela salvaguarda eficaz destas memórias, destas reminiscências. O processo de criação, segundo Bargas, foi complexo:

Eu construí aquela história lá da Memória do, do site; mais ou menos fazendo o esquema [desenha no papel a página da internet] no papel. Como seria, como se movimentaria e tal porque eu não conhecia nada de internet. Mas eu sabia como vagamente funcionava por que, estava navegando na internet então, a partir dali eu fiz todo um esboço. Toda a concepção de como funcionaria [...] Lá no caso

do ABC, o critério que a gente usou para o ABC foram presidentes, de sindicatos... Minha proposta era outra; era pegar pessoas de épocas diferentes, né? De fábricas... Fazer uma pesquisa com um mapa assim que você pudesse ter umas quinze, dezesseis pessoas, mas que pudesse ter pessoas, por exemplo, [...] que não era metalúrgico, mas que era a esposa do metalúrgico que passou... [...] contar como era o emprego, lá no ABC em tal período, como é que era o transporte... como era o sindicato, como não era o sindicato... Então, você tinha uma visão do perfil do trabalhador em determinados momentos e em determinada época. E pessoal optou... Recolher dos presidentes... [...] Foi essa a opção, foi uma opção política... Institucional. (BARGAS, 2006: 01 jun.).

Ainda assim, o título de “memória dos metalúrgicos do ABC” que estampava a abertura da página eletrônica deveria ser pensado com mais cautela. Afinal, e isso não desqualifica a realização do projeto em si, os metalúrgicos do ABC são mais do que apenas seus presidentes e diretores sindicais, ou outros personagens políticos que ascenderam conjuntamente à instituição sindical e militante ligada ao PT e à CUT.

Isso, no entanto, não diminui sua importância quando buscamos refletir sobre a sua difusão via internet, além dos desdobramentos que tal realização tão recente havia possibilitado. Ou mesmo sua permanência que já completa cerca de nove anos online.

Foi muito difícil. O Isawa te conta a história como aconteceu, ele brigava pela diretoria. **O Isawa comprou isso!** A idéia! [...] Então o Isawa falou: “pô isso aqui é legal!” Então você tem pessoas que pontualmente vêm isso [...] Você pega o site, lá o ABC de Luta... O ABC de Luta se não fosse eu e Isawa ele tinha acabado. [...] Agora o sindicato tá fazendo outra versão lá... [...] (BARGAS, 2009: 27 jul.).

Bem ou mal, não cabe aqui julgar, podemos até chamá-la de uma “memória de vitrine”; ou “rósea” (JEUDY, 1990). Mas ainda assim, pouco a pouco ela vem sendo incorporada à estrutura orgânica daquele sindicato — mesmo com as dificuldades iniciais relatadas —, para compor e legitimar este que é o espaço social do SMABC.

Espaço este que em uma sociedade globalizada os dispositivos da tecnologia da informação acabaram por se tornar um instrumental de grande utilidade para quaisquer

grupos que se habilitassem a operá-lo. Nesse sentido, não é diferente para os grupos organizados de trabalhadores e suas instituições representativas. Ainda assim há de se ter cuidado. Quanto mais adentramos nesse campo

[...] jogados em um consumo de informações cada vez mais desenfreado, nós nos dedicaremos igualmente à sua acelerada eliminação; extirpados das nossas tradições e embrutecidos pelas exigências de uma sociedade de lazeres [...] Nos condenamos à vaidade do momento e ao crime do esquecimento. (TODOROV, 2000: 132).¹²⁹

Todorov marca bem essa afirmação no fragmento acima. Mas não devemos tê-la como um postulado imutável. Sua utilidade é sem dúvida a de tomarmos consciência desse possível fim para não reproduzi-lo. E há, de certo, possibilidades de evitá-lo. Afinal, para desalento dos mais pessimistas o fenômeno da globalização, juntamente com o do avanço dessas tecnologias de informação — apesar de representarem também uma clara ameaça — ainda não pulverizou por completo as identidades locais. Em certos casos, há exemplos de que eles também buscaram operá-la de maneira a “resistir” à tendência homogeneizante de que tantos falaram.

Está aí mais um exemplo da mesma “identidade de resistência” tratada no capítulo anterior. Mesmo que à luz de Castells (2000) alguns possam interpretá-la como uma característica de imobilidade ou inflexibilidade, preferimos fazer uso de outra leitura desse predicado de resistência.

A identidade é por si mesma parte formadora da memória que se realiza no presente. É uma *leitura* individual ou coletiva do que somos ou representamos. Para isso é mister que concordemos que não há *leitura* sem memória. E nesse mesmo sentido, podemos dizer que há, portanto um entroncamento entre esses dois elementos da vida humana: a memória e a identidade. Candau diz que

¹²⁹ Tradução livre do autor: « *Précipités dans une consommation d'informations de plus en plus effrenée, nous serions voués à leur élimination tout aussi accélérée ; coupés de nos traditions et abrutis par les exigences d'une société des loisirs [...] nous serions condamnés à la vanité de l'instant et au crime de l'oubli.* »

A memória não é, portanto, senão o nome dado à esta faculdade que constitui a identidade pessoal, permitindo o sujeito de pensar sobre si [...] os lugares de memória são estruturas de suporte para a identidade dos grupos ou dos indivíduos [...] A memória se torna então um instrumento de gestão: se acredita que ela possa soldar o grupo e reforçar a competitividade. (CANDAU, 2005: 114-116).¹³⁰

Não é mais algo incomum descobrirmos que este instrumento de gestão, ou melhor, de controle — de que fala Candau acima — tem se utilizado de diferentes suportes materiais (CANDAU, 2005: 51). Mantenedores das imagens, de escritas e outros códigos simbólicos, de identidades ou de tradições. E, sendo assim, no tempo em que vivemos a “aceleração da história” (NORA, 1984) esses suportes também precisaram ser aperfeiçoados.

5.1 – O arquivo eletrônico: um novo espaço de memória ou de esquecimento?

A grande superposição de tecnologias e meios eletrônicos capazes de ajudar indivíduos ou grupos nessa corrida infinda contra o esquecimento possibilitou ao homem comum e aos grupos em geral o poder de estocar informações e disseminá-las com a mesma amplitude e velocidade que as adquiriu.

O *ciberespaço* e suas tecnologias dependentes talvez tenham mesmo possibilitado uma expansão da memória em proporções exponenciais. Afinal, já podemos apontar um ou outro sindicato que possui hoje o *ciberespaço* como uma de suas portas principais de acesso e de saída.

É através destas entradas e saídas que grande quantidade de informações a respeito das atividades sindicais se mostra atualmente para a sociedade. E não mais exclusivamente para os trabalhadores. Há, portanto uma clara expansão da experiência sindical e militante no espaço público e democrático dos meios de informação, possibilitando o acesso de diferentes personagens, grupos ou instituições à imagem e ao discurso criado

¹³⁰ Tradução livre do autor : « *La mémoire n'est donc rien d'autre que le nom donné à cette faculté constituante de l'identité personnelle que permet au sujet de se penser [...] les lieux de mémoire sont des structures de rappel pour l'identité des groupes ou des individus [...] La mémoire devient alors un outil de management : elle est supposée souder le groupe et renforcer la compétitivité.* »

no âmbito desses sindicatos. Essa memória que se dissemina acaba por atender também a uma função pública da história.

Não seria, portanto, a informatização sindical parte do desenvolvimento da própria cultura operária contemporânea, assim como é o processo de informatização global, elemento da cultura mundial hoje?

[...] penso que a informática, e a internet são uma ferramenta muito importante; [...] ao conhecimento. Enfim, ao mundo, não é? Porque a internet é o mundo; você tem conhecimento de tudo, informação de tudo que você quer, tanto de coisas boas como de coisas ruins. [...] é um canal de informação muito poderoso [...] as coisas de informação política, a postura do sindicato, o que o sindicato tá fazendo, isso tá na Internet. Isso é aberto, todo mundo conhece. [...] Então eu penso que nós temos hoje, em torno de realizações, está na internet. Inclusive os jornais, [...] o que nós falamos está na internet, o mundo inteiro esta sabendo. (CRUZ “LULINHA”, 2006: 09 mai.).

O espaço da *internet* parece surgir quase como uma promessa. Não apenas de reconhecimento como de participação. Se para “Lulinha” a utilização da *internet* possibilita a divulgação das ações e das informações, gerando assim mais memória, para Itamar (dirigente sindical do Sindipetro/SP) há também nos instrumentos provenientes desse mesmo “espaço público plebeu” (MALER, 2003: 90) onde atuam os militantes, a possibilidade de recuperar o escrito, a fala, o registro e, por conseguinte o controle do discurso que depende da memória.

Qual que é a nossa grande fonte? De memória? Solta boletim! Solta boletim toda semana está lá, o boletim é a nossa história. [...] por isso que eu até falo para os companheiros; sempre que eu falo com eles alguma coisa, põe no boletim, põe no boletim, porque é onde fica gravado isso, e no final de todo ano a gente sempre faz uma retrospectiva com os principais acontecimentos do ano. (SANCHES, 2005: 13 setembro).

A comunicação sindical aliada ao incremento da tecnologia virtual possibilita que se dissemine essa idéia de segurança em um lugar — não tangível do ponto de vista material como são as prateleiras de arquivos, os livros e caixas de papéis — onde essa memória “salva” encontra novos formatos estabelecidos através das imagens e dos *hipertextos*, capazes de realizar uma espécie de “desdobramento” ou salto para outra imagem ou informação que está lá sempre em tempo real não importando o lugar de onde os acessamos.

O perigo, no entanto, parece ser o de acabarmos não distinguindo mais o passado — ou a informação — usável daquele dispensável (HUYSSSEN, 2000: 37). Afinal como lidar com o fato que cada vez mais tornamos público aquilo que, por vezes, somente é interpretado ou decodificado corretamente no privado, ou que a memória de um único indivíduo ou pequeno grupo passa a disputar espaço com o todo? Sem ter pretensões ao pessimismo, apenas levantamos o fato de que a cautela pode servir de aliada contra o que Huyssen (2000) mesmo disse ser a “sedução da memória”.

A *internet* é, por assim dizer, local de visualização, de exposição e de reconhecimento público onde o que se constrói a partir da visão do outro, do público, uma possível virtualidade do real. Uma possível memória frágil à realidade muito mais complexa. O problema está nessa possibilidade. Em acabar por tornar-se — quase que de maneira *sartriana* (1943) — involuntariamente, a cada momento e a cada clique da *webpage* responsável por traduzir (e conseqüentemente, resumir) meu passado, o que o outro vê e não o que realmente fui. Isto nada mais seria que esquecimento; criado no impulso de tudo se conservar através de uma ferramenta que, assim como a memória mesma, não pode apreender em seu domínio todo o vivido pelo homem, seus grupos sociais e mesmo suas instituições na *durée*.

Isso nos leva a deduzir que haveria, portanto, uma “monumentalização” daquilo que se constrói e se dissemina através da *internet*. Entretanto é importante analisarmos esta afirmação com ressalvas.

Vejamos que se partimos do pressuposto que “um monumento é aquilo que faz lembrar”¹³¹ (DOLLÉ, 2007: 56), devemos ter em conta a perspectiva de quem vê, e portanto de quem acessa ou questiona as imagens e demais dados que são postos a partir da perspectiva de passado de seus criadores. Ou seja, um monumento possui sentido.

¹³¹ Tradução livre do autor: « *Le monument, c'est ce qui fait souvenir* ».

Sentido este que foi atribuído a ele pela sociedade que o reconhece como lugar de memória, ou mesmo fonte histórica. Logo, se mudarmos os espaços; se tiramos de seu lugar antropológico tanto o monumento como o grupo que o reconhece como representação de uma memória coletiva, não perderíamos ao menos parte de seu valor simbólico originalmente e historicamente proposto (CANCLINI, 2005)? Não produziria-se ao curso desse processo esquecimento? E quando pensamos acerca da *internet*, não estaria ela simplificando as ações da lembrança através de suas próprias ferramentas virtuais? Afinal, a materialização de um determinado conjunto de explicações, símbolos e narrativas sobre um determinado passado através da *internet* e das demais tecnologias contemporâneas não deixa de ser, em si, um conjunto simbólico *enquadrado*, servindo ao aparato do poder como serviria uma arma ao combatente que dela depende sua glória?

Dali se obtém a memória que escolhemos lembrar ou que buscamos que os outros lembrem. Esta idéia, no entanto, também traz à discussão a condição de sermos testemunhas de que sindicatos melhor equipados política e economicamente *a priori* poderiam realizar de forma mais eficaz um projeto de futuro, calcado sobre essa política de memória que se apresenta em diferentes locais e por diferentes suportes.¹³²

[...] essa ferramenta da memória, dessas entrevistas, dessas coisas, o que eu penso, é da gente utilizar essa ferramenta como processo de formação. [...] até constante. Não só para os dirigentes antigos, [...] mas pros novos também que estão vindo. [...] formação sindical, formação de vida, toda ela, é um processo constante! E a gente pode usar essa ferramenta, pode e **deve** usar essa ferramenta como [...] formação dessas novas lideranças, novos trabalhadores. [...] pegar as entrevistas dos companheiros de história que a gente tem, não só lá da região, mas do país como um todo, pra que as pessoas leiam. Lição de casa; olha: “antes de a gente vir até para um debate ou uma conversa, leia a história dessas pessoas. Veja onde eles estão, o que fizeram”... mesmo aqueles que hoje estão aposentados [...] A impressão que eu vejo é que realmente é uma preservação da sua história, e é mesmo, vendo assim, os metalúrgicos do ABC,

¹³² Os casos aqui apresentados, desde o exemplo da criação do IHS/CGT ou do Centro de Arquivos do Mundo do Trabalho na cidade de Roubaix; além da experiência da CFDT até sua disputa pela guarda dos arquivos da Renault são claros exemplos de uma política de memória cada vez mais instituída na sociedade como um todo. No caso brasileiro, ainda que em tempos diferentes, não é muito incongruente às realizações das Confederações francesas.

[...] esse ABC de luta deles, [...] que fique realmente marcado na história, o que aconteceu! E eles fizeram isso aí antes da eleição do companheiro Lula, né?.. [...] é um sindicato que está realmente vendo as coisas um pouco mais na frente [...] a gente vê várias idéias, várias coisas surgindo, na utilização dessa ferramenta, né? Pra preservação da história do movimento sindical, petroleiro, ou do movimento sindical da sua cidade [...] pra ter oportunidade de contar, preservar e garantir isso, né? Porque o Itamar passa; o Lula passa; Vicentinho; todos esses dirigentes passam, mas a entidade fica. Daqui a vinte anos vai estar a entidade, vão ter outros companheiros... Concordando ou não com a gente, guarde os documentos, guarde as nossas falas, gravem as nossas palestras, porque lá na frente é que você vai ver quem estava certo e quem estava errado. [...] depois lá na frente nós vamos ver qual vai ser o saldo, que eu espero que seja positivo. (SANCHES, 2006: 13 set.).

Este processo é em grande medida importante. Afinal, não se limita apenas aos trabalhadores, aos sindicalistas, aos militantes, mas sim se direciona a todos — até mesmo pela própria qualidade *sui generis* do espaço virtual — independentemente de fronteiras físicas, econômicas, políticas ou ideológicas de maneira a estabelecer uma resistência maior ao esvanecimento de uma experiência de valor histórico ímpar. Evita-se, assim, a “destituição” (CASTORIADIS, 2007: 24) do que compreendemos como conjunto de reminiscências, de fragmentos, de narrativas e imagens que mantêm um imaginário social reconhecido e legitimado.

No início dos anos 2000, portanto, era claro perceber que os meios de comunicação sindical se “lapidaram” de maneira ímpar, fruto de grande esforço e investimento realizado na década precedente. As tecnologias e os meios de aplicação passaram a ser tão similares como as utilizadas em diferentes regiões do planeta. Estados Unidos, Portugal, Canadá e França são exemplos de países que também testemunharam, previamente ao Brasil, o crescimento da aplicação da *internet* e de seus recursos em um espaço “livre”, cujos protagonistas tornar-se-iam os próprios militantes e seus sindicatos.

Os espaços sociais e políticos desses trabalhadores acabariam por se tencionar para uma expansão sem precedentes. Tornando a estrutura de seus discursos por eles utilizada cada vez mais dinâmica e veloz, aberta e democrática quanto à circulação da informação. Logo percebemos que os avanços tecnológicos acabaram por servir, seja

pela ancoragem como pela plataforma (LOVISOLO, 1989), também aqueles cujo recurso ao passado tornava-se precioso.

Assim como ocorrido no caso francês, o uso político do passado, da memória, se tornou de grande importância principalmente para os representantes de um determinado espaço social e político calcado nos novos ou autênticos representantes da esquerda pós 1968 no Brasil. Falamos, portanto, de uma memória geracional que se institucionaliza pelo sindicato e se mantém como capital simbólico para a sobrevivência de uma identidade política coletiva e que desde 2002 passou a se manter no centro do poder executivo brasileiro.

A memória seja ela oral, documental, ou eletrônica deve ser considerada igualmente como um capital simbólico uma vez que sua característica comum é justamente o reconhecimento e identificação entre os agentes que compõem e partilham seus símbolos e valores, revelando essa sociabilidade que Halbwachs (2004) nomeou como sendo constitutivas de “comunidades afetivas”.

Entretanto, as condições diversas existentes nas relações sociais e políticas contemporâneas acabam por colocar em xeque algumas das instrumentalizações utilizadas pelos agentes desses grupos sociais.

Afinal, nas últimas três décadas uma observação é notória: o que o sindicato, de uma maneira geral, acreditava ser seu campo de ação tradicional se transformou. E com ele a instituição sindical acabou por se ramificar, penetrando profundamente nos espaços urbanos de suas localidades, regiões e mesmo na produção de conhecimentos acerca deles mesmos e da sociedade que a circunscreveu.

A luta entre a tradição e a inovação, que é o princípio de desenvolvimento interno da cultura das sociedades históricas, só pode prosseguir através da vitória permanente da inovação. Mas a inovação na cultura só é sustentada pelo movimento histórico total que, ao tomar consciência de sua totalidade, tende à superação de seus próprios pressupostos naturais e vai no sentido da supressão de toda separação. (DEBORD, 1997: 120).

Parece-nos que falar de uma “rizomatização” (DELEUZE e GUATTARI, 1995) das atividades do sindicato através do espaço virtual — espaço esse visto por Lévy como

vasto, aberto e potencialmente capaz de interconectar-se com todos os dispositivos criados pelo homem (LÉVY, 2003: 104-105) — é também falar, portanto, de uma expansão cujas atividades realizadas no presente são colocadas em uma “vitrine para o mundo”. Vitrine essa que já é de conhecimento dos trabalhadores que também se preocupam com seus conteúdos.

Entretanto, esta mesma forma de exposição detém suas fragilidades. De fato, a amplitude dos usos tecnológicos da gestão da informação em diferentes searas não apenas possibilitou aos que possuíam o acesso, uma democratização do alcance à informação como também deixou clara a ameaça de sermos todos “soterrados” pelo seu próprio excesso ou “dirigidos” pelos que a controlam.

5.2 – Espaço museal virtual: memórias em suspensão.

No caso referente à apropriação do espaço virtual e da criação de *webpages* voltadas unicamente para a memória sindical, como é o caso do “ABC de Luta” ou do “Memória dos Trabalhadores da Petrobrás”, cremos que é importante considerar um pouco mais sua condição de visibilidade pública intermitente e de sua representação simbólica para o grupo no qual ali está referenciado.

Diferentemente da apropriação realizada no caso francês, os dois casos acima são espaços virtuais que funcionam independentemente das páginas eletrônicas de seus respectivos sindicatos. Representam um lugar de memória, ainda que virtual, onde sua condição se torna intencionalmente visível o “imaginário de uma comunidade histórica” (PIERRON, 1996: 127). Ou seja, ao criar um espaço de representação — seja ele, nesse sentido, físico ou virtual — podemos dizer que ali um determinado grupo assume para si e para os outros uma interpretação do passado institucionalizada e, portanto, compreende em seu discurso um meio de assegurar a preservação de uma memória que por sua vez é reconhecida por eles e exposta para o espaço público.

O Poder de controle da gestão da informação, como aponta Chauí (2006), se torna algo com que se preocupar. Afinal, se sobrepormos sua fala à questão problematizada nesta tese, perceber-se-á que a corrida de diferentes grupos sociais ligados ao mundo do trabalho, tanto no Brasil como na França, pela detenção da palavra, da imagem e da

escrita sobre sua própria história e memória é, de fato, uma tentativa de se estabelecer algum controle sobre o que poderá ser lembrado em um futuro próximo.

[...] a partir de informações parciais e dispersas recolhidas em vários arquivos, é possível gerar novas informações que sistematizam as primeiras e permitem reconstituir hábitos, interesses e movimentos dos indivíduos [...] (CHAUÍ, 2006: 59)

Neste ínterim, pode-se perceber que os meios de controle da informação são de fato diversos. E não se aplicam todos à questão da memória. Tanto que este foi o mote que buscamos aqui discutir. Afinal, a problemática dos arquivos e seus paradigmas instituídos ao longo dos anos oitenta na França e durante finais dessa mesma década, adentrando os anos noventa no Brasil, são também um assunto do mundo sindical e do mundo do trabalho. Pois, as mudanças ocorridas de ordens, temporalidades e fatores diferentes não obtiveram como resultado situações tão díspares.

É certo que ao longo dessas transformações recentes e do enfraquecimento sindical frente à nova ordem global e informacional, o imperativo dever de se reconstruir com o apoio dos próprios meios de comunicação e controle da informação viria a se tornar presente, obedecendo aos limites e singularidades de cada caso.

Há aí essa espécie de “gestão do capital identitário” (CHEBEL, 1998: 193), onde a identidade adquire uma visibilidade maior durante o início dos anos 2000 através dessa inferência do papel da história que se construía — assim como disse o próprio João Felício no início deste capítulo — ao longo de projetos atrelados aos terrenos da comunicação, da gestão da informação e da própria preservação da memória, juntamente com o respaldo da tecnologia digital.

E é nesse vácuo que o uso de memória se torna algo comumente desejado. Buscando preservar as “raízes” de uma identidade cuja historicização depende da preservação de uma memória que a reconheça coletivamente.

Contar a sua história faz parte da disputa que a gente tem que fazer na sociedade, a disputa pela comunicação; se utilizando dos mais modernos meios de comunicação para contar as coisas bonitas que a gente faz; eu acho que isso é

espetacular. [...] também mostrando a nova geração que é bom filmar, é bom registrar, bater fotografia, escrever... [...] pra evitar que os outros digam como é que nós fizemos a luta, e que a gente não desista como é que a gente encarou a luta naquele momento. (FELÍCIO: 2001).¹³³

A fala de João Felício, com a qual abrimos este capítulo, no evento de abertura do ABC de Luta em 2001 não era uma novidade nas discussões internas das quais outros sindicatos ligados à CUT estiveram presentes já há alguns anos. Mas se tornava emblemática pela marcação de um avanço até então jamais realizado no Brasil.

A conquista e o controle dos instrumentos necessários para a preservação da memória em um espaço político e social de características tão marcantes, onde imagem, escrita e falas estão juntas em um mesmo espaço. Circunscritas em um discurso único de memória.

Há neste lado da questão o perigo de vivermos uma “nostalgia de um passado” (BRETON, 1997: 6). Mas há também aí um movimento de grande valor no tocante às ações realizadas por estes espaços sociais e seus integrantes frente a um cenário de extremas mudanças.

Nesse sentido, o crescente uso e domínio dos meios tecnológicos para a ocupação do espaço virtual por enquanto parece ter sido uma boa estratégia, ainda que tais atitudes não assegurem uma real preservação da memória por parte dos grupos e dos indivíduos que efetivamente a compõem em sua totalidade.

¹³³ Pronunciamento de João Felício no evento de lançamento do ABC de Luta, realizado em São Bernardo do Campo na sede do SMABC no dia 01 de julho de 2001, às 18 horas. ABC de Luta, **Arquivo audiovisual da TV dos Trabalhadores (TVT)**. São Bernardo do Campo – São Paulo.



Figura 33: Extrato da *webpage* inicial do “ABC de Luta”, vinculado ao endereço eletrônico do SMABC. 2006.
Fonte: disponível na *world wide web*: <http://www.abcdeluta.org.br/>. Acesso em 23 de junho de 2006.

O que a assegurará de maneira mais eficiente será uma sólida rede de diálogo entre seus integrantes (novos e velhos) e uma política de arquivo operante que tenha como objetivo atuar no espaço público (da sociedade) e privado (do grupo que o compôs).

A imagem acima foi até pouco tempo o portal de entrada do sítio eletrônico do ABC de Luta. Página esta que passou a receber um número considerável de visitantes ao longo dos anos em que esteve no ar.

Os dados obtidos através do Serviço de Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC no Centro de Documentação e Memória Lucindo Bueno da Silva (CDeM), mostram o número de acessos por visitas e visualizações, além do quantitativo das páginas mais acessadas ao longo dos anos 2005 e 2008. Dados que mostram, por exemplo, em seu pico mais de 28.371 visualizações do site ABC de Luta somente no mês de novembro do ano de 2005.

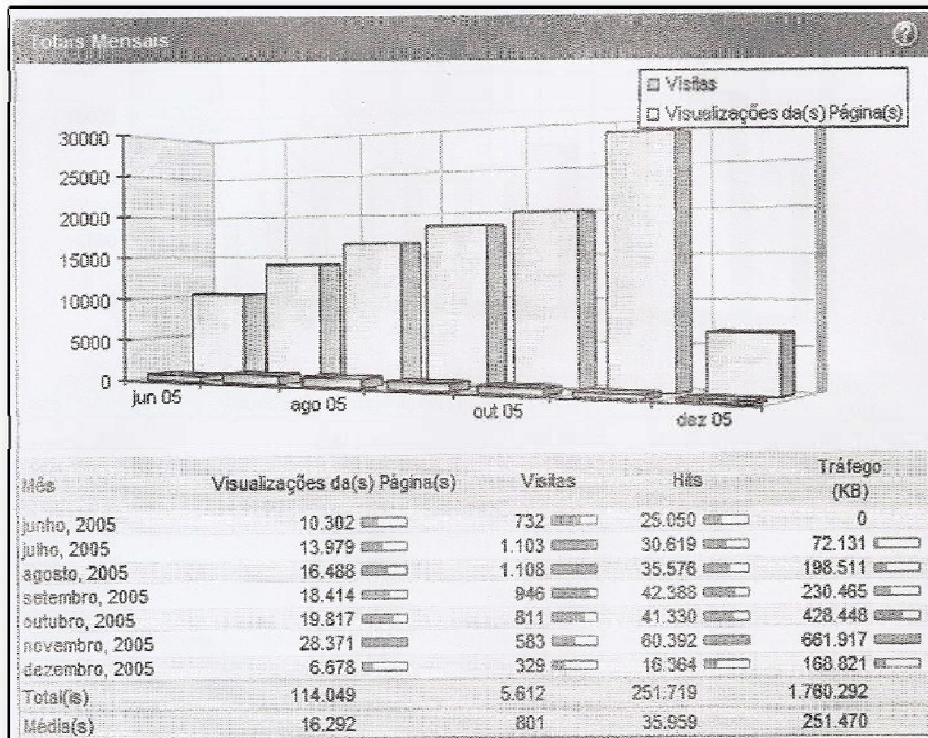


Figura 34: Gráfico de visitas e visualizações mensais (*webpage* ABC de Luta) do ano de 2005. **Fonte:** CEDeM do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Banco de dados de acesso ao *site* ABC de Luta.

No quadro acima é possível ver quatro dados principais que quantificam e qualificam o uso do referido *site*: (1) “visitas”: mostra o número de entradas no endereço da página. Geralmente identificado pelo *Internet Protocol Number* (IP)¹³⁴ do computador que realizou o acesso. (2) “visualizações da(s) página(s)”: responsável pela “navegação” realizada por seus visitantes. Ou seja, um mesmo visitante pode visualizar uma determinada página diversas vezes ou, enquanto explora o *site*, transitar entre suas diversas seções. (3) “hits”: significam cada imagem, *link*, texto ou elemento visual que compõem uma única página. Ou seja, quanto mais navegarmos por um *site*, mais visualizaremos suas diferentes páginas e carregaremos na memória do computador, que recebe os dados via *internet*, os elementos e imagens que visualmente compõem o que é mostrado através do *ecrã*. (4) “tráfego”: diz respeito justamente ao trânsito de informações recebidas e enviadas entre o computador e o *site* visitado através do espaço

¹³⁴ Código numérico, constituído de quatro segmentos numéricos entre 0 e 255, usado pela Internet para identificar de forma única um servidor ou máquina ligada à rede.

virtual que, no caso da imagem exposta acima, é medido em *quiloobytes* (kB)¹³⁵. Sendo assim, quanto maior for o número de “visualizações de páginas”, maiores serão os “hits” e o “tráfego”.

Estes indicadores conjugados mostram, comprovadamente, que em meses específicos têm-se uma maior utilização daquela página virtual. Diferenciando assim uma visita ocasional do “uso” daquele espaço por pessoas que de alguma maneira se interessam e consultam as informações ali depositadas. Os motivos para se explicar o aumento díspare do número de visualizações podem ser muitos. Contudo, não cabe aqui nos aprofundar demais sobre suas possíveis explicações de maneira que apenas nos arriscamos a colocar duas indagações, mais a título de reflexão: estaria o acesso ligado às práticas de campanha salarial? Ou estaria ele correlacionado ao período eleitoral que culminaria na reeleição do então presidente Lula?

Creemos que para além da hipótese de que a escalada de acessos poderia estar ligada à questão da disputa política vivida naquele ano, o fato é que através dos dados levantados nos anos seguintes o conjunto de imagens e dados disponíveis no *site* ABC de Lula não deixou de representar para uma quantidade razoável de visitantes uma parte desta trajetória pretérita daqueles que compuseram, e ainda compõem esse quadro dos principais atores do PT e do SMABC. Evitando que se instale no imaginário coletivo nacional um esquecimento de parte de sua história tão facilmente.

Dessa maneira, é correto afirmar que tais acessos não foram realizados ao acaso. O recurso da disponibilização de documentos, de depoimentos, de histórias de vida e de outras fontes via rede eletrônica, também franqueavam o acesso da sociedade às especificidades de experiências com as quais ela também se identificava, fazendo-a redescobrir-se e promovendo um conhecimento de si e de seus personagens. Ainda assim, em vista do número de consultas ao conjunto de informações ali disponibilizadas, se faz necessário apontar para certa problemática no tocante à relação pública e seu uso criado a partir de tal acesso. Ou seja, a proximidade — às vezes

¹³⁵ Os computadores codificam a informação através de impulsos elétricos que são representados por 1 e 0, respectivamente. A cada impulso elétrico, dá-se o nome de *Bit* (*Binary digiT*). Um conjunto de 8 bits reunidos como uma única unidade forma um *Byte*. O *byte* é usado com frequência para especificar o tamanho ou quantidade da memória ou da capacidade de armazenamento de um computador, independentemente do tipo de dados armazenados.

perigosa — entre “potência e ato” (LÉVY, 1996) na qual o que é virtual (potência) pode ser entendido ou acreditado, de maneira indubitável, ao que é real (ato).

Salvo esta observação, não há como igualmente reconhecermos essa utilidade pública oferecida à sociedade como um todo de exercer seu direito a informação. A memória que ali se preserva e se partilha não deixa de contribuir para uma constante e vigorosa construção do conhecimento e, também, outras memórias no plano coletivo nacional.

Outro aspecto que aponta para essa disseminação e esse reconhecimento junto ao espaço público é o crescente número de acessos em sessões do site como vídeos e imagens principalmente. Se no ano de 2005 os acessos somados de ambos não passaram dos dezoito mil, os anos seguintes chegaram a pouco menos de 50.000 na totalidade dessas mesmas sessões (ANEXO D). Um crescimento de mais de 150% dos acessos de um ano para o outro, mantendo-se nesse patamar pelos próximos anos até 2008 (pois não possuímos dados de 2009 em diante) mostrou que o projeto, dentro de suas limitações e da pouca divulgação na mídia, atingia um considerável sucesso.

[...] Eu não tenho como mensurar o acesso... [...] Tenho certeza que facilitou muito. Pode ter uma parcela de pessoas que tem curiosidade de saber até sobre o próprio Lula : “peraí, mas que sindicato é esse?”. E vai, tá lá na Bahia, no Ceará, no Rio Grande do Sul, e não precisou escrever uma carta ou pedir alguma coisa. [...] Então pode ter aguçado a curiosidade de alguém. E pode também ter estimulado as entidades, outras instituições a fazer a mesma coisa. (ISAWA, 2009: 28 jan.).

Este fato de crescentes proporções apenas nos deixa clara a constatação de que no espaço de poucos anos a própria página eletrônica do ABC de Luta passou a atuar — ainda que virtualmente — como um espaço de memória cuja identidade, ainda que móvel pela celebração política e pela efemeridade da natureza dessa *web* estrutura fixou-se através da circularidade de sua informação. A volatilidade desse espaço é real. Tanto é que recentemente sua forma foi completamente alterada pelo SMABC, visando incluir mais dados e demarcar o sucesso de seu projeto inaugurado em 2001.

Mas ainda assim o que fora posto acessível para o mundo não se perdeu. Podemos falar que felizmente não identificamos com tais mudanças essa possível perda, mas sim uma

solidificação das informações ali contidas. Conjuntamente com a compreensão do próprio SMABC da importância política e simbólica que aquele espaço virtual utilizado por eles frente ao espaço público passou a representar recentemente. Mas até quando? Sempre resta a ameaça. Pois, esse sucesso e reconhecimento não apagam a ciência de que, ainda assim, lidamos com uma tecnologia que se renova, transforma e se defasa com grande velocidade. Coloquemo-nos, portanto, diante de duas proposições de Huyssen:

As próprias estruturas da memória pública midiaticizada ajudam a compreender que, hoje, a nossa cultura secular, obcecada com a memória, tal como ela é, está também de alguma maneira tomada por um medo, um terror mesmo, do esquecimento. (HUYSSSEN, 2000: 19).

“É uma das maiores ironias da idade da informação. Se não encontrarmos métodos de preservação duradoura das gravações eletrônicas, esta poderá ser a era sem memória.”¹³⁶ De fato, a ameaça do esquecimento emerge da própria tecnologia à qual confiamos o vasto corpo de registros eletrônicos e dados, esta parte mais significativa da memória cultural do nosso tempo. (HUYSSSEN, 2000: 33)

Sim. Esta preocupação de Huyssen também foi nossa pelos anos que acompanharam esta pesquisa de doutorado. Ainda assim, somente ao investigar o campo e, indo aos sindicatos e seus arquivos, é que pudemos perceber algo talvez não tão claro para quem os enxergasse apenas pela tela de seu computador a quilômetros de distância.

Tais realizações buscaram produzir e viabilizar o acesso de todos a uma história de vida política e institucional e, ao passo que busca explicar a si mesma, pode também trazer a reboque uma ilusão retórica (BOURDIEU, 1994: 83) em prol de representações comuns passíveis de identificação por um determinado grupo.

¹³⁶ Extraído do *New York Times* de 12 de fevereiro de 1998. (HUYSSSEN, 2000: 40).



Figura 35: Conjunto de extratos da webpage atual do ABC de Luta, vinculado ao SMABC. 2010. **Fonte:** Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br>¹³⁷

Enfim, se por um lado poderíamos estar a nos deparar com uma ação permissiva de se realizar *tabula rasa* da memória de tantos trabalhadores (de diferentes histórias e memórias) que não caberiam na retórica eletrônica conduzida pelo “manche” político ideológico do SMABC, por outro, foi através desta mesma dinâmica recente que nos últimos dez anos uma instituição sindical de novas facetas tornou a reocupar seu espaço ao buscar recuperar os traços de uma memória coletiva então ameaçada.

Estes traços, ordenados e selecionados por esta ou aquela instituição sindical de certo não passará incólume à crítica de ser ela uma memória coletiva, viva, ou não. Mas certamente constituirão alguma espécie de repositório onde documentos, testemunhos,

¹³⁷ A primeira imagem mostra o cabeçalho da página. Abaixo uma foto de Lula retirada do Arquivo do SMABC e uma das diversas linhas do tempo com *links* diretos para recortes de jornais, fotos e vídeos (todos digitalizados). Por último uma barra de atalho para utilização de arquivos multimídia, como vídeos e notícias atualizadas.

imagens, lembranças individuais e coletivas permanecerão abrigados. Memória institucional, porém coletiva. E devido a sua natureza de armazenamento e divulgação, igualmente uma memória pública. Seu capital simbólico virá daí. Enquanto vasto meio de acesso possibilita aos agentes sociais se reconhecerem e se valorizarem independentemente das fronteiras espaço-temporais. Seja enquanto história, memória ou mesmo patrimônio todos são parte de um capital simbólico (BOURDIEU, 1994: 116).



Figura 36: Conjunto de extratos da *webpage* Memória dos Trabalhadores da Petrobrás, 2009. **Fonte:** Disponível em <http://memoria.petrobras.com.br/internauta/index.jsp>. Acesso em 14 de setembro de 2009.¹³⁸

A produção de periódicos digitais e impressos, além dos sítios eletrônicos criados para divulgá-los, fez com que o sindicato se tornasse cada vez mais presente em diferentes momentos e espaços. A comunicação cada vez mais ágil e exigente de capacidades

¹³⁸ As imagens compostas mostram o cabeçalho da página eletrônica e em seguida seu menu com as opções de navegação onde diferentes fontes podem ser completamente acessadas. Se segue uma “janela” onde há um vídeo de Jacob Bittar falando sobre sua experiência militante na Petrobrás e abaixo parte da página onde podemos acessar mais de 500 entrevistas sobre a história de vida, seguindo eixos temáticos, de antigos e novos operários, trabalhadores, da Petrobrás de diferentes regiões do país.

técnicas e formações específicas acabou por incitar um amadurecimento de sindicatos, como o do SMABC e o dos Sindicatos dos Petroleiros (SINDIPETRO).

Este último teve não apenas o apoio da própria empresa (Petrobrás) estatal, como estabeleceu parcerias com outras organizações de natureza privada para realizarem seu projeto.

Não há como negar que, desde o momento dessas parcerias com instituições distintas daquelas dos sindicatos e de suas centrais, tanto o SMABC como o SINDIPETRO principalmente (devido à ligação direta com o RH da Petrobrás e seu departamento de comunicação) se colocavam em meio a um “jogo” de disputas e interesses. Como exposto em artigo recente:

Companhias como Volkswagen, Scania, Ford, General Motors e mesmo a Petrobrás, patrocinaram os projetos, enquanto enxergavam nos mesmos um bom caminho para ganhar a favor das trajetórias de suas próprias companhias. Houve igualmente um importante apoio advindo dos efeitos da Lei de Incentivo Cultural promulgada pelo governo brasileiro. Existem diferentes interesses envolvidos neste processo de construção e manutenção dessa memória. Ainda que da perspectiva sindical ou daquela do marketing da companhia, o diálogo estabelecido na cooperação entre eles mostra subterraneamente um jogo estratégico ainda mais complexo no qual a memória é usada como um instrumento político e simbólico. (SANTANA e PIMENTA, 2009: 76).¹³⁹

Entretanto, tais fatores não desmerecem a atuação realizada uma vez que em ambos os casos os sindicatos ficaram à frente das decisões em relação ao projeto de recuperação de fontes documentais e, sobretudo orais.

Para o caso do projeto de memória estabelecido à época pelo Sindipetro de Campinas, hoje Unificado de São Paulo, em parceria com a Petrobrás, o plano de atuação nacional foi executado ao longo dos anos 2003 e 2004. Através de um contrato realizado com o

¹³⁹ Tradução livre do autor: “Companies like Volkswagen, Scania, Ford, General Motors, and also Petrobras are sponsoring the projects but they may also be viewing them as a good way to score points in favor of their own company trajectories. There has also been important support stemming from the effects of the so-called Cultural Incentive Law promulgated by the Brazilian government. There are different interests involved in this process of building and maintaining this memory. Whether from the union perspective or from that of company marketing, the dialogue established in the cooperation between them shows an even more complex strategic game underway in which memory is used as a political and symbolic instrument.”

Museu da Pessoa, o Sindipetro e a Petrobrás adquiririam os meios técnicos para coletarem os depoimentos dos seus trabalhadores em diferentes estados, contagiando outros Sindipetros no decorrer do evento ao “dever de memória” que lhes soava cada vez mais urgente ao passo que o projeto se desenvolvia.

[...] da metodologia do Museu da Pessoa foi estabelecido sete unidades a serem visitadas nessa primeira fase do projeto, onde a gente levava um mini estúdio pra comunidade, e pegava depoimentos livres... Qualquer pessoa que passasse a gente anunciava, distribuía filipetas, fazia ali um boca a boca... [...] Quando a gente chegava, [...] entrava em contato com o pessoal do sindicato local e o sindicato levava ou pessoas; ou dirigentes; ou aposentados; — que os aposentados são muito ligados ao sindicato —, [...] aí mandava buscar. Levava à unidade onde estavam acontecendo essas entrevistas. Lembravam do aposentado e levavam. Ou pessoas da ativa; mas tinha sempre uma parte aberta para quem quisesse passar. Entrava e dava seu depoimento. Se inscrevia ali na hora. [...] a gente percorreu quase o Brasil todo (COLLARES, 2006: 04 mai.).

Como apontamos, não demoraria muito para o que inicialmente se originou no eixo dos sindicatos de São Paulo tomar outras dimensões. O projeto acabou por conquistar a aceitação de outros Sindipetros espalhados pelo país.

Não podemos, entretanto, falar de todos. Mas dentre eles destacamos o Sindipetro do Ceará como um dos exemplos dessa amplitude da rede concernente à memória sindical e militante desenvolvida nos últimos anos.

A experiência do Sindipetro do Ceará é especialmente rica, pois sua aceitação não foi somente imediata como a partir daquele ponto eles próprios passaram a criar outros meios de atuação e de captação de falas, lembranças e demais experiências de seus trabalhadores.



Figura 37: Xilogravura de literatura de cordel comemorativa dos 40 anos da LUBNOR, no Ceará. **Fonte:** Acervo do autor.¹⁴⁰

O desdobramento ocorrido ali se juntava com os esforços anteriormente realizados, voltados à realização de festivais de música e outras atividades culturais através do apoio do sindicato. Esse fato esteve diretamente ligado ao intenso peso do regionalismo, da importância do espaço para a identidade daqueles trabalhadores.

A gente começou a trabalhar com isso né? A cultura popular nordestina. [...] A intenção que a gente tinha não era de [...] fazer com que o petroleiro viesse participar do evento. Mas a intenção era o inverso. De que naquele evento a gente pudesse mostrar para o petroleiro a cultura nossa; a cultura popular do nordestino. Uma vez que a gente no cotidiano nosso é muito invadido por outras culturas né? [...] A gente percebe que a cultura... a cultura que se origina com essa formação humana no nordeste, ela vai aos poucos sendo colocada à parte. [...] Que aí, você tem aí as emissoras de rádio, televisão, tem o clube... Eles ajudam a fazer esquecer **aquilo que veio** na nossa origem. [...] o baião, o forró,

¹⁴⁰ A LUBNOR (Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste) é uma refinaria da Petrobrás, localizada em Fortaleza. A ilustração é capa da edição comemorativa de 40 anos da refinaria escrita em literatura de cordel. Acervo do autor. Doado por Orismar Holanda, dirigente sindical do SINDIPETRO – CE e representante do projeto Memória Petrobrás naquele sindicato.

o repentista, a viola. A literatura de cordel... E a gente percebeu que o pessoal gostava... [...] (HOLANDA, 2006: 05 out.).

O conjunto de práticas culturais descritas por Orismar, não apenas dizia muito sobre a identidade daquele grupo de petroleiros, como mostrava o quanto suas representações vivas do passado ainda habitavam o grupo em forma de memória, então, coletiva. Ou seja, o reconhecimento realizado através da continuidade viva de representações do passado e que tem como limites as próprias fronteiras do grupo (HALBWACHS, 2004: 86).

E... o que essa cultura significava? [...] A gente percebeu o seguinte; quando você levava essa cultura que estava em esquecimento, entre aspas, um esquecimento forçado; você ajudava às pessoas a lembrar. A trazer para aquele momento [...] um pouco da memória dele, né? [...] E às vezes o cara contava um fato interessante... É a memória! Então a memória às vezes vinha através daquela arte que você apresentava pro cara, né? E esse fato fazia com que as pessoas se juntassem mais, conversassem mais, se encontrassem de novo, né? Então aquilo passava a ser um elemento aglutinador. Ajudava o sindicato a estar mais próximo. [...] E aí quando a Petrobrás aceitou o projeto memória. Memória Petrobrás. A gente está chamando de memória Petrobrás, mas na realidade o projeto é **memória do trabalhador** [...] poucos sindicatos se interessaram por ele, poucos sindicatos de petróleo. E a gente se interessou por ele porque a gente já tinha tido um contato com essa atividade, com essa ação que mexia um pouco com memória, né? [...] Quando a gente foi informado do projeto, imediatamente nós já nos colocamos a disposição para fazer parte dele e com vontade mesmo de ajudar, de construir esse projeto. (HOLANDA, 2006: 05 out.).

Em pouco tempo, já no ano de 2006, o sindicato ganharia um concurso de nível nacional organizado e patrocinado pelo Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), respectivamente.



Figura 38: Extrato da *webpage* do SINDIPETRO do Ceará, 2006. **Fonte:** Disponível em: <http://www.sindipetro-ce.org.br>. Acesso em 21 de jan. 2007.

O prêmio obtido mostrava que a rede criada pela necessidade do projeto inicial da memória dos trabalhadores da Petrobrás, iniciado no Sindipetro de São Paulo, já possuía uma independência produtiva que atendia respectivamente aos desejos e deveres locais de cada sindicato. A premiação tornaria real a publicação de um trabalho literário onde as memórias dos trabalhadores das refinarias e outras unidades da Petrobrás no Ceará seriam versadas pelo cordel e representadas pela xilogravura. Ambas as singularidades artísticas da região.

Enfim, mérito de um sindicalismo que apesar de possuir seus diferentes setores, mostrou-se ciente, e em permanente diálogo com seus atores e demais órgãos os quais, juntos compuseram uma entidade representativa.

[...] a idéia final era isso, vamos contar a história da empresa pela visão dos trabalhadores, em paralelo, vamos também recuperar a história da organização dos trabalhadores, né? Quer dizer, história dos sindicatos. Eram duas histórias que eram pra caminhar paralelo, em convergência também porque uma não vive sem a outra. [...] todos os sindicatos, são todos da CUT, os Sindipetros, se não me engano, um ou dois não são filiados na CUT, são 17 Sindipetros, e quase todos filiados a CUT. (COLLARES, 2006: 04 mai.).

Os dois casos brasileiros aqui discutidos não devem ser considerados totalmente estanques um do outro, uma vez que o projeto de preservação da memória dos trabalhadores da Petrobrás também esteve desde o início norteado pelo conhecimento predecessor produzido no âmbito do SMABC. E que ambos estavam circunscritos no campo político ideológico da CUT, que por sua vez era um lugar comum aos militantes que circularam neste espaço de resistência, social e de política ao longo dos últimos trinta anos.

[...] na época, como bom observador, que a gente tem que ser mesmo, eu acompanhei sim, um pouco, essa discussão. E na época [...] os companheiros do antigo Sindipetro de Campinas fizeram um contato com os companheiros metalúrgicos do ABC. Ver como é que tinha sido o projeto; que era um projeto muito interessante! Que contava a história do sindicato. E na época o companheiro Carrara e o companheiro Santa Rosa levaram essa discussão à empresa, através, na época, do Recursos Humanos. [...] já se tinha, assim, uma perspectiva da vitória do companheiro Lula, né? Foi, acho, que no momento importante [...] não vou dizer que foi fundamental nisso; mas vou dizer que a negociação rolou até um pouco mais fácil e melhor já que tinha a possibilidade da vitória do companheiro Lula na presidência da República [...] (SANCHES, 2005: 13 set.).

É certo que a esta altura percebemos que o momento de proximidade às eleições presidenciais de 2001 pode, de fato, ter contribuído para uma maior sensibilização nos acordos e negociações para a realização dessas atividades que buscavam reverenciar uma memória condizente com a trajetória política dos trabalhadores e, por seqüência, com as entidades sindicais representantes e seus principais vultos. De fato, o diálogo entre entidades sindicais diferentes parece ter sido de grande importância, pois assim como Itamar, Antonio Carrara fala dos laços com a experiência dos metalúrgicos do ABC enquanto fundamental para atividades junto à Petrobrás e aos Sindipetros.

Bem, e a idéia do projeto veio da experiência deles. [...]. Eles tinham discutido isso com algumas empresas e funcionava assim também: buscar memória,

deixar isso registrado, a memória dos trabalhadores metalúrgicos. [...] Eu acredito que tem todas as variantes que tem no nosso projeto. Isso surgiu a partir do projeto deles. [...] o Bargas é que ia cuidar da pesquisa com os sindicatos. Mas o contrato foi assinado no finalzinho de outubro. Em Novembro começaram as pesquisas e tivemos o segundo turno e o Lula foi eleito. [...] Então, vendo o projeto, a gente já tinha conversado sobre isso, e dentro do projeto dos metalúrgicos foi onde achamos que era esse o caminho, que tinha que buscar contar nossa história. Não podia se perder isso, as pessoas já estavam indo embora, muitos foram embora, então você estava perdendo a memória. A gente discutiu um pouco também o processo do Collor, quando o Collor quis fazer a reforma administrativa e vem com incentivo de aposentadoria para os trabalhadores. E que, tanto a empresa quanto o movimento sindical, perdeu essa memória. Não a história, mas perdeu essa sabedoria, esse conhecimento. (CARRARA, 2008: 25 setembro).

Assim como nosso exemplo discutido há algumas páginas atrás, tratando do incrível interesse e empenho na difusão e na manutenção de uma política de arquivos no meio sindical e militante na França, o nosso caso brasileiro traz consigo certa semelhança no tocante ao desejo por se manter e se projetar uma memória aceita, não somente pela classe, mas, sobretudo pela instituição sindical. Sendo ela útil para a reificação de uma identidade que se encontra todos os dias ameaçada.

Nesse sentido, o sindicalismo mostra claramente que não deveria ser entendido como “historicamente ultrapassado”, da maneira que Castells pareceu afirmar (1986 *apud* SANTOS, 2005: 112), ao passo que este mesmo sindicalismo e seus elementos constituintes se (re)institucionalizam em função das novas demandas políticas, sociais e econômicas do mundo contemporâneo.

Estaria sim, portanto, a comunicação sindical e seus serviços adquirindo grande flexibilidade e abrangência com o advento do espaço virtual que, inclusive no caso tangente à memória dos trabalhadores — ou pelo menos daqueles que se vêm representados pelo sindicato em questão —, se tornaria capaz de atualizar-se e se disseminar. Portanto, um espaço de aprendizado, de cultura e de identidade para seus visitantes e atores.

Algo, já assinalado pela entrevista de Denis Jacquot no capítulo anterior, de interesse pedagógico. E por que não? Afinal uma das preocupações latentes de sindicatos como o SMABC e o SINDIPETRO foi justamente o de direcionar à nova geração um conhecimento sobre o passado que jazia sob seus pés. De criar uma espécie de legado ou herança, ainda que simbólica, discursiva, ou mesmo documental para os que não lutaram as mesmas lutas de um passado glorioso e tampouco pisaram no mesmo chão de fábrica ou operaram o mesmo maquinário que, hoje, digitalizou-se, robotizou-se; trazendo consigo o desvalor ao conhecimento e à memória de velhos companheiros.

Como fala em questão de conhecimento [...] estamos num momento rico na empresa, né? Tem muita gente nova entrando, principalmente na Petrobrás. As unidades estão ampliando, a refinaria ampliou. Tem mais de duzentos operadores novos na refinaria de Paulina. No sindicato tem mais de quinhentos novos trabalhadores. Então tem muita gente nova entrando; e essas histórias a gente vai ter que saber passar pra eles [...] acho que isso é legal [...] importante, porque a gente teve um retorno. Talvez não o que a gente esperava. Essa questão é ainda uma mudança de cultura; é uma coisa nova esse negócio do uso da memória pra gente estar fazendo esse trabalho. [...] eu utilizei muito no debate sindical, com meus companheiros de convencimento, um pouco do uso da história. Qual que é a história do nosso fundo de pensão? Toda vez que a gente teve um momento de crise do fundo de pensão, historicamente ou teve aumento de contribuição ou teve diminuição de benefícios. Então a gente falou para eles: “olha, nós estamos no momento de crise agora. Então a gente precisa resolver.” É muito importante você usar uma experiência de memória [...] lógico não deve ser a regra, mas deve te balizar; te dar os fundamentos para você tomar uma ação política até pra frente. Isso até para o movimento sindical de qualquer um, acho que é importante isso. Você tendo a história, você conhecendo isso também; minimamente sabendo disso; você sabe pra que caminho você deve ir. Lógico que nem sempre você vai acertar. Mas na maioria das vezes, se você utilizar bem essa ferramenta, você vai ter sucesso. (SANCHES, 2005: 13 setembro).

Itamar — um dos sindicalistas entrevistados — fala em palavras simples do valor de patrimônio existente no que resultou os esforços direcionados ao projeto do qual ele fez

parte: Memória dos Trabalhadores da Petrobrás. Sua afirmação, embora esteja voltada para sua realidade, é perfeitamente compatível com as diferentes nuances existentes em outros sindicatos, confederações ou centrais ao em diferentes espaços. Este fenômeno, que não mais se atém às elites e ao Estado, é crescente, tanto que em relativamente pouco tempo outros sindicatos aderem à busca pela sua própria memória. Centrais de classe como a CUT, por exemplo, seriam também os “canteiros” de novas estratégias, cada vez mais percebidas como necessárias.

Os sindicatos diariamente vão se dando conta de que é preciso ir além do discurso combativo na porta das empresas, ou seja, trata-se de conquistar a mente e o coração dos trabalhadores. Esse sindicalismo que busca se renovar deve passar a conviver com estruturas mais ágeis, enxutas e eficazes [...] (NAZARENO, 1997).

Mesmo no plano político do Partido dos Trabalhadores (PT) o investimento nas práticas de memória se mostra em expansão. Recentemente, em conjunto aos seus parceiros ligados à própria pesquisa da parte da memória e da história — como o caso do Centro Sérgio Buarque de Holanda - Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo (FPA) — o PT vem sendo representado e marcado no espaço público e político através das narrativas de seus agentes em duas frentes de atuação: (1) através do projeto bibliográfico “Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT”, editado pela FPA; e (2) o projeto de captação de narrativas de maneira interativa ao colocar, através do acesso à internet, demais anônimos que possuam em sua própria memória uma ligação com o próprio PT:

O PT completa 30 anos em 2010 contando com a força e o trabalho de muitos. Agora você tem a oportunidade de contar para todo mundo como foi que isso aconteceu no seu bairro, sua cidade, seu estado e na sua vida. Escreva contos, causos e crônicas, grave músicas ou vídeos com o tema Memória Petista e participe. Os melhores trabalhos serão publicados e divulgados pelo PT. Não perca esta oportunidade de mostrar para todo mundo que você é a estrela.¹⁴¹

¹⁴¹ Disponível em: <http://old.pt.org.br/portalpt/outrasmemorias/>. Acesso dia 04 de dezembro de 2009.

Além dessa realização, outros meios de expor parte dos materiais e demais fontes históricas relacionadas à própria experiência do PT são implementados constantemente através da própria Fundação Perseu Abramo. No caso abaixo apresentamos um conjunto de cartazes que representam os trinta anos do PT, a ser comemorado no ano de 2010.

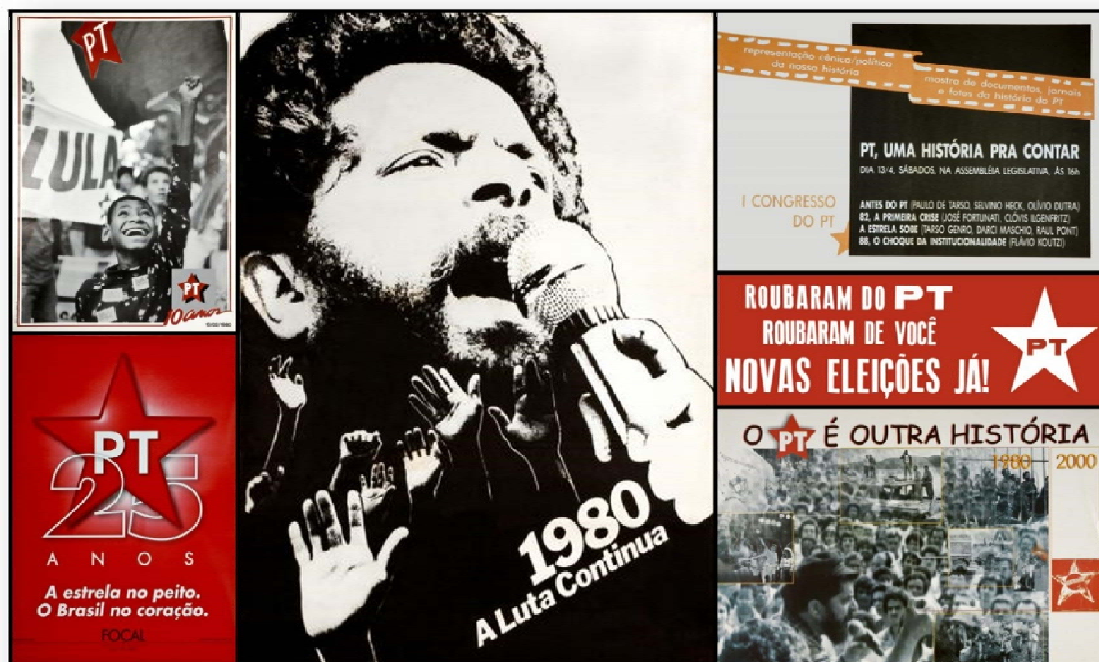


Figura 39: Seis cartazes de diferentes épocas da trajetória do PT. **Fonte:** Fundação Perseu Abramo, disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/conteudo/especial-pt-30-anos>. Acesso em 20 de fevereiro de 2010.

Os casos aqui expostos mostram como que o desejo de memória que se inscreve nos espaços sindicais se tornou nos últimos anos parte da própria imagem pública veiculada na sociedade civil. De fato, sua utilização vem sendo eficaz para alguns grupos sociais no tocante à formação de uma identidade coletiva e sua manutenção. Mais ainda, vem se tornando um meio de fortalecer e reconhecer o espaço político de um ou mais atores sociais no kosmos público.

No entanto, saber dos prós e contras existentes nestes projetos que se utilizam do espaço virtual enquanto meio de comunicação dessa memória institucionalizada é fundamental para, no futuro, podermos lançar um olhar questionador acerca da história em suas diferentes “camadas” de constituição. No caso do virtual, do eletrônico, a efemeridade das fontes aqui captadas e problematizadas se torna um dos pontos mais importantes a

serem postos à mesa de questionamentos se quisermos continuar a realizar uma análise cautelosa dos usos da memória social e da construção do discurso da disciplina História da maneira mais imparcial possível. Sem abdicar das novas possibilidades e ferramentas que o próprio presente nos oferece.

Conclusão – Os papéis da memória sindical são parte de uma batalha constante

Durante o percurso desta tese pudemos acompanhar mais que apenas uma análise sobre um determinado objeto. De fato, cremos que a observação empregada nos possibilitou olhar um pouco mais além, percebendo o objeto, e com ele seu processo, como parte de um fenômeno de características transnacionais. O que dizemos é que buscamos não somente compreender a memória e sua construção realizada pelos seus respectivos agentes, como nos indagar acerca da experiência, ou seja, do processo historicizante dessa memória, quando ela deixa de ser apenas uma construção partilhada entre os personagens de um mesmo espaço social, representação da identidade coletiva, e passa a ser algo mais. Algo, portanto, reconhecido e apropriado por seus próprios criadores.

Essa apropriação e seu uso, portanto, trouxeram um aspecto diferente e, nesse sentido, importante para pesquisas futuras. Ratificamos que a memória nunca é “ingênua”, mas sim ação individual ou coletiva que atende dos níveis mais sutis aos mais explícitos do jogo de relações sociais, políticas, culturais ou religiosas de um dado grupo no tempo e no espaço.

Essas duas dimensões acima possuem um detalhe digno de nota. Embora sejam aspectos delineadores do que poderíamos chamar de realidade, hoje são cada vez mais postos à prova pelas próprias realizações humanas. Com a virtualidade do espaço eletrônico, não só a concepção de tempo pode começar a ser discutida, como, e principalmente, a idéia de espaço se tornou completamente fluida.

O que dizemos é que no espaço virtual, no ciberespaço, ao indagarmos algo sobre um determinado registro, documento, testemunho ou imagem; um *enunciado* no termo foucaultiano da palavra, não devemos ser confiantes demais na interpretação apresentada dessa estrutura em que estes traços ou registros são captados e expostos à consulta ou à “exibição”. De início, não sabemos ao certo os porquês dessa realização e as respostas somente serão alcançadas se ousarmos descobrir o que há do outro lado desse mosaico de imagens e discursos, e se têm em si mesmos uma explicação para sua origem.

É esta explicação que devemos questionar. Não apenas o mosaico em si. Dessa maneira, ao nos depararmos com as realizações dos já referidos *sites* do “ABC de Luta” e do “Memória dos Trabalhadores” da Petrobrás, o que estava em jogo era mais que aquele mosaico virtual de imagens, palavras e sons. Era o motivo pelo qual aquilo era como é, o porquê de estar ali através daquele espaço naquele tempo.

Ao tentarmos alcançar as explicações possíveis sobre os referidos projetos fomos surpreendidos — como um navegador experiente que jamais imagina a dimensão do “*iceberg*” à frente de sua embarcação — por algo exponencialmente maior e mais profundo. Algo que se ligava logicamente ao contexto atual político, social, informacional e tecnológico, mas que fazia parte também de uma circulação de experiências, pessoas e estratégias de poder erigidas ao longo de um período historicamente fértil do ponto de vista global.

A experiência francesa ligada às realizações das confederações sindicais, aqui representadas pela CGT - e seu instituto de História Social - e pela CFDT, sobre a memória e a política de arquivos instituída nas últimas quatro décadas possuía em seu bojo uma historicidade singular. Da mesma maneira a experiência brasileira ligada à sua esquerda recente, representada pelo próprio SMABC, do(s) Sindipetro(s) e da CUT, além da circulação de seus militantes, em torno da memória e da questão dos arquivos a ser preservados e, sobretudo, utilizados na formação e na construção de uma memória mantenedora da identidade futura.

Ainda assim, mesmo com suas singularidades históricas, o fenômeno da memória iniciado na segunda metade do século XX acabaria transversalizando esses diferentes espaços e se instaurando no mundo do trabalho através de seus grupos sociais ou suas instituições como algo indissociável do próprio processo de questionamento e crise da identidade, que mais cedo ou mais tarde passaram pelo mesmo fenômeno de mudanças ocorridas no capitalismo mundial. Logicamente, as respostas a isso se dariam de maneiras adequadas às realidades de cada local, cada cultura ou cada política existente. Ainda assim, em meio às diferenças podemos dizer que o desejo de memória mostrou-se como uma constante.

Essa constante é o que buscávamos encontrar na tese. Verificar nossa hipótese de que a busca pela institucionalização da memória através dos sindicatos e centrais representativas dos trabalhadores estava atrelada à necessidade de disputa pelo espaço político e social através do exercício e manutenção de sua própria historicidade. Ou

seja, através da criação de um discurso próprio, coletivo, mas institucional. Discurso este que só seria possível se empreendida uma política de memória e de arquivo — até então — enquanto processo conjunto ao desenvolvimento e à apropriação da comunicação no âmbito sindical, onde se fazia necessária uma participação mais ativa junto às mídias disponíveis, e do discurso acadêmico frente a outras instituições dedicadas à pesquisa no âmbito das ciências humanas.

Este processo levou-nos a perceber que, juntamente com essa política de memória instituída e partilhada não apenas no interior do espaço sindical e militante, mas igualmente apresentada no espaço público através de instrumentos diversos, ocorria aí um processo de “reconhecimento” e de legitimação frente à sociedade civil.

Este processo tornava a memória através de seus usos políticos um capital simbólico importante, de valor para os que no presente se reconheciam naquelas trajetórias e experiências pretéritas e para os que no futuro tomassem este mesmo capital simbólico como ponto de partida para a formação de suas identidades coletivas.

A memória viva, de antigos trabalhadores, juntamente com a memória documental, simbólica, imagética, se tornou assim uma parte vital para a salvaguarda de um patrimônio importante por ser ela o elemento de coesão encontrado e trabalhado para a manutenção de uma identidade coletiva resiliente.

Identidade esta que historicamente é sempre entendida como lugar de disputas e adaptações, mas também de legitimação conferindo-lhe poder. Tanto por aqueles que a detém no plano individual como coletivo, quanto por aqueles que buscam compreendê-la e traduzi-la entre os corredores acadêmicos, ou até mesmo a mantêm nos espaços de poder, de governo, quando ali alcançam. E este é também uma singularidade do caso brasileiro devido à ascensão de Lula ao centro executivo do poder democrático brasileiro.

Neste percurso o espaço acadêmico, intelectual, ligado à parte da esquerda no Brasil com certeza é debitário da contribuição da CUT ao longo dos quase 27 anos de existência que se completam em 2010, assim como ele também franqueou uma colaboração de extrema riqueza não só na militância como no campo de estudos e pesquisas das ciências humanas durante o regime ditatorial, contribuindo igualmente para a formação de muitos militantes e auxiliando durante o processo de criação ou

“resgate” de outros centros e espaços que visavam preservar a história e a memória dos trabalhadores.

Há muito ainda o que ser feito. Os exemplos, os casos estudados nesta tese não acompanham a velocidade com que novos “projetos de memória”, novos arquivos e novas estratégias digitais são realizados, mostrando que a contribuição aqui dada é apenas um começo e não um fim. Ainda assim, há muito que se pensar, pois as memórias locais, familiares, privadas, não acabaram, não se extinguíram. Elas estão aí convivendo em meio ao campo de batalha que é o tempo.

Entendemos, portanto, que a memória sindical está aí, ou sempre esteve, nesse campo das disputas e usos políticos, pois ela é parte dessa identidade que em nossa atualidade acelerada se difunde pela fala, pela escrita, pela imagem e pelas combinações binárias da tecnologia. Mas sabemos também que seu excesso ou sua demasiada confiança através daquilo que nos é apresentado por esse mosaico de representações, expostas tanto pelo real como pelo virtual, abriga inúmeras “armadilhas” para o navegador inexperiente ou passionalmente levado pelo discurso reivindicante da memória “justa”, ferramenta poderosa para o reconhecimento no nível social e perigosa quando não buscamos ousar descobrir seus mecanismos que, por trás da tela, significam e constroem a história.

Anexos

Anexo a:

CENTRE CONFÉDÉRAL D'ARCHIVES C.G.T.

263, rue de Paris
93516 Montreuil Cedex
Tél. 851.84.90

AUX UNIONS DÉPARTEMENTALES

/ M.P. / 85 / 25

Montreuil le 27 AOUT 1985

Cher(e) Camarade,

Le Centre Confédéral d'Archives a décidé de tenir une nouvelle SESSION D'ETUDES SUR LES ARCHIVES, au Centre Benoit-Frachon de Courcelle,

DU DIMANCHE 3 NOVEMBRE AU SOIR
AU SAMEDI 9 NOVEMBRE 1985 APRES-MIDI

Ce stage sera le seul de l'Année sur ces questions. Il s'adresse à tout militant, tout syndiqué intéressé par la sauvegarde des sources d'histoire du mouvement syndical, mais aussi, à tout responsable- en particulier responsable à l'Organisation ou Administrateur- plus chargé directement du patrimoine du mouvement syndical.

Conformément à nos missions, il s'agit de créer un mouvement d'intérêt pour que nos archives anciennes ne soient plus à la merci de destructions liées aux déménagements et réfections de locaux ou aux changements d'équipes dirigeantes par exemple et pour que nos archives actuelles puissent être mieux utilisées dans le cours même de l'activité militante.

C'est pourquoi, notre Stage peut convenir non seulement aux militants spécifiés ci-dessus, mais aussi à certains membres de Secrétariat Technique (collaborateurs à l'organisation, Secrétaires Dactylographe etc.) qui ont un rôle d'organisation non négligeable. Il est vrai qu'un Secrétariat Technique bien tenu permet ensuite une approche archivistique et documentaire bien plus facile.

Notre Stage traitera donc tout à la fois, de questions pratiques, de questions théoriques et de questions syndicales. Dans les questions pratiques, citons :

- comment conserver et dans quels locaux ?
- comment trier, classer et coter ? Que faut-il jeter ?
- Comment reproduire des documents ?
- Comment réaliser un inventaire d'archives et une interview ?

Dans les questions théoriques, il sera entre autres évoqué et développé :

- le contexte général en France pour la sauvegarde des archives publiques et privées,
- les droits juridiques du propriétaire d'archives,
- les modalités de communication des archives.

Enfin, dans les questions plus syndicales, il conviendra d'analyser :

- les missions du Centre Confédéral d'Archives au sein de la C.G.T.,
- les publics à accueillir en fonction de notre conception de l'histoire sociale et de la création des instituts régionaux d'histoire sociale.

Un certain nombre de documents et des travaux pratiques sur fonds d'archives, appuieront les exposés. La formation donnée fait donc à la fois appel au sens pratique des camarades, à leur expérience syndicale ainsi qu'à leur réflexion plus générale sur l'histoire sociale. Aucune formation préalable n'est demandée aux participants.

Les frais de voyage et de séjour sont pris en charge par nous-mêmes.

Nous souhaitons que, sans attendre, vous puissiez rechercher un ou des candidats pouvant participer à notre Stage qui se déroulera donc en internat, avec l'optique de pouvoir déboucher sur des réalisations concrètes. Celles-ci peuvent prendre des formes modestes au départ. Sans songer à mettre en place obligatoirement des centres d'archives ou des instituts d'histoires, il y a du travail immédiatement à faire dans les bureaux, dans les greniers, dans les caves pour mettre de l'ordre, sauver et gérer notre patrimoine sous le contrôle des organisations de la C.G.T., propriétaires de tel ou tel fonds d'archives.

Nous restons à votre disposition pour tous renseignements complémentaires et dans l'attente de votre décision,

Reçois, Cher(e) Camarade, nos bien fraternelles salutations.

Marc PILOT
Directeur du C. C. A.

P.S. Si, comme nous l'espérons vous répondez positivement à notre proposition, veuillez nous retourner sans tarder le questionnaire ci-joint.

Anexo b:



Union Départementale de Loire-Atlantique

Nantes, le 18 SEPTEMBRE... 1985....

— BOURSE du TRAVAIL —

8, rue Arsène-Leloup
44049 — Nantes Cédex

Centre Confédéral d'Archives C.G.T.
263, rue de Paris
93516 MONTREUIL CEDEX

V/REF : M.P. / 85 / 25

Chers Camarades,

En réponse à votre sollicitation du 27 Août dernier, nous avons le plaisir de vous proposer la candidature du Camarade GAUTIER Robert, 69 Bd de la Fraternité - 44600 SAINT NAZAIRE.

Nous fondons l'espoir qu'elle soit retenue, parce que nous voulons doter notre U.D. et nos principales U.L. de l'outil nécessaire à la structuration de notre mémoire collective que représentent nos archives.

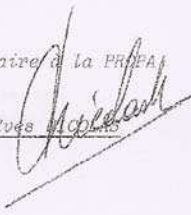
Tout est à faire dans ce domaine et nous mesurons bien nos responsabilités dans un département comme le nôtre.

Cette candidature vous est envoyée en tenant compte de votre souci d'être rapidement fixés sur les demandes.

Nous recherchons toujours sur Nantes, une autre Candidature, ce qui veut dire, que pour ce stage ou un autre, nous pourrions proposer d'autres camarades.

Recevez, Chers Camarades, nos fraternelles salutations.

Le Secrétaire à la PRÉPA

Jean Yves 



f s m

Fédération de la Santé et de l'Action Sociale

Case 538 - 93515 MONTREUIL Cedex
Tél : 851.80.91

R.N./LR

Marc PICIOT
Directeur du
Centre Confédéral des
Archives C.G.T.

Objet :

stage confédéral
étude sur les archives
3 - 9 novembre 1985

Montreuil, le 14 août 1985

Cher camarade,

Suite à ton courrier du 14 juin dernier dont j'ai pris connaissance en rentrant de congé, je peux te confirmer une candidature au stage "Etude sur les archives" du 3 au 9 novembre 1985, pour notre fédération Santé.

Il s'agit de :

Mme Christine POUILLEY
collaboratrice au secteur L.D.A.J.
et responsable de la documentation
et de l'archivage de notre fédération.

Si tu as besoin d'autres renseignements ou coordonnées de la camarade, tu pourras la joindre à notre fédération au poste téléphonique 91.94 à compter du 4 septembre (elle est actuellement en congé).

Bien à toi et fraternellement

R. NADAUD
responsable du secteur Libertés,
Droits et Actions Juridiques.

BOURSE NATIONALE DU TRAVAIL
253, rue de Paris - Montreuil - Métro Robespierre

UNION SYNDICALE **CGT** DE LA RATP

85, rue Charlot PARIS 3^{ème}

271.28.56 POSTE 39

PARIS, le 27 juin 1985

Centre Confédéral d'archives C.G.T.
263, rue de Paris
93516 Montreuil Cedex

Cher (e) Camarade,

Notre Union Syndicale, depuis déjà plusieurs années, s'intéresse aux archives et plus particulièrement à celles de la R.A.T.P. Nous avons une salle d'archives aménagée dans notre propriété de Fontenay les Briis (Essonne).

Nous sommes intéressés par la session d'études que vous organisez du 3 au 9 novembre 1985.


Nous proposons pour suivre cette session, deux camarades qui s'occupent plus particulièrement de ces questions.

Le camarade Jean PEYRUSSIE, technicien, secrétaire trésorier de l'Union (permanent) et le Camarade André BONNAUD, (ouvrier hautement qualifié), retraité depuis le 30 mai 1985, responsable des archives, ancien secrétaire général des Ouvriers de la R.A.T.P.

En souhaitant que vos possibilités permettent à ces deux camarades de suivre votre session et restant à votre disposition pour des renseignements complémentaires,

Reçois, Cher (e) Camarade, nos biens fraternelles salutations.

Pour l'UNION


J. PEYRUSSIE
Secrétaire

Anexo C:

FICHE INDIVIDUELLE DU STAGIAIRE

Cocher ainsi les cases pour signifier "OUI"

- Remplir au stylo à bille.
- Éviter le rapprochement sur les autres feuilles.

NATURE DE LA FORMATION

.....

.....

RENSEIGNEMENTS CONCERNANT LE STAGE

STAGE ORGANISÉ PAR : À *Courcelle*

DU : *22/9/99* AU : *24/9/99* EXTERNAT INTERNAT

RENSEIGNEMENTS CONCERNANT LE STAGIAIRE

NOM *Delannay* PRENOM : *Eric* SEXE H F

ADRESSE (FACULTATIF) *6 rue Georges Brassens*

Berguette isberguis 62330

VILLE *Berguette* CODE POSTAL : *62330*

ANNEE DE NAISSANCE *1949* ANNEE D'ADHESION A LA CGT. *1968*

EN ACTIVITE SANS EMPLOI RETRAITE ADHERENT UGR

QUALIFICATION OS OP EMP

ENSEIGNANT MAÎT TECH I/C ADHERENT UGICT

CDI AUTRE : CDD, INTERIM, CES... NATURE : TEMPS PARTIEL TAUX :

ENTREPRISE : *UGO* FEDERATION : *Meaux*

VOTRE UD : *Pas de Calais* VOTRE UL : *Liérs*

FORMATION SYNDICALES SUIVIES

FORMATION INITIALE (FSD, ACCUEIL, ...)	ANNÉE <i>X</i>
BASE OU NIVEAU 1 :	ANNÉE <i>X</i>
MOYEN OU NIVEAU 2 :	ANNÉE <i>X</i>
SUP. CONFEDERAL OU NIVEAU 3 :	ANNÉE <i>X</i>
AUTRES :	

FONCTIONS SYNDICALES ET MANDATS

A LA SECT. SYND AU SYNDICAT

A L'UNION LOCALE A L'UNION DÉP.

A UNE STRUCTURE PROFESSIONNELLE

A L'UGICT

AUTRES *Secrétaire général de l'U.O.*

MANDATS ELECTIFS

Feuille à conserver par l'organisateur

FICHE INDIVIDUELLE DU STAGIAIRE

NATURE DE LA FORMATION

I.H.S. achéves

Cocher ainsi les cases pour signifier "OUI"

à l'usage de l'organisateur

RENSEIGNEMENTS CONCERNANT LE STAGE

STAGE ORGANISÉ PAR I.H.S. A Courcelles

DU 22-09-99 AU 26-09-99 EXTERNAT INTERNAT

RENSEIGNEMENTS CONCERNANT LE STAGIAIRE

NOM PIVOTSKY PRENOM Eduard SEXE - M F

ADRESSE (FAUCILTAIRE) Entrée D
6 rue de la Touraine

VILLE TOULOUSE CODE POSTAL : 31100

ANNÉE DE NAISSANCE 31 ANNÉE D'ADHESION A LA CGT 58

EN ACTIVITE SANS EMPLOI RETRAITE ADHÉRENT UGR

QUALIFICATION OS OP EMP

ENSEIGNANT MAÎT TECH IC ADHÉRENT UGICT

CD Autre ODD Internat CES NATURE TEMPS PARTIEL TAUX

ENTREPRISE FEDERATION
VOTRE UD : 31 VOTRE UL : Ulse Mirail Rive Gauche

FORMATION SYNDICALES SUIVIES

FORMATION INITIALE (FSD, ACCUEIL...) ANNÉE

BASE OU NIVEAU 1 ANNÉE 70

MOYEN OU NIVEAU 2 ANNÉE 72

SUP. CONFÉDÉRAL OU NIVEAU 3 ANNÉE

AUTRES orga

FONCTIONS SYNDICALES ET MANDATS

A LA SECT. SYND. AU SYNDICAT Retraité Mirail 31

A L'UNION LOCALE Bureau A L'UNION DÉP.

A UNE STRUCTURE PROFESSIONNELLE

A L'UGICT

AUTRES CD Retraité

MANDATS ELECTIFS

Feuille à conserver par l'organisateur

Edition Juin 1997

FICHE INDIVIDUELLE DU STAGIAIRE

NATURE DE LA FORMATION

Archives

Cocher, ainsi les cases pour signifier "OUI"

Écrire au stylo à bille
Vérifier le marquage sur les autres feuilles

RENSEIGNEMENTS CONCERNANT LE STAGE

STAGE ORGANISÉ PAR : I.H.S. CGT A Courcelles
DU : 22 AU : 24/09/99 EXTERNAT INTERNAT

RENSEIGNEMENTS CONCERNANT LE STAGIAIRE

NOM : LUZY PRÉNOM : Claude SEXE H F
ADRESSE (FACULTATIF) : 15 Chemin de la Violette
VILLE : La Tronche CODE POSTAL : 38700
ANNÉE DE NAISSANCE : 1942 ANNÉE D'ADHÉSION À LA CGT : 1967

EN ACTIVITÉ SANS EMPLOI RETRAITÉE ADHÉRENT UCR
QUALIFICATION OS OP EMP
ENSEIGNANT MAÎT TECH I/C ADHÉRENT UGICT
CDI AUTRE : CDD, INTÉRIM, CES, NATURE : TEMPS PARTIEL TALX :

ENTREPRISE : FÉDÉRATION :
VOTRE UD : Isère VOTRE UL : Grenoble

FORMATION SYNDICALES SUIVIES

FORMATION INITIALE (FSD, ACCUEIL, ...) ANNÉE :
BASE OU NIVEAU 1 : ANNÉE :
MOYEN OU NIVEAU 2 : ANNÉE :
SUP. CONFÉDÉRAL OU NIVEAU 3 : ANNÉE :
AUTRES :

FONCTIONS SYNDICALES ET MANDATS

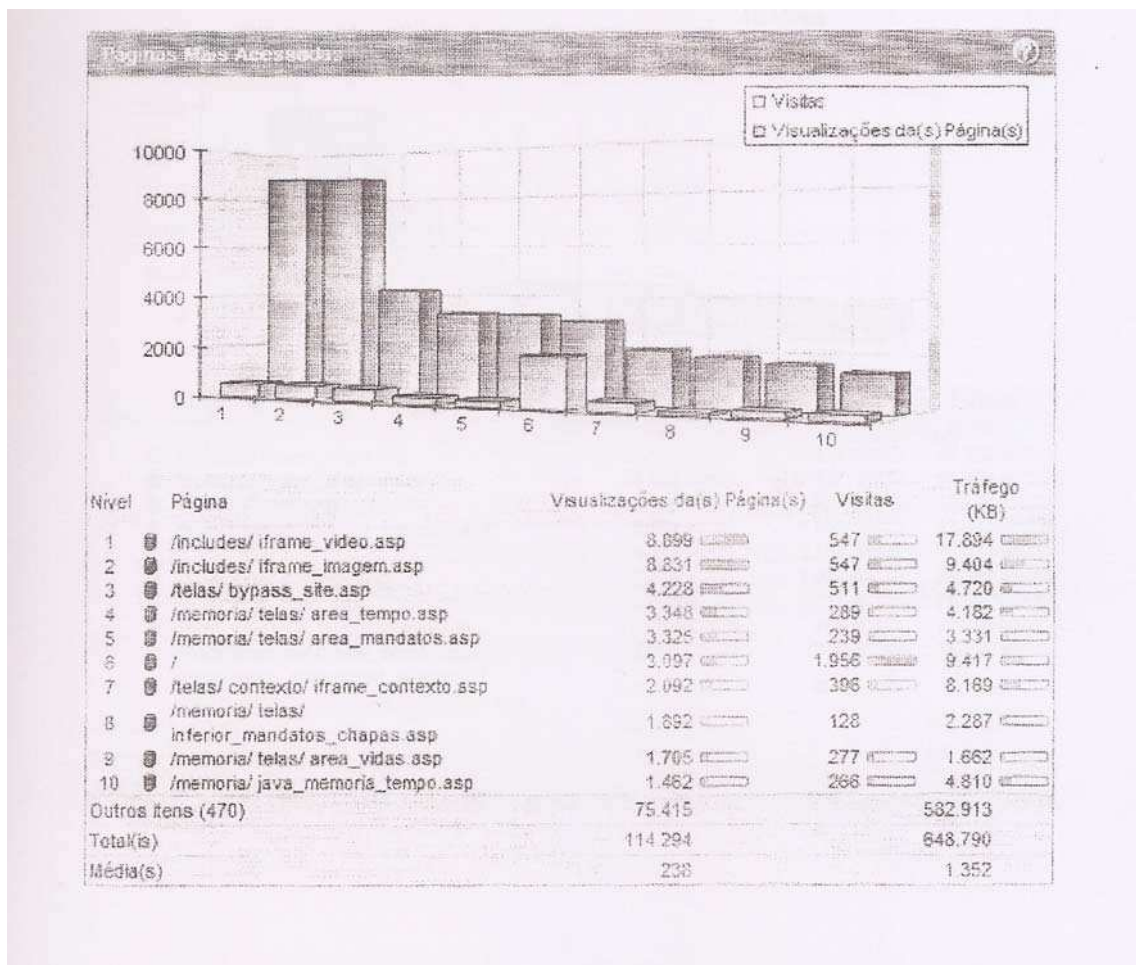
A LA SECT. SYND AU SYNDICAT
A L'UNION LOCALE À L'UNION DÉP
A UNE STRUCTURE PROFESSIONNELLE
A L'UGICT
AUTRES :

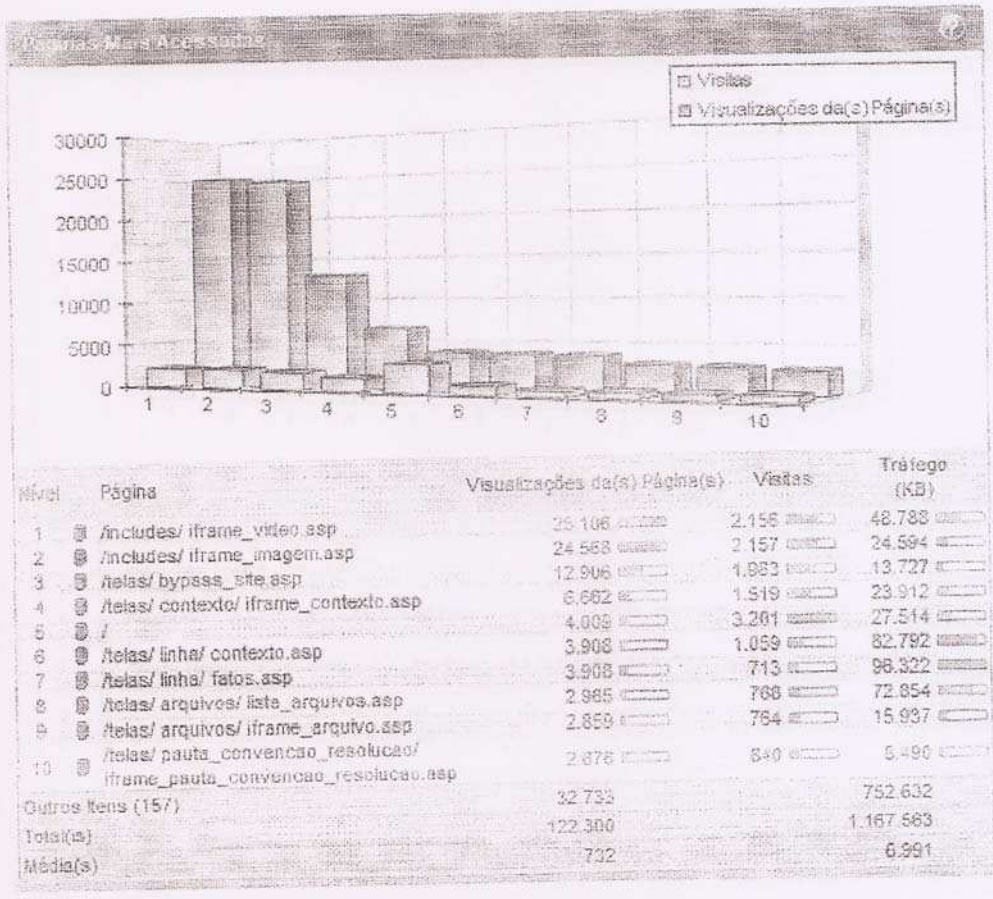
MANDATS ELECTIFS

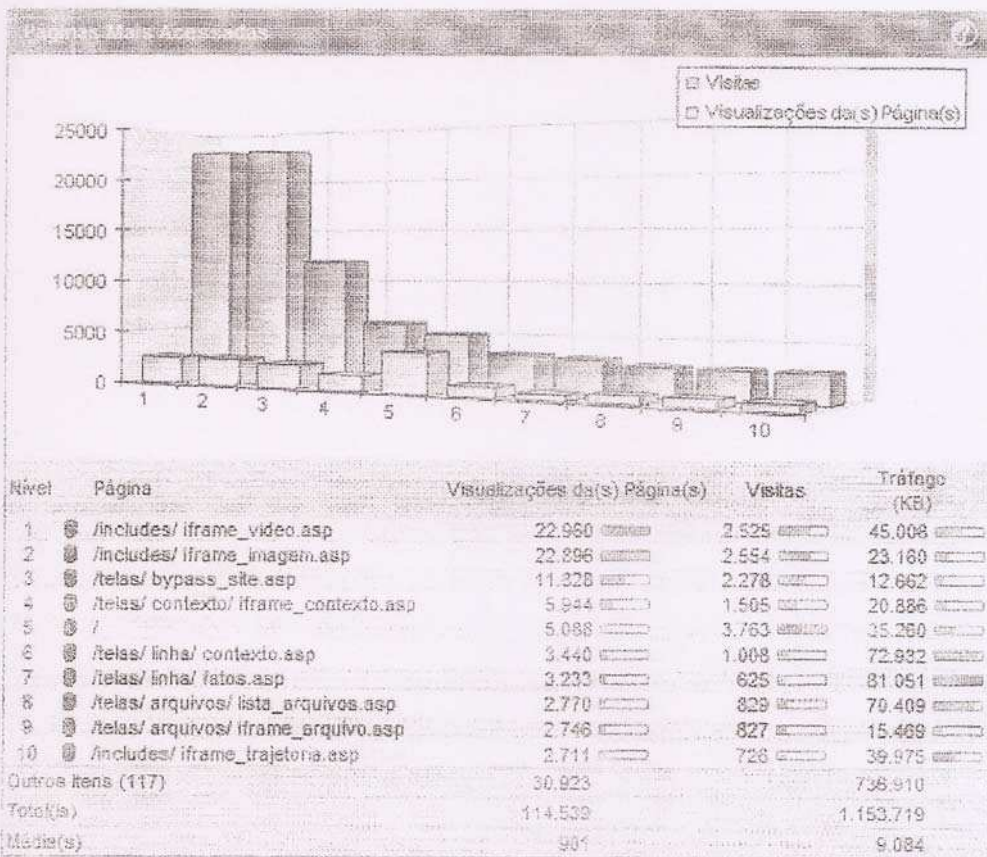
Feuille à conserver par l'organisateur

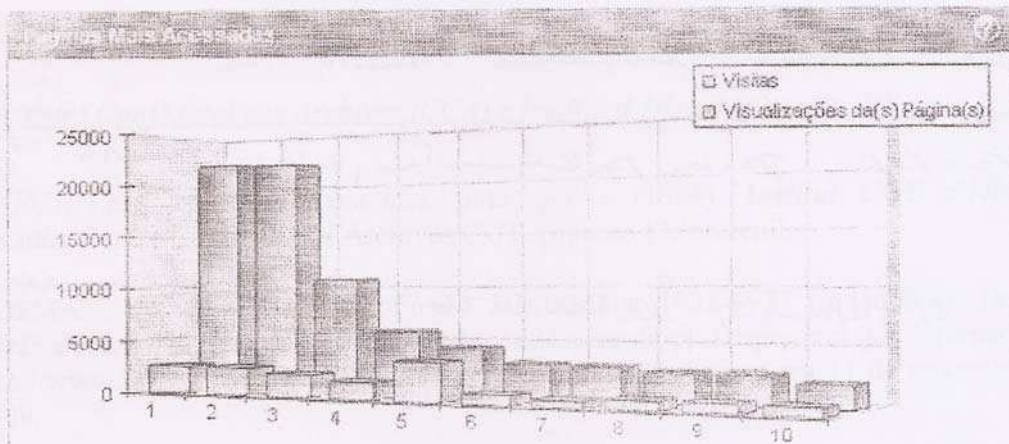
Edition Juin 1997

Anexo d:









Nível	Página	Visualizações da(s) Página(s)	Visitas	Tráfego (KB)
1	/includes/iframe_video.asp	22.166	2.599	43.943
2	/includes/iframe_imagem.asp	22.009	2.594	22.759
3	/telas/bypass_site.asp	10.699	2.154	11.799
4	/telas/contexto/iframe_contexto.asp	5.790	1.649	20.481
5	/	4.417	3.577	30.751
6	/telas/linha/contexto.asp	3.143	929	67.308
7	/telas/linha/tafos.asp	3.035	635	77.598
8	/telas/arquivos/iframe_arquivo.asp	2.684	889	15.335
9	/telas/arquivos/lista_arquivos.asp	2.675	891	68.609
10	/telas/pauta_convencao_resolucao/iframe_pauta_convencao_resolucao.asp	2.080	822	6.094
Outros itens (164)		32.779		729.699
Total(is)		111.486		1.084.356
Média(s)		643		6.269

Referências

Fontes primárias e secundárias*

Arquivos da CGT- Paris, França:

Centre Confédéral des Archives (CCA) e Institut d'Histoire Sociale IHS de la CGT

« ARCHIVER: pourquoi, comment, pour qui? » (1984). *Institut CGT d'Histoire Sociale*. Centre Confédéral d'Archives CGT. [mimeo.] Montreuil.

BOSMAN, Françoise. (1984a). Fundo Jean Bruhat 1931-1977 (inventário). *Institut CGT d'Histoire Sociale*. Fevereiro de 1984. [on-line] Disponível na internet em: http://www.ihs.cgt.fr/IMG/pdf_Fonds_Jean_Bruhat.pdf. Acesso em 11 de novembro de 2009.

BOSMAN, Françoise. (1984b: carta à PUYMEGES). « *Porquoi un guide aujourd'hui In : Faire l'Histoire du Monde du Travail: Guide Pratique*. [mimeo.] » *Institut CGT d'Histoire Sociale*. Arquivo: Box de Françoise Bosman.

BRUHAT, Jean. (1982a: carta à PILOLOT). « *Correspondances à l'occasion de la création de l'IHS 1982* ». *Institut CGT d'Histoire Sociale*. Arquivo: caixa 53/ Formation syndicale.

BRUHAT, Jean. (1982b: carta à BRAIRE) « *Correspondances à l'occasion de la création de l'IHS 1982* ». *Institut CGT d'Histoire Sociale*. Arquivo: caixa 53/ Formation syndicale.

CONRAUD, Jean-Marie. (S/D) « *Pour conserver la mémoire du mouvement ouvrier, sauvons les archives syndicales* ». [Informativo sem identificação e sem data.] « *Troisième partie : Quelques utilisations possibles des archives.* » *Institut CGT d'Histoire Sociale*. [mimeo.] Box: Marc Piolot.

PILOLOT, Marc. (1980). « *Projet d'un règlement du problème des archives de la CGT* ». 27 février, 1980. Tradução livre do autor. *Institut CGT d'Histoire Sociale*. Arquivo: Box de Françoise Bosman.

* As fontes aqui explicitadas não compõem o conjunto integral de fontes consultadas. As que julgamos necessárias foram referenciadas no próprio corpo do texto. Outras, mais extensas, foram colocadas nesta lista de fontes primárias e secundárias. As fontes de proveniência eletrônica (via internet) foram todas referenciadas ao longo do corpo da tese.

PIOLOT, Marc. (1985). Circular de Marc Piolot aos departamentos da CGT. 27 de agosto de 1985. *Institut CGT d'Histoire Sociale*. Fundo IHS. *Institut CGT d'Histoire Sociale*. Fundo IHS.

Réflexion à partir de la Journée d'Étude du 1^{er} JUIN sur les Archives Syndicales. Tradução livre do autor. *Institut CGT d'Histoire Sociale*. Arquivo: Box de Françoise Bosman. 1981.

Les Cahiers de l'Institut CGT d'Histoire Sociale

Les Cahiers de l'Institut CGT d'Histoire Sociale. n°3, décembre 1982. Reunião do Conselho de Administração e de Orientação do Instituto. Institut CGT d'Histoire Sociale. Montreuil, Paris. *Institut CGT d'Histoire Sociale*.

Les Cahiers de l'Institut CGT d'Histoire Sociale. n°5, février 1983. Institut CGT d'Histoire Sociale. Montreuil, Paris. p.2.

Les Cahiers de l'Institut CGT d'Histoire Sociale. n°8, octobre 1983. Institut CGT d'Histoire Sociale. Montreuil, Paris. p.1.

KRASUCKI, Henri. (1982). *Les Cahiers de l'Institut CGT d'Histoire Sociale*. n°1, mai 1982. Institut CGT d'Histoire Sociale. Montreuil, Paris.

SEGUY, Georges. (2002). « 20 ans après ». *Les cahiers de l'institut CGT d'histoire sociale*. N.81, mars 2002.

Arquivos da CFDT – Paris, França :

Archives Confédérales de la CFDT e Archives Interfédérales de la CFDT

Archives Confédérales de la CFDT. Paris, 2008. Carta enviada , em 1988, pela Associação de Empregados da Embratel no Rio de Janeiro (ABET) ao grupo de pesquisas e intercâmbios tecnológicos (*Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques – GRET*).

_____. **Cahier INFOS 92**, Union départementale CFDT des Hauts-de-Seine. n°176 – 92, février 1992.

_____. Carta enviada, em 1988, pelo **Sindicato dos estivadores e dos trabalhadores em carvão e mineral do estado de Pernambuco** ao grupo de pesquisas e intercâmbios tecnológicos (*Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques – GRET*).

_____. Paris. “Sindicalista francês vê memória sindical”. **JORNAL DO COMMERÇIO**. Recife, 15 de abril, 1989.

_____. Paris. “Sindicalista francês participa de encontro do Partido Socialista.” *DIARIO DE PERNAMBUCO*. Recife, 29 de abril, 1989.

_____. CONRAUD, Jean-Marie. *Sauvetage de la Mémoire Syndicale à Recife. Raport de Suivi – 12 avril au 02 mai 1989*. Archives Confédérales de la CFDT. Paris, 2008.

BATTAIS, Louissette. (1997). « *Les archives du syndicat Renault des travailleurs de l'automobile.* » In : *ARCHIVES CONFEDERELES CFDT*. Janeiro de 1997. Paris : CFDT.

CFDT. (1973). “*La CFDT et l'information*” In: *XXXVI Congrès Confédéral de Nantes*. Arquivos confederais da CFDT. Paris.

KASPAR, Jean. (1992). Avant-propos In : *INVENTAIRES CFDT, secrétariat confédéral (archives confederales)*. CFDT, Paris.

Centro de Documentação e Memória Sindical (CEDOC) da CUT nacional:

CEDOC CUT. (2001). **Plano de trabalho**. Centro de Documentação e Memória Sindical (CEDOC). São Paulo.

CEDOC CUT. (1999). **Orientações para implantação de uma política de arquivos integrados na Central Única dos Trabalhadores (CUT)**. Centro de Documentação e Memória Sindical (CEDOC). São Paulo.

SOUZA, Solange de. (S/D). “CEDOC.” **Forma & Conteúdo**. Centro de Documentação e Memória Sindical (CEDOC). São Paulo. **2º CONGRESSO NACIONAL DA CUT (1986). 31 de julho e 1, 2 e 3 de agosto de 1986, Rio de Janeiro (RJ) – Ginásio do Maracanãzinho - RESOLUÇÕES. CEDOC CUT.**

3º CONGRESSO NACIONAL DA CUT (1988). 7 a 11 de setembro de 1988, Belo Horizonte (MG) – Ginásio do Mineirinho – RESOLUÇÕES. CEDOC CUT.

4º CONGRESSO NACIONAL DA CUT (1991). 4 a 8 de setembro de 1991, São Paulo (SP) – Palácio das Convenções do Anhembi - RESOLUÇÕES . CEDOC CUT.

Arquivo audiovisual da TV dos Trabalhadores (TVT):

FELÍCIO, João. (2001). **Pronunciamento de João Felício no evento de lançamento do ABC de Luta**, realizado em São Bernardo do Campo na sede do SMABC no dia 01 de julho de 2001, às 18 horas. ABC de Luta. São Bernardo do Campo – São Paulo.

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC:

Centro de Documentação e Memória Lucindo Bueno da Silva (CDeM)

“Seminário Debate Memória e História Oral” **Jornal da CUT SP**. OUT/NOV/92 ano II, n°79. CDeM/SMABC.

NAZARENO, Jorge. Novo Momento. In: **Jornal O Globo** de 17 de janeiro de 1997. Primeiro Caderno, Opinião. p. 6. Jorge Nazareno, em 1997, foi presidente eleito do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e região.

Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada. São Paulo: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1998

ENTREVISTAS:

BARGAS, Osvaldo Martines. (2006, 01 junho). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta**. O entrevistado é ex-dirigente sindical do ABC, militante da JOC, ex-secretário geral de relações internacionais da CUT nacional e Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, MTE - Brasília, DF.

_____. (2009, 27 julho). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta**. O entrevistado é ex-chefe do Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, MTE – Brasília, DF.

BEZERRA “BANANA”, Josimar Alves. (2009, 29 janeiro). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta**. O entrevistado é produtor de vídeo da TV dos Trabalhadores (TVT). São Bernardo do Campo, SP.

CARRARA, Antonio. (2008, 25 setembro). **Entrevista concedida à Miriam Collares. Cedida pela própria ao autor**. O entrevistado é ex-sindicalista da Sindipetro.

CHARTAIN, Bernard. (2008, 26 maio). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta**. O entrevistado é marido de Julia CHARTAIN e ex-operário da fábrica Renault de *Boulogne Billancourt*. Tradução livre do autor.

CHARTAIN, Julia. (2008, 26 maio). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta.** A entrevistada é esposa de Bernard CHARTAIN, ex-operário da fábrica Renault de *Boulogne Billancourt*. Tradução livre do autor.

COLLARES, Miriam (2006, 04 maio). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta.** A entrevista é responsável pelo arquivo do Projeto Memória dos Trabalhadores Petrobrás. Rio de Janeiro, RJ.

CRUZ “LULINHA”, Luis Soares da. (2006, 09 maio). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta.** O entrevistado é sindicalista e coordenador do Movimento de Alfabetização do SMABC. São Bernardo do Campo, SP.

DECISIER, Donat. (2008, 23 junho). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta.** Paris,. O entrevistado ocupa o cargo de Secretário Geral; responsável pelo IHS da CGT.

HOLANDA, Orismar. (2006, 05 outubro). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta.** O entrevistado é dirigente sindical do SINDIPETRO do Ceará. Também é coordenador do projeto memória em seu Sindipetro regional. Rio de Janeiro – RJ.

ISAWA, Tsukassa. (2009, 28 janeiro). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta.** O entrevistado é ex-diretor do SMABC e atuou na coordenação do projeto ABC de Luta.

JACQUOT, Denis. (2008a, 07 junho) **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta.** Paris. O entrevistado é ocupou o cargo de Secretário Geral; responsável pelo departamento internacional da CFDT. Realizou missões na África, Brasil, entre outros países. Paris – França.

_____. (2008b, 21 julho). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta.** Paris. Idem. Paris – França.

MOHAMED, Amri. (2008, 16 junho). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta.** O entrevistado é ex-operário da unidade *Île Seguin* da Renault de *Boulogne Billancourt* e, quando do momento da entrevista, presidente da ATRIS. Tradução livre do autor.

PIALOUX, Michel. (2008, 14 maio). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta.** Paris. O entrevistado é pesquisador do EHESS e *Maître de Conférences*, *retraité do Centre de Sociologie Européenne (CSE/EHESS)*. Paris – França.

SANTOS, Ruth Maria. (2009, 26 janeiro). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta.** A entrevistada foi funcionária do arquivo do Centro de Documentação e Memória Memória Lucindo Bueno da Silva (CDeM) na transição da primeira fase para a segunda fase do ABC de Luta.

SANCHES, Itamar. (2006, 13 setembro). **Entrevista concedida a Ricardo Medeiros Pimenta.** O entrevistado é dirigente sindical do SINDIPETRO Unificado de São Paulo,

antigo Sindipetro de Campinas e integrante da FUP. É também coordenador do projeto memória em seu Sindipetro. Rio de Janeiro – RJ.

BIBLIOGRAFIA:

- AMÉRY, Jean. (1977). *Jenseits von Schuld und Sühne*. Stuttgart: Klett-Cotta.
- ANHEIM, Étienne e PONCET, Olivier. (2004). «*Fabrique des archives, fabrique de l'histoire*», *Revue de Synthèse*, n. 125, 2004. p. 1-14.
- ANTUNES, Ricardo. (2005). **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo / Coleção Mundo do Trabalho.
- _____. (2003). **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 6ª reimpressão. São Paulo, Boitempo Editorial.
- ARBORIO, Anne-Marie. COHEN, Yves. FOURNIER, Pierre. HATZFELD, Nicolas. LOMBA, Cédric et MULLER, Séverin. (dir.) (2008). *Observer le travail. Histoire, ethnographie, approches combinées*. Paris, La Découverte.
- ASSMANN, Jan. (1995). “*Collective memory and Cultural identity.*” *New German Critique*, n°65, Cultural history/cultural studies. pp. 125-133. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4488538>. Acesso em: 16 de junho de 2006.
- BACHELET, Bernard. (1998). *L'espace Vècu*. In : *Le Espace*. Paris : PUF.
- BAJOIT, Guy. (2003). *Le changement social : approche sociologique des sociétés occidentales contemporaines*. Collection cursus. Paris : Armand Collin Éditeur
- BARGAS, Osvaldo. Rainho, Luis Flávio. (1983). **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977/1979)**. São Bernardo: Sindicato Metalúrgicos.
- BARGAS, Osvaldo; JACQUOT, Denis; LIMONET, Jean; DE CASTRO, Maria Silva Portela. (2005). “As raízes da amizade entre CFDT e a CUT.” *La Revue de la CFDT*. Paris: CFDT, n° 71, mai – juin., p. 5-14.
- BASCHET, Jérôme. (2001). «*L'histoire face au present perpetual : quelques remarques sur a relation passé/future.*» In : HARTOG, François. REVEL, Jacques

(dir.). *Les usages politiques du passé*. Paris : Enquête – Éditions de L'École des hautes Études em Sciences Sociales.

BAUMAN, Zygmunt. (2005). **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (2001). **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (1999). **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BAUSSANT, Michèle. (2006). *Du Vrai au Juste : la mémoire, l'histoire et l'oubli*. Laval : PUL.

BEAUD, Stephane e PIALOUX, Michel. (2006). Entrevista: “O ‘mundo operário sem classe operária’: diferenças dos tempos sociais e condição operária”. In: **Dossiê Sociologia da Condição Operária. Tempo Social**, vol.18, nº 1, São Paulo, Jun. 2006.

BEAUD, Stéphane & PIALOUX, Michel. (2004), *Retour sur la condition ouvrière: enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*. Paris, Fayard.

_____. (2003). *Violences urbaines, violence sociale: genèse des nouvelles classes dangereuses*, Paris, Fayard.

BECK, Ulrich. (1997). “A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva”. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (Orgs.). **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Ed. Unesp.

BENJAMIN, Walter. (1994). **Magia e Técnica, arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. (Obras escolhidas vol. I). São Paulo: Brasiliense.

BERGER, Peter. LUCKMANN, Thomas. (2008). **A construção social da realidade: tratado da sociologia do conhecimento**. 29ª ed. Petrópolis: Vozes.

BERGOUNIOUX, Alain ; LAUNAY, Michel-F ; MOURIAUX, René et al. (1982). *La parole syndicale. Etude du vocabulaire confédéral des centrales ouvrières françaises*. 1971-1976. Paris : PUF.

BERGSON, Henri. (1972). *Mélanges*. Paris : PUF.

BLAIS, Gabrielle; ENNS, David. Intensificando o ‘nobre sonho: programação política nos arquivos canadenses. *ACERVO*: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, p. 55-68, v. 4, n. 2, jul./dez. 1989 – v. 5, n.1, jan./jun. 1990.

BOGO, Ademar. (2008). **Identidade e Luta de classes**. São Paulo : Expressão Popular.

BOLTANSKI, Luc. CHIAPELLO, Ève. (2009). **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes.

BOURDIEU, Pierre. (2003). **A Economia das Trocas Simbólicas** (org. Sergio Miceli); coleção Estudos. 5ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva.

_____. (2000). *Propos sur le champ politique*. Lyon : Presses universitaires de Lyon.

_____. (1997). **A Miséria do Mundo**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.

_____. (1994). *Raisons Pratiques: sur La théorie de l’action*. Col. Essais. Paris : Seuil.

_____. (1972). *Esquisse d’une théorie de la pratique*. Genève-Paris.

BOYER, Robert. (1990). **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel.

BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael. (2009). **Por uma sociologia pública**. São Paulo, Alameda.

BRAGA, Ruy. (2003). **A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial**. São Paulo: Ed. Xamã.

BRETON, Philippe. (1997). *L’utopie de la communication: le mythe du village planétaire*. Paris: La Découverte.

BURKE, Peter. (2003). **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1997). **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

CANCLINI, Nestor Garcia. (2005). **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

CANDAU, Joël. (2005). *Anthropologie de la mémoire*. Paris: Armand Colin.

CARDOSO, Adalberto Moreira. (2003). **A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil**. 1a ed. São Paulo, SP: Boitempo Editorial.

_____. (2001). “Problemas de representação do sindicalismo brasileiro: o que aconteceu com a filiação sindical?”. In: TOLEDO, Enrique de La Garza. *Los sindicatos frente a los procesos de transición política*. CLACSO. 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/garza3/cardoso.pdf>

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Vol.1 A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2006, 9 ed.

_____. (2000). **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra.

CASTORIADIS, Cornelius. (2007). **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**. Seminários 1986-1987: A criação humana I. Rio de Janeiro: civilização brasileira.

CERUTTI, Mauro, FAYET, Jean-François, PORRET, Michel (édit.) (2006). *Penser l'archive*. Lausanne: Éditions Antipodes (coll. "Histoire").

CHAUÍ, Marilena. (2006). **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

COOPER, Frederick. (1996). “*Race, Ideology and the Perils of Comparative History*”. *American Historical Review*. vol. 101, n.4, October 1996.

COSTA, Célia Maria Leite, FRAIZ, Priscila Moraes Varella. (1989). “Acesso à informação nos arquivos brasileiros”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 63-76.

COSTA, Hélio da. e SILVA, Fernando Teixeira da. (2001). “Trabalhadores urbanos e populismo: Um balanço dos estudos recentes” In: Ferreira, Jorge (org.). **O populismo e sua história. Debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CFDT. (2001). *Communiquer avec les médias : hors médias, à l'interne*. CFDT communication. Paris : CFDT Presse.

CHAMBARLHAC, Vincent ; UBBIALI, George. (2005). *Epistémologie Du Syndicalisme : Construction Disciplinaire De L'objet Syndical*. Paris, Harmattan.

CHARLESWORTH, Simon J. (2000). *A phenomenology of working class experience*. Cambridge University Press.

CHARTIER, Roger. (2009). **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autentica.

_____. (1994). “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, nº 13.

CHEBEL, Malek. (1998). **La formation de l'identité politique**. Paris : Payot.

CONRAUD, Jean-Marie. (1995). **Plaidoyer pour les archives syndicales : Assises de la mémoire ouvrière**. Conseil général Moselle, et Archives départementales Moselle.

_____. (1991). « Sauver la mémoire syndicale » **Passerelles**. [Dossier : mémoires collectives] Thionville : Revue d'Etudes Interculturelles. nº2.

_____. (1988). **Militants au travail. CFTC et CFDT. dans le mouvement ouvrier lorrain (1890-1965)**. Metz : Presses Universitaires de Nancy.

COSTA, Celia Maria Leite. FRAIZ, Priscila Moraes Varella. (1989). “Acesso à informação nos arquivos brasileiros.” **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol.2, n.3, 1989. p. 63-76.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. (2005). “Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos.” **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol., nº3, 2005. p. 7-32.

DAVALLON, J. (1999). “A imagem, uma arte de memória?” In ACHARD, P. *et alii*. **Papel da memória**. Campinas: Ed. Pontes.

DÉBORD, Guy. (1997). **A Sociedade do Espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. (2003). “Anos 1990: a estabilidade com desigualdade”. In: RAMALHO, José Ricardo. SANTANA, Marco Aurélio. **Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Editora Boitempo.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Felix. (1995). **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 1, São Paulo, Editora 34.

DERRIDA, Jacques (2001). **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro, Relumê Dumará.

DIEHL, Astor Antônio. (2002). **Cultura Historiográfica. Memória, Identidade e Representação**. Bauru, Edusc.

DOSSE, François. (1987). *L'Histoire en miettes. Des «Annales» à la «Nouvelle Histoire»*. Paris : Édition de La Découverte.

DOLLÉ, Jean Paul. (2007). « *Monument et mémoire vive.* » *Le diable probablement*. Dossier : la mémoire. N.3. Paris : Verdier.

DUBET, François. TOURAINE, Alain. WIEVIORKA, Michel. (1997). *Le mouvement ouvrier*. Paris : Fayard.

DUCHEIN, Michel. « *Les Archives des Syndicats et du Mouvements Ouvriers en France* ». *Archivum : Revue Internationale des Archives*, Conseil International des Archives, n°27, p.190. 1980.

DUCHESNE, Françoise ; VAKALOULIS, Michel. (2003). *Médias et luttes sociales. Repenser l'expérience syndicale*. Paris : Éditions de l'Atelier.

DURAND, Jean-Pierre (1996). *Le Syndicalisme au Futur*. Col. Alternatives Sociologiques. Paris: Syros.

FERREIRA, Marieta Moraes. e FORTES, Alexandre. (2008). *Muitos Caminhos, Uma Estrela: Memórias de Militantes do PT*. Vol.1, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

FONTES, Paulo. (2008). *Um Nordeste em São Paulo. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista: 1945-66*. Rio de Janeiro: editora FGV.

FORTES, Alexandre. (2004). *Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: EDUCS/Garamond.

FOUCAULT, Michel. (2004). *Sécurité, territoire, population*. Cours au Collège de France (1977-78). Paris : Gallimard/Seuil.

FOUCAULT, Michel. (2004). *Microfísica do Poder*. (org. e trad. Roberto Machado). Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____. (1987). *Arqueologia do saber*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FRANÇOIS, E. (1994). “*Nation retrouvée, nation à ‘contre-coeur’*. *L’Allemagne des commémorations*”. *Le Débat*, n° 78, 1994, p. 62-70.

FREITAS, Lídia Silvia de. GOMES, Sandra Lúcia Rebel. (2004). “*Quem decide o que é memorável: A memória de setores populares e os profissionais da informação.*” *1ª Foro*

Social de Información, Documentación y Bibliotecas. Programas de acción alternativa desde Latinoamérica para la sociedad del conocimiento. Buenos Aires, 26, 27 y 28 de agosto de 2004.

FRISCH, Michael. (1990). *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History.* Albany: State University of New York Press.

FUKUYAMA, Francis. (1992). **O fim da história e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco.

GORZ, André. (2003). **Metamorfoses do Trabalho: crítica a razão econômica.** São Paulo: Editora Annablume.

_____. (1982). **Adeus ao proletariado.** Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

GRANJON, Fabien. (2001). *L'internet Militant: mouvement social et usage des réseaux télématiques.* Rennes : Editions Apogée.

GUILLEBAUD, Jean-Claude (2006). « *Entre mémoire et projet.* » In : DOSSE, François. GUILLEBAUD, Jean-Claude. FINKELKRAULT, Alain. **La Mémoire, Pour Quoi Faire ?** col. Questions de vie. Paris : les éditions de l'atelier.

HALBWACHS, Maurice. (2004). **A memória coletiva.** São Paulo: Ed. Centauro.

_____. (1996) « *La mémoire collective chez les musiciens* » In **La Mémoire Collective ; première édition critique par Gérard Namer.** Paris : Albin Michel.

_____. (1994). **Les cadres sociaux de la mémoire.** Paris : Albin Michel.

HAMMERSLEY, Martyn. ATKINSON, Paul. (1994). **Etnografía. Métodos de investigación.** Barcelona/ Buenos Aires/México, Paidós.

HAMON, Maurice ; TORRES, Félix. (1987) **Mémoire d'avenir. L'histoire dans l'entreprise.** Paris : Economica.

HARTOG, François. (2003a). **Régimes d'historicité: présentisme et expériences du temps.** Paris: Seuil.

_____. (2003b). "Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo." In: **Revista de História/ Departamento de História.** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP. N°148.

- HARTOG, François. REVEL, Jacques. (2001). *Les usages politiques du passé*. Paris: EHESS.
- HARVEY, David. (2004). **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 13 ed. São Paulo: Loyola.
- HATZFELD, Nicolas. (2002). "La pause casse-croûte. Quand les chaînes s'arrêtent à Peugeot-Sochaux", *Terrain*. n° 39, septembre 2002.
- HAYDEN, Dolores. (1995). *The power of place: urban landscapes as public history*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- HEYMANN, Luciana Quillet. (2009). "Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos." In: **VIII Reunião de Antropologia do Mercosul**. GT 33 – processos de patrimonialização da cultura do mundo contemporâneo. Buenos Aires: 29 de setembro a 09 de outubro de 2009.
- HOBBSBAWN, Eric J. (2009). **O novo século: entrevista a Antonio Polito**. Tradução Claudio Marcondes. São Paulo: Companhia de Bolso.
- _____. (1998). **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. (2002). **A invenção das Tradições**. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HONNETH, Axel. (2003). **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34.
- HUYSSSEN, Andreas. (2000). **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- JEUDY, Henry-Pierre. (1990). **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- JODELET, Denise. (1989). *Les représentations sociales*. Paris : Presses universitaires de France.
- LABASSE, Jean. (1966) *L'Organisation de l'Espace – Éléments de Géographie Volontaire*. Paris : Hermann.
- LAMBERT, R. CHAN, A. (1999). "Global dance: factory regimes, asian labour standards and corporate restructuring" In: WADDINGTON, J. (org.) **Globalization and Patterns of Labour Resistance**. Londres: Mansell.

LAVABRE, Marie-Claire. (2007). « *Paradigmes de la mémoire* ». **Transcontinentales : sociétés, idéologies, système mondial**. n°5, 2007. *Fondation Maison des Sciences de L'Homme*. Paris : Armand Colin.

_____. (1994). **Le fil rouge. Sociologie de la mémoire communiste**. Paris: *Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques*.

LEBOVITS, Annaële. QUENEHEN, Martin. (2007). NORA, Pierre (entretien) « *La mise à feu mémorielle*. » **Le diable probablement**. Dossier : la mémoire. N.3. Paris: Verdier.

LE GOFF, Jacques. (2003). **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp.

_____. (1988) « *L'offensive libérale contre le monde du travail* ». **Le Monde Diplomatique**. Avril de 1988. Paris : Le Monde.

LEITE LOPES, José Sérgio. (1988). **A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"**. São Paulo: Marco Zero: Editora Universidade de Brasília/MCT/CNPq.

_____. (1986) **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LÉVY, Pierre. (2003). **A Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola.

_____. (1994). **O que é virtual**. São Paulo: Editora 34.

LOJKINE, J. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

LOVISOLO, Hugo. (1989). "A Memória e a Formação dos Homens." **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, 1989.

LOWENTHAL, David. (1975). "*Past time, present place: Landscape and Memory*." **Geographical Review**, vol. 65, n°1. (jan. 1975), pp 1-36. *American Geographical Society*.

LÜDTKE, Alf. (1994). **Histoire du quotidien**. Paris : Éd. De la Maison des sciences de l'homme.

MAUROY, Pierre. (2002). « *Les archives du monde du travail* ». In: ELGEY, Georgette. **Les Français et leurs archives : actes du colloque au Conseil économique et social, 5 novembre 2001**. - Paris: Fayard.

MOURIAUX, René. (2004). *Le syndicalisme en France depuis 1945*. col. Repères. Paris : La découverte.

_____. (1982). *La CGT*. Paris : Le Seuil.

NAMER, Gérard. (2000). *Halbwachs et la Mémoire Sociale*. Col. Logiques sociales. Paris: L'Harmattan.

NEUTZLING Inácio; KREIN, José Dari. (1997). “A mundialização do capital e o mundo do trabalho (II)”. *Convergência*, Rio de Janeiro, n. 303.

NOIRIEL, Gérard. (2007) *À quoi sert « l'identité nationale »*. col. Passé et Présent. Paris, Agone.

_____. (2003). *Penser avec, penser contre : itinéraire d'un historien*. Paris : Belin.

_____. (2002). *Les Ouvriers dans la société française, XIXe-XXe siècle*. Éditions du Seuil.

_____. (1998). *Qu'est-ce que l'histoire contemporaine ?* col. Carré histoire. Paris : Hachette supérieur.

NORA, Pierre. (1993). *Les lieux de mémoire*. Tomo III, Les France, Paris : Gallimard.

_____. (1987). *Les lieux de mémoire*. Tomo II, *La Nation*, Paris : Gallimard.

_____. (1984). *Les lieux de mémoire*. Tomo I, *La République*, Paris : Gallimard.

NOYER, Manuella. (2008). *Les archives syndicales, le cas des archives de la CFDT*. Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines, UVSQ.

OLIVA, Aloizio Mercadante (coord.) e RAINHO, Luis Flávio. (1987). **Imagens da luta: 1905-1985**. São Bernardo do Campo: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos de São Bernardo do Campo e Diadema.

PALMER, Bryan D. (1999). “Velhas posições/novas necessidades: história, classe e metanarrativa marxista.” In: WOOD, Ellen Meiksins. FOSTER, John Bellamy. (orgs) **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PAQUELIN, Stéphane; WOLIKOW, Serge. (2005). « *Elliptiques historiennes autour de l'objet syndicat* » In : CHAMBARLHAC, Vincent. UBBIALI, George.

Epistémologie Du Syndicalisme : Construction Disciplinaire De L'objet Syndical.

Paris, Harmattan.

PIERRON, Marie-Jo. (1996). « *Hiroshima: Images-Mémoire.* » **Champs Visuels: Revue interdisciplinaire de recherches sur l'image.** Paris:L'Harmattan, n.2, 48-152, juin 1996.

PIEVOTSKY, Edouard. (2007). « *Présentation de l'Institut d'Histoire Sociale* » In : **Compte rendu 10^e Conférence Régionale 6-7 décembre 2007, Colomiers.** Comité Régional CGT Midi-Pyrénées. Toulouse : CGT.

PIGENET, Michel. (2003). *Entre exigences historiennes, impératifs d'organisation et démarche identitaire : l'Institut CGT d'histoire sociale (1982-2002)* In : **Les usages politiques de l'histoire dans la France contemporaine, des années 70 à nos jours, 2003.** Paris, Centre d'Histoire Sociale du XX^e siècle : Université Paris 1 et Université Paris 8 [on-line]. Disponível na internet via WWW. URL: <http://histoire-sociale.univ-paris1.fr/Collo/usages.htm>. Arquivo consultado em 12 de novembro de 2009.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. **Retalhos de memórias: trabalho e identidade nas falas de operários têxteis do Rio de Janeiro.** / - Rio de Janeiro: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2006.

POLLAK, Michael. (1992). “Memória e Identidade Social” **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, número 10.

_____. (1989). “Memória, esquecimento, silêncio.” **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

POMAR, Valter. “Opinião: Formação política - Um passo essencial.” **Revista Teoria e Debate.** n° 11. Julho/agosto/setembro de 1990. Portal da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=282>. Acesso em 14 de fevereiro de 2010.

POMIAN, Krzysztof, (2000). “Memória”, in: **Enciclopédia Einaudi.** Lisboa: IN-CM, 2000; vol. 42, pp. 507-516.

_____. (1999). **Sur l'histoire.** col. Folio histoire. Paris : Gallimard.

PROCHASSON, Christophe. (1998). “Atenção: Verdade!” Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Editora FGV, vol. 11, nº 21.

PROST, Antoine (dir.) (1985). *Faire l'histoire du monde du Travail : Guide Pratique*. CNRS-GRECO 55 "Travail et travailleurs en France, XIXe-XXe siècles". Creusot, Institut Jean-Baptiste Dumay/Champ Vallon.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. (2006a) French-style flexibility: workers at the Brazilian Peugeot Citroën plant. **Tempo social**. São Paulo, v. 18, n. 1, 2006a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Mar 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0103-20702006000100007

RAMALHO, José Ricardo. SANTANA, Marco Aurélio. (2006b). **Trabalho e Desenvolvimento Regional: efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mauad.

_____. (2004). **Sociologia do Trabalho no mundo contemporâneo**. Col. Passo-a-passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2004.

_____. (2003). **Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Ediora Boitempo.

REMOND, René. (2006). *Quand l'État se mêle de l'histoire*. Paris : Ed. Stock.

REVEL, Jacques (org.). (1998). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV.

RIBEIRO, Gustavo Lins. (2000). “A condição da transnacionalidade”. In: Gustavo Lins Ribeiro. **Cultura e política no mundo contemporâneo**. Brasília: Editora UNB, 2000.

RICOEUR, Paul.(2005). *Parcours de la reconnaissance*. France: Folio.

_____. (2004). *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

_____. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris : Éditions du Seuil.

ROBERT, Anne-Cécile. (2005). « *La gauche dans son labyrinthe* ». **Le Monde Diplomatique**. Maio de 2005. Paris: Le Monde.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (2002). **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Editora da USP/Fapesp.

RODHES, Martin. (1987). “*Labour and Industry: the demise of Traditional Unionism?*” In: MAZEY, Sonia. NEWMAN, Michael. **Mitterrand’s France**. New York: Croom Helm/Methuen, 1987.

ROSANVALLON, Pierre. (1999). **La question Syndicale**, Paris: Hachette.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1943). **Du contrat social**, Introduction, notes et commentaires de Maurice Halbwachs, Paris, Aubier Montaigne.

ROUSSO, Henry. (1998). **La hantise du passé. Entretien avec Philippe Petit**. Paris, Les Éditions Textuel.

_____. (1996). O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

SANTANA, Marco Aurélio. PIMENTA, Ricardo Medeiros. (2009). “*Public History and Militant Identities: Brazilian Unions and the Quest for Memory*”. **International Labor and Working-Class History**. Vol.76, Issue 01, September 2009, pp 65-81. Cambridge University Press.

SANTANA, Marco Aurélio. (2001). **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. Col. Mundo do trabalho. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial e UNIRIO.

_____. (1999). “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro.” **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS**, Vol. 14 n° 41 outubro de 1999.

SANTOS, Boaventura Sousa. (2006). **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez.

_____. (2005). **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Col. Reinventar a emancipação social para novos manifestos v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SARLO, Beatriz. (2007). **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG.

SARTRE, Jean-Paul. (1943). **L’être et le néant**. Paris: Gallimard.

SENNETT, Richard. (2006). **The culture of New Capitalism**. U.S.A: Yale University.

_____. (2005). **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad. Marcos Santarrita. 9ª edição. Rio de Janeiro.

SILVER, Beverly J. (2005). **Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo, Boitempo.

STONE, Lawrence. (1979). “*The revival of narrative: reflections on a new old history*”. *Past & Present*. Oxford, v.85, n.1, p.3-24.

TELLES, Vera et al. (2006). “Entrevista com Michel Pialoux e Stéphane Beaud”. *Tempo soc.* [online]. 2006, vol.18, n.1, pp. 13-36. Disponível via internet em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000100002&lng=en&nrm=iso>. Consultado em: 15 de dezembro de 2009.

THOMPSON, E. P. (1988). **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 2a.ed. Vol.I A Árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TODOROV, Tzvetan. (2000). *Mémoire du mal, tentation du bien : enquête sur le siècle*. Paris : Robert Laffont.

TOURAINÉ, Alain. (1988). **O pós-socialismo**. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1984). *Le Retour de L'acteur*. Paris, Fayard.

TRAVERSO, Enzo. (2005). *Le Passé, mode d'emploi : Histoire, mémoire, politique*. Paris : La Fabrique.

VERRET, Michel. (1996). *La culture ouvrière*. Paris, L'Harmattan.

_____. (1995). *Chevilles ouvrières*. Collection mouvement social, Paris : éditions de l'atelier.

_____. « *Mémoire ouvrière, mémoire communiste* ». In: *Revue française de science politique*, 34e année, n°3, 1984. pp. 413-427. doi : 10.3406/rfsp.1984.411287 [on-line]. Disponível na internet via WWW. Url: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_0035-2950_1984_num_34_3_411287. Consultado em: 17 de novembro de 2009.

VIGNA, Xavier. (2007). *L'insubordination ouvrière dans les années 68. Essai d'histoire politique des usines*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

VISSER, Jelle. (1993). “*Syndicalisme et désyndicalisation.*” *Les Mouvements Sociaux*. Vol 162, 1993, p. 17-39.

WEBER, Max. (2004). **Economia e Sociedade**. Vol.1 e 2. Brasília: UNB.

WESTERN, Bruce. (1997). *Between class and market: postwar unionization in the capitalist democracies*. Princeton, Princeton University Press.

WOODS, Ellen Meiksins. FOSTER, John Bellamy. (1999). **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

WIEVIORKA, Annette. (1998). *L'Ère du Témoin*. Paris : Plon.

YERUSHALMI, Yosef H. (1988): "*Reflexions sur l'oubli*", In: **Usages de l'oubli** (*Colloque de Royaumont*), Paris: Ed. du Seuil: 7-21.

ZANCARINI-FOURNEL, Michelle. (1998). *Changer la vie ! Histoire sociale des contestations*. *Thèse d'habilitation*, Paris 1 – Sorbonne, Paris.